

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO  
MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP (1880-1910):  
PROTAGONISMO DA CÂMARA MUNICIPAL, GOVERNO  
PROVINCIAL/ESTADUAL, INICIATIVA PRIVADA E  
PARTICULARES**

**CAROLINA MARTIN**

**PIRACICABA, SP**

**(2020)**

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO  
MUNICÍPIO DE PIRACICABA/SP (1880-1910):  
PROTAGONISMO DA CÂMARA MUNICIPAL, GOVERNO  
PROVINCIAL/ESTADUAL, INICIATIVA PRIVADA E  
PARTICULARES**

**CAROLINA MARTIN**

**ORIENTADOR: DR. CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA**

**Texto de Defesa de Tese apresentado à Banca  
Examinadora do Programa de Pós-Graduação  
em Educação da UNIMEP como exigência  
parcial para obtenção do título de Doutor em  
Educação.**

**PIRACICABA, SP**

**(2020)**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP  
Bibliotecário: Fábio Henrique dos Santos Corrêa – CRB: 8/10150

Martin, Carolina  
M379 A expansão da educação escolar no município de Piracicaba/SP (1880-1910): protagonismo da câmara municipal, governo provincial/estadual, iniciativa privada e particulares / Carolina Martin. – 2020.  
301 fls.; il.; 30 cm.

Orientador (a): Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira.  
Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2020.

1. Educação escolar. 2. História da educação. 3. Município de Piracicaba. 4. Município Pedagógico. I. Vieira, Cesar Romero Amaral. II. Título.

CDD – 378

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador: Dr. Cesar Romero Amaral Vieira**

**Dr. Cleiton de Oliveira - UNIMEP**

**Dr. Thiago Borges de Aguiar - UNIMEP**

**Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU**

**Dr. Tony Honorato – UEL**

*Dedico esta pesquisa a todos que me auxiliaram nos mais diversos sentidos, ao possibilitarem a concretização dessa trabalhosa, mas prazerosa faina. Em especial, agradeço a meus pais, Nelson e Terezinha, pelo apoio incondicional.*

## RESUMO

Piracicaba, localizado no interior paulista, destaca-se entre os mais representativos municípios do estado de São Paulo em matéria de educação, em especial, nas duas primeiras décadas do período republicano. A fim de compreender a dinâmica de escolarização empreendida no município de Piracicaba, a presente tese tem por objetivo identificar e analisar as principais causas e agentes que influenciaram na estruturação e difusão escolar no período da transição do Império para a República (1880-1910). As análises têm como base teórico-metodológica a categoria historiográfica Município Pedagógico. Utiliza-se na pesquisa a *meso* análise na expectativa de identificar os principais aspectos macros e micros que influenciaram o desenvolvimento e a expansão da educação escolar. As fontes documentais utilizadas na investigação são de abrangência nacional, provincial/estadual e municipal, complementadas por fontes bibliográficas e jornalísticas do período. Os resultados revelam que na década anterior à proclamação da República, a sociedade local, em geral, e a Câmara Municipal pouco se ocuparam com as questões educacionais próprias do município. A edilidade se dedicou apenas à manutenção das instituições provinciais sob a sua responsabilidade. A partir do advento e consolidação do regime republicano, é possível identificar considerável aumento do interesse sobre o tema por parte de agentes políticos, religiosos e representantes da sociedade civil que levaram adiante, o que se pode entender como um projeto de organização e expansão escolar em Piracicaba. Esse interesse por parte da sociedade piracicabana foi particularmente acentuado na primeira década de 1900. Com a promulgação de leis, criação de escolas e programa de ensino, é possível perceber os esforços para a criação e manutenção de uma rede escolar própria. É a partir desse período de transição entre o Império e a República que a educação no município de Piracicaba, aos poucos, passou a fazer parte do projeto de integração, participação e formação de identidades coletivas, ao constituir um quadro histórico-pedagógico singular, não somente no âmbito municipal e estadual, mas também de abrangência nacional. Entende-se que por esse motivo, nas primeiras décadas do século XX, Piracicaba pode ser enquadrado na categoria Município Pedagógico.

**Palavras-chave:** Município Pedagógico. Educação Escolar. História da Educação. Município de Piracicaba.

## **ABSTRACT**

Piracicaba, located in the interior of São Paulo, stands out among the most representative municipalities in the state of São Paulo in terms of education, especially in the first two decades of the republican period. To understand the dynamics of schooling undertaken in the municipality of Piracicaba, the present thesis aims to identify and analyze the main causes and agents that influenced the structuring and diffusion of schools in the period of the transition from the Empire to the Republic (1880-1910). The analyzes are based on the theoretical and methodological basis of the Pedagogical Municipality historiographic category. Meso analysis is used in the research in the expectation of identifying the main macro and micro aspects that influenced the development and expansion of school education. The documentary sources used in the investigation national, provincial/state and municipal documents, complemented by bibliographic and journalistic sources of the period. The results show that in the previous decade the proclamation of the Republic, the local society, in general, and the City Council were little concerned with the educational issues specific to the municipality, but only with the maintenance of the provincial institutions under their responsibility. From the advent and consolidation of the republican regime, it is possible to identify a considerable increase in interest on the topic by a network of political, religious and civil society representatives who took it forward, which can be called a project of organization and school expansion in Piracicaba. This interest on the part of piracicabana society was particularly accentuated in the first decade of 1900. With the enactment of laws, the creation of schools and the teaching program, it is possible to perceive efforts to create and maintain a school network of its own. It is from this period of transition between the Empire and the Republic that education in the municipality of Piracicaba, little by little, becomes part of a project of integration, participation and formation of collective identities, as it constitutes a unique historical-pedagogical framework, not only at the municipal and state level, but also nationwide. It is understood that for this reason, in the first decades of the 20th century, Piracicaba can be classified in the category of Pedagogical Municipality.

**Key words:** Pedagogical Municipality. School Education. History of Education. Municipality of Piracicaba.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>13</b> |
| <b>1. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL IMPÉRIO E O PROTAGONISMO DESTES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: PIRACICABA 1880-1889.....</b> | <b>28</b> |
| <b>1.1 BREVE PANORAMA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL ATÉ 1870 – PIRACICABA.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>1.2 CENÁRIO NACIONAL NOS ANOS 1880.....</b>  | <b>36</b> |
| <b>1.3 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO NOS ANOS 1880.....</b>  | <b>40</b> |
| <b>1.4 MUNICÍPIO E EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO NOS ANOS 1880.....</b>  | <b>42</b> |
| <b>1.5 MUNICÍPIO DE PIRACICABA NOS ANOS 1880.....</b>   | <b>44</b> |
| <b>1.5.1 Contexto geral.....</b>  | <b>44</b> |
| <b>1.5.2 Câmara Municipal de Piracicaba.....</b>  | <b>48</b> |
| <b>1.5.2.1 Características das diferentes gestões nos anos 1880.....</b>  | <b>49</b> |
| <b>1.5.2.2 Sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação.....</b>   | <b>53</b> |
| <b>1.5.2.2.1 Sessões que trataram de educação por iniciativa dos vereadores.....</b>  | <b>56</b> |
| <b>1.5.2.2.2 Sessões que trataram de educação por demanda de habitantes e professores.....</b>                                    | <b>57</b> |
| <b>1.5.2.2.3 Sessões que trataram de educação por demanda do governo provincial.....</b>  | <b>58</b> |
| <b>1.5.2.3 Implementação de ações no âmbito educacional.....</b>  | <b>59</b> |
| <b>1.5.2.3.1 Implementação de ações por iniciativa dos vereadores.....</b>  | <b>61</b> |
| <b>1.5.2.3.2 Implementação de ações por demanda de habitantes e professores.....</b>  | <b>61</b> |
| <b>1.5.2.3.3 Implementação de ações por demanda do governo provincial.....</b>  | <b>62</b> |
| <b>1.5.3 Participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar.....</b>  | <b>64</b> |
| <b>1.5.3.1 Iniciativas dos habitantes.....</b>  | <b>64</b> |
| <b>1.5.3.2 Instituições privadas de ensino e professores particulares.....</b>  | <b>66</b> |
| <b>1.5.4 Iniciativas educacionais do governo provincial no município.....</b>   | <b>72</b> |
| <b>1.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....</b>  | <b>78</b> |
| <b>2. A EDUCAÇÃO NO ALVORECER DA REPÚBLICA BRASILEIRA: PIRACICABA 1890-1899.....</b>  | <b>81</b> |
| <b>2.1 CENÁRIO NACIONAL.....</b>  | <b>81</b> |
| <b>2.2 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....</b>   | <b>86</b> |
| <b>2.3 MUNICÍPIO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO.....</b>   | <b>94</b> |

|   |     |
|---|-----|
| <b>2.4 MUNICÍPIO DE PIRACICABA</b> .....  | 97  |
| 2.4.1 Contexto geral.....   | 97  |
| 2.4.2 Câmara Municipal de Piracicaba.....   | 100 |
| 2.4.2.1 Características das diferentes gestões nos anos 1890.....                       | 101 |
| 2.4.2.2 Sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação.....              | 104 |
| 2.4.2.2.1 Sessões que trataram de educação por iniciativa dos vereadores.....           | 112 |
| 2.4.2.2.2 Sessões que trataram de educação por demanda de habitantes e professores..... | 117 |
| 2.4.2.2.3 Sessões que trataram de educação por demanda do governo estadual.....         | 119 |
| 2.4.3 Implementação de ações no âmbito educacional.....                                 | 122 |
| 2.4.3.1 Implementação de ações por iniciativa dos vereadores.....                       | 123 |
| 2.4.3.2 Implementação de ações por demanda de habitantes e professores.....             | 125 |
| 2.4.3.3 Implementação de ações por demanda do governo estadual.....                     | 126 |
| 2.4.4 Participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar.....       | 128 |
| 2.4.4.1 Iniciativas dos habitantes.....   | 128 |
| 2.4.4.2 Instituições privadas de ensino e professores particulares.....                 | 131 |
| 2.4.5 Iniciativas educacionais do governo estadual no município.....                    | 138 |
| <b>2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS</b> .....   | 145 |
| <br>  |     |
| <b>3. A EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: PIRACICABA 1900-1910</b> .....                 | 149 |
| 3.1 CENÁRIO NACIONAL.....   | 149 |
| 3.2 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....                                | 151 |
| 3.3 MUNICÍPIO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO.....                                    | 158 |
| 3.4 MUNICÍPIO DE PIRACICABA.....  | 161 |
| 3.4.1 Contexto geral.....   | 161 |
| 3.4.2 Câmara Municipal de Piracicaba.....   | 166 |
| 3.4.2.1 Características das diferentes gestões de 1900 a 1910.....                      | 166 |
| 3.4.2.2 Sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação.....              | 170 |
| 3.4.2.2.1 Sessões que trataram de educação por iniciativa dos vereadores.....           | 177 |
| 3.4.2.2.2 Sessões que trataram de educação por demanda de habitantes e professores....  | 184 |
| 3.4.2.2.3 Sessões que trataram de educação por demanda do governo estadual.....         | 189 |
| 3.4.3 Implementação de ações no âmbito educacional.....                                 | 190 |
| 3.4.3.1 Implementação de ações por iniciativa dos vereadores.....                       | 192 |
| 3.4.3.2 Implementação de ações por demanda de habitantes e professores.....             | 196 |
| 3.4.3.3 Implementação de ações por demanda do governo estadual.....                     | 197 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3.4.3.4 Instituições de ensino públicas mantidas pela câmara municipal de 1900 a 1910.....</b>  | <b>201</b> |
| <b>3.4.4 Participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar.....</b>   | <b>207</b> |
| <b>3.4.4.1 Iniciativas dos habitantes.....</b>   | <b>207</b> |
| <b>3.4.4.2 Instituições privadas de ensino e professores particulares.....</b>   | <b>214</b> |
| <b>3.4.5 Iniciativas educacionais do governo estadual no município.....</b>  | <b>222</b> |
| <b>3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....</b>   | <b>232</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>236</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>247</b> |
| <b>FONTES.....</b>   | <b>258</b> |
| <b>APÊNDICE A - Leis e resoluções sobre educação - Câmara Municipal de Piracicaba.....</b>   | <b>261</b> |
| <b>APÊNDICE B - Instituições de ensino privadas e professores particulares no município de Piracicaba no período de 1880 a 1910.....</b>         | <b>270</b> |
| <b>APÊNDICE C - Instituições de ensino públicas provinciais/estaduais e municipais no município de Piracicaba no período de 1880 a 1910.....</b> | <b>285</b> |
| <b>APÊNDICE D - Particulares que doaram dinheiro à escola da Sociedade Igualitária Instrutiva no período de 1900-1910.....</b>                   | <b>297</b> |
| <b>ANEXO 1 – Mapa do Município de Piracicaba.....</b>  | <b>299</b> |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Comparação percentual de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba relativas aos temas obras públicas, outros* e educação no período de 1880 a 1889.....  | 54  |
| Gráfico 2 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba no período de 1882 a 1889.....   | 71  |
| Gráfico 3 – Quantidade total de instituições de ensino provinciais existentes no município de Piracicaba no período de 1880 a 1889 e discriminação de quais eram urbanas e rurais.....  | 77  |
| Gráfico 4 – Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba no período de 1880 a 1889.....  | 79  |
| Gráfico 5 – Comparação percentual das sessões da Câmara Municipal de Piracicaba relativas aos temas obras públicas, outros* e educação no período de 1890 a 1899.....   | 106 |
| Gráfico 6 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.....   | 136 |
| Gráfico 7 - Quantidade de instituições de ensino estaduais urbanas e rurais existentes no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.....  | 144 |
| Gráfico 8 – Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.....  | 147 |
| Gráfico 9 – Comparação percentual das sessões da Câmara Municipal de Piracicaba relativas aos temas mais e menos abordados no período de 1900 a 1910.....   | 172 |
| Gráfico 10 – Quantidade de instituições de ensino públicas mantidas pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....  | 206 |
| Gráfico 11 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....  | 219 |
| Gráfico 12 - Quantidade de instituições de ensino mantidas pelo estado nas áreas urbana e rural no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....   | 231 |
| Gráfico 13 - Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....   | 234 |
| Gráfico 14 – Percentagens das temáticas tratadas nas sessões da Câmara Municipal de Piracicaba em 1880-1889, 1890-1899, 1900-1910.....  | 238 |
| Gráfico 15 – Nas sessões sobre educação, qual a quantidade que ocorreu por iniciativa dos camaristas e demanda de habitantes e professores, e governo provincial/estadual, nos períodos de 1880-1889, 1890-1899, 1900-1910..... | 239 |
| Gráfico 16 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba nos anos 1882, 1890, 1900 e 1910.....   | 243 |
| Gráfico 17 - Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba nos anos 1882, 1890, 1900 e 1910.....  | 244 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Número de casas na cidade, população da cidade e do município de Piracicaba nos anos 1882-1883-1885-1887-1889.....   | 47  |
| Tabela 2 – Total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba e sessões relativas aos temas obras públicas, outros* e educação no período de 1880 a 1889.....   | 53  |
| Tabela 3 – Dentro da quantidade total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba que trataram do tema educação, quais ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes e professores, e do governo estadual no período de 1880 a 1889..... | 55  |
| Tabela 4 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo provincial no período de 1880 a 1889.....               | 60  |
| Tabela 5 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba, com discriminação das modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam no período de 1880 a 1889.....  | 67  |
| Tabela 6 – Quantidade de professores particulares no município de Piracicaba no período de 1882 a 1889.....   | 72  |
| Tabela 7 – Quantidade total de instituições de ensino provinciais existentes no município de Piracicaba no período de 1880 a 1889.....  | 73  |
| Tabela 8 – Quantidade total de instituições de ensino no município de Piracicaba, entre estabelecimentos públicos e privados, no período de 1880 a 1889.....  | 79  |
| Tabela 9 – Quantidade de escolas preliminares, intermédias e provisórias providas e vagas no estado de São Paulo, acompanhada do número de matrícula e frequência de alunos nos anos 1893-1895-1896-1897-1898.....  | 93  |
| Tabela 10 – Dentro do total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, comparação entre o tema obras públicas, as outras temáticas mais discutidas e educação no período de 1890 a 1899.....   | 105 |
| Tabela 11 – Comparação entre o total de gastos anuais da Câmara Municipal de Piracicaba, os maiores e menores valores despendidos e as verbas para educação no período de 1890 a 1899.....  | 107 |
| Tabela 12 – Especificação dos gastos com educação pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1893 a 1899.....  | 108 |
| Tabela 13 – Dentro da quantidade total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba que trataram do tema educação, quais ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes e professores, e governo estadual no período de 1890 a 1899.....   | 110 |
| Tabela 14 – Temáticas educacionais discutidas nas sessões que ocorreram por iniciativa dos vereadores no período de 1890 a 1899.....  | 112 |
| Tabela 15 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo estadual no período de 1890 a 1899.....                | 122 |
| Tabela 16 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba, com discriminação das modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam no período de 1890 a 1899.....   | 132 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 17 – Quantidade de professores particulares no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.....   | 137 |
| Tabela 18 – Quantidade total de instituições de ensino estaduais existentes no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.....  | 139 |
| Tabela 19 – Quantidade total de instituições de ensino no município de Piracicaba, entre estabelecimentos públicos e privados, no período de 1890 a 1899.....  | 146 |
| Tabela 20 – Quantidade de Grupos Escolares criados e providos e de Escolas Isoladas providas e vagas no estado de São Paulo no período de 1900 a 1910.....   | 156 |
| Tabela 21 – Quantidade de alunos matriculados nos Grupos Escolares do estado de São Paulo e total de alunos do ensino público paulista no período de 1904 a 1909.....  | 156 |
| Tabela 22 – Número de casas na cidade, população da cidade e do município de Piracicaba nos anos 1900-1907-1910.....   | 164 |
| Tabela 23 – Dentro do total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, comparação entre os temas mais e menos abordados no período de 1900 a 1910.....  | 171 |
| Tabela 24 – Comparação entre o total de gastos anuais da Câmara Municipal de Piracicaba com os maiores e menores valores despendidos e verba para educação, no período de 1900 a 1910.....   | 173 |
| Tabela 25 – Especificação dos gastos com educação pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....   | 174 |
| Tabela 26 – Dentro da quantidade total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba que trataram do tema educação, quais ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes e professores, e do governo estadual no período de 1900 a 1910..... | 176 |
| Tabela 27 – Temáticas educacionais discutidas nas sessões que ocorreram por iniciativa dos vereadores no período de 1900 a 1910.....   | 178 |
| Tabela 28 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo estadual no período de 1900 a 1910.....                 | 191 |
| Tabela 29 – Quantidade total de instituições de ensino públicas municipais e estaduais mantidas pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....   | 202 |
| Tabela 30 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba, com discriminação das modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam no período de 1900 a 1910.....  | 215 |
| Tabela 31 – Quantidade de professores particulares no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....   | 221 |
| Tabela 32 – Quantidade total de instituições de ensino mantidas pelo estado no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.....  | 225 |
| Tabela 33 – Quantidade total de instituições de ensino no município de Piracicaba, entre estabelecimentos públicos e privados, no período de 1900 a 1910.....  | 233 |
| Tabela 34 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo estadual em 1880-1889, 1890-1899, 1900-1910.....        | 241 |

## **LISTA DE QUADROS**

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Instituições de ensino provinciais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1880 a 1889.....  | 74  |
| Quadro 2 – Instituições de ensino provinciais nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1880 a 1889.....   | 76  |
| Quadro 3 – Instituições de ensino estaduais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1890 a 1899.....  | 140 |
| Quadro 4 – Instituições de ensino estaduais nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1890 a 1899.....   | 142 |
| Quadro 5 – Instituições de ensino municipais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.....   | 203 |
| Quadro 6 – Instituições de ensino municipais nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.....  | 204 |
| Quadro 7 – Instituições de ensino estaduais provisórias, localizadas em bairros rurais de Piracicaba, mantidas pela câmara municipal e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910..... | 205 |
| Quadro 8 – Instituições de ensino estaduais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.....  | 226 |
| Quadro 9 – Instituições de ensino mantidas pelo estado nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.....  | 229 |

## **LISTA DE MAPAS**

|   |    |
|---|----|
| Mapa 1 – Localização do município de Piracicaba no estado de São Paulo..... | 14 |
|---|----|

## INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba – PPGE/UNIMEP, no Núcleo de Estudo e Pesquisa em História e Filosofia da Educação, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - Brasil. As investigações e análises ocorreram entre os anos de 2016 e 2019.

Esta tese se insere no projeto de pesquisa “A ação do município na educação: Piracicaba no início da Primeira República (1890-1910)”, financiado no período de 2016 a 2018 pelo Fundo de Apoio à Pesquisa - FAP/UNIMEP<sup>1</sup>. Dialoga-se com as produções realizadas no âmbito do grupo de pesquisa, em parceria com outros autores e individualmente<sup>2</sup>.

O interesse pela temática ‘municípios’ advém da minha primeira graduação em Arquitetura e Urbanismo, na qual, ao final do curso, desenvolvi o “Estudo da transformação dos espaços sociais de lazer e cultura na cidade de São Paulo desde 1900 até 1980”<sup>3</sup>. Ao cursar a segunda graduação, em Pedagogia e Gestão Educacional, passei a me interessar pela temática da educação no âmbito municipal, com o “Estudo da implantação do projeto Cidades Educadoras e do Programa Escola Total/Jornada Ampliada no município de Santos”<sup>4</sup>.

Este tema mereceu atenção redobrada durante a pesquisa de mestrado, intitulada “Cidades Educadoras no estado de São Paulo: análise das ações frente ao perfil temático e aos princípios do Movimento”<sup>5</sup>. Durante o desenvolvimento da dissertação, deparei-me com um pequeno leque de pesquisas históricas direcionadas especificamente à relação entre municípios e educação. Gonçalves Neto, Carvalho (2015b) e Souza (2015) destacam que as atenções se voltam mais às esferas estaduais e nacionais, as quais historicamente ditavam as diretrizes educacionais no país.

---

<sup>1</sup> Coordenado pelo prof. Dr. Cesar Romero A. Vieira.

<sup>2</sup> 1 - Apresentações em eventos científicos realizadas em coautoria: “Expansão escolar no município de Piracicaba no início da primeira República” (2019); “Dinâmicas de poder no âmbito local” (2018); “O protagonismo dos governos locais na educação no alvorecer da República brasileira (1890-1910): o município de Piracicaba e a educação escolar” (2018); “A atuação do município na expansão escolar em Piracicaba (1890-1910)” (2017); “O município e o processo de escolarização em Piracicaba no início da primeira República” (2016); “Panorama das relações de poder local no processo de escolarização de Piracicaba/SP no início da República” (2016); “Processo de Escolarização em Piracicaba no período de 1890-1910” (2016). 2 - Apresentação individual: “Expansão da educação em Piracicaba (1880-1910)” (2019); “A educação na imprensa republicana: Gazeta de Piracicaba 1882-1892” (2018). 3 - Artigo publicado em coautoria: “Município Pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas” (2019). 4 - Artigo individual: “A história da educação e o município pedagógico – Piracicaba/SP: implicações teórico-metodológicas” (2018).

<sup>3</sup> Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1999.

<sup>4</sup> Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, 2010.

<sup>5</sup> Defendida na UNIMEP, em 2014, sob a orientação do prof. Dr. Cleiton de Oliveira.

Considera-se que, investigar o âmbito local não se encerra na pertinência do tema em si, pois possibilita complementar a compreensão dos outros planos da administração pública na educação. Souza (2012) inclusive explicita que este é um conteúdo, notadamente, pouco estudado pelos historiadores da educação paulista. De acordo com Araújo (2013), o fato é que no campo educacional as pesquisas sobre municípios ocorrem, principalmente, em relação às políticas públicas hodiernas, a ponto de muitos considerarem que “a municipalização parece ter-se esgotado como tema de pesquisa” (p. 21).

A justificativa em pesquisar especificamente Piracicaba está nas descrições de que, no final do primeiro decênio de 1900, esse município se destacava no cenário estadual paulista pela quantidade de estabelecimentos de ensino. Percin (2009) salienta que Roberto Capri, em seu ‘Libro d’Ouro’ de 1911, o qual discorria sobre as municipalidades do estado de São Paulo, intitulou Piracicaba de ‘Ateneu Paulista’. Inclusive, os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo desse período apontavam para a relevância de Piracicaba no campo educacional. Com a finalidade de demonstrar a localização do município no estado, segue o mapa abaixo.

Mapa 1 – Localização do município de Piracicaba no estado de São Paulo.



Fonte: Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Piracicaba>>. Acesso em: 20 set. 2019.

A partir dos dados apontados acima se desenvolveu a hipótese de que Piracicaba poderia ser classificado como Município Pedagógico, categoria historiográfica a ser explicitada adiante. Segundo Gonçalves Neto (2009), dentre outros aspectos, essa categoria engloba, ao final do Império e início da República brasileira, municípios que, no campo educacional, passaram a “tomar iniciativas políticas, discutir e editar leis, em complemento ou para além das atribuições

concedidas pelo estado” (p. 171). Outro fator a ser considerado é a participação e iniciativa das elites e particulares locais nesse processo.

Dessa forma, a decisão de qual seria o recorte temporal tomou como base identificar o decurso que levou Piracicaba a ter o status de município que se destacava na área educacional. Para investigar se esse movimento estava atrelado a questões relacionadas ao advento da República, ou se advinha do período Imperial, estabeleceu-se o início do período da pesquisa em 1880 e o final no ano de 1910.

Dentro desse quadro, o objetivo geral se resume em identificar quais causas e agentes influíram na estruturação e difusão educacional no município de Piracicaba no período de 1880 a 1910. Dentre os objetivos específicos estão: determinar o contexto educacional nacional e provincial/estadual; especificar as disputas e os conflitos de poder estabelecidos internamente no município e entre este e o governo provincial/estadual no processo de organização do campo educacional paulista; caracterizar a ação da câmara municipal na organização e dinamização da instrução no município; compreender a participação das lideranças locais e habitantes nesse processo; e determinar as contribuições educacionais do governo provincial/estadual no município.

A estrutura da tese está dividida em três seções, cada uma delas abarca um período dentro do recorte temporal proposto: 1880-1889; 1890-1899; 1900-1910. Com o intuito de fazer ao final uma comparação entre esses períodos as seções são organizadas a partir de tópicos idênticos, dispostos na mesma ordem. O encadeamento dos tópicos foi determinado pelas diretrizes metodológicas de pesquisa da categoria historiográfica Município Pedagógico, a qual propõe que para se estudar um município é preciso além de investigar os aspectos locais, também abordar o contexto macro.

Em vista disso, cada seção está organizada do seguinte modo: cenário nacional; iniciativas educacionais da província/estado de São Paulo; município e educação na província/estado de São Paulo; município de Piracicaba: contexto geral, câmara municipal - características das diferentes gestões, sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação, implementação de ações no âmbito educacional -, participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar, iniciativas educacionais do governo provincial/estadual no município; e considerações parciais. A única exceção a essa organização das seções está na Seção 1, quando no início desta apresenta-se um panorama dos municípios no Brasil até os anos 1870.

Com o propósito de alcançar o escopo proposto, os procedimentos metodológicos são compostos de pesquisa bibliográfica e análise documental. A análise está alicerçada em fontes

documentais de abrangência nacional, provincial/estadual e local. Nacionalmente, estão os censos demográficos, a legislação educacional e a pertinente aos municípios. Em nível provincial/estadual utilizam-se os Anuários do Ensino do Estado, relatórios dos diretores gerais e inspetores da educação pública, as legislações educacionais e referentes aos municípios.

Quanto ao município de Piracicaba são empregados os documentos disponíveis no acervo da câmara municipal como atas, relatórios e os seguintes livros: registro das escolas municipais, orçamentos e balancetes, empregados, leis e resoluções, e ofícios. Como complemento dessas fontes oficiais, utilizou-se o jornal Gazeta de Piracicaba (1882-1910), armazenado no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP.

Esse arcabouço de dados e informações é integrado por um referencial bibliográfico constituído, sobretudo, de autores que tratam do tema educação no Brasil no recorte temporal da pesquisa. Assim como historiadores e pesquisadores, os quais se debruçam sobre as particularidades intrínsecas à Piracicaba. Para discussão da categoria principal – Município Pedagógico - e complementar de análise - “relações de poder” - foram utilizados teóricos que abordam essas temáticas. Como a presente pesquisa traz em seu bojo a categoria historiográfica Município Pedagógico na qualidade de principal referencial teórico-metodológico, serão apresentadas, a seguir, suas particularidades.

### **Município Pedagógico – conceituação teórico-metodológica**

As cidades ou municípios fazem parte da organização social da humanidade por meio de um espaço circunscrito, em que fatores como política, cultura, economia e educação relacionam-se em diversos contextos. Granell-Gómez e Vila (2003) explicitam que "a cidade tem sido historicamente um lugar de encontro e de civilização. Desde seu aparecimento, há mais de 6 mil anos, a cidade tem estado estreitamente vinculada ao conceito de cidadania e cultura" (p. 17).

O termo município é de origem latina, derivado da junção de *munia* (prerrogativas) e *capere* (conservar). A base da estrutura político-administrativa municipal foi instaurada pela República Romana nos séculos V a I A.C., com a concessão de certa autonomia às localidades conquistadas. No decorrer dos séculos seguintes, esse modelo se espalhou por parte da Europa e sofreu modificações de acordo com as culturas locais (FAVERO, 2004).

É nessa perspectiva, diante do contexto português, que Justino Pereira Magalhães desenvolveu o conceito de Município Pedagógico. Ele explicita que no decorrer do século XVIII houve, em Portugal, um processo de autonomização, desenvolvimento e progresso em nível local. Esse fato permitiu a constituição do município-pedagógico, na idealização e

projeção de programas educacionais e instrucionais, os quais complementavam as ações estatais.

Por conseguinte, trabalhar teoricamente essa conjuntura significa entender o “local como instância de decisão, ideação e realização” (MAGALHÃES, 2013, p. 12). O desafio que se coloca é de sistematizar a historiografia do municipalismo no sentido educativo, político e social, em paralelo com as histórias nacionais e regionais.

Ao tratarem das questões teórico-metodológicas dessa categoria historiográfica, Magalhães e Adão (2014) definem o município enquanto objeto epistêmico interdisciplinar, o qual contém legado histórico, material e simbólico. Sua constituição se dá por elementos como território e população, por sua vez, compostos de soberania e identidade em evolução.

O município-histórico é unidade de observação, produto de fragmentos de registro, mensuração e fatorização, a seus modos independentes. Para tanto, é preciso uma organização sistemática dos dados, os quais devem ser analisados por uma teorização transdisciplinar, que erige o Município Pedagógico como meta-história. Dessa forma:

O município emerge como um complexo hermenêutico representável no plano cartográfico, mensurável, comparável, projectável pelo estatístico, descritível e historiável através de uma narrativa interdisciplinar. O sentido histórico colhe-se nessa narrativa densa que combina municípios e municipalismo e que complementa aquelas perspectivas disciplinares com um olhar diacrônico e integrativo de uma história total (MAGALHÃES; ADÃO, 2014, p. 6).

Nessa interpretação, os registros do executivo municipal, dos estabelecimentos escolares e das instituições culturais são importantes fontes de pesquisa. Devem ser verificados “três campos de observação, análise e escrituração: a dimensão política e administrativa; a dimensão educativa (escolar) e cultural; representação e escrituração” (MAGALHÃES, 2014, p. 5).

A partir desse prisma, Magalhães e Adão (2014) preconizam que os dados sejam extraídos de fontes nacionais, regionais e municipais. A intenção é estabelecer um quadro temporal histórico, pedagógico e político, o qual represente as transformações de uma dada conjuntura, tanto sob a perspectiva macro, quanto das contextuais específicas.

Todo esse processo culmina em constatar se há possibilidade de definir os municípios como entidades históricas com identidade, reconhecimento e autonomia de representação e de decisão. “Trata-se de saber se e do que os municípios foram senhores ou daquilo a que foram obrigados. Portanto, coloca-se a questão: em que medida os municípios foram senhores de decisão em matéria de educação? Esse é o objecto de estudo” (MAGALHÃES, 2014, p. 8).

Seja em Portugal, ou em outros países da Europa e no ‘Novo Mundo’, há carência de uma historiografia do municipalismo desenvolvida com sistematicidade e sentido, que entre outros contextos, preserve os patrimônios educativos e “reifique uma cidadania educativa como móbil da consciência histórica” (MAGALHÃES; ADÃO, 2014, p. 7). Os poucos estudos desenvolvidos no século XXI têm revelado tanto no Brasil, quanto em Portugal, que historicamente os municípios tiveram grande destaque frente às questões escolares (MAGALHÃES; ADÃO, 2015).

No Brasil, as pesquisas acerca da categoria historiográfica Município Pedagógico iniciam-se na primeira década do século XXI, a partir, principalmente, de um grupo de pesquisadores do campo da História da Educação da UFU – Universidade Federal de Uberlândia<sup>6</sup>. Suas pesquisas evidenciaram que alguns municípios brasileiros em Minas Gerais, no período entre o final do século XIX e início do XX, extrapolaram seus deveres político-administrativos na dedicação à causa da educação. Gonçalves Neto (2015), um dos pioneiros nas pesquisas sobre o tema, revela que:

O município pedagógico, uma categoria em formação, está sendo entendida provisoriamente como uma entidade político-administrativa presente no Brasil, possibilitada na segunda metade do século XIX pela presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária e seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação. Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é possibilitado pela difusão da crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação (GONÇALVES NETO, 2015, p. 33).

Na utilização da categoria historiográfica Município Pedagógico no Brasil, Gonçalves Neto e Carvalho (2015) destacam que há uma gama de documentos a ser explorada. Dentre eles estão os das câmaras municipais, na forma de “leis, projetos de leis, correspondências, moções populares, relatórios de inspetores municipais e do agente executivo, discussões do orçamento, correspondência de professores” (p. 12) e, em outros planos, a legislação estadual e nacional.

Essas fontes possibilitam analisar, em nível municipal, a criação das próprias escolas, estabelecimento de normativas, concursos públicos, contratação de professores, regime próprio de acompanhamento e avaliação. Consequentemente, identifica-se a “relevância que a educação toma nas discussões empreendidas pela edilidade” (GONÇALVES NETO; CARVALHO,

---

<sup>6</sup> Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação – NEPHE.

2015, p. 10). Propicia discernir também, a que tipo de responsabilização o município está sujeito pelo poder provincial/estadual e nacional.

Como os vínculos entre os políticos locais e destes com a sociedade e os outros níveis de governo fazem parte dessa pesquisa, julgou-se pertinente estabelecer como categoria complementar de análise ‘relações de poder’. A finalidade é possibilitar a compreensão dos fatores políticos, sociais e territoriais, implícitos e explícitos nos debates e articulações em torno do tema educação.

### **Relações de Poder – perspectivas políticas, sociais e territoriais**

O elo entre educação, sociedade e política está imbricado às disputas de poder, que, por sua vez, estão relacionadas diretamente às questões territoriais. No contexto local, em muitos casos, as noções acerca do tema educação estão ligadas à consolidação da cidadania e da identidade em um espaço determinado. De acordo com Santos (2000), esse vínculo faz parte da relação entre sociedade e natureza, pois na história humana "o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer a aquilo que nos pertence" (p. 96).

Para o desenvolvimento da abordagem historiográfica proposta é necessário compreender a tensão interna dos grupos que interagem no município. Outro aspecto a ser identificado é a relação entre os governos local e provincial/estadual, e destes últimos com o poder central, que levam a momentos de alternância na autonomia e, conseqüentemente, na formação da identidade dos municípios.

A categoria complementar de análise ‘relações de poder’ dimensiona os encadeamentos de vínculos na área educacional a partir de um referencial teórico específico. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo entre Norbert Elias, que trata as relações de poder de forma mais ampla e os teóricos Milton Santos e Henri Lefebvre, os quais abordam a temática em âmbito local.

Norbert Elias (1993, 1994a, 1994b, 2008) traz contribuições da sociologia que podem ser trabalhadas sob a perspectiva histórica, como o inter-relacionamento dos conceitos de poder, interdependência e processo civilizador. Ao cotejar esses conceitos frente à História da Educação possibilita-se compreender as “relações que se instalam no processo de escolarização entre os indivíduos nela envolvidos, permite ainda problematizar as tensões presentes no estabelecimento dos procedimentos de coesão social no interior dessas relações” (CARDOSO, 2011, p. 291).

De acordo com Veiga (2011), Elias traz instrumentos que propiciam apreender a conexão entre educação escolar e a prática política por meio das relações de poder, assim como viabiliza analisar a escolarização<sup>7</sup> como referência civilizatória. No livro ‘A sociedade dos indivíduos’ Elias (1994b) apresenta o conceito de configuração, no sentido de romper com a dualidade entre indivíduo e sociedade. Ele salienta que, as ações dos indivíduos podem ser compreendidas como únicas, mas ao mesmo tempo atuam dentro de um conjunto de redes inter-relacionais.

Segundo o autor, as interdependências entre os indivíduos formam diferentes dimensões configuracionais nos diversos grupos de que eles fazem parte. Na convergência dessas ideias, Elias (1993, 1994a) desenvolveu a teoria do processo civilizador, a qual, dentre outros aspectos, discorre sobre as distintas associações presentes nas relações de poder, como as questões do controle e autocontrole.

Um grupo de teóricos publicou uma obra<sup>8</sup> na qual analisam as concepções de Norbert Elias acerca das relações de poder intrínsecas à classe política. Considera-se que, parte desse material auxilie a análise da passagem do governo imperial para o republicano no Brasil.

Um dos pontos analisados é que, conforme ocorre a alteração das circunstâncias, a sociedade se diferencia e modifica-se a conformação dos diferentes grupos sociais, por meio de uma redefinição não somente destes, como dos políticos. Há uma conexão entre a troca de governantes e as mudanças de comportamento da sociedade. Em contrapartida, “cedo ou tarde as novas formas de comportamento também se tornaram uma condição da manutenção das relações de poder e dos privilégios recém-estabelecidos” (GOUDSBLOM, 2001, p. 246).

No caso das relações entre políticos de diferentes esferas de poder, o antagonismo não deve ser observado somente sob a ótica da substituição de uma elite por outra. Tal fato não pode ocorrer, uma vez que, no campo da política, há uma cadeia de interdependências múltiplas e nesse contexto os rivais, mesmo que dentro de suas respectivas esferas, têm que contar uns com os outros em diversas situações (HENRY, 2001). Entretanto, em algumas conjunturas, os poderes públicos, a partir de suas onipotências e “pelo fato de monopolizarem instrumentos jurídicos, podem nomear e fazer aparecer esse grupo e não aquele outro” (COURY, 2001, p. 142).

---

<sup>7</sup> O termo ‘escolarização’ na presente tese é entendido como políticas e processos voltados à organização de redes ou instituições formais de ensino, focalizados na socialização e transmissão de conhecimentos (FARIA FILHO; ROSA; INÁCIO, 2003).

<sup>8</sup> GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). Norbert Elias: a política e a história. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

Ainda sob as perspectivas de Elias, observa-se que nas lutas pelo poder local, as estratégias políticas estão associadas às relações familiares e de status dos indivíduos. No plano circunscrito de uma vila ou município, os membros das diferentes elites utilizam a política como “instrumento de formação e de controle” (PHÉLIPPEAU, 2001, p. 195). De fato, as concepções e opiniões que a sociedade tem das elites e inclusive, o modo como os membros destas se relacionam entre si “atesta em público tanto a qualidade social desses indivíduos como o lugar que ocupam na hierarquia própria dos membros dessa aristocracia” (PHÉLIPPEAU, 2001, p. 195).

Entende-se que, as colocações de Norbert Elias estão correlacionadas às de Milton Santos (1959, 1988, 1993, 2000, 2006, 2007). Esse teórico enfatiza que para se compreender a dinâmica de um espaço, como em uma cidade ou município, é preciso considerá-lo um conjunto indissociável de sistemas, objetos e ações, o qual envolve a intencionalidade na configuração territorial e nas relações sociais. Essa dinâmica, que está ligada diretamente às cadeias de poder, varia conforme a situação entre espaço e tempo dentro da realidade histórica própria de cada sociedade.

Santos assinala que é preciso identificar as contradições e dialéticas sociais, ao considerar que os eventos singulares não se dão isoladamente e sim se superpõem e geram em cada local uma definição e especificidade peculiar, compostos de cooperação e conflitos. Nesse quadro, no plano local, a educação faz parte das significações entre cidadania, cultura e territorialidade. Essas significações dão aos indivíduos a consciência de pertencer a um grupo específico e tanto são passadas de geração para geração na forma de herança, quanto periodicamente são reconstruídas. As relações de poder em âmbito local envolvem o modelo cívico que:

[...] forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território. O componente cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência (SANTOS, 2007, p. 17).

Henri Lefebvre (2000), nessa mesma linha de pensamento, ao dar mais ênfase ao aspecto político, destaca que para se compreender o poder local é preciso entender como ele se dá em um espaço de relações sociais distintas, onde vários elementos se enlaçam e se implicam, ao gerarem confrontos e contradições. O poder político visa impor e manipular representações da ordem estabelecida por meio de estratégias e recursos vastos, compostos de estatutos, normas e hierarquias. Nesse contexto, os papéis e valores dos indivíduos ou grupos estão ligados aos

lugares, num círculo constante de dominação, que oscila entre a esfera mais ampla e algumas mais difusas e específicas.

Para Lefebvre, o poder no âmbito centralizado e concentrado de um município serve aos políticos como uma otimização de benefícios distribuídos na hierarquia dos diferentes grupos sociais. O espaço geográfico passa a ser um meio de reprodução e controle, portanto de dominação e poder. A hegemonia se exerce principalmente pelas instituições e um dos fatores ligados diretamente ao poder, e que garante a supremacia deste, é o saber, este restrito a uma prática social regida por uma concepção de educação que geralmente não atende a toda população.

Uma das principais fontes que auxiliará na investigação dessa categoria complementar de análise em nível municipal é um periódico local, a Gazeta de Piracicaba. Como o uso desse tipo de fonte demanda uma metodologia específica, tratar-se-á a seguir dessa questão.

### **Jornal Gazeta de Piracicaba - a história por meio da imprensa**

O meio como a imprensa ou periódicos podem ser utilizados na qualidade de fonte de pesquisa e os tratamentos metodológicos necessários nesse empreendimento, são referendados nessa tese, principalmente, diante das diretrizes de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), e Tania Regina de Luca (2008).

Essas autoras explicitam que até a primeira metade do século XX a imprensa não era aceita no meio acadêmico como fonte, pois representa relatos subjetivos e não confiáveis dos fatos ocorridos. No campo da história, isso se modificou a partir da geração dos *Annales*, a qual perspectivava novos objetos de estudos, metodologias e tratamento das fontes.

A imprensa então passou a ser examinada como documento, que contém parcialidade e intencionalidade próprias, e por isso, deve ser examinado sob diferentes ângulos. É necessário atentar à sua materialidade, ideologias (implícitas ou explícitas) e posicionamento político, cultural, econômico e social. Ao considerar os periódicos como linguagem constitutiva do social, subentende-se avaliar suas relações com a sociedade e seu público alvo. Outra questão relevante é observar não somente as convicções ou projetos defendidos, mas entender que a imprensa também é espaço de articulação e produção de ideais.

Sirinelli (1996) evidencia que é preciso observar as posições adotadas pelos articulistas de periódicos, ao fazer a análise de seus papéis e poderes em determinada sociedade. Para desvelar as relações entre as ideologias veiculadas pelos jornais e a cultura política de sua época é necessário averiguar o meio em que seus interlocutores se inserem.

Os grupos aos quais os proprietários e articulistas pertencem determinam as influências que estes exercem nos debates suscitados pelos periódicos. Lefebvre (2000) enfatiza que o plano local serve como espaço de representação para alguns intelectuais, dentre eles os representantes da imprensa, os quais a partir de “símbolos, códigos e ideologias” (p. 42) influem no comportamento dos habitantes.

Luca (2008), ao se referir à imprensa brasileira na segunda metade do século XIX e início do XX, ilustra que houve um padrão marcado pelo “caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público” (p. 133), principalmente, nos momentos políticos decisivos. Todavia, um dos problemas enfrentados era o contingente pequeno de leitores, devido à alta taxa de analfabetismo no país.

É nesse momento histórico que surge o jornal utilizado nessa pesquisa como fonte. Fundado em junho de 1882, com a nomenclatura oficial de ‘Gazeta de Piracicaba – Orgam Republicano’ seu financiamento, desde o início, se deu por parte de um grupo de republicanos locais, dentre eles: políticos, profissionais liberais, comerciantes e industriais. Durante o regime imperial agiu no município como foco de oposição aos monarquistas e estabeleceu discussões públicas que contestavam as ações e ideais dos governantes, não somente locais, como de todo o país.

Nos anos 1890, com a proclamação da República, o jornal passou a ser situação e ferramenta de propaganda dos feitos de todos os níveis de governo, bem como dos modelos e padrões civilizatórios que uma sociedade republicana deveria ter. O jornal Gazeta de Piracicaba defendia um modelo social de liberdade e democracia com princípios laicos, em que a classe popular seria incorporada à sociedade a partir de direitos baseados no conceito de igualdade. Seus diretores e editores nessa época eram republicanos enérgicos, muitos deles futuramente galgariam cargos políticos importantes em diferentes níveis de governos do país.

Verificou-se que, nesse período, dentre os colaboradores estavam professores públicos e particulares, os quais tanto faziam denúncias da situação em que a educação se encontrava no país, como enalteciam as novas reformas e propostas educacionais efetuadas no estado de São Paulo. Debatiam também sobre temas como o analfabetismo, a educação de mulheres, negros libertos, operários, imigrantes e acerca dos novos métodos de ensino que advinham dos Estados Unidos e Europa.

No primeiro decênio do século XX a Gazeta de Piracicaba voltou a ser oposição, quando o município passou a ser governado por republicanos dissidentes e o estado por republicanos governistas. Os assuntos tratados já não estavam mais focados na difusão dos ideais republicanos e sim, nas contendas com o governo estadual. Isso ocorreu inclusive nos temas

educacionais, com denúncias de que Piracicaba deixava de receber investimentos na área devido a tais conflitos.

Entre 1900 e 1910 houve poucos textos de colaboração por parte de professores frente aos períodos anteriormente pesquisados e a maioria das notícias sobre educação era de informes e reportagens sobre abertura de escolas, festas, exames e comemorações de final de ano. O jornal também funcionava como uma espécie de ‘diário oficial’ do estado ao publicar sobre provimento de escolas, licença de professores, abertura de matrículas e exames finais.

Entende-se que, esse periódico nessas três décadas estabeleceu uma relação com os municípios, como exemplo está o aumento de tiragem que inicia em duas vezes por semana, sobe para três e a partir de 1903 se torna diário. A Gazeta de Piracicaba passou a ser uma instituição local, a qual por servir aos interesses dos governantes municipais, a partir da instituição da República, participava e influía nas dinâmicas de poder.

Para a catalogação dos dados coletados na Gazeta de Piracicaba desenvolveu-se como metodologia de tratamento a discriminação de diferentes aspectos de cada notícia, texto ou anúncio, a saber: nome do jornal; ano do jornal; número da edição; dia, mês e ano; dia da semana; número da página; categoria (noticiário, anúncio, editorial, colaboração, nome de instituições de ensino, outros, edital, câmara); título da seção do jornal; título; autor; resumo; sujeitos citados; escolas citadas; cidades citadas; leis/decretos; iconografia; legibilidade; observações; proprietário; redator; diretor/editor; preço; materialidade. Após a apresentação de todos esses enfoques teórico-metodológicos da pesquisa, o último tópico abordado será a Revisão de Literatura.

## **Revisão de Literatura**

A categoria historiográfica Município Pedagógico é o eixo metodológico principal da pesquisa, por isso optou-se por utilizá-la como base da revisão bibliográfica. Parte do grupo de pesquisa “A ação do município na educação: Piracicaba no início da primeira República (1890-1910)”, a saber: Ana Clara Bortoleto Nery, Carolina Martin, Cesar Romero Amaral Vieira e Tony Honorato, efetuaram esse levantamento de referenciais<sup>9</sup>. Dessa forma, a seguir serão apresentados os principais resultados contidos nesse estudo, que foram complementados por mais informações.

---

<sup>9</sup> A revisão bibliográfica compõe o artigo “Município Pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas”, publicado pela revista Cadernos de Pesquisa em Educação da UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 16, v.21, n.49, p.152-169, 2019.

Como base de consulta foram examinados os periódicos disponíveis *on line* mais representativos do campo da História da Educação no Brasil: Revista Brasileira de História da Educação – da Sociedade Brasileira de História da Educação; Cadernos de História da Educação – da Universidade Federal de Uberlândia; Revista História da Educação – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e Revista HISTEDBR – da Universidade Estadual de Campinas.

Nas 44 edições da Revista Brasileira de História da Educação – RBHE, entre 2001 e 2017 (v. 17, n. 1[44], jan./mar. 2017), há um artigo de Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães intitulado *Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX* (2009). Analisa a atuação dos diferentes níveis de governo, em particular o municipal, no desenvolvimento da educação e as relações de poder intrínsecas a esse processo a partir da concepção da categoria Município Pedagógico.

Nos Cadernos de História da Educação, das 19 edições correspondentes ao período de 2002 a 2016, foram identificados quatro artigos. Sendo que, três são de autoria de Wenceslau Gonçalves Neto: *A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro* (2002); *Organização do ensino público no final do século XIX: o progresso legislativo em Uberabinha, MG* (2003); e *Educação em movimento: reformas no regulamento escolar no município de Uberabinha (1869-1899)* (2007).

Todos abordam a educação em Minas Gerais e em Uberabinha no final do século XIX, sob a vertente da categoria Município Pedagógico. Avaliam quanto o governo local atua no desenvolvimento da instrução, as disputas de poder envolvidas nesse processo e contemplam as alçadas estadual e federal frente aos ideais republicanos.

A quarta publicação é o artigo *O município pedagógico e a constituição do sistema educacional municipal no período da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), em Bagé/RS* (2016a) com autoria de Alessandro Carvalho Bica e Berenice Corsetti. Nele a categoria Município Pedagógico é debatida frente às iniciativas do representante do executivo municipal de Bagé nos anos 1920.

Ainda nos Cadernos de História da Educação (v.18, n.1, jan./abr. 2019) foi publicado o dossiê intitulado *Educação em Perspectiva Local/Municipal*. Em sua *Introdução* os organizadores Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho discorrem sobre a situação educacional dos municípios no Brasil e, em especial, Minas Gerais no final do século XIX e início do XX e utilizam como uma das categorias de análise o conceito de Município Pedagógico. Nesse mesmo Dossiê, Justino Magalhães traz o artigo *Municípios e História da*

*Educação* (2019a) no qual discute os principais aspectos concernentes à categoria historiográfica Município Pedagógico.

A Revista *História da Educação* apresenta 23 edições dos anos de 2007 a 2017 (v. 21, n. 51, jan./abr., 2017). Revelaram-se dois artigos, um de autoria de Wenceslau Gonçalves Neto, *O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano* (2009), o qual trata do grau de autonomia em relação à educação que os municípios brasileiros tinham no período republicano.

E na seção *Acervos e Documentos*, Alessandro Carvalho Bica e Berenice Corsetti (2016b) publicaram o *Regulamento das escolas municipais do município de Bagé/RS (1925)*. A partir desse documento os autores defendem que a localidade de Bagé/RS pode ser considerada Município Pedagógico por causa das iniciativas do intendente municipal.

Na Revista HISTEDBR, no dossiê *Navegando na História da Educação* (2006), Wenceslau Gonçalves Neto participou com o artigo *Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise*, no qual apresenta as principais características dessa categoria historiográfica. Nos volumes n. 33 a 69, entre 2009 e 2016, foram constatados dois artigos.

Carlos Henrique de Carvalho e Luciana Beatriz de O. B. de Carvalho são autores do texto *História comparada do município pedagógico no Brasil e em Portugal: os casos de Uberabinha e Mafra* (2010). O texto traz uma análise comparativa entre esses dois países na passagem do governo monárquico para o republicano, ao contemplar o papel dos municípios diante da expansão e modernização da educação.

Justino Magalhães, no artigo *O município liberal e a decisão política* (2013), trata como o poder local se transformou em Portugal na passagem da Idade Média para o Antigo Regime e deste para o Regime Liberal. Dentro desse movimento, destaca a questão da autonomia municipal acerca da instrução pública, no sentido de se tornarem Municípios Pedagógicos.

Em relação aos livros editados no Brasil, distinguiu-se a publicação de *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República* (2012), organizado por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho. Essa obra apresenta uma coletânea de doze artigos<sup>10</sup>, que versam sobre a História da Educação na perspectiva da organização da educação mineira,

---

<sup>10</sup> Além dos organizadores Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho compõem a lista de autores: Aline Ferreira Rodrigues; Antoniette Camargo de Oliveira; Eloy Alves Filho; Fabiana de Oliveira Bernardo; Flávio César Freitas Vieira; Geraldo Inácio Filho; Laila Caroline Pereira; Lola Yazbeck; Luciana Araujo Valle de Resende; Luciana Beatriz de Oliveira Bar Carvalho; Michelle Mattar Pereira de Oliveira; Osvaldo Freitas de Jesus; Rogéria Moreira Rezende Isobe; Rosana Areal de Carvalho; Sandra Mara Dantas; Sarah Jane Alves Durães.

entrelaçada a debates sobre a educação no contexto brasileiro. Por vezes, os contextos são analisados sob a perspectiva da categoria Município Pedagógico.

O livro *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil* (2015a) é uma coletânea de textos sob organização de Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho. São 13 textos que propõem repensar a história da instrução pública, no final do Império e ao longo da Primeira República, em municípios brasileiros de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, dentro da perspectiva da categoria Município Pedagógico. Identificam-se nesse livro novas perspectivas e objetos, os quais não constam na revisão apresentada acima<sup>11</sup>.

Foram identificados dois materiais produzidos em Portugal, por Justino Magalhães e Áurea Adão, que tratam especificamente dos aspectos metodológicos da categoria historiográfica Município Pedagógico - o livro *Os municípios na modernização educativa* (2014) e o artigo *Os municípios na educação e na cultura* (2015). O artigo de autoria de Justino Magalhães *Municipios e educación* (2019b), publicado na revista Galego-Portuguesa Sarmiento, apresenta a relação histórica entre município e educação sob a perspectiva do Município Pedagógico. Diante desse levantamento, considera-se que a produção acadêmica científica sobre a temática até 2019 ainda era limitada, ao estar restrita a um círculo estreito de autores e municípios. Sustenta-se assim, a relevância e a necessidade de pesquisas sobre o tema.

---

<sup>11</sup> Além dos organizadores Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho compõem a lista de autores: Aline Rosane Costa; Ana Clara Bortoleto Nery; Antoniette Camargo de Oliveira; Cesar Romero Amaral Vieira; Clarisse Lisandra David; Denilson Santos de Azevedo; Eloy Alves Filho; Geraldo Inácio Filho; Glaura Teixeira Nogueira Lima; Justino Magalhães; Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho; Luciano Mendes de Faria Filho; Osvaldo Freitas de Jesus; Rosa Fátima de Souza; Rosana Vidigal Santiago Cappelle; Sandra Mara Dantas; Terciane Ângela Luchese; Thiago Borges de Aguiar.

## **1. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL IMPÉRIO E O PROTAGONISMO DESTES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: PIRACICABA 1880-1889**

A primeira parte da pesquisa apresenta inicialmente uma concisa perspectiva histórica dos municípios<sup>12</sup> no Brasil, ao destacar quais eram suas especificidades no campo educacional até os anos 1870. Nela são abordados os aspectos inerentes à investigação de questões municipais, como a relação com os outros níveis de poder legislativo e político do país. No final desse panorama são demonstrados os percursos do desenvolvimento da educação no município de Piracicaba até o final dos anos 1870.

No período de 1880 a 1889, é exposto primeiramente o contexto nacional e provincial da educação. A seguir, adentra-se em particular na análise do objeto de estudo nos primeiros dez anos do recorte temporal definido para a pesquisa. Apresenta-se um cenário geral do município de Piracicaba nos anos 1880. Em seguida, especifica-se como se deu a expansão da educação no município a partir da análise da participação de diferentes setores da sociedade local, como políticos, habitantes, professores, governo provincial e setor privado.

### **1.1 BREVE PANORAMA DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL ATÉ 1870 - PIRACICABA**

A forma como a administração local estabeleceu-se no Brasil está associada ao desenvolvimento do Estado moderno na Europa, onde, a partir da metade do século XV, os municípios ou cidades se tornaram a base política (PAUPÉRIO, 1973). Conforme evidenciam Faoro (2001) e Araújo (2013), o modelo centralizado de administração local implantado no Brasil era o mesmo que vigorava em Portugal. Diante de turbulências políticas e falta de homogeneidade no território do reino português, as Ordenações Afonsinas (1446/1447) foram decretadas para garantir maior unidade. Houve a centralização do poder real e mudanças estruturais e de competências dos executivos locais.

No início do século XVI, a expansão ultramarina do Império Português acarretou a ocupação de novos territórios, o que levou à promulgação das Ordenações Manuelinas (1512/3-1521)<sup>13</sup>. Instauradas em diversas colônias portuguesas, inclusive no Brasil, estas ordenações determinaram o controle da vida local e com o apoio da iniciativa privada instituíram a criação

---

<sup>12</sup> Considera-se nessa pesquisa que município é uma delimitação territorial e administrava política formada pela área urbana, também denominada cidade, e a área rural composta por bairros ou distritos. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

<sup>13</sup> As Ordenações Manuelinas são consideradas o primeiro grande corpo legislativo e normativo de Portugal, elas são compostas por cinco volumes e vigoraram de 1512-1603. Ao todo formaram três sistemas de preceitos jurídicos impressos (DIAS, 2012).

das vilas. Nas vilas, os vereadores eram os responsáveis pelas rendas, estradas e legislação local. As Ordenações Filipinas, instituídas em 1603, foram ainda mais centralizadoras e praticamente não alteraram os aspectos referentes aos governos locais.

Segundo Paupério (1973) o aparelho administrativo implantado pela coroa portuguesa no Brasil colônia estava fundado nas Capitânicas Hereditárias, grandes porções de terras doadas a particulares por Dom João III entre 1534 e 1536. Essas capitânicas formavam uma superestrutura político-social e eram regidas pela Lei das Sesmarias, a qual determinava os critérios para a divisão das terras, cobrança de impostos e organizava a condução dos governos locais.

Apesar dos esforços de controle, Oliveira (1992) destaca que os aglomerados locais tiveram papel econômico e social relevante, o que acarretou em certa autonomia política e administrativa. Leal (2012) e Prado Júnior (1953) enfatizam que até a primeira metade do século XVII o Brasil tinha um caráter predominantemente rural e localmente isso significava que os donos das terras detinham considerável influência política.

Autores como Araújo (2013), Faoro (2001) e Paupério (1973) salientam que, essa situação somente seria remodelada com a chegada da família real ao Brasil em 1808. A partir desse momento novos conceitos civilizatórios, baseados nas cortes europeias, foram introduzidos nas principais localidades, como o processo de urbanização. A independência do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 7 de setembro de 1822, trouxe mudanças políticas. Dentre elas, tem-se a coroação do Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824, e no mesmo ano a promulgação de uma Constituição que alteraria a forma de administração local.

A primeira Constituição do Brasil, de 25 de março de 1824 (BRASIL, 1824), criou em todas as vilas e cidades as câmaras municipais, cujas competências estavam em gerir as questões econômicas e executivas. Contudo, somente com a Lei Orgânica dos municípios, de 1º de outubro de 1828 (BRASIL 1828), foi instituído o regimento interno dos governos municipais e assim, especificaram-se suas funções.

Dentre as atribuições relacionadas à educação na lei de 1828 estava a complementação à lei de 15 de outubro de 1827<sup>14</sup> (BRASIL, 1827). O Art. 69 encarregava as câmaras municipais de promover a prosperidade das instituições de ensino existentes, assim como a expansão da

---

<sup>14</sup> Esta lei teve como principal determinação criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Estas escolas eram denominadas de cadeiras, normalmente funcionavam em uma sala na casa do próprio professor ou em algum outro local que não era exclusivo para esse fim, havia somente um professor e o ensino era mútuo.

quantidade de escolas. O Art. 70 responsabilizava-as por inspecionarem as escolas de primeiras letras e os estabelecimentos beneficentes que cuidavam dos órfãos pobres.

Autores como Oliveira (1992), Warde e Paulo (2013) expõem que apesar de em um primeiro momento essas prerrogativas municipais darem a entender um movimento de autonomia do poder local no que diz respeito à inspeção e expansão escolar, isto era um logro, pois a mesma lei submeteu as câmaras às províncias e ao Império. Santos (2007) identifica que esse cenário de disputas de poder entre os diferentes níveis administrativos no Brasil teve como suporte uma sucessão de pactos territoriais. Ocorreu, assim, o abandono dos estatutos coloniais pelo Império, na construção do novo Estado-nação. Nessa dinâmica, as províncias e municípios tornaram-se entidades territoriais e de direitos, contudo com poderes distintos.

A relação de desigualdade de poder entre governo provincial e local pode ser interpretada dentro das concepções de Elias (2008), diante de sua proposta de vínculo entre o conceito de poder e função. Para este autor, as interdependências, sejam elas sociais ou políticas, sempre resultam em relacionamentos permeados por constrangimentos ou coerções. Ele propõe que se atente à questão de que em uma relação não é possível explicar as intenções e ações dos diferentes grupos que a compõe de forma independente, pois é preciso avaliar “as forças coercivas que os grupos exercem um sobre o outro, devido à sua interdependência, à função bilateral que desempenham” (p. 84).

Haidar (1972) explicita que a década de 1830 iniciou com medidas consideradas como descentralizadoras e liberais, a partir do Código do Processo Criminal de 1832. Essa lei “extinguiu o Conselho de Estado e criou as Assembléias Legislativas Provinciais às quais conferiu importantes atribuições” (p. 17), porém a situação dos municípios continuava a mesma.

A seguir, a promulgação do Ato Adicional de 1834<sup>15</sup> reformou alguns artigos da Constituição do Império. Na visão de autores como Oliveira (1992), Araújo (2013) e Cury (2015) este novo dispositivo institucional trouxe, por um lado, tendências conservadoras ao manter o Poder Moderador, a vitaliciedade do Senado e rejeitar a autonomia municipal. Sob outro ângulo, conservou a descentralização em relação às províncias, que passaram a ser a unidade básica do Estado.

---

<sup>15</sup> “Ato Adicional de 1834, aprovado pela Lei nº. 16, de 12 de agosto. Nos seus 32 artigos, estabeleceu algumas mudanças significativas, principalmente no que se referiu ao Capítulo V da Constituição de 1824, que definia as atribuições dos Conselhos Gerais de Província. Ele extinguiu os Conselhos Gerais das províncias e criou, em seu lugar, as assembleias legislativas provinciais com poderes para legislar sobre economia, justiça, educação, entre outros [...] O Ato Adicional foi o marco que desencadeou uma vasta discussão entre centralização e descentralização no Brasil imperial, principalmente do campo educacional”. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ato\\_adicional\\_1834%20.htm#\\_ftnref1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ato_adicional_1834%20.htm#_ftnref1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

No tocante à educação, o Ato Adicional delegou aos governos provinciais a responsabilidade do ensino primário e secundário, contudo não havia diretriz geral e cada um agiu de acordo com seus interesses e possibilidades. Nessa perspectiva, de acordo com Gonçalves Neto e Magalhães (2009a), a situação nas vilas continuou a mesma no que diz respeito à sujeição em relação às províncias. Nas questões educacionais, como grande parte destas não conseguiam cumprir seus deveres, por motivo de falta de recursos e muitas vezes vontade política, coube aos governos locais auxiliá-los.

Na conjuntura regional, especificamente na província de São Paulo, entre 1835 e 1845, o poder local era responsável pela inspeção e fiscalização das escolas. Entretanto, os resultados dessas ações eram criticados por membros da Assembleia Provincial. Warde e Paulo (2013) destacam que:

Nesse período, a Assembleia Provincial de São Paulo trava debates vigorosos sobre o arcabouço legal da instrução pública paulista, nos quais é recorrente embates em torno do melhor modelo de inspeção escolar a ser adotado pela Província. Nesses debates, sistematicamente, o trabalho das Câmaras Municipais é colocado sob suspeição e, em regra, o poder local é acusado de não realizar eficientemente a inspeção sobre o aparelho escolar de São Paulo (p. 257).

A Lei n. 34, de 16 de março de 1846, foi a primeira regulamentação geral de instrução pública da província. Segundo interpretação de Reis Filho (1995), ela objetivava organizar o ensino público e privado. Uma das proposições era de que nas vilas e cidades fosse criada a Comissão de Inspectores composta por três cidadãos: um indicado pelo governo provincial e dois pela câmara municipal, um deles deveria ser sacerdote.

Nos anos 1850, o governo imperial promulgou o Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz<sup>16</sup>. Este decreto tanto regulamentou a reforma do ensino primário e secundário na Corte, quanto serviu de referência para muitas províncias, especialmente no que diz respeito ao princípio de obrigatoriedade e conciliação entre ensino estatal e livre (SAVIANI, 2004; GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009b; CURY, 2015).

---

<sup>16</sup> Esta lei estabeleceu detalhes sobre como deveria ser regida a educação, sendo os principais: definiu os responsáveis pela inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária; responsabilidades do Inspetor Geral: fiscalização e exames, compêndios, regimento interno das escolas, orçamento necessário, propostas para melhorar o ensino; instituiu delegados de distrito como auxiliares do Inspetor geral; o Conselho Diretor também surgiu como auxílio ao Inspetor geral; determinou aspectos de nomeação, demissão, deveres e direitos dos professores, disciplinas a serem ensinadas, onde deveria ter escolas e quantas; e estabeleceu as regras de funcionamento de instituições privadas de ensino (BRASIL, 1854).

Luís Pedreira do Couto Ferraz/Visconde do Bom Retiro – 07/05/1818-12/08/1886 Rio de Janeiro (RJ). Formado em direito. Foi deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil/1867-1886. Responsável pela metodização e oficialização do ensino primário, reforma do ensino secundário, escolas de medicina, Conservatório de Música, Academia de Belas Artes e criador do Imperial Instituto dos Cegos (ALMANAK LAEMMERT, 1880).

Na década seguinte, os anseios por reformas em nível nacional prosseguiram quando o ministro José Liberato Barroso<sup>17</sup> elevou a instrução pública a tema prioritário. A relação entre público e privado, este formado pela Igreja Católica e instituições particulares, se manteve, assim como a defesa do ensino obrigatório (SAVIANI, 2004; GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009b).

Gonçalves Neto e Magalhães (2009a) enfatizam que no campo da educação o elo entre governos e iniciativa privada também era um movimento identificado no plano internacional. Esses autores exemplificam que países como França, Inglaterra, Espanha e Portugal empreenderam medidas quanto à universalização da instrução em seus territórios a partir de ações conjuntas do poder público com particulares.

Quanto a essa questão, Araújo (2013) esclarece que, desde os anos 1840 no Brasil, com o início do Segundo Reinado, esta dinâmica entre público e privado perpassou a centralização administrativa. Os reflexos no âmbito local resultaram em um processo no qual “o governo assumiu o papel de árbitro nos conflitos locais, e a esfera pública incorporou as lutas e os interesses privados” (p. 125), isso se deu em todas as áreas, inclusive na educação.

Dos anos 1840 a 1860, a província de São Paulo desenvolveu complexa estrutura administrativa e burocrática, com distintas alçadas de poder. No que diz respeito à educação, a direção do ensino cabia ao presidente da província, auxiliado pelo Inspetor Geral, Conselho de Instrução, inspetores de distrito e presidentes das câmaras municipais (WARDE; PAULO, 2013).

Em 1840, a província passou a despendar gradativamente mais dinheiro com a instrução pública, religiosa e beneficente, nesse ano (Lei n. 17, de 26 de março de 1840) as despesas com educação (39:916\$000) foram apenas inferiores aos gastos referentes aos cultos religiosos (60:410\$000) e à força pública (59:235\$000). No ano de 1850 (Lei n. 24, de 2 de julho de 1850) o padrão se manteve, mas a instrução passou a receber proporcionalmente menos (40:000\$000), que o culto público (80:044\$560) e a força pública (99:000\$000) em relação à década anterior.

O orçamento para educação previa o ordenado dos professores, utensílios e consertos de salas de aula, e financiamento de seminários, escola normal e liceus. Em meados de 1850, a província criou diversas cadeiras de primeiras letras (Lei n. 16, de 10 de junho de 1850). No entanto, observa-se que os regimentos provinciais acerca dos gastos de cidades e vilas do

---

<sup>17</sup> 21/09/1830 Acarati (CE) – 02/10/1885 Rio de Janeiro (RJ). Formado em direito. Foi professor na Faculdade de Direito de Recife e posteriormente deputado provincial e deputado-geral (CE). Ocupou o cargo de Ministro do Império e presidiu a província de Pernambuco em 1882. Disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2051&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2051&catid=293&Itemid=101)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

interior não incluíam o campo da instrução (Lei n. 16, de 23 de março de 1840; Lei n. 26, de 3 de julho de 1850).

Esse movimento, que dos anos 1830 a 1860, determinou a obrigação legal das províncias de ocuparem-se dos ensinos primário e secundário, resultou em São Paulo na imposição da inspeção do ensino pelas vilas e cidades. Isso gerou um jogo de poder e interdependência, no qual a província era responsável, contudo, para cumprir suas obrigações precisava do auxílio dos municípios.

Pondera-se que, é possível apreciar essa situação a partir das teorias de Elias (2008), considerando-a como uma teia ordenada de configuração, em que os dois lados exerciam processo contínuo de interpenetração de ações. Diante dessa colocação, no caso da conformação entre governo provincial e local em São Paulo, pode se entender que a direção a ser seguida era ditada pelo primeiro. No entanto, conforme apresentado anteriormente, no plano municipal havia resistências e intenções próprias. Situação que evidencia a evolução interna das unidades locais, o que, conseqüentemente, afetava o “equilíbrio de poder” vigente.

No decorrer dos anos 1860, novas perspectivas políticas e sociais surgiram com o florescimento de ideais republicanos inspirados nas concepções liberais advindas da América do Norte e Europa. Araújo (2013) aponta que, isso se deu em especial nas províncias do Centro-Sul, onde geograficamente os poderes políticos e econômicos passaram a convergir. De acordo com Tanuri (1973), esses princípios passaram efetivamente a fazer parte da pauta relativa à instrução pública nos anos 1870, o que é corroborado por Gonçalves Neto e Magalhães (2009b), ao explicitarem que houve preocupação em preparar pessoas para a prática política, assim como, para o trabalho nas indústrias.

No final dos anos 1870, a Reforma Leôncio de Carvalho - Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879<sup>18</sup> - foi o último dispositivo educacional engendrado pelo Império brasileiro. Defendia os mesmos princípios da Reforma Couto Ferraz e tentou efetivar as proposições que ainda não tinham alcançado êxito, ao dar especial atenção à educação nas províncias, sobre as quais em seu Artigo 8º consta a:

[...] subvenção a escolas particulares; a contratação de professores particulares para ministrar os rudimentos do ensino primário; a criação de cursos de alfabetização de

---

<sup>18</sup> Carlos Leôncio de Carvalho – 18/06/1847 Iguazu (RJ) – 09/12/1912 Rio de Janeiro (RJ). Formado em direito. Catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo/1871-1881; Ministro de Negócios do Império/1878; deputado provincial (SP)/1878-1881. Reformou a instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, deu origem aos Pareceres/Projetos de Rui Barbosa intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e às reformas do Ensino Primário e das Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_carlos\\_leoncio\\_de\\_carvalho.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm#_ftn1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

adultos e de escolas normais; fundação de bibliotecas e museus pedagógicos e de bibliotecas populares; e a criação, nos municípios mais importantes das províncias, de escolas profissionais e de ensino de artes e ofícios. A reforma previu, também, a abertura, nas províncias de mesas de exames de preparatórios (artigos 11 e 12) e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária (artigo 15) (SAVIANI, 2004, p. 27).

Monarcha (1999), ao contextualizar São Paulo nesse período, ressalta que passou de uma região pouco desenvolvida nacionalmente, para uma província em pleno processo de prosperidade. As transformações vieram, principalmente, com a expansão da quantidade de indústrias e do plantio de café, o que acarretou a evolução paulatina dos aspectos econômico, social, cultural e urbano.

Nesse cenário, muitos defendiam que a educação seria um dos instrumentos base para garantir a continuação das mudanças modernizadoras. Assim, a Lei n. 9, de 22 de março de 1874, trouxe a obrigatoriedade de ensino em toda a província e modificou o Conselho de Instrução Pública, o qual passou a ser composto pelo inspetor literário de distrito, o presidente da câmara municipal e um indicado pelo presidente da província.

Apesar da nova lei e da educação ter a sexta parte do orçamento da província, na década de 1870 muitas escolas foram fechadas, a média era de uma escola para 1.447 habitantes livres, situação que se perpetuou nos anos 1880. Em 1872, a taxa de analfabetismo na província era de 81,2%, dentro da média nacional, fato que se alteraria com a chegada dos imigrantes, os quais em grande parte eram alfabetizados (MONARCHA, 2016).

Observa-se que, até a década de 1870, a situação dos municípios no Brasil seguiu um movimento que os levou a serem subordinados às províncias, inclusive no campo educacional. Na província de São Paulo, os municípios eram requisitados no auxílio à fiscalização e manutenção do ensino público, contudo, conforme apontado, nem sempre cumpriam as obrigações impostas. No tocante às legislações nacionais e provinciais, na maioria das vezes, estas não alcançaram os efeitos almejados.

No que se refere ao objeto de estudo é possível identificar quais foram as consequências geradas por esse controle na Vila Nova de Constituição, nome de Piracicaba à época<sup>19</sup>. Como exemplo, está a instalação da primeira escola pública, que se deu por meio de um ofício provincial de São Paulo, de 13 de outubro de 1826, o qual ordenava ao executivo local a indicação de um mestre. A relação de poder entre a câmara municipal, que passou a funcionar a partir de 15 de dezembro de 1828, e a província era de subordinação da primeira com a

---

<sup>19</sup> A freguesia de Piracicaba foi erigida a vila em 29 de outubro de 1821, a nomenclatura Nova Constituição veio em 1822, por escolha do governo provincial em homenagem à Constituição Portuguesa promulgada no mesmo ano (GUERRINI, 1970).

segunda. A escola era administrada pela vila, no entanto as ações dependiam da autorização do governo provincial (HONORATO; MONARCHA, 2016).

Neme (1974) identificou que Vila Nova da Constituição em 1836, apesar de ter somente 395 pessoas consideradas alfabetizadas à época, para uma população total de 10.292 habitantes, “abrigava o maior número de pessoas que sabiam ler e escrever de todos os núcleos do interior da Província” (p. 184). Para essa afirmação este pesquisador fez comparações com núcleos próximos como Itu e Porto Feliz, velhos centros de colonização, os quais tinham respectivamente 11.146 e 11.293 habitantes e 166 e 214 pessoas que sabiam ler e escrever. Assim como, com cidades mais distantes, no caso Curitiba, que ainda pertencia à Província de São Paulo e apresentava 16.157 habitantes e 152 pessoas alfabetizadas.

No decênio de 1850, as transformações econômicas e sociais na província de São Paulo geraram reflexos na Vila Nova da Constituição, a qual em razão de seu desenvolvimento foi elevada a cidade em 1856 sob a denominação de Constituição. No final dos anos 1860, a cidade fora desmembrada de Santa Bárbara e São Pedro e passou a ser composta pelo núcleo urbano, a capela de S. João Batista de Serra Negra, pequeno povoado a 39 km de distância, e Rio das Pedras, distante 16 km (GAZETA DE PIRACICABA, 21/09/1883).

Em 1871, consta que a cidade contava com 855 casas com fachadas, sem contar as de dentro dos quarteirões, distribuídas em 28 ruas, com a média de cinco habitantes por casa estimava-se um total de 4.126, enquanto, em 1878, o número de casas havia aumentado para 1.220. De acordo com relatório da câmara municipal de 1876, a economia local estava baseada na agricultura com plantações de arroz, algodão, batata, café, cana, feijão, fumo e mandioca e contava com 55 engenhos de café e 40 de cana. No início da década de 1870, um recenseamento revelou o total de 3.708 crianças de 6 a 15 anos no município, 1.064 na cidade e 2.644 nos bairros, destes recebiam instrução respectivamente 426 e 186 crianças (GAZETA DE PIRACICABA, 03/09/1882, 23/09/1882)<sup>20</sup>.

Em 1877, Constituição voltou a ter seu nome original - Piracicaba. A educação pública era precária, com escolas insuficientes, mestres leigos e pouco interesse por parte da edilidade. Todavia, algumas mudanças estavam em marcha no campo educacional, por exemplo, notava-se as tensões entre liberais ilustrados e conservadores latifundiários. Assim como em outros locais da província, a urbanização e os ideais liberais propiciaram a emergência de uma nova elite, nesse quadro “as instituições escolares locais representaram significativa distinção social,

---

<sup>20</sup> Uma das características do jornal Gazeta de Piracicaba, que se repete por todo o período pesquisado, é tratar de um assunto ou tema em diversas edições. Assim, optou-se por reunir no texto tudo o que foi abordado sobre uma determinada questão e apresentar as datas das edições.

pelas quais as novas lideranças teriam maior prestígio em sociedade” (HONORATO; MONARCHA, 2016, p. 183).

Esse cenário acerca das transições pelas quais Piracicaba passou no decorrer dos anos 1870 pode ser compreendido a partir das colocações de Santos (1993). Esse autor destaca que em âmbito local as questões econômicas, políticas ou socioculturais estão atreladas às realizações técnicas e de uso do território, em muitos casos, impulsionadas pela urbanização e novos ideais civilizatórios. Quando ocorrem transformações sociais e políticas nesse processo, como no caso do surgimento de novas correntes ideárias, há a possibilidade de respostas a anseios e necessidades latentes, as quais estavam sendo refreadas pelas tradições locais.

Nesse mesmo sentido, Lefebvre (2000) defende a ideia de que a organização urbana exige tanto dos habitantes, quanto dos políticos transformação progressiva de discursos e realidade. Essa situação cria novos códigos de convivência que “estão diretamente ligados às relações de poder e às instituições na organização da sociedade, num movimento de sobreposição de elementos jurídicos, políticos, religiosos, artísticos e ideológicos” (p. 62).

A seguir, serão analisados os anos 1880 com a finalidade de se identificar a situação dos municípios e da educação no Brasil e na Província de São Paulo. Em particular, será examinado o quadro educacional no município de Piracicaba.

## 1.2 CENÁRIO NACIONAL NOS ANOS 1880

Em princípios dos anos 1880, a reforma eleitoral instituída pela Lei n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, denominada Lei Saraiva, determinou que os analfabetos estavam impedidos de votar e erigiu o tema como problema público nacional. Muitos políticos e intelectuais fizeram duras críticas desde que o projeto fora apresentado.

Como exemplo estava o liberal José Bonifácio<sup>21</sup>, o qual em 1879 defendeu que um país sem escolas para todos não poderia excluir os analfabetos de seus direitos, se estes eram pessoas livres. À época, estimava-se que três quartos (3/4) da população era analfabeta (FERRARO, 2009).

Não obstante, esse era apenas um dos temas ligados à educação que despertava discussões. A partir de notícias e de textos do jornal Gazeta de Piracicaba, no período entre 1882 e 1889, foi possível identificar outros assuntos relativos ao papel do governo imperial no desenvolvimento da instrução.

---

<sup>21</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva - O Moço – 08/11/1827 Bordéus (França) – 26/10/1886 São Paulo (SP). Poeta, professor, orador e político. Foi deputado geral (SP)/1861-1868 e 1878-1879; ministro da Marinha/1862; senador do Império/1879-1886. O parlamentar era considerado um dos grandes oradores políticos do período. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-bonifacio-o-moco/biografia>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

Optou-se para a presente pesquisa a seleção de três temáticas, a saber: dados sobre educação, reforma da instrução pública e questões municipais. Averiguou-se que, algumas notícias eram compostas apenas de dados informativos, enquanto outras vinham acompanhadas de críticas ao Império, dentro da perspectiva ideológica republicana encampada por esse periódico.

Consta que, em meados de 1882, o ministro do Império requereu às províncias informações sobre instrução - número de escolas, onde funcionavam, número de alunos, programa de ensino e quanto foi gasto com instrução nos últimos anos. No ano seguinte publicou-se o resultado da compilação dos dados: havia no país 6.180 escolas públicas, a província com o maior número era Minas Gerais e Mato Grosso estava em último lugar (GAZETA DE PIRACICABA, 25/07/1882, 16/09/1883).

Em 1884, quanto aos investimentos em educação, o relatório do conselheiro Leoncio de Carvalho apontava uma comparação das diferenças de gastos com educação entre Brasil (0\$732) e Estados Unidos (4\$360) por habitante livre (GAZETA DE PIRACICABA, 01/08/1884). Em tom de crítica, em relação ao quão pouco era gasto mensalmente no aluguel de casas para escolas, apresentou-se o seguinte: “Espantoso! Attinge a somma de 10:931\$819 a importancia mensal do aluguel de casas occupadas no Brazil pelas escolas publicas. Como somos prodigos em matéria de instrucção! Há de ser isso”<sup>22</sup> (ESPANTOSO!, 1884, p. 2).

No ano de 1888, a reprodução de um artigo do jornal da Corte "L' Etoile du Sud", sobre o livro escrito por Livio de Castro acerca das condições sociais no Brasil, expunha que em relação à educação, na população livre acima dos cinco anos havia 78,11 analfabetos para 100 habitantes. A proporção de meninos que recebia educação primária era de 12,7 para 100 habitantes e para as meninas seis para 100.

A média de alunos nas escolas provinciais era de 44 e em 15 províncias havia no total quatro cadeiras de química e física e uma de história natural. Ainda nesse mesmo ano ocorreu uma crítica ao aumento de impostos decretado em 22 de fevereiro, dentre os estabelecimentos afetados estavam as instituições de ensino privado (GAZETA DE PIRACICABA, 09/05/1888, 08/09/1888).

Nova Sangria! [...] Para demonstrar ainda que a revisão feita pelo ex-ministro da fazenda é excessivamente onerosa e toca as raias do absurdo basta o facto de consignar o aumento de 50\$000 na taxa fixa aos directores de collegios. Pela antiga tabella os directores de collegios pagavam unicamente os 5% proporcionaes e pela tabella actual terão de pagar 50\$000 fixos e mais 5% da taxa proporcional! [...] Realmente, o illustre

<sup>22</sup> Optou-se por manter no decorrer da tese as citações na íntegra, no intuito de preservar o sentido das ideias e colocações dos autores e fontes.

financeiro pôde limpar as mãos á parede! Por um lado, o governo condemna o povo á ignorância e por outro impõe ônus pesados aos directores de estabelecimentos de instrucção! É o cumulo! (A NOVA SANGRIA, 1888, p. 1).

Ao observarem-se unicamente os dados apresentados acima, na exclusão das críticas que a Gazeta de Piracicaba e seus colaboradores faziam do que consideravam, em geral, um desdém do governo imperial para com a educação, constata-se que havia um pequeno número de escolas públicas em relação à soma da população livre. O investimento era baixo, posto que a legislação, conforme apontado anteriormente, designava às províncias o ensino primário e secundário.

Saviani (2011) corrobora essas informações ao apontar que no decorrer do século XIX a média de investimento financeiro em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial e apenas 0,47% deste era destinado ao ensino primário e secundário. O ano de maior investimento foi 1888, com 2,55% para a educação e 0,73% para a instrução primária e secundária.

Acerca das propostas de reformas educacionais imperiais, em 1886 houve um projeto de reforma da instrução pública, nele constava a liberdade de ensino e obrigatoriedade no primário, além de várias proposições relativas ao Colégio Pedro II na Corte. Em 22 de agosto de 1887, o projeto foi aprovado em forma de regulamento amplo a ser colocado em prática pelo Conselho Superior da Instrução Pública, o qual inclusive interferia nas ações provinciais. Próximo à proclamação da República a Assembleia Geral ainda tratava de discussões sobre a educação, com novas preocupações como a construção de prédios especiais, com ventilação e luz apropriadas, ginásio para ginástica e jardim em torno das escolas (GAZETA DE PIRACICABA, 19/05/1886, 26/08/1887, 16/11/1887, 20/10/1889).

As referidas proposições estavam acompanhadas por incentivos do governo imperial, por exemplo, na abertura da 20ª Legislatura, no ano de 1886, quando dentre diferentes assuntos citados por D. Pedro II foi mencionada a necessidade da reorganização do ensino público. Outra ocasião se deu no discurso da princesa Isabel, na abertura da Assembleia Geral no ano de 1888, na qual também foi destacada a imprescindibilidade de reorganizar o ensino em seus diversos graus e ramos, ao difundir conhecimentos mais amplos que preparassem para carreiras que demandavam superior cultura intelectual (GAZETA DE PIRACICABA, 08/05/1886, 06/05/1888).

Na abertura da sessão do parlamento em 1889, o Imperador atentou à necessidade da criação de escolas técnicas adaptadas às condições e conveniências locais, de duas universidades no Sul e Norte e faculdades de ciências e letras apropriadas às províncias. Pediu

atenção à instrução primária, secundária e ao ensino e culto religioso, ao propor a criação de um bispado em todas as províncias (GAZETA DE PIRACICABA, 10/05/1889).

Gonçalves Neto (2015) ilustra esse período como uma época de incremento das discussões e multiplicação de projetos, a ignorância popular era tratada como uma chaga nacional. Contudo, os resultados práticos não foram alcançados devido à falta de recursos, má vontade política da maior parte da elite, extensão geográfica, problemas de comunicação e o baixo nível de urbanização.

Ao analisar a questão da instrução no íterim do segundo reinado Monarcha (2016) ressalta que mesmo diante de toda a conjuntura geográfica, política, econômica, social e cultural, a qual dificultava o desenvolvimento e expansão educacional pública “[...] é inegável que nalguma medida a instrução evoluíra nas dimensões teóricas e práticas” (p. 74). O mesmo autor, ao sintetizar a situação da educação no final do Império, evidencia que:

Na antemanhã da República, o estado da instrução era este: ensino primário, secundário no Município Neutro e superior em todo o país a cargo do governo central e gerido pelo ministro do Império; ensino primário, normal e profissional sob a alçada dos poderes locais, legislados pelas Assembleias provinciais e administrados pelas inspetorias gerais (MONARCHA, 2016, p. 123).

Ainda em âmbito nacional, entende-se ser pertinente abordar alguns aspectos de como os assuntos municipais eram debatidos. Em janeiro de 1884, foi organizada uma comissão de reforma municipal para rever as funções legislativas e executivas dos governos locais. No mesmo ano, consta que o projeto dessa reforma incluía restituir às municipalidades a concessão de privilégios para fazer contratos relativos à instrução primária, secundária e profissional (GAZETA DE PIRACICABA, 17/02/1884, 21/03/1884). Em 1886, noticiou-se que a reforma fora rejeitada pelo senado, a Gazeta de Piracicaba então faz das palavras do jornal ‘O Paiz’ as suas:

[...] e ainda que de facto tenha perdido a camara municipal a sua autonomia e autoridade, é preferível neste caso, a ficção do direito antes do que a realidade do despotismo governamental sancionado por uma lei. Sem independencia propria, sem autoridade para legislar na esphera dos interesses locaes, sem amplos meios para corresponder aos seus multiplos deveres e á sua elevada missão, é claro que as camaras municipaes irão definhando e decahindo no seu prestígio (Gazeta de Piracicaba, 1886, p. 1, apud O PAIZ, 1886).

No final da década, o Imperador e a Princesa Isabel nas aberturas da Assembleia Geral incentivaram os senadores a discutirem a urgente necessidade de reforma da lei orgânica das câmaras municipais com o intuito de tornar mais amplas e independentes suas atribuições, assim

como requereram que as reformas da gestão local ocorressem dentro do espírito liberal (GAZETA DE PIRACICABA, 06/05/1888, 10/05/1889).

Verifica-se que, nos anos 1880, a educação estava associada por parte da sociedade brasileira a conceitos como direitos e cidadania e a alta taxa de analfabetismo não se encaixava nos novos preceitos civilizadores pregados por diferentes grupos. Questões como a falta de investimento público, de docentes e instalações próprias do governo eram mote de discussão no final do Império. Nacionalmente as reformas e leis não surtiram efeito e as críticas se referiam ao excesso de discursos e escassez de ações.

Averiguou-se que, os temas da autonomia e funções das câmaras municipais estavam em pauta no final do período imperial. Mas, com o Ato Adicional de 1834 ainda em vigor, as propostas de mudanças ficaram meramente no plano das discussões. Na prática, os governos locais, conforme será apresentado adiante, ainda ficariam subordinados ao executivo provincial depois da Proclamação da República.

### **1.3 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 1880**

O panorama da província de São Paulo nos anos 1880 revela diversas discussões em prol da organização da educação. Warde e Paulo (2013), ao realçarem os principais acontecimentos desse período, destacam que a Lei n. 130, de 25 de abril de 1880, promoveu a reabertura da Escola Normal e autorizou a reforma da instrução pública, para a qual foi criada uma comissão que deveria apresentar à Assembleia Provincial um projeto.

O projeto foi apresentado em 1883 e rejeitado pelos deputados. Somente em maio de 1885 a legislação para o ensino paulista fora aprovada, revogada, contudo, em setembro do mesmo ano, sob o argumento de que não havia recursos suficientes para implantá-la. Demoraria ainda dois anos para que houvesse consenso, quando, em 06 de abril de 1887, promulgou-se a Lei n. 81.

Em relação à direção do ensino público, a Lei n. 81 determinou que esta estaria composta pelo presidente da província, o Conselho Superior, o diretor geral da instrução pública e os Conselhos Municipais, a fiscalização estaria sob a responsabilidade dos dois últimos. Reis Filho (1995) ao se referir à relevância do Conselho Superior destaca que a nomeação de seus membros ocorria em meio às disputas políticas devido ao status do cargo e por isso sofreu críticas ao não contemplar personagens da área da educação.

Acerca dos dados sobre a situação da instrução na província de São Paulo nessa década, o relatório do conselheiro Leôncio de Carvalho revelou que em 1884, para uma população de 837.354 habitantes havia 696.183 analfabetos, ou seja, em torno de 83%. A população escolar

era de 168.799, aproximadamente 20% do total da população, e as despesas com educação 454:201\$000 (GAZETA DE PIRACIABA, 03/08/1884).

Em 1886, o relatório da Comissão Central de Estatística da Província registrou que dos 1.225.394 habitantes 77% eram analfabetos, havia 1.034 cadeiras públicas, destas 814 providas - 478 masculinas e 336 femininas. No ano de 1887, o relatório de Rodrigues Alves<sup>23</sup>, presidente da província, afirmava que em contraste com a riqueza de São Paulo a educação pública alcançava resultados acanhados. Citou que havia 1.030 cadeiras primárias, destas 805 estavam providas, as quais tinham no total 26.932 alunos matriculados e a média de 20.590 frequentes (REIS FILHO, 1995).

A partir de um discurso pronunciado, em 28 de fevereiro de 1888, pelo deputado Prudente José de Moraes Barros<sup>24</sup> na Assembleia Provincial sobre as finanças da província, percebe-se que o tema educação passou a ter destaque. Esse político citou que a instrução pública, junto à força pública, juros e diferenças de câmbio eram os quatro setores que mais consumiam a receita da província, três quartos (3/4) aproximadamente (GAZETA DE PIRACIABA, 10/03/1888).

Na província de São Paulo o aumento da população não acarretou consequente crescimento de analfabetos, Ferraro (2009) evidencia que isso ocorreu também em outras províncias do Sul e Sudeste. Esse fato não se deve ao efeito de qualquer reforma ou iniciativa educacional por parte dos governos geral ou provinciais e sim, pela chegada em grande escala de imigrantes, dos quais muitos vinham para o Brasil alfabetizados. Enfatiza, ainda, que a taxa de analfabetismo no Brasil somente viria a diminuir a partir de políticas voltadas à educação no decorrer da Primeira República (1889-1930).

Verifica-se que, o legislativo paulista demorou quase toda a década de 1880 para aprovar a reforma do ensino público. Com o aumento de escolas e de alunos matriculados não ocorreu a diminuição necessária da quantidade de analfabetos, nem da demanda crescente. Warde e Paulo (2013) evidenciam que as constantes alterações da estrutura educacional paulista no final do Império, quanto à adoção de distintas frentes de ação, terminaram por gerar progressos,

---

<sup>23</sup> Francisco de Paula Rodrigues Alves – 07/07/1848 Guaratinguetá (SP) – 16/01/1919 Rio de Janeiro (RJ). Formado em direito. Deputado geral (SP)/1885-1887; presidente de SP/1887-1888; deputado geral (SP)/1888-1889; constituinte/1891; deputado federal (SP)/1891; ministro da fazenda/1891-1892; senador (SP)/1893-1894; ministro da fazenda/1894-1896; senador (SP)/1897-1900; presidente de SP/1900-1902; presidente da República/1902-1906; presidente de SP/1912-1916; senador (SP)/1916-1917; presidente da República eleito em 1918. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/rodrigues-alves>>. Acesso em: 12 set. 2019.

<sup>24</sup> 04/10/1841 Itu (SP) – 03/12/1902 Piracicaba (SP). Formado em direito. Foi vereador em Piracicaba (SP)/1876-1879 e nos anos 1880; deputado provincial (SP)/1878-1879, 1881-1882 e 1888-1889; deputado geral (SP)/1885-1886; presidente de SP/1889-1900; senador (SP)/1890-1894; presidente da República/1894-1898. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/411-prudente\\_jose\\_de\\_moraes\\_barros](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/411-prudente_jose_de_moraes_barros)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

retrocessos e insatisfações, sobretudo na questão da inspeção e controle do que acontecia pela província, o que envolvia os governos municipais.

#### **1.4 MUNICÍPIO E EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO NOS ANOS 1880**

Na alçada provincial, a instrução pública no início dos anos 1880 não tinha uma definição precisa. A partir da Lei n. 81, de 6 de abril de 1887, a qual ficou em vigor até março de 1890, a instrução passou a ser subordinada ao presidente da província, auxiliado pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Ambos deveriam dirigir o ensino junto ao Diretor de Instrução Pública e Conselhos Municipais (REIS FILHO, 1995).

A dinâmica de funcionamento dos Conselhos Municipais era composta pela participação de dois membros eleitos pela câmara municipal e um indicado pelo presidente da província, o qual era escolhido pelo Diretor Geral da Instrução Pública. As atribuições dos Conselhos Municipais foram diversas, embora longas, julgou-se pertinente colocá-las na íntegra, pois servirão para analisar até que ponto a Câmara Municipal de Piracicaba as estava cumprindo:

Inspeccionar todas as instituições de ensino do município;  
 Abrir, numerar, rubricar e encerrar por um de seus membros os livros de escripturação das escolas publicas;  
 Autorisar os respectivos professores a expulsar das escolas publicas os alumnos reconhecidamente incorrigiveis;  
 Determinar a época dos exames geraes nas escolas publicas do municipio e nomear os examinadores;  
 Dar cumprimento aos actos do conselho superior e director da instrucção;  
 Dar attestado aos professores para receberem seus vencimentos e abonar-lhes até duas faltas mensalmente por motivo justificavel;  
 Propor á Assembléa Provincial, por intermedio do director da instrucção publica a creação, supressão e remoção de escolas no municipio;  
 Organizar o orçamento da receita e despeza com o serviço da instrucção no respectivo municipio;  
 Communicar em tempo á collectoria os pagamentos a fazer das despezas orçadas de conformidade com a lei e as urgentes sob a responsabilidade solidaria de seus membros;  
 Organizar annualmente, até dois mezes antes da reunião da Assembléa Provincial, um relatório sobre o estado da instrucção publica no municipio, estado das escolas, suas necessidades, frequencia e adiantamento dos alumnos e todos os mais esclarecimentos a bem da instrucção publica, e dirigil-o ao director da instrucção publica;  
 Remetter mensalmente ao director da instrucção publica um mappa contendo o movimento de cada uma das escolas do município (SÃO PAULO (Província), 1887).

Entretanto, o assunto não se encerrou nessa lei e o papel do governo municipal ainda renderia discussões, sobretudo porque no início de 1889 na maioria das localidades os conselhos não estavam constituídos, fato que dificultava a execução das atribuições.

O presidente provincial Pedro Vicente de Azevedo<sup>25</sup>, em um de seus relatórios, expressou preocupação devido à parte dos membros dos Conselhos Municipais aceitarem o cargo por motivos alheios aos interesses públicos. A seu ver, isso gerava ações negligentes, muitos estavam interessados somente nos ganhos políticos, ou também por motivos políticos sabotavam os referidos conselhos (WARDE; PAULO, 2013).

Uma das propostas de alteração na lei de 1887 foi a apresentação do projeto n. 206, em 19 de março de 1889, que pretendia dar às câmaras autonomia. A ideia era que estas pudessem nomear e demitir professores, conquanto que fossem normalistas e propunha garantir subvenção aos municípios proporcional ao número da população, para que as câmaras conseguissem cumprir as demandas previstas na legislação em vigor.

A questão era que alguns municípios tinham dificuldades em suprir e gerenciar as despesas apenas com o Fundo Escolar, espécie de poupança que os municípios deveriam administrar para manter a instrução pública em seus territórios. O que mais pesava era o auxílio para o aluguel de casa e pagamento do salário dos secretários, que era de 30\$000 mensais nos municípios com uma a oito escolas e 50\$000 nos municípios com mais de oito escolas (GAZETA DE PIRACICABA, 31/03/1889, 15/02/1889).

Dessa forma, a participação do município na instrução pública implicava nas dinâmicas de poder internas de uma dada localidade. Sobre essa situação Lefebvre (2000) explicita que o poder político num espaço centralizado e concentrado visa otimizar seus próprios benefícios dentro das hierarquias que compõem a sociedade.

No tocante à relação de poder entre município e província, observa-se que o governo local ficou responsável por atividades que muitas vezes não era capaz de cumprir. Nesse caso, conforme aponta Lefebvre (2000), percebe-se que há um conjunto de imposições e manipulações impostas por normas e hierarquias estabelecidas em uma ordem que define os papéis exercidos por cada parte.

É diante dessa conjuntura que apresentar-se-á como o executivo municipal de Piracicaba tratou das obrigações impostas pela província. Será analisada também a atenção que a edilidade deu ao tema educacional em seu território.

---

<sup>25</sup> 1843 Lorena (SP) – 05/07/1902 Guarujá (SP). Formado em Direito. Foi presidente das Províncias do Pará/1874-1875, Minas Gerais/1875-1876, Pernambuco/1886-1887 e São Paulo/1888-1889. Também vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo em duas ocasiões/1888-1891/1892-1896. Quando faleceu exercia o cargo de vereador de São Paulo. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/pedro-vicente-de-azevedo/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

## 1.5 MUNICÍPIO DE PIRACICABA NOS ANOS 1880

Ao adentrar no início do período proposto da pesquisa, decidiu-se por analisar o desenvolvimento da educação no município de Piracicaba a partir da sequência de seu contexto geral, da apresentação da dinâmica política interna da câmara municipal e das ações dos camaristas quanto à instrução local, incluso a resposta dada às demandas dos habitantes, professores e governo provincial. São abordadas também as iniciativas de particulares, da iniciativa privada e do governo provincial nesse cenário.

### 1.5.1 Contexto geral

A pesquisa nas fontes disponíveis não permitiu encontrar dados de todos os anos de 1880 sobre Piracicaba, mas entende-se que as informações coletadas permitem vislumbrar um panorama geral do município. A partir do relatório apresentado pelo presidente da câmara municipal referente ao quadriênio 1877-1880 foi possível identificar alguns aspectos do município.

Constatou-se que, estava em andamento a construção do Engenho Central de cana de açúcar, pontes, ruas e estradas, assim como estudos para a instalação de iluminação pública e abastecimento de água na cidade. Esses melhoramentos contavam com o auxílio monetário do governo provincial e de particulares (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1881).

No ano de 1882, o coletor de impostos contou 1.128 casas na cidade. No mesmo ano, consta que até junho havia em todo município 3.423 homens e 2.352 mulheres. O ‘Almanak Litterario’ do Sr. José Maria Lisboa, com informações de toda a província no início da década de 1880, trazia sobre Piracicaba dados fornecidos pelos políticos locais e irmãos Manoel<sup>26</sup> e Prudente J. de Moraes Barros. Apresentava características geográficas e econômicas, salientava a crescente lavoura de café e cana de açúcar, essa última impulsionada pelo novo Engenho Central (1881) e em menor quantidade as plantações de algodão e gêneros alimentícios.

Havia também fábricas de tecido, curtume, sabão, algumas de cerveja e serrarias. Outro parâmetro econômico era o número de escravos calculado em 5.339, terceiro do estado, atrás

---

<sup>26</sup> Manoel de Moraes Barros – 01/05/1836 Itu (SP) – 20/12/1902 Piracicaba (SP). Formado em direito e fazendeiro. Foi juiz municipal em Piracicaba/1860-1864; deputado provincial (SP)/1884-1885; assumiu o governo provisório de Piracicaba/novembro de 1889; deputado da Constituinte da República e deputado no congresso nacional (SP)/1891-1894, cabendo-lhe a presidência da primeira Câmara legislativa da União após a constituinte. Exerceu em Piracicaba numerosos cargos: juiz de paz, delegado de polícia, inspetor da instrução pública e membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi vereador em Piracicaba por diversos mandatos entre os anos 1880 e 1890. Em 1895 foi eleito senador federal (SP) na vaga de seu irmão, então empossado como presidente da República e permaneceu durante sete anos no senado, até seu falecimento. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/346-manoel\\_de\\_morais\\_barros](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/346-manoel_de_morais_barros)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

somente dos municípios de Campinas e Bananal. O município era servido por pequenas estradas de terra mal conservadas, a estrada de ferro Ituana e navegação fluvial. Possuía três igrejas, um cemitério com área para os não católicos, um inacabado e feio teatro e câmara e cadeia novas construídas com dinheiro da província (GAZETA DE PIRACICABA, 18/08/1882, 30/08/1882, 24/09/1882).

O recenseamento municipal de 1883 revelara 1.064 crianças do sexo masculino em idade escolar (6 a 15 anos). Nesse ano foram coletados impostos em 1.190 casas, com a média de cinco habitantes por casa, havia aproximadamente na cidade 6.000 habitantes, uma das cinco maiores aglomerações da província (GAZETA DE PIRACICABA, 08/02/1883, 14/02/1883, 21/09/1883, 23/09/1883).

Entre 1883 e 1885 a edilidade tentava suprir algumas necessidades da população local, mas esbarrava na falta de recursos. Havia projetos para a implantação de água encanada e esgoto, e construção do mercado, matadouro e pontes sobre o rio Itapeva. Algumas dessas propostas vingaram devido à parceria com a iniciativa privada (PERECIN, 2009).

Em 1884, foi inaugurado o Museu Ornitológico, pertencente a um particular, com mais de 800 exemplares, além de conter mamíferos e máquinas. Percebe-se que, de 1882 para 1885, a extensão da cidade praticamente não sofreu alteração, pois em 1885 foram computadas 1.330 casas distribuídas em 30 ruas. Contudo, os dados mostram que a população do município praticamente duplicou, com 22.150 habitantes. As informações provenientes dos impostos locais demonstram que o comércio e a indústria se desenvolveram, com respectivamente 261 e 11 estabelecimentos (CAMARGO, 1899).

No ano de 1885 a renda municipal foi de 37:387\$061 e destinou-se às obras públicas 23:733\$995. No quesito cultural a coletividade local mantinha diversas sociedades literárias, beneficentes e recreativas, e a biblioteca com 2.000 volumes estava sob responsabilidade do Club Piracicabano (CAMARGO, 1899).

Quanto ao desenvolvimento urbanístico da cidade, o jornal Gazeta de Piracicaba, em 1886, apresentou dois depoimentos. Victaliano Ferraz do Amaral, ex-redator da Gazeta de Piracicaba expôs que:

[...] Ha entretanto, muitos melhoramentos a fazer e que estão perfeitamente ao alcance da municipalidade. [...] ora sendo suas ruas um oceano de lama na estação chuvosa, e de pó na estação seca, com o bom pedregulho virá desaparecer a lama e com a arborização, senão extinguir, pelo menos diminuirá o pó (1886, p. 1).

A descrição de Ezequiel Freire, jornalista do jornal da Corte ‘Gazeta de Notícias’, sobre sua visita à cidade, retrata Piracicaba como tristonha e impregnada de poeira, com uma Igreja Matriz insignificante e um teatro vergonhoso. Todavia, elogiou algumas residências da cidade, a fábrica de tecidos Santa Francisca, a beleza natural do rio Piracicaba e se impressionou com o ufanismo do povo (GAZETA DE PIRACICABA, 22/05/1886).

Em 1887, contava-se 7.000 habitantes urbanos e aproximadamente 1.600 casas, e no município 22.000 habitantes. Foi inaugurado o serviço de abastecimento de água implantado pela empresa de Frich e Zanotta e no ano seguinte o Mercado Municipal “resultado de um esforço hercúleo desenvolvido pelo vereador Dr. Manoel de Moraes Barros” (PERECIN, 2009, p. 35).

Paulatinamente, Piracicaba estava se desenvolvendo social, econômica e demograficamente, além de experimentar fluxo imigratório e de novos ideais políticos e culturais. A reconfiguração política local estava pautada na mudança de partido por parte das elites, ao migrarem para o republicano, inclusive dentro da liderança rural. Os principais porta-vozes monarquistas estavam representados nas figuras dos Barões de Serra Negra<sup>27</sup>, Rezende<sup>28</sup> e Piracicamirim<sup>29</sup>. Do lado republicano os mais relevantes eram os irmãos Manoel e Prudente José de Moraes Barros, Luiz de Queiroz<sup>30</sup>, Antonio Carlos de Camargo, Paulo Pinto de Almeida<sup>31</sup> e Martim Bonilha (PERECIN, 2009).

---

<sup>27</sup> Barão de Serra Negra – Francisco José da Conceição – 1822 Piracicaba (SP) – 02/10/1900 Rio das Pedras (SP). Comerciante, fazendeiro e empreendedor nas causas beneficentes e no desenvolvimento de Piracicaba. Foi um dos homens mais ricos da província de São Paulo. Chefe do Partido Liberal de Piracicaba e manteve-se monarquista mesmo após a proclamação de República. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/quem-era-o-barao-de-serra-negra-24825/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

<sup>28</sup> Barão de Rezende – Estevão Ribeiro de Souza Rezende – 19/08/1840 Rio de Janeiro (RJ) – 11/08/1909 Piracicaba (SP). Várias gerações de sua família estiveram ligadas politicamente aos reis de Portugal e D. Pedro II era seu padrinho de batismo. Fazendeiro e empreendedor, um dos seus maiores feitos foi a construção do Engenho Central de Piracicaba e era atuante em causas beneficentes. Foi chefe do Partido Conservador de Piracicaba e vereador nesse município nas legislaturas de 1873-1876, 1877-1880 e 1887-1889 e também após a proclamação da República; deputado provincial (SP) em cinco legislaturas/1871, 1874, 1876, 1878. Disponível em: <[https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/139-estevao\\_ribeiro\\_de\\_souza\\_rezende](https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/139-estevao_ribeiro_de_souza_rezende)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

<sup>29</sup> Barão de Piracicamirim – Antonio de Barros Ferraz – 09/05/1819 – 09/05/1886 Piracicaba (SP). Formado em direito, fazendeiro e comerciante. Pertencia ao Partido Liberal de Piracicaba e exerceu no município os cargos de delegado de polícia, juiz de paz, juiz municipal de órfãos e vereador na época do Império. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/43-antonio\\_de\\_barros\\_ferraz](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/43-antonio_de_barros_ferraz)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

<sup>30</sup> Luiz Vicente de Souza Queiroz – 12/06/1849 – 11/06/1898 São Paulo (SP). Filho do Barão de Limeira foi engenheiro agrônomo, fazendeiro, industrial, empreendedor e se dedicava a causas beneficentes. Um dos seus maiores feitos em Piracicaba foi a implantação de uma fábrica de tecidos, usina elétrica que forneceria energia à cidade e o incentivo à criação de uma escola agrícola. Fez parte do governo provisório em Piracicaba no início da República. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/luiz-de-queiroz-3043/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

<sup>31</sup> 21/03/1856 Piracicaba (SP) – 17/03/1905 São Paulo (SP). Engenheiro, médico e empresário. Em Piracicaba foi vereador/1887-1889 e fez parte do governo provisório em 1890. Foi um dos fundadores do Banco da Indústria e Comércio de Piracicaba. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/398-paulo\\_pinto\\_de\\_almeida](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/398-paulo_pinto_de_almeida)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

Dentre os dados do relato da subcomissão incumbida pelo recenseamento da cidade em 1886, consta que havia 10 bacharéis em direito, nove médicos, seis engenheiros, quatro farmacêuticos e quatro professores normalistas. Grande parte da receita municipal (37:387\$061), assim como nos anos anteriores, era gasta nas obras públicas (23:733\$995) (GAZETA DE PIRACICABA, 11/01/1887).

No final dos anos 1880, a cidade de Piracicaba contava com 2.107 casas, 1.880 emplacadas, distribuídas em 58 ruas e largos, estimava-se a população urbana em 10.535 habitantes (GAZETA DE PIRACICABA, 07/02/1888, 07/04/1888). Em 1889, Piracicaba fora elevada a comarca especial da província e o último fator desenvolvimentista foi a implantação dos telefones públicos em outubro (PERECIN, 2009). Para melhor visualização de alguns dados relativos ao município nos anos 1880 foi elaborada a Tabela 1.

Tabela 1 – Número de casas na cidade, população da cidade e do município de Piracicaba nos anos 1882-1883-1885-1887-1889.

|                                  | 1882  | 1883  | 1885   | 1887   | 1889   |
|----------------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|
| <b>Número de casas na cidade</b> | 1.128 | 1.190 | 1.330  | 1.600  | 2.107  |
| <b>População da cidade</b>       | -     | 6.000 | -      | 7.000  | 10.535 |
| <b>População do município</b>    | 5.775 | -     | 22.150 | 22.000 | -      |

‘-’ – Significa que não foram encontrados os referidos dados. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 18/08/1882, 08/02/1883, 14/02/1883, 07/02/1888, 07/04/1888; CAMARGO, 1899; PERECIN, 2009.

Apesar de não se ter todos os dados relativos ao crescimento urbano e do município nos anos 1880, observa-se a partir das informações encontradas que em relação ao número de casas na cidade, fator de medida de desenvolvimento urbano, houve uma taxa de variação percentual de crescimento de 86,79%. Considera-se que, esta é uma expansão compatível com o crescimento populacional urbano que foi de 75,58%.

No tocante à população do município, entre 1882 e 1887, ocorreu uma variação percentual de crescimento de 280,95%. Foi uma taxa mais significativa, a qual demonstra um aumento considerável de população na área rural, supõe-se que devido à chegada de imigrantes para o trabalho nas lavouras. Todavia, sem dados anteriores para comparação não é possível

dizer se foi um momento relevante de desenvolvimento, ao final da pesquisa ao comparar os três períodos do recorte temporal será possível fazer uma análise nesse sentido.

Economicamente, no final dos anos 1880, a agricultura se mantinha como protagonista e nota-se o surgimento de indústrias e aumento das atividades comerciais, impulsionado sobremaneira pela abolição da escravatura e chegada dos imigrantes, fatos que geraram também transformações culturais. Inclusive, politicamente o grupo republicano ganhou progressivamente mais espaço.

Conforme sumariza Perecin (2009), este foi um período de disputas de poder entre lideranças liberais e conservadoras, as quais se alternaram na ocupação de cargos públicos do executivo local na tentativa de obter ganhos provenientes das intervenções urbanas, econômicas, sociais e culturais. Compreende-se que, todos os fatores apresentados nesse cenário geral de Piracicaba influíram no desenvolvimento da educação local. Como a câmara municipal e seus componentes são um dos principais elementos a serem analisados no desenvolvimento da educação em nível local, será apresentado a seguir um panorama da dinâmica interna deste órgão do executivo e sua participação na expansão educacional de Piracicaba.

### **1.5.2 Câmara Municipal de Piracicaba**

Os dados apresentados, a seguir, foram pesquisados no jornal Gazeta de Piracicaba entre 1882 e 1889 e em documentos da câmara municipal no período de 1880 a 1889 - Livros de Atas, Livros de Leis e Resoluções, Livros de Orçamento e Balancetes, Livros de Relatórios e Livros de Pagamentos de Empregados. Serão abordadas a dinâmica de funcionamento da câmara, as temáticas mais discutidas e a atenção dada aos assuntos educacionais. Optou-se por separar as iniciativas da câmara municipal em três diferentes tópicos com a intenção de melhor compreender o que ocorreu nesse período.

Em um primeiro momento, é traçado o contexto político da dinâmica interna de poder na câmara, com o intuito de demonstrar quais eram os personagens que participavam do governo local e como se deu a execução das sessões. A seguir, são apresentadas tanto as discussões das sessões, quanto as ações dos camaristas em relação às atitudes da própria edilidade e demandas de habitantes, professores e deveres impostos pelo governo provincial.

### 1.5.2.1 Características das diferentes gestões nos anos 1880

De 1880 a 1889, a quantidade de sessões previstas da câmara municipal por ano foi de 22 em 1880, para 38 em 1888, o que representa um aumento de 72,72%. O ano de 1889 se mostrou uma exceção, com 27 sessões previstas devido aos acontecimentos políticos que culminariam na República.

Em alguns anos, várias sessões não ocorreram por falta de quórum, ou mesmo com a quantidade mínima de presentes, estas eram suspensas sob o argumento de não ter assunto a ser discutido. Constatou-se que, em 1880 não houve metade das sessões previstas. De 1881 a 1885, esse percentual foi baixo, do total de 171 sessões previstas apenas 9,7% não ocorreram por falta de quórum, mas de 1886 a 1889 a taxa se elevou para 40,3%.

Identificou-se que, ser vereador não era a principal função dessas pessoas, dentre elas havia profissionais liberais, fazendeiros e negociantes. Os camaristas faziam longas viagens a serviço, por motivo de saúde, para tratar de doenças em alguma região de serra ou na capital, e às vezes simplesmente por turismo.

Teve o caso de Manoel de Moraes Barros, que em 1883 assumiu o cargo de vereador e em 1884 de deputado provincial. Ele atuou nos dois postos ao mesmo tempo, porque era permitido por lei, no entanto se mudou para São Paulo e participava raramente das sessões da câmara. Diante desses fatos, considera-se a possibilidade de esses serem os principais motivos da falta de quórum nesse período (GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889).

Para se compreender as posições tomadas pelos camaristas, entende-se ser necessário expor os partidos políticos dessa época. Rocha (2004) explica que o Partido Conservador defendia a centralidade monárquica pela administração imperial a partir do Poder Moderador, pelo qual independente de leis o imperador dava sempre a última palavra.

O Partido Liberal, formado também por monarquistas, insistia em questionar e denunciar os mecanismos institucionais do Império, que impediam disputas políticas justas, mas, ao mesmo tempo, se sentiam incapazes de romper com a estruturação política e social da época. Nos anos 1870, os liberais alteraram alguns aspectos de suas convicções, ao considerarem não só um recuo do governo, como também que outras partes da sociedade, além da elite, tivessem direitos. E o Partido Republicano defendia o governo democrático e laico calcado em princípios liberais.

Em 1880, a câmara municipal era formada por cinco vereadores: Estevão Ribeiro de Souza Rezende – Barão de Rezende, José Emigdio da Silva Novaes, José Fernando de Almeida Barros Junior, Ignacio Ferreira de Camargo Salles e Prudente José de Moraes Barros. Todos eram conservadores e liberais, com exceção do republicano Prudente J. de Moraes

Barros. Os principais tópicos discutidos pelos camaristas foram obras públicas (ruas e pontes), aforamentos de terrenos<sup>32</sup> e impostos (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880).

No mesmo ano ocorreu eleição municipal e em 1881 assumiram a edilidade: Antonio de Moraes Navarro, major Fernando Ferraz de Arruda, coronel Carlos de Arruda Botelho, Manoel Ferraz de Arruda Campos, capitão Miguel Antonio Gonçalves de Arruda, Joaquim da Silveira Mello, Francisco Manoel de Oliveira e João da Cunha Raposo. Dessa vez todos eram conservadores e liberais. Quanto aos assuntos mais discutidos nas sessões, manteve-se o padrão do ano anterior (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1881).

As fontes não indicam o motivo de nova eleição de um ano para outro e em 1882 os vereadores eram: João Baptista da Rocha Conceição, Albano Augusto Leitão, Ignacio Francisco de Camargo Salles, José Fernando de Almeida Barros Junior, José Custódio de Barros, Canuto José Saraiva e Joviniano Reginaldo Alvim. A edilidade continuou a ser governada por conservadores e liberais. Os principais temas discutidos no decorrer do ano foram obras públicas - ruas, pontes, construção da cadeia e cemitério, e instalação da iluminação pública (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1882).

No ano de 1882, houve novas eleições e, em 1883, assumiram seus mandatos: Américo Vespucio Moreira de Almeida, Joviniano Reginaldo Alvim, Canuto José Saraiva, João Batista da Rocha Conceição, Manoel de Moraes Barros, José Fernandes de Almeida Barros Junior, José Custódio Soares de Barros, José Ferraz de Camargo Junior e Albano Augusto Leitão. Dessa vez, o Partido Republicano voltou a ser representado na pessoa de Manoel de Moraes Barros, o qual, inclusive, se tornaria presidente da casa, tendo como vice o liberal José Custódio Soares de Barros.

Nesse viés, o centro das discussões no decorrer desse ano foi praticamente o mesmo do ano anterior, com a inclusão do tópico código de posturas. No final do ano, o vereador Américo Vespúcio Moreira de Almeida mudou-se da cidade e em seu lugar foi eleito Ignacio Ferreira de Camargo Salles do Partido Conservador (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1882-1883).

O ano de 1884 iniciou-se com os conservadores João Baptista da Rocha Conceição e Albano Augusto Leitão como presidente e vice da câmara. Suas primeiras ações, com o apoio

---

<sup>32</sup> Aforamento é o contrato entre o município e um particular através do qual este adquire de forma perpétua o direito à posse, uso e gozo do terreno pertencente à municipalidade, mediante pagamento anual do foro. Disponível em: <<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/ReceitasPatrimoniais/ForoPerguntasRespostas?Length=4>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

da maioria conservadora da casa, incluíram a troca de funcionários municipais por pessoas de confiança destes, o que causou discussões e reprovações por parte dos liberais e republicanos. Na sessão de 10 de fevereiro, como forma de aumentar a arrecadação de dinheiro e melhorar a situação dos cofres públicos a câmara aprovou aumento de impostos para todos os comércios e serviços da cidade, contudo as escolas e professores particulares não estavam inclusos.

Ainda nesse ano, Manoel de Moraes Barros comunicou que não participaria mais das sessões, pois assumiria seu posto na Assembleia Provincial. As ações urbanizadoras continuaram o principal foco da atenção dos camaristas, com abertura de novas ruas e instituição do código de posturas para padronizar as fachadas (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1884).

No ano seguinte, novamente foram eleitos para presidente e vice da câmara um conservador e um liberal, João Baptista da Rocha Conceição e Joviniano Reginaldo Alvim. Em 1885, não houve nenhum acontecimento ou ação relevantes e a maioria das discussões foi sobre a urbanização da cidade como iluminação pública, construção de pontes, código de posturas, cadeia nova, construção do mercado, abastecimento de água e ajardinamento (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1885).

A principal ação dos vereadores em 1886 foi o recenseamento do município, como parte do inventário geral da província. Os debates seguiram os padrões dos anos anteriores acerca da urbanização da cidade - código de posturas, abastecimento de água, iluminação pública e estradas (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1886).

No ano de 1887, novos vereadores assumiram, constata-se que, dessa vez, houve maior paridade entre os partidos - Paulo Pinto de Almeida, médico, republicano; Prudente José de Moraes Barros, advogado, republicano; Estevão Ribeiro de Souza Rezende, fazendeiro, conservador; José Augusto da Rocha Almeida, médico, conservador; Manoel da Costa Pedreira, negociante, liberal; José Carlos de Arruda Pinto, negociante, liberal; João Nepomuceno de Souza, solicitador, liberal; coronel Carlos de Arruda Botelho, liberal; João Manoel de Moraes Sampaio, fazendeiro, conservador (GAZETA DE PIRACICABA, 03/07/1886, 31/07/1886). Os principais temas tratados coincidiram com os anos anteriores e novos planos surgiram, como rede de telefonia, linha de bonde e estrada de ferro (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1887).

O ano de 1888 iniciou com o conservador José Augusto da Rocha Almeida e o liberal José Carlos de Arruda Pinto como presidente e vice. A única discussão fora do padrão foi em relação à abolição da escravatura, a qual desagradou aos conservadores. Como ocorreu apenas metade das sessões previstas nesse ano, poucas decisões foram tomadas e o mote das discussões

foi a continuação das ações urbanísticas definidas no ano anterior (GAZETA DE PIRACICABA, 04/01/1887, 01/02/1887, 15/04/1888, 08/05/1888, 15/10/1888; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1888).

O ano de 1889 inicia novamente com a câmara na mão dos conservadores e liberais, como presidente estava João Nepomuceno de Souza e o vice era Francisco Florencio da Rocha. Em meados do ano, a situação dos cofres públicos tornara-se crítica e o vice-presidente fizera um comunicado oficial ao presidente da província sobre o assunto.

No decorrer do segundo semestre, a situação política do país, a qual levaria à proclamação da República, atrelada à falta de quórum em um terço (1/3) das sessões previstas, fizeram com que, como no ano anterior, nenhuma decisão nova importante fosse tomada. Verificou-se que, no exercício desse ano foram programadas melhorias no jardim central, definição de alguns impostos e ampliação da iluminação e telefonia públicas (GAZETA DE PIRACICABA, 07/01/1889, 13/01/1889, 15/05/1889, 22/11/1889; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1889).

A partir desse quadro da Câmara Municipal de Piracicaba, nos anos 1880, identifica-se que nas eleições apesar da maioria durante todo o período ser de conservadores, o quadro de liberais aumentou e alguns republicanos conseguiram se eleger. O principal problema enfrentado pelos camaristas nesse ínterim foi o déficit nos cofres públicos e verificou-se que o tema urbanização ocupou a maior parte das discussões da casa nessa época.

Sob a perspectiva das teorias de Elias (1994b, 2008), as tensões entre essas diferentes correntes políticas na câmara geraram impulsos em direção às mudanças estruturais que estavam por vir. Apesar das forças coercitivas de um grupo sobre o outro, havia entrelaçamento de suas decisões, ações e objetivos, que criavam um elo de interdependência dentro das funções e relações antagônicas.

Essa situação, mesmo que intrincada por opositores contrastantes, teve como resultado inovações urbanísticas, que de acordo com Santos (1988, 1993) geram um processo de modificação da paisagem. A urbanização é caracterizada por um conjunto próprio de técnicas que influi diretamente nos sistemas sociais, políticos e culturais locais, o que resulta em novas formas de regulações, controle e relações. Diante dessa configuração política, são expostas as condutas da edilidade em relação à expansão instrucional em seus domínios.

### 1.5.2.2 Sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação

Em relação às sessões da câmara municipal que abordaram o tema educação, optou-se em um primeiro momento pela apresentação geral de quantas foram. Para compreender se a quantidade foi significativa, estabeleceu-se uma comparação com outros temas discutidos pela edilidade. A seguir, as sessões que trataram do tema educação são demonstradas a partir de três eixos: iniciativa da edilidade, demanda de habitantes e professores, e do governo provincial.

Com o intuito de demonstrar quais foram as temáticas mais e menos abordadas pela edilidade nos anos 1880 e para compreender a relevância da quantidade acerca do tema educação nesse conjunto foi arquitetada a Tabela 2. Ela demonstra a quantidade de sessões sobre cada uma dessas temáticas a cada ano e a soma total.

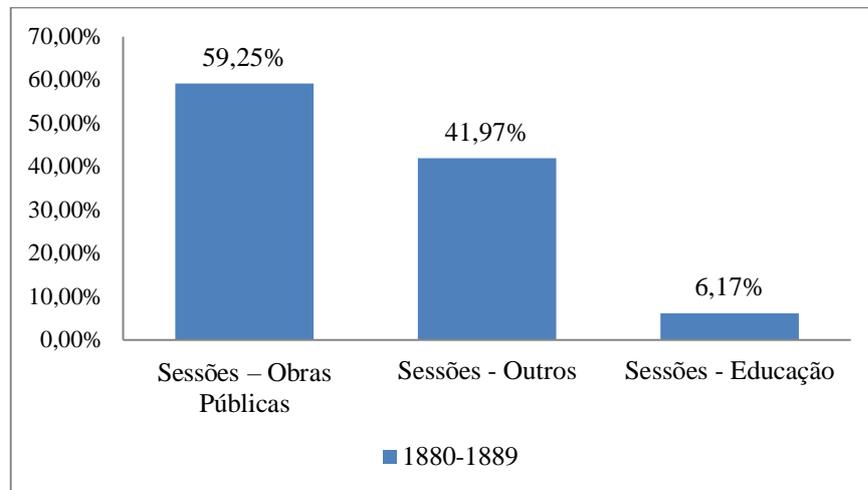
Tabela 2 – Total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba e sessões relativas aos temas obras públicas, outros\* e educação no período de 1880 a 1889.

|                                 | 1880 | 1881 | 1882 | 1883 | 1884 | 1885 | 1886 | 1887 | 1888 | 1889 | Total      |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------|
| <b>Sessões no Ano</b>           | 11   | 35   | 19   | 36   | 37   | 23   | 20   | 31   | 20   | 11   | <b>243</b> |
| <b>Sessões – Obras Públicas</b> | 5    | 9    | 10   | 20   | 28   | 17   | 15   | 19   | 14   | 7    | <b>144</b> |
| <b>Sessões – Outros*</b>        | 4    | 7    | 7    | 13   | 20   | 12   | 10   | 13   | 11   | 5    | <b>102</b> |
| <b>Sessões - Educação</b>       | 1    | 0    | 0    | 3    | 4    | 0    | 0    | 5    | 1    | 1    | <b>15</b>  |

\*Outros: são os temas impostos, aforamentos de terrenos, código de posturas e urbanização. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1889.

A partir dessa comparação, observa-se que do total de 243 sessões efetuadas nos anos 1880, 144 (59,25%) foram dedicadas ao tema obras públicas, 102 (41,97%) abordaram as temáticas impostos, aforamentos de terrenos, código de posturas e urbanização, e 15 (6,17%) trataram de educação. Para melhor visualização dos dados foi construído o Gráfico 1 com as respectivas percentagens.

Gráfico 1 – Comparação percentual de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba relativas aos temas obras públicas, outros\* e educação no período de 1880 a 1889.



\*Outros: são os temas impostos, aforamentos de terrenos, código de posturas e urbanização. Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1889.

Nos anos 1880, o tema mais discutido pelos vereadores foi obras públicas, seguido de tópicos como impostos, aforamentos de terrenos, código de posturas e urbanização. Constatou-se nas leituras das atas que o assunto educação, assim como alguns outros, não fazia parte da pauta dos camaristas e foi abordado em poucas ocasiões, quando surgia alguma demanda específica.

Quanto à questão do gasto por área em relação ao orçamento total da câmara municipal, não consta no material disponível no acervo dessa instituição essas informações. O único dado encontrado sobre o assunto foi no jornal Gazeta de Piracicaba, que publicou no ano de 1889 notícias sobre o Fundo Escolar, estabelecido pela Lei provincial n. 81 de 06 de abril de 1887. Esse fundo era administrado pelo coletor de rendas provincial, que apresentava mensalmente balancete ao governo, contudo era uma verba à custa da câmara municipal.

A média de gasto mensal com o Fundo Escolar em 1889 foi de 50\$000 e a arrecadação 5\$000, ou seja, os gastos eram 10 vezes maiores do que o arrecadado. Situação que pode ser visualizada na diminuição dos saldos no decorrer do ano: março 564\$952; agosto 221\$352; setembro 171\$352; novembro 121\$352 (GAZETA DE PIRACICABA, 08/05/1889, 02/06/1889, 18/09/1889, 06/10/1889, 08/11/1889).

A partir dessas informações, é possível depreender que nesse período a questão da educação não era uma prioridade para a edilidade. A taxa de discussões sobre esse tópico se mostra muito inferior às outras áreas da administração municipal, como obras públicas e urbanização. O interesse por essas questões não era somente uma característica do executivo municipal piracicabano, conforme Santos (1988, 1993) o desenvolvimento urbano era empenhado pelos principais municípios no Brasil nesse momento histórico. Baseava-se em novos princípios de higiene, mobilidade, comunicação e estética, e significava que a sociedade era civilizada.

O fato do pouco interesse da câmara municipal pela educação pode ser averiguado na exposição das sessões sobre educação que ocorreram por iniciativa dos camaristas. Constatou-se que estas foram em menor quantidade na comparação com as sessões acerca das demandas educacionais de habitantes, professores e governo provincial.

Tabela 3 – Dentro da quantidade total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba que trataram do tema educação, quais ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes e professores, e do governo estadual no período de 1880 a 1889.

|   | 1880 | 1881 | 1882 | 1883 | 1884 | 1885 | 1886 | 1887 | 1888 | 1889 | Total |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| <b>Sessões - iniciativa dos vereadores</b>          | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2     |
| <b>Sessões - demanda de habitantes/ professores</b> | 1    | 0    | 0    | 2    | 3    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 8     |
| <b>Sessões - demanda do governo provincial</b>      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 3    | 1    | 1    | 5     |
| <b>Total</b>  | 1    | 0    | 0    | 3    | 4    | 0    | 0    | 5    | 1    | 1    | 15    |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882–1889; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1889.

Diante desse cenário, pondera-se que, nesse final do período imperial, a Câmara Municipal de Piracicaba chefiada por monarquistas, seguia o padrão de outras localidades e não demonstrava interesse em ter escolas próprias ou em investir em questões educacionais.

A edilidade apresentou a menor quantidade percentual (13,33%) entre as três categorias. Considera-se que, as demandas de habitantes e professores também não foram significativas, apesar de representar a maior parte das sessões que trataram de educação (53,33%). As sessões por requisição do governo provincial somente surgiram com a normatização da Lei n. 81 de 1887 e ficaram em segundo lugar (33,33%) do total.

Entretanto, entende-se que apenas será possível analisar a efetiva representação desses dados ao compará-los posteriormente com os dois outros períodos pesquisados. Com o objetivo de distinguir quais foram os assuntos debatidos nas sessões concernentes à temática educação, estes serão apresentados a seguir de acordo com as três categorias evidenciadas acima.

#### **1.5.2.2.1 Sessões que trataram de educação por iniciativa dos vereadores**

As sessões sobre educação por iniciativa dos camaristas somaram três, as quais abarcaram as três seguintes temáticas: requisição ao governo provincial de criação de escola na cidade; verba para a instrução pública; e uso de verba municipal para construção de prédios escolares.

Em 1883, Manoel de Moraes Barros indicou que fosse feito um pedido à Assembleia Provincial para criação de mais uma cadeira de instrução primária para meninos na cidade. Na mesma sessão a câmara se dirigiu ao presidente da província com a requisição de que se cumprisse a Lei provincial de 1881. Essa lei determinava que os lucros da Loteria Ypiranga fossem aplicados na instrução pública provincial (sessão de 04/02/1883) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1883).

No ano seguinte alguns vereadores propuseram que a câmara tivesse seu próprio prédio, pois funcionava no edifício da cadeia. Manoel de Moraes Barros se opôs e defendeu que com esse dinheiro daria para fazer melhoramentos urbanos e construir quatro casas para as oito escolas públicas da cidade (sessão de 21/07/1884) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1884).

Nota-se que, o vereador Manoel de Moraes Barros, líder republicano local, foi quem colocou em pauta discussões sobre questões educacionais e como será apresentado adiante, essa temática se tornaria uma de suas prioridades. Considera-se que, ele se insere no grupo que Monarcha (2016) denominava de “portadores de futuros possíveis”.

Eles eram homens públicos do período imperial com tendências republicanas, os quais travavam debates “fundados na moral, ética, razão, virtude, justiça, e, sobretudo ao reivindicarem para si a autoconsciência do tempo vivido” (MONARCHA, 2016, p. 9), consideravam a educação como a principal forma de transformar a sociedade. Em seguida, serão apresentadas as sessões que ocorreram por demanda de habitantes e professores públicos e particulares.

#### **1.5.2.2 Sessões que trataram de educação por demanda de habitantes e professores**

Do total de sessões acerca da temática educação que ocorreram por demanda de habitantes, professores particulares e professores públicos provinciais, foi possível encontrar um total de sete diferentes assuntos. Dentre as oito sessões identificadas, três (37,50%) trataram de dois assuntos colocados pelos habitantes - compra de mobília para as escolas públicas e solicitação de uma petição junto ao governo provincial para criação de escola.

As sessões que ocorreram por requisição dos professores particulares foram três (37,50%), que abrangeram igual quantidade de conteúdo – pedido de licença para abrir escola, solicitação de móveis para escola e requerimento de atestado de trabalho. As sessões a partir de pedidos dos professores públicos provinciais abarcaram dois temas em duas sessões (25%) - local para funcionamento de escola e aviso de nomeação.

Nos anos 1880, a quantidade de sessões ocorridas por demanda desses três grupos era equilibrada, com apenas uma sessão a menos no caso dos professores públicos e o mesmo ocorrera quanto à quantidade de temas. Entende-se que, a soma total é baixa para o decorrer de dez anos.

Percebe-se que, havia em Piracicaba uma diminuta relação entre políticos e habitantes nesse momento histórico. Ao contemplar essa situação sob a perspectiva de Santos (1959), pode-se entender que a dinâmica interna de um município deve ser considerada frente a seu passado histórico, assim como a concepção de civilização e mentalidade de seus habitantes, que resultam em distintas ordens de formação de hierarquia. Não fazia parte da cultura local, possivelmente pelo modelo administrativo do Império, uma conexão ou vínculo entre população e detentores do poder político.

No ano de 1883, houve uma subscrição popular aberta para arrecadar dinheiro destinado à mobília das escolas públicas. O montante angariado foi entregue à câmara, por meio de Manoel de Moraes Barros, para que esta providenciasse a compra (sessões de 21/01/1883 e 18/02/1883). Em 1884, os moradores da região da Rua do Porto na cidade se organizaram e fizeram uma petição para o governo provincial, com o pedido de mais uma escola masculina, a

qual foi entregue à câmara para que esta a enviasse (sessão de 03/02/1884) (GAZETA DE PIRACICABA, 24/01/1883, 07/03/1883; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1883-1884).

Quanto aos professores particulares, Antonio Julio Cesar Xavier pediu licença para abrir uma aula noturna e doação de móveis (sessão de 07/09/1884), enquanto Mary Washington Bruce, do Colégio Piracicabano, requereu um atestado de que lecionou na cidade (sessões de 17/08/1887 e 18/08/1887).

Em relação aos professores públicos provinciais, Antonio de Carvalho Sardenberg solicitou que a câmara cedesse uma sala no prédio em que esta funcionava para dar aulas (sessão de 19/01/1880) e Augusto Cesar de Arruda Castanho apresentou sua carta de nomeação para reger uma cadeira na cidade (sessão de 05/05/1884) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1887). O último tópico sobre sessões será acerca das que aconteceram por demanda do governo provincial.

#### **1.5.2.2.3 Sessões que trataram de educação por demanda do governo provincial**

As cinco sessões que ocorreram por demanda do governo provincial estavam ligadas à implantação do Conselho Municipal de Instrução Pública, entre 1887 e 1889, e eleição de membros do Conselho Provincial. Primeiramente, o presidente da província demarcou prazo para a câmara eleger quatro membros do Conselho Provincial de Instrução Pública e de dois para o Conselho Municipal (sessões de 04/09/1887 e 10/09/1887) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1887).

Quanto à formação do Conselho Municipal de Instrução Pública, em 1887, foi aceito o pedido de exoneração do Barão de Rezende da presidência e em seu lugar nomeado João Baptista da Rocha Conceição<sup>33</sup> (sessão de 02/10/1887). No ano seguinte Manoel de Moraes Barros foi eleito membro (sessão de 10/07/1888) e em 1889 foi a vez de Francisco Florêncio da Rocha (sessão de 30/05/1889) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1887-1889).

---

<sup>33</sup> 1848 Piracicaba (SP) - 01/01/1921 São Paulo (SP). Formado em medicina e fazendeiro. Foi vereador em Piracicaba 1881-1883/1884-1886. Ainda nesse município foi um dos fundadores da loja Maçônica, do Engenho Central e da Cia de Navegação Fluvial do Rio Piracicaba, sendo também provedor da Santa Casa de Misericórdia. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/213-joao\\_baptista\\_da\\_rocha\\_conceicao](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/213-joao_baptista_da_rocha_conceicao)>. Acesso em: 27 jul. 2019.

A edilidade piracicabana passou, nos últimos anos da década de 1880, a sofrer pressão para se responsabilizar mais pelas questões educacionais. Conforme explicitam Carvalho e Carvalho (2010) esse é um momento em que todo país servia de palco na discussão sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento social e econômico, no sentido da construção de uma identidade nacional e preparação para a prática da cidadania. Nesse decurso, a municipalidade ficava incumbida de implementar a instrução pública em seus domínios por meio de diretivas provinciais.

Na província de São Paulo, de acordo com Warde e Paulo (2013), os avanços, recuos e fórmulas distintas no período imperial culminaram na instituição de órgãos colegiados, e a fiscalização e desenvolvimento da educação pública ficou em grande parte sob tutela dos governos locais, que nem sempre cumpriam seus deveres como exigiam as leis. O próximo conteúdo a ser discutido será sobre as ações educacionais implantadas pela Câmara Municipal de Piracicaba.

### **1.5.2.3 Implementação de ações no âmbito educacional**

Esse tópico segue a mesma linha do anterior no sentido de se trabalhar com os eixos das iniciativas da câmara e demandas dos habitantes, professores e governo provincial. Aqui estão apresentadas as ações relativas à temática educação que foi possível identificar nas fontes consultadas sobre os anos 1880, pode ser que houvesse outras, mas considera-se que o exposto representa um quadro geral do ocorrido.

Entende-se por ações os empreendimentos desempenhados pela câmara municipal que derivaram de discussões nas sessões efetivadas por esta. Há, também, outros procedimentos feitos pelo executivo municipal, como o caso dos atos do Conselho Municipal de Instrução Pública. No intuito de proporcionar melhor compreensão dos dados que serão apresentados sobre as ações na área da educação implementadas pela Câmara Municipal de Piracicaba foi elaborada a Tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo provincial no período de 1880 a 1889.

|   | 1880       | 1881       | 1882      | 1883       | 1884       | 1885       | 1886       | 1887       | 1888       | 1889       | Total        |
|---|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| <b>Ações – iniciativa dos vereadores</b>          | 0          | 0          | 0         | 2          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 2            |
| <b>Ações - demanda de habitantes/ professores</b> | 0          | 0          | 0         | 3          | 3          | 0          | 0          | 1          | 0          | 0          | 7            |
| <b>Ações - demanda do governo provincial</b>      | 104        | 104        | 93        | 101        | 108        | 142        | 142        | 146        | 189        | 241        | 1.371        |
| <b>Total</b>                                      | <b>104</b> | <b>104</b> | <b>93</b> | <b>107</b> | <b>111</b> | <b>142</b> | <b>142</b> | <b>147</b> | <b>189</b> | <b>241</b> | <b>1.380</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882–1889; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1889.

Foi possível constatar que, nesse rol de 1.380 ações empreendidas pela Câmara Municipal de Piracicaba, tiveram duas ações (0,14%) por parte dos vereadores. A primeira junto ao governo da província para a melhoria da instrução pública local e a segunda com particulares no caso das mobílias escolares.

As ações tomadas por requisição dos habitantes diziam respeito à criação e melhoramento de escolas públicas provinciais. Em relação às demandas de professores públicos, foi efetivado o registro de nomeações. Quanto aos professores privados, foi concedida autorização para abertura de escola e atestado de trabalho. Essa categoria foi atendida ao todo em sete ações (0,52%) executadas pelos camaristas.

As ações da Câmara Municipal de Piracicaba no âmbito educacional por demanda do governo provincial nos anos 1880 foram as mais significativas, principalmente a partir de 1887 com novas imposições na manutenção da instrução provincial. Antes dessa data a única obrigação da edilidade era expedir atestados de trabalho aos professores públicos. No total somaram-se 1.310 ações (99,34%) distribuídas por 16 temáticas. Mas, ao mesmo tempo, algumas requisições feitas pela província não foram cumpridas. Serão expostas a seguir, quais foram as ações realizadas pela câmara municipal, de acordo com cada uma dessas categorias.

#### **1.5.2.3.1 Implementação de ações por iniciativa dos vereadores**

Nos anos 1880, as duas ações implementadas por iniciativa dos camaristas ocorreram no ano de 1883 e trataram respectivamente de duas temáticas relativas às escolas provinciais. A primeira foi o envio de ofício à Assembleia Provincial com o pedido de criação de mais uma cadeira de instrução primária para meninos na cidade e a segunda, também por meio de ofício, solicitou ao presidente da província verba para as escolas públicas do município (GAZETA DE PIRACICABA, 24/01/1883, 08/02/1883, 14/02/1883).

Entende-se que, essa quantidade de ações, associada ao número de sessões apresentadas, demonstra o que foi exposto anteriormente quando Gonçalves Neto (2015) se referia à falta de vontade política em geral nesse período perante a necessidade da expansão instrucional no país. Seguidamente, apresentam-se as ações efetuadas mediante demanda de habitantes e professores.

#### **1.5.2.3.2 Implementação de ações por demanda de habitantes e professores**

Dentro das ações executadas pela câmara por demanda de habitantes e professores computou-se o total de sete, as quais abarcaram cinco temas. Destas, duas foram por requisição de habitantes: diante da subscrição iniciada por habitantes, o dinheiro foi enviado à câmara que comprou as mobílias para as escolas provinciais da cidade (1883); e a câmara enviou ao presidente da província a requisição de um grupo de moradores da cidade para a criação de uma cadeira masculina (1884) (GAZETA DE PIRACICABA, 24/01/1883, 07/03/1883, 31/08/1883, 30/01/1884, 16/02/1884).

Em relação às demandas de professores particulares, duas ações foram tomadas: autorização para um professor abrir uma escola noturna (1884) e atestado de trabalho a uma professora (1887). No que diz respeito aos professores públicos, as três ações foram aceites de registro de nomeação (1883-1884) (GAZETA DE PIRACICABA, 31/08/1883, 18/05/1884, 24/10/1884, 08/09/1887).

Esse cenário do pouco envolvimento da população e professores, conforme aponta Souza (2004), possivelmente se deve ao fato de que o ideário de educação como concepção de progresso e civilização ainda estava nesse momento em círculos mais fechados de políticos, intelectuais, principalmente de tendências republicanas, e viria a se disseminar na sociedade a partir dos anos 1890. O último tópico sobre as ações refere-se às efetuadas por demanda provincial.

### **1.5.2.3.3 Implementação de ações por demanda do governo provincial**

As atividades depreendidas por demanda do governo provincial foram as mais expressivas nesse período. Houve considerável aumento de obrigações da edilidade frente à educação local com a Lei provincial n. 81 de 1887, que determinou a criação dos Conselhos Municipais de Instrução. No total foram identificadas 1.380 ações, que englobaram 16 temáticas.

Na primeira metade dos anos 1880, houve somente uma ação em 1883, quando o presidente da câmara municipal entregou livros a uma escola provincial por solicitação do inspetor geral de instrução pública (GAZETA DE PIRACICABA, 24/01/1883). No ano de 1887, foram executadas quatro ações relativas à eleição dos membros do Conselho Provincial de Instrução Pública e do Conselho Municipal de Instrução Pública (GAZETA DE PIRACICABA, 06/09/1887, 14/09/1887, 21/09/1887, 30/11/1887).

Entre 1880 e 1887 era papel da câmara municipal expedir mensalmente atestados de trabalho para os professores o que somou 876 ações nesse sentido no decorrer desses anos. Um de seus componentes tinha que fazer parte das bancas de exames finais, o que não ocorreu somente no ano de 1884, esse assunto computou 63 ações (GAZETA DE PIRACICABA, 24/12/1882, 02/12/1883, 07/12/1883, 12/12/1883, 14/12/1883, 07/12/1884).

Em 1888, computaram-se 189 ações com o início dos trabalhos do Conselho Municipal de Instrução Pública em 4 de agosto. Este órgão realizou as seguintes demandas: nomeou o secretário do Conselho; requereu três professores para cadeiras vagas; definiu a localização de duas escolas provinciais da cidade; expediu 144 atestados de trabalho aos professores provinciais; fiscalizou as 23 escolas públicas e particulares; intermediou a relação entre professores provinciais e governo em cinco ocasiões; e organizou os exames finais das 11 escolas públicas provinciais providas (GAZETA DE PIRACICABA, 11/07/1888, 14/07/1888, 25/07/1888, 07/08/1888, 09/08/1888, 07/11/1888, 09/11/1888, 15/11/1888, 28/11/1888, 07/12/1888).

O ano de 1889 foi o que mais concentrou ações por demanda do governo provincial, somando-se 241 no total, a saber: envio de três relatórios ao diretor geral da instrução pública da província; requisição de melhoramentos em duas escolas públicas provinciais; organização do funcionamento das 14 escolas provinciais providas; pedido de provimento de três cadeiras vagas; solicitação de criação de três escolas na cidade e bairros rurais; realização de estatística da população em idade escolar em bairros rurais e de alunos nas instituições privadas de ensino; fiscalização das 23 escolas públicas e privadas; organização dos exames finais de 14 escolas; atendimento ao público por meio do secretário do Conselho; estabelecimento e gestão do Fundo

Escolar; eleição de quatro novos membros do Conselho; nomeação de dois professores interinos; e expedição de 168 atestados de trabalho aos professores públicos (GAZETA DE PIRACICABA, 09/01/1889, 18/01/1889, 10/02/1889, 15/02/1889, 08/05/1889, 02/06/1889, 28/06/1889, 26/07/1889, 18/08/1889, 18/09/1889, 06/10/1889, 08/11/1889, 27/11/1889, 04/12/1889, 08/12/1889, 13/12/1889, 22/12/1889).

Entende-se que, nesse tópico referente às demandas de ações do governo provincial, cabe destacar também os atos que foram negligenciados pela Câmara Municipal de Piracicaba. Em 1884, o presidente da câmara municipal esteve ausente por dois meses, como ele era o único autorizado pelo governo provincial a assinar os atestados de trabalho dos professores públicos, esses tiveram seus vencimentos atrasados. No mesmo ano ocorreram problemas pela falta de fiscalização do local onde as escolas deveriam ser instaladas e nenhum membro da câmara participou dos exames finais (GAZETA DE PIRACICABA, 04/06/1884, 06/07/1884, 23/07/1884, 29/08/1884, 26/09/1884, 03/10/1884, 10/10/1884, 22/10/1884, 07/12/1884, 31/12/1884).

Outro caso foi que, apesar do Conselho Municipal de Instrução Pública ter sido criado em 1887, somente passou a funcionar em agosto de 1888. Por falta de tomadas de ações por parte da câmara municipal os membros e presidentes não foram eleitos quando deveriam. Quando eleito o primeiro presidente do Conselho, este não cumpriu com suas obrigações e por causa desses fatores a organização e fiscalização do ensino ficaram prejudicadas, assim como novamente os professores sem os atestados não podiam receber seus salários (GAZETA DE PIRACICABA, 18/11/1887, 24/11/1887, 02/12/1887, 13/01/1888, 28/01/1888, 16/02/1888, 24/02/1888, 28/03/1888, 05/04/1888, 29/04/1888, 02/05/1888, 01/07/1888, 03/07/1888, 10/07/1888). O jornal Gazeta de Piracicaba fez uma série de críticas quanto a essa questão, segue como exemplo uma notícia e excertos de um editorial:

O conselho municipal de Campinas acaba de organizar as comissões examinadoras e de designar os dias para os exames geraes do fim do anno em as doze escolas publicas do municipio. E aqui? Quando serão os exames? Quem os examinadores? O tempo urge, e o interesse é o mais momentoso de todos (INSTRUÇÃO PUBLICA, 1887, p. 2).

São geraes as interrogações, ácerca do motivo tão poderoso pelo qual o conselho de que falamos não deu até o presente um pequeno signal de sua existencia. [...] Mas, infelizmente, ao que parece, o conselho de instrucção publica de Piracicaba não dará nenhum passo no cumprimento do seu dever, porquanto, tendo pedido e sendo exonerado sem o fazer, o primeiro presidente nomeado, a quem incumbia iniciar os trabalhos, nem sequer o seu sucessor se acha nesta cidade, ao passo que os exames deviam estar concluidos por estes dias [...] Como tudo isso é triste! Quanto é prejudicial o abandono em materia de tanta importância! (EXAMES ESCOLARES, 1887, p. 1).

A edilidade piracicabana passou nos últimos anos da década de 1880 a sofrer pressão para se responsabilizar mais pelas questões educacionais, como apresentado anteriormente esse era um padrão em todo território brasileiro e não somente na província de São Paulo. Entende-se ser pertinente para a presente pesquisa abordar as iniciativas de particulares em prol da educação local como um todo, inclusive no âmbito das instituições públicas. Pois, para construir um quadro geral da expansão educacional em Piracicaba é preciso dimensionar as diversas frentes de ações desde o âmbito político, até a participação da população e das elites.

### **1.5.3 Participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar**

Esse segmento traz o que foi possível extrair do jornal Gazeta de Piracicaba e do ‘Almanak de Piracicaba para 1900’ (CAMARGO, 1899) quanto à participação de habitantes no campo educacional. Além disso, apresenta uma análise dos estabelecimentos e empreendimentos privados de ensino no município de Piracicaba.

Pondera-se que, o movimento de habitantes em prol da educação em Piracicaba, tanto em ações, quanto em quantidade de instituições privadas de ensino, pode ser compreendida diante do que Honorato e Monarcha (2016) consideram como parte da confluência de interesses entre “republicanos, imigrantes, protestantes, maçons, liberais de diferentes naturezas, conservadores e católicos” (p. 189).

Esses personagens compuseram um quadro em nível nacional que estabeleceu novo padrão civilizatório para as mudanças necessárias ao modelo republicano que estava por vir. Houve um movimento pátrio nesse período:

Nas vozes e nas atitudes de sujeitos encarnados porta-vozes dos interesses gerais, escritores, políticos, jornalistas, professores, bacharéis, funcionários, médicos, militares, politécnicos, juristas, administradores, em suma, frações da inteligência brasileira irmanam-se numa comunidade de propósitos: instruir a massa bruta de analfabetos, cuja linguagem, dizia-se, recordava à infância das primeiras sociedades e os costumes de uma humanidade vivente no subsolo da história (MONARCHA, 2016, p. 9).

#### **1.5.3.1 Iniciativas dos habitantes**

A principal ação por parte de habitantes identificada nesse período partiu da iniciativa do reverendo John James Ransom, da Igreja Metodista, em 1883. Ele encetou uma campanha popular com o intuito de angariar dinheiro para a compra de mobília destinada às escolas públicas. Durante semanas várias pessoas da sociedade local contribuíram (GAZETA DE

PIRACICABA, 11/02/1883). Na lista de doadores, constam desde instituição escolar, políticos de todos os partidos, imigrantes, comerciantes e industriais:

Collegio Piracicabano e suas professoras, Conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva, Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, Barão de Tatuhy, Antonio Correa Pacheco, Manoel de Moraes Barros, Joviniano Reginaldo Alvim, João Batista da Rocha Conceição, Estevam R. de Souza Resende, João T. de Aguiar e Castro, Prudente José de Moraes Barros, Jose Amancio da Silveira, José Fernando de Almeida Barros, Canuto Jose Saraiva, José Veigas Jort Muniz, Manoel Morato de Carvalho, José Lobo de Albertin, José Pinto de Almeida, Carlos Nehring, Felipe Xavier da Rocha, Jeremias Ferraz de Andrade, Bento Antonio de Moraes, Antonio de Barros Ferraz, Manoel Ferraz de Arruda Campos, José Ferraz de Camargo, José Ferraz de Camargo Junior, José F. de Almeida Barros Junior, José Custódio Soares de Barros, João de Almeida Prado Junior, Joaquim da Silveira Mello, Capitão Miguel Antonio G. de Arruda, João Morato de Carvalho, Bento Wollet, Manoel Ernesto da Conceição, Eugenio Rozo, Etelvina Ramos, Innocencio de Paula Eduardo, João da Rocha Campos, Albano Augusto Leitão, Associação Litteraria do Collegio Piracicabano, Manoel Ferraz de Camargo, Ricardo Pinto de Almeida, José Stipp, José de Almeida Leite Ribeiro (BARROS, 1884, p. 2).

A outra iniciativa em prol da educação pública foi uma representação ao presidente da província em 1884, derivada de um abaixo assinado organizado por moradores de um bairro da cidade pedindo a criação de uma escola (GAZETA DE PIRACICABA, 30/01/1884). No que diz respeito à criação de novas instituições de ensino por parte de particulares, serão abordados alguns casos que foi possível identificar nas notícias da Gazeta de Piracicaba.

O Colégio Piracicabano foi fruto do convite de Manoel de Moraes Barros ao missionário metodista Norte-Americano Junius Eastham Newman, morador da região de Piracicaba desde 1869. O convite resultou na fundação do Colégio Newman em junho de 1879, com 10 alunas matriculadas. “Apesar do otimismo inerente a esta empreitada a escola permaneceu em atividade por menos de um ano” (VIEIRA, 2011, p. 284), suas atividades se encerraram após a morte da filha do rev. Newman, Annie Newman, responsável pelas iniciativas pedagógicas do Colégio. O Colégio Newman foi, portanto, o precursor do Colégio Piracicabano, fundado em 1881, sob a direção da missionária Marta H. Watts, com aporte financeiro da *Woman's Board of Foreign Missions of the Methodist Episcopal Church*, do Sul dos Estados Unidos (VIEIRA, 2011; 2016).

Como reação à criação deste colégio, em 1881, o padre Francisco G. Paes de Barros, com apoio de alguns habitantes, se empenharam no esforço de abrir na cidade uma escola católica para meninas. Foi formada uma comissão para arrecadar dinheiro junto à população e no ano de 1883 lançou-se a primeira pedra da construção do que viria a ser o Colégio Assunção. Entretanto, o incêndio da edificação no ano seguinte e a escassa verba para terminá-la fez com que em 1886 as obras fossem cedidas às irmãs de São José de Itu, que inaugurariam o

estabelecimento somente na década seguinte. Consta que, em 1889, havia pessoas que contribuíam para o término da construção (GAZETA DE PIRACICABA, 12/08/1882, 18/08/1882, 01/09/1882, 16/02/1883, 28/02/1883, 28/05/1884, 19/10/1884, 30/11/1886, 01/09/1889; CAMARGO, 1889).

No ano de 1884, o mesmo padre citado acima junto a alguns habitantes iniciaram uma campanha para que a cidade tivesse um colégio que fosse capaz de preparar os meninos para as Academias do Império. Nesse intuito, convocaram seguidas reuniões, sobre as quais faziam chamadas na seção ‘Anúncios’ do jornal Gazeta de Piracicaba, todavia concluiu-se que a ideia não foi a cabo, posto que não fora publicada mais nenhuma notícia sobre o assunto (GAZETA DE PIRACICABA, 19/03/1884, 20/04/1884, 25/04/1884).

Dessa forma, observa-se que foram poucas as ações por parte de habitantes em prol da educação pública no caso da arrecadação de dinheiro para a compra de mobília, até movimentos para a criação de escolas particulares. De acordo com os relatos, entende-se que, a participação da população no cotidiano escolar ainda era ínfima. Para complementar as informações acerca das iniciativas de habitantes em prol da educação local serão apresentadas a seguir as instituições privadas de ensino e os professores particulares.

### **1.5.3.2 Instituições privadas de ensino e professores particulares**

Em relação à identificação da quantidade e tipos de instituições privadas de ensino e professores particulares em Piracicaba nos anos 1880, as informações mais completas estão no ínterim de 1882 a 1889. A coleta dos dados foi feita por meio de notícias e anúncios publicados no jornal Gazeta de Piracicaba e do ‘Almanak de Piracicaba para 1900’ (CAMARGO, 1899). Esse conjunto de informações é o que foi possível constatar com as fontes disponíveis, ou seja, pode ser que houvesse outros estabelecimentos. Mesmo diante disso, considera-se que representam a expressão do contexto educacional privado no município.

Foi possível distinguir desde a quantidade, quanto as características das instituições privadas de ensino de Piracicaba nesse período - denominações, professores ou diretores, a qual sexo atendiam, as modalidades de ensino e em alguns casos, quantos professores e alunos tinham. Essas informações estão apresentadas de forma detalhada no Apêndice B. Para a análise dos estabelecimentos privados de ensino optou-se por apresentar a quantidade, modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam, o que se encontra exposto na Tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba, com discriminação das modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam no período de 1880 a 1889.

|   | 1880 | 1881 | 1882 | 1883 | 1884 | 1885 | 1886 | 1887 | 1888 | 1889 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Feminina primária/ diurna</b>                              | 1    | 1    | 3    | 2    | 3    | 3    | 4    | 3    | 3    | 2    |
| <b>Feminina primária/ secundária/ diurna</b>                  | 1    | 2    | 2    | 1    | 0    | 0    | 0    | 1    | 0    | 1    |
| <b>Masculina primária/ diurna</b>                             | 1    | 1    | 3    | 1    | 3    | 4    | 3    | 1    | 1    | 2    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ diurna</b>                 | 0    | 0    | 1    | 3    | 4    | 3    | 3    | 3    | 0    | 0    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ noturna</b>                | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    | 0    | 1    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ preparatórios/ diurna</b>  | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    |
| <b>Masculina primária/ noturna</b>                            | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    | 2    | 0    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ preparatórios/ noturna</b> | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    |

continua

conclusão

|   | 1880     | 1881     | 1882      | 1883     | 1884      | 1885      | 1886      | 1887      | 1888      | 1889     |
|---|----------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| <b>Mista Primária/ diurna</b>                                 | 0        | 1        | 2         | 2        | 1         | 2         | 1         | 1         | 1         | 1        |
| <b>Mista primária/ secundária/ diurna</b>                     | 0        | 0        | 0         | 0        | 1         | 0         | 0         | 1         | 1         | 0        |
| <b>Mista Primária/ secundária/ jardim de infância/ diurna</b> | 0        | 0        | 0         | 0        | 0         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1        |
| <b>Total</b>  | <b>3</b> | <b>5</b> | <b>12</b> | <b>9</b> | <b>14</b> | <b>14</b> | <b>13</b> | <b>12</b> | <b>11</b> | <b>9</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899.

Constata-se que, a variação percentual de crescimento do início para o final dos anos 1880 é de 200%. No entanto, nota-se que houve um crescimento até meados desse período e a seguir uma diminuição, a análise dessa oscilação de quantidade será exposta adiante.

Os dados demonstram que nesse rol de estabelecimentos privados, até 1882 a média era de 10 a 35 alunos e não havia nenhuma instituição de grande porte. Entre 1883 e 1884 algumas escolas e colégios maiores surgiram e outros se desenvolveram, ao alcançarem 50 a 60 alunos. Os estabelecimentos de médio porte atingiram entre 10 e 20 educandos e os menores ficaram com a média de 5 a 10.

A partir de 1885 existia uma minoria de grandes instituições denominadas de colégios, que tinham em média de três a quatro classes e diferentes professores para as matérias ensinadas. Esses estabelecimentos contavam com aproximadamente 70 alunos e um deles alcançou a quantidade de 279 em 1886. A maior parte era formada de pequenas escolas e aulas particulares, quase sempre com uma classe e um professor. Estas tinham respectivamente a média de 20 a 40 educandos e 5 a 15 alunos.

Foi possível identificar que nos anos 1880 e 1881 a maioria dos estabelecimentos educacionais atendia o sexo feminino, inclusive dois ofereciam a modalidade primário e secundário. Para o sexo masculino tinha uma instituição que oferecia primário e em 1881 surgiu uma mista primária – escola que atendia ambos os sexos em classes separadas.

Verifica-se que, em 1882 ocorreu um equilíbrio entre estabelecimentos que atendiam ao sexo masculino e feminino, contudo no decorrer dos anos seguintes a quantidade voltada ao sexo masculino prevaleceu. Nesse ano as modalidades secundário e noturno passaram a ser oferecidas para o sexo masculino.

A parcela de escolas mistas se manteve estável, entre duas e três nesse período e a modalidade de ensino secundário passou a ser uma opção. A partir de 1885, uma dessas instituições mistas ofereceu educação infantil, denominada de *kindergarten*. O ensino noturno era prioritariamente masculino e primário. Esse tipo de ensino era ofertado às vezes em entidades que ofereciam outras modalidades de ensino e outras vezes em escolas somente para atender esse público específico. Em relação às modalidades de ensino, a maioria dos estabelecimentos que oferecia secundário atendia ao sexo masculino, assim como os preparatórios<sup>34</sup> para as academias do Império a partir de 1887, que eram exclusivos para meninos.

Algumas dessas escolas e colégios se destacaram por se manterem durante todo o período, como o Colégio Piracicabano fundado em 1881. Esse estabelecimento iniciou com meninas no primário e secundário, em 1884 passou a oferecer primário ao sexo masculino e no ano de 1886, estabeleceu o jardim de infância misto. Dentre as instituições menores, com apenas uma sala de aula, isso ocorreu com o Externato de Eulalia Pinto de Almeida Barros, inaugurado em 1876, o qual ofertava primário para meninas. Também, a Escola de Justino Zeferino da Conceição, primária voltada a meninos.

Foi possível identificar que, a maioria dos estabelecimentos tinha baixa taxa de sobrevivência, com a média de um ano ou dois de funcionamento, ao passo que outras foram vendidas e mudaram de nome. Quanto ao público alvo distinguiu-se do sexo feminino e masculino, desde crianças a adolescentes, homens e negros libertos. As modalidades de ensino se concentravam nos ensinamentos primário, secundário, noturno e preparatórios, oferecidos nos sistemas de externato, internato e meio internato.

---

<sup>34</sup> Os preparatórios eram cursos oferecidos aos jovens que terminaram o ensino secundário e queriam se preparar para o exame de ingresso em universidades, a depender da graduação havia disciplinas específicas a serem estudadas, contudo não dava direito a diploma. Esses cursos eram ofertados por instituições particulares de ensino ou nos Cursos Anexos juntos às faculdades. Esse modelo veio da experiência da Universidade de Coimbra em Portugal, que possuía o chamado Colégio das Artes, curso preparatório para o ingresso nessa universidade (VECHIA, 2005).

Uma estatística feita pelo jornal local O Piracicabano<sup>35</sup> e publicada pela Gazeta de Piracicaba revelou que em agosto de 1882 os estabelecimentos de ensino privados da cidade atendiam o total de 238 alunos - 163 meninos e 75 meninas. Ao somarem-se as escolas públicas e privadas havia 413 crianças matriculadas em Piracicaba (GAZETA DE PIRACICABA, 03/09/1882). A partir desses dados, nota-se que praticamente metade dos alunos frequentava instituições públicas e a outra parcela privadas.

Saviani (2004) destaca que no século XIX o descompromisso do Estado para com a educação gerou em nível nacional a “ideia de liberdade de ensino associada ao favorecimento da iniciativa privada” (p. 29). Esse fato fez surgir por todo o Império estabelecimentos particulares, principalmente os secundários, nas três últimas décadas desse século essa tendência foi incentivada pelas visões positivistas e liberais.

Ao se referir a essa questão, especificamente na província de São Paulo, Souza (2012) salienta que “o desinteresse do Poder Público pela educação elementar era desolador, o que explica o florescimento das escolas particulares em todos os níveis de ensino” (p. 51). Essa autora ainda coloca que, muitas dessas instituições estavam alocadas em locais inapropriados e geridas por professores leigos.

Sob esse prisma, pondera-se que Piracicaba estava acima da média da província, pois em nenhum momento encontrou-se no material pesquisado críticas quanto à situação dos estabelecimentos de ensino privado, nem por parte da Gazeta de Piracicaba, assim como do Conselho Municipal de Instrução Pública. Para a análise das taxas de crescimento ou diminuição da quantidade de instituições privadas de ensino no decênio de 1880, optou-se por utilizar os dados de 1882 a 1880, que se considera-se serem os mais representativos e foram dispostos no Gráfico 2.

---

<sup>35</sup> Jornal de orientação monarquista fundado em 1º de outubro de 1876, terceiro periódico a ser publicado em Piracicaba. Era de propriedade de Joaquim Moreira Coelho, seu editor responsável, e as edições eram bi-mensais. Na época Piracicaba ainda se chamava Constituição, o nome Piracicabano era uma espécie de provocação. O periódico inaugurou uma nova fase de expressão política e partidária no município, com discussão de propostas mais complexas daquele momento histórico, tais como a representatividade dos governantes (QUEIROZ, 2015).

Gráfico 2 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba no período de 1882 a 1889.

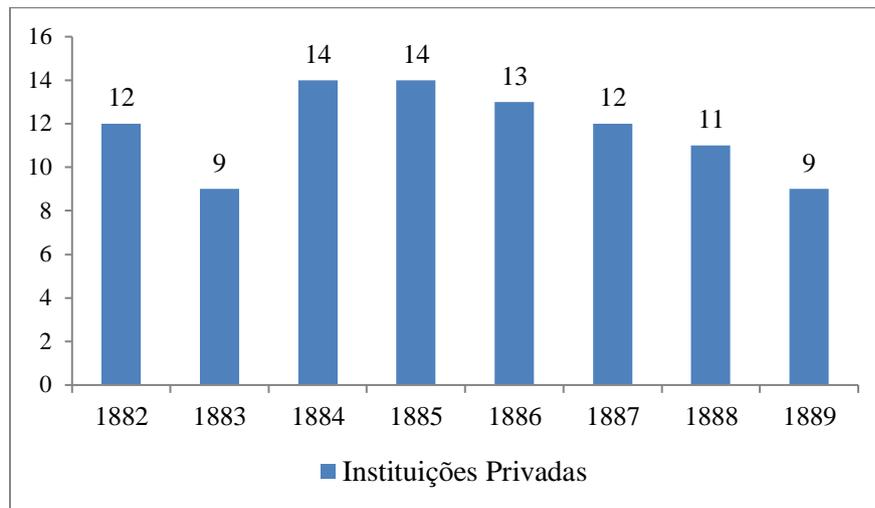


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899.

De 1882 a 1883, houve uma diminuição de 12 para nove estabelecimentos o que representa um decréscimo de variação percentual de 25%. Do ano de 1883 para 1884 o incremento foi de 55,55%, ao ir de nove para 14 instituições de ensino. No período de 1884 para 1889 a diminuição do número de estabelecimentos de 14 para nove gerou a taxa percentual de decréscimo de 35,71%.

Entende-se que, essa taxa de variação da quantidade de instituições privadas de ensino é um reflexo do baixo índice de existência dos estabelecimentos de pequeno porte. Todavia, somente será possível analisar se esse número de estabelecimentos será significativo na comparação com os períodos seguintes.

Optou-se por apresentar também nesse tópico os professores particulares que ofereciam seus serviços para trabalhar em casas de famílias da cidade, em escolas ou em fazendas do município. Os dados aqui demonstrados foram colhidos nas seções ‘Anúncios’ e ‘Secção Livre’ do jornal Gazeta de Piracicaba e estão exibidos de forma detalhada no Apêndice B.

Considera-se que, seja pertinente expor esse tipo de serviço, porque auxilia a compreender o panorama educacional local nesse período. Consta-se, segundo demonstra a Tabela 6, que a quantidade por ano não era significativa, com a soma de 16 nos oito anos pesquisados.

Tabela 6 – Quantidade de professores particulares no município de Piracicaba no período de 1882 a 1889.

|                                 | 1882 | 1883 | 1884 | 1885 | 1886 | 1887 | 1888 | 1889 | Total     |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------|
| <b>Professores particulares</b> | 3    | 0    | 3    | 3    | 1    | 3    | 0    | 3    | <b>16</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889.

Verifica-se, diante das descrições nos anúncios na Gazeta de Piracicaba, que estes professores eram em sua maioria pessoas as quais tinham acabado de chegar à cidade. Quanto ao sexo dos que ofereciam seus serviços, identificou-se 14 (87,50%) homens e duas (12,50%) mulheres, o que representa um perfil majoritariamente masculino.

Em relação aos que demonstraram ter algum tipo de experiência ou formação docente a quantidade é de 12 (75%), o que se considera ser um fato relevante em um período no qual a formação docente ainda não era acessível a muitos indivíduos. Dentre os que não informaram ter algum tipo de formação, dois se destacaram por se oferecerem no mesmo anúncio para além da docência também trabalhar como escriturário, escrivão, feitor e homeopata.

Foi possível identificar que do total, nove (56,25%) ofereceram-se para dar aulas em fazendas, cinco (28,25%) em casas de família na cidade e dois (12,50%) em casa de família na cidade ou fazenda. Pondera-se que, isso demonstra haver demanda educacional na área rural, fato evidenciado no tópico relativo às iniciativas executadas pelo governo provincial apresentado a seguir, que dentre outros exhibe a situação escolar na área rural de Piracicaba.

#### **1.5.4 Iniciativas educacionais do governo provincial no município**

Nesse item da pesquisa, serão exibidas apenas as ações efetuadas por iniciativa do governo provincial. A única exceção é no caso da criação de escolas, quando será demonstrado o quadro geral de instituições de ensino provinciais no município de Piracicaba. Os dados encontrados foram retirados do Jornal Gazeta de Piracicaba e do ‘Almanak de Piracicaba para 1900’ (CAMARGO, 1899).

No total, identificou-se 21 ações de quatro diferentes temáticas. Dentre elas, está a criação de sete escolas (1883-1889); o envio de material didático para cinco cadeiras (1883); a fiscalização do ensino público por um inspetor distrital da província (1887); e o provimento de 10 escolas (1882-1889) (GAZETA DE PIRACICABA, 08/02/1883, 30/05/1883, 27/02/1884, 02/03/1884, 19/03/1884, 09/01/1889, 23/01/1889).

Quanto à criação de novas cadeiras, foram cinco na cidade e duas nos bairros rurais. Desse total de sete, duas da cidade foram criadas por solicitação da câmara municipal – masculina do Bairro Alto - e dos habitantes – masculina do Porto. Em relação aos estabelecimentos de ensino mantidos pela província nos anos 1880 serão apresentadas a seguir suas principais características, como quantas cadeiras existiam na cidade e bairros rurais, e quais estavam providas, ou seja, em funcionamento e quando.

A apresentação dessas cadeiras, com a identificação de quando foram criadas, se estavam providas ou vagas e a exposição de quem eram seus professores e quantos alunos estavam matriculados encontram-se no Apêndice C e a localização de algumas delas está no Anexo 1. A Tabela 7 demonstra a quantidade total de instituições de ensino provinciais ano a ano, agrupadas entre as que se localizavam na cidade e nos bairros rurais.

Tabela 7 – Quantidade total de instituições de ensino provinciais existentes no município de Piracicaba no período de 1880 a 1889.

|   | 1880      | 1881      | 1882     | 1883      | 1884      | 1885      | 1886      | 1887      | 1888      | 1889      |
|---|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino provinciais na cidade</b>   | 5         | 5         | 5        | 6         | 7         | 9         | 9         | 9         | 10        | 10        |
| <b>Instituições de ensino provinciais nos bairros</b> | 5         | 5         | 4        | 4         | 4         | 4         | 4         | 4         | 3         | 5         |
| <b>Total</b>  | <b>10</b> | <b>10</b> | <b>9</b> | <b>10</b> | <b>11</b> | <b>13</b> | <b>13</b> | <b>13</b> | <b>13</b> | <b>15</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899.

Nessa tabela é possível verificar que o crescimento de variação percentual entre 1880 e 1889 foi de 50%. Todavia, somente na comparação com os dados dos dois períodos seguintes será possível analisar se essa quantidade pode ser considerada significativa.

Percebe-se que, o número de escolas na cidade e campo eram os mesmos em 1880 e 1881. No decorrer dos anos, a maior atenção dada à área urbana resultou no final do período em esta ter o dobro de instituições de ensino em relação ao território rural do município. Para o exame desse conjunto de estabelecimentos de ensino, segue primeiramente o Quadro 1 com a distinção das escolas provinciais na cidade de Piracicaba.

Quadro 1 – Instituições de ensino provinciais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1880 a 1889.

|                                | 1880     | 1881     | 1882     | 1883     | 1884     | 1885     | 1886     | 1887     | 1888      | 1889      |
|--------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|
| <b>1ª feminina</b>             | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>2ª feminina</b>             | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | V         | V/P       |
| <b>3ª feminina</b>             | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>1ª masculina</b>            | P        | P        | P        | V/P      | P        | P        | P        | P        | V/P       | P         |
| <b>2ª masculina</b>            | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>Masculina – Bairro Alto</b> | -        | -        | -        | P        | P        | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>Masculina - Salto</b>       | -        | -        | -        | -        | P        | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>Masculina - Porto</b>       | -        | -        | -        | -        | -        | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>Masculina – Boa Morte</b>   | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | V/P       | P         |
| <b>Mista - Rua do Porto</b>    | -        | -        | -        | -        | V/P      | P        | P        | P        | P         | P         |
| <b>Total</b>                   | <b>5</b> | <b>5</b> | <b>5</b> | <b>6</b> | <b>7</b> | <b>9</b> | <b>9</b> | <b>9</b> | <b>10</b> | <b>10</b> |

P – provida; V – vaga; V/P – uma parte do ano vaga, outra parte provida; ‘-’ – período em que não existia. Quadro elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899.

Esse quadro permite observar que no total, entre o início e fim dos anos 1880 houve um crescimento de 100%, o que significa que dobrou a quantidade. Em relação ao sexo atendido, enquanto as femininas se mantiveram em número de três durante todo o período, as masculinas aumentaram de duas para seis, com uma taxa de crescimento de 200%. Na modalidade mista, havia apenas uma instituição, que iniciou seu funcionamento em 1884.

A partir desses dados, percebe-se que a cidade de Piracicaba teve maior investimento em educação masculina pelo governo provincial de São Paulo. Isso não estava fora do padrão da época, pois nesse período, de acordo com Maluf e Mott (1998), apesar de haver movimentos em prol da educação feminina, o consenso geral era de que estas deveriam receber apenas educação voltada à moral e bons costumes, para serem melhores mães e esposas. Estima-se que, um reflexo disso em Piracicaba esteja na média de alunos por cadeiras, pois a mista e masculinas tinham maior quantidade, isso indica que as próprias famílias matriculavam menos meninas que meninos nas escolas.

No tocante ao provimento das cadeiras, identificou-se que apenas a 2ª cadeira feminina da cidade chegou a ficar vaga durante todo um ano e parte do ano seguinte, enquanto outras três cadeiras ficaram apenas por alguns meses vagas no decorrer de um ano específico e seis instituições ficaram providas por todo o período estudado.

Assim, de 1880 a 1882, todas as cadeiras estavam providas, em 1883 e 1884, houve uma cadeira em cada ano que ficou por um tempo provida e alguns meses vagas, de 1885 a 1887 novamente todas as cadeiras ficaram providas. Em 1888, uma cadeira ficou vaga por todo ano e duas cadeiras em parte do ano, o mesmo aconteceu com uma cadeira no ano de 1889.

Considera-se, diante desses dados, que o provimento de cadeiras na cidade de Piracicaba manteve um padrão satisfatório no decorrer desses dez anos. Conforme Warde e Paulo (2013) apontam, muitas escolas, principalmente do interior, se mantiveram vagas por longos períodos devido às reformulações constantes da educação pública na província de São Paulo nos anos 1880.

Quanto às escolas mantidas pelo governo provincial nos bairros rurais foi possível identificar quantas eram e se estavam providas ou vagas, mas não se encontrou informações nas fontes sobre seus professores ou quantidade de alunos. O Quadro 2 traz as escolas provinciais nos bairros rurais de Piracicaba, com a identificação de quais estavam providas ou vagas.

Quadro 2 – Instituições de ensino provinciais nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1880 a 1889.

|   | 1880     | 1881     | 1882     | 1883     | 1884     | 1885     | 1886     | 1887     | 1888     | 1889     |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>Feminina - bairro não identificado</b>                   | P        | P        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Feminina - estação de trem do Cruzeiro em Tanquinho</b>  | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | V        |
| <b>Masculina - Rio das Pedras</b>                           | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        |
| <b>Masculina – Batistada</b>                                | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | V        | V        | V        |
| <b>Masculina – Charqueada</b>                               | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | P        | *        | *        |
| <b>Masculina – Tanquinho</b>                                | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | P        | P        |
| <b>Masculina - estação de trem do Cruzeiro em Tanquinho</b> | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | V        |
| <b>Total</b>  | <b>5</b> | <b>5</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>3</b> | <b>5</b> |

P – provida; V – vaga; ‘-’ – período em que não existia, ou deixou de existir; ‘\*’ – período em que estava suspensa. Quadro elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899.

No que diz respeito à quantidade de cadeiras rurais, nota-se que a quantidade no início e final do período foi a mesma. Entretanto, houve variações no decorrer desse recorte temporal com a diminuição de uma unidade entre 1881 e 1882. A quantidade se manteve entre 1882 e 1887. No ano de 1888, uma cadeira foi suspensa, o que significava que ela continuava a existir, mas não iria funcionar até o governo decidir reabri-la, normalmente isso ocorria quando a quantidade de alunos estava abaixo do necessário para manter o funcionamento. De 1888 para 1889, com a criação de duas cadeiras, o total voltou a ser cinco, como no início do período.

Em relação ao sexo atendido, a diferença na proporção entre cadeiras femininas e masculinas é ainda mais acentuada que na cidade. As cadeiras masculinas também apresentavam características diferentes da cidade, pois houve um decréscimo no final do período. Para o sexo feminino, tinha uma cadeira em 1880 e 1881 e outra criada em 1889. As

cadeiras masculinas eram em número de quatro de 1880 a 1887, passaram a ser três em 1888 e no ano de 1889 a quantidade voltou a ser quatro.

Outra questão que as distingue da cidade é que das que existiam desde o início desse período duas chegaram a ficar por sete e oito anos vagas. A cadeira masculina de Rio das Pedras foi a única provida durante todo o período, enquanto duas criadas no início de 1889 não foram providas até o final do ano.

A falta de prioridade dada às escolas de bairros rurais pode ser entendida, conforme aponta Colistete (2017), como parte da parca mobilização e iniciativas locais por escolas desse tipo. Nesse momento histórico e político a relação entre população e governo era dificultada “em grande medida em uma concepção negativa da capacidade do ‘povo’ de intervir na esfera pública de forma consequente” (p. 6). Além disso, a centralidade das decisões no governo provincial e o baixo investimento na área influíram nessa situação.

Essa falta de diálogo ou relação entre a população de bairros mais afastados da área urbana foi constatado anteriormente no levantamento sobre as sessões que discutiram a temática educação por demanda de habitantes, dentro das quais não houve nenhuma demanda de moradores de bairros rurais. No intuito de permitir melhor visualização da quantidade total de cadeiras públicas provinciais e da parcela de urbanas e rurais no decorrer dos anos 1880, foi estruturado o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Quantidade total de instituições de ensino provinciais existentes no município de Piracicaba no período de 1880 a 1889 e discriminação de quais eram urbanas e rurais.

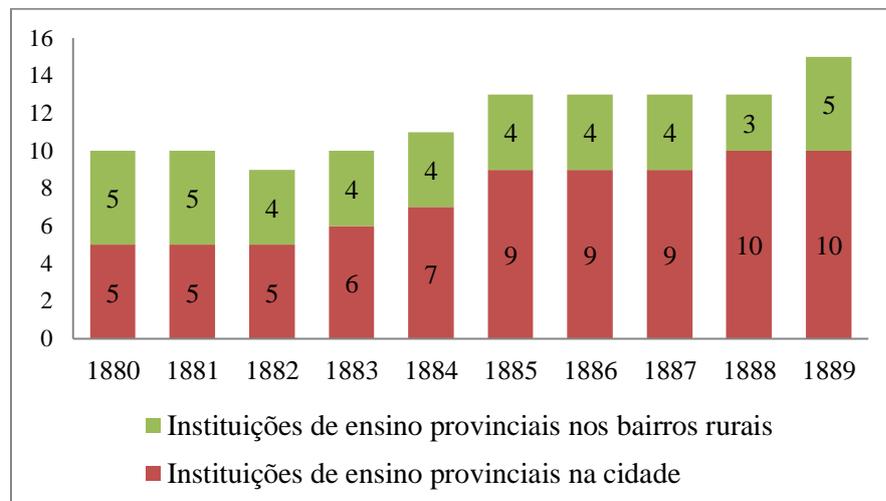


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899.

No tocante ao conjunto geral, nos anos de 1880 e 1881, a quantidade de estabelecimentos se manteve a mesma e o número era equilibrado nos meios urbano e rural. Entre 1881 e 1882, houve um decréscimo de 10% com a extinção de uma unidade rural, seguido da mesma taxa, entretanto de aumento, quando em 1883 foi criada uma cadeira na cidade, o que ocorreu novamente em 1884.

A maior taxa de crescimento foi entre 1884 e 1885, com o valor de 18,18%, ao surgirem mais duas cadeiras na área urbana. A quantidade total de 10 unidades ficou estagnada entre 1885 e 1888, nesse último ano foi suspensa uma rural e aberta outra na cidade. Esse período se encerrou com um aumento de 15,38% entre os anos de 1888 e 1889, dessa vez devido a criação de duas cadeiras rurais.

No geral, a tendência foi de crescimento, em especial, pela criação de cadeiras na cidade, o quanto esse incremento foi significativo ou não, somente poderá ser avaliado na comparação com os períodos seguintes. Para a finalização da primeira seção da pesquisa, foi elaborado um balanço geral da expansão educacional em Piracicaba nos anos 1880.

## **1.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Percebe-se que, o quadro da educação em Piracicaba seguia o movimento educacional do país, com políticos que não demonstravam, no geral, preocupação para com a educação pública e sim com o processo de urbanização, tanto que não havia sequer uma escola municipal. O governo provincial, apesar de ter dobrado a quantidade de instituições de ensino no município, pouco fazia pela sua manutenção, ao deixar a cargo da edilidade a fiscalização e diversas obrigações relativas às questões burocráticas e práticas do cotidiano escolar.

A partir desse panorama, no qual buscou-se empreender um movimento do mais amplo e geral para o mais particular e específico em nível municipal, entende-se que Piracicaba ainda não alcançara o nível de ser considerada “um espaço voltado para os aspectos educacionais, um organismo também pedagógico, preocupado com a formação intelectual de seus munícipes e não apenas com as condições econômico-materiais que se sobressaem nas ações das administrações públicas” (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2015, p. 12).

A iniciativa privada completava parte da demanda não atendida pelo ensino público e a população, na maior parte dos casos, não se envolvia no desenvolvimento da educação local. O cenário educacional do município no transcorrer de 1880 a 1889 pode ser contemplado na Tabela 8 e no Gráfico 4.

Tabela 8 – Quantidade total de instituições de ensino no município de Piracicaba, entre estabelecimentos públicos e privados, no período de 1880 a 1889.

|   | 1880      | 1881      | 1882      | 1883      | 1884      | 1885      | 1886      | 1887      | 1888      | 1889      |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino privadas</b>    | 3         | 5         | 12        | 9         | 14        | 14        | 13        | 12        | 11        | 9         |
| <b>Instituições de ensino provinciais</b> | 10        | 10        | 9         | 10        | 11        | 13        | 13        | 13        | 13        | 15        |
| <b>Total</b>                              | <b>13</b> | <b>15</b> | <b>21</b> | <b>19</b> | <b>25</b> | <b>27</b> | <b>26</b> | <b>25</b> | <b>24</b> | <b>24</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1889.

Houve aumento de 11 instituições de 1880 para 1889, o que representa uma variação percentual de crescimento de 84,61%. Afere-se que, até 1885 a maioria dos estabelecimentos de ensino do município era de privados e no ano de 1886 tinha o mesmo número de estabelecimentos públicos e privados. A partir de 1887 ocorreu um movimento que levou ao aumento das escolas públicas e diminuição das privadas.

Gráfico 4 – Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba no período de 1880 a 1889.

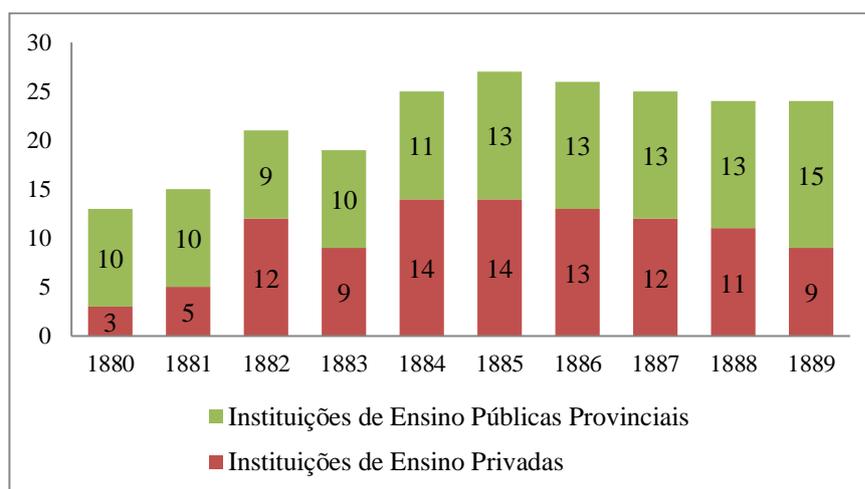


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1889; CAMARGO, 1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1889.

As taxas do total de instituições de ensino sofreram variação no decorrer de 1880 para 1889. Na primeira metade do decênio, entre 1880 e 1885, encontra-se a maior taxa de crescimento no valor de 107,69%. Dentro desse período, entre 1880 e 1881, o aumento foi de 15,38%, de 1881 para 1882 subiu para 40% e a única diminuição foi de 9,52% de 1882 para 1883. Ocorreu novo crescimento entre 1883 e 1884 de 31,57% e um aumento menor de 8% do ano de 1884 para 1885.

Na segunda metade dos anos 1880, entre 1885 e 1889, a taxa de variação percentual foi negativa, equivalente a 11,11%, o que demonstra que apesar de não haver crescimento a diminuição foi pouca. A média de encolhimento foi baixa, se mantendo no patamar de 3,70% a 4% de 1885 para 1888 e a quantidade se manteve em 24 até o ano seguinte.

Os anos 1880 se encerraram com o evento de 15 de novembro de 1889, a proclamação da República. Os principais fatores que influíram no declínio do Império foram o modelo patrimonial do Estado baseado no liberalismo estamental aristocrático e o regime de trabalho escravo. Nas palavras de Monarcha (2016), “Nos imprevisíveis últimos decênios do regime, o inconformismo com a ordem dinástica e a consciência dos embaraços do país, abalam a autoridade das instituições” (p. 61).

Conforme aponta Santos (2006), isso não significa que não haveria mais os vícios e tradições monárquicas no país. Em casos como esse, os eventos não ocorrem separadamente e sim, se superpõem e se combinam, ao apresentarem como resultado uma conjuntura formada pela soma das partes constitutivas. É nesse novo contexto político, social e cultural que a Seção 2 desta tese empreenderá a análise da educação no país, no estado de São Paulo e no município de Piracicaba no início da República (1890-1899).

## **2. A EDUCAÇÃO NO ALVORECER DA REPÚBLICA BRASILEIRA: PIRACICABA 1890-1899**

Nessa segunda seção da presente tese seguir-se-á o mesmo procedimento metodológico utilizado na seção anterior para a investigação dos principais acontecimentos relativos à educação no início da República, com o intuito de possibilitar uma comparação com os últimos 10 anos do Império. Todavia, em uma das principais fontes da pesquisa, o jornal *Gazeta de Piracicaba*, não há disponível no acervo o ano de 1891. Dessa forma, sobre esse ano quase todos os dados são provenientes dos documentos da câmara municipal e de comparações entre o ano de 1890 e 1892, que fornecem indícios do que ocorrera em 1891.

Permanece a preocupação em compreender os modos pelos quais diferentes sujeitos e instituições influíram no desenvolvimento da educação, em um movimento do mais amplo e geral em nível nacional, na análise do âmbito estadual e em especial, o particular e específico, no caso o município de Piracicaba. Localmente serão observadas as influências e disputas de poder em torno das questões educativas por parte dos políticos, habitantes, elites e iniciativa privada.

### **2.1 CENÁRIO NACIONAL**

A proclamação da República no Brasil foi influenciada em grande parte pelo panorama político e econômico ocidental da formação dos Estados, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. De acordo com Bandeira (1998) “os brasileiros olhavam para os Estados Unidos como exemplo e, em parte, com esperança de que lá viesse o auxílio à Revolução – à Independência e à República” (p. 31).

Para Gruppi (1996), foi a partir dos anos 1870 que houve convergência de ideais democráticos, igualdade jurídica e concepção liberal econômica. Esses conceitos foram impulsionados pelo crescente desenvolvimento capitalista e nesse quadro o Estado tinha como base o poder político, o povo e o território.

Monarcha (1999) ressalta que na concepção de diversas correntes revolucionárias o regime monárquico significava a decadência de antigas noções de “instituições, modo de vida e forma de pensar” (p. 167), enquanto a República trazia o ideal de sentimento de justiça e integração social, no sentido de “levar às luzes ao povo” (p. 169) por meio de uma nova atmosfera moral e intelectual.

O mesmo teórico (MONARCHA, 2016) ainda destaca que, a República partia do princípio de ser um regime fundado na isonomia, com base legal instituída “num contrato social livre de contingências, donde o empenho em transfigurar o povo em corpo político juridicamente regulado, porquanto sede física da soberania” (p. 131). Todavia, esclarece que no Brasil a República não veio da ação popular e social, mas de uma operação militar, a qual visionava a reorganização das classes dominantes. O jurista e jornalista republicano Aristides Lobo<sup>36</sup> enfatizou que o povo, alheio aos fatos políticos, assistiu a tudo atônito e “bestializado”<sup>37</sup>.

Em relação às questões educacionais, Gonçalves Neto (2015) evidencia que na Europa e Estados Unidos a expansão da industrialização gerou a necessidade da organização de sistemas de ensino voltados à educação popular. A educação servia para a disseminação e “a difusão dos princípios ideológicos, a definição do caráter do cidadão que se queria construir e também a formação de uma mentalidade cívica, ou seja, a construção da nação e do sentimento de nacionalidade” (p. 21).

O Governo Provisório, instituído pelo Decreto n. 1 de 1889, durara de novembro de 1889 a fevereiro de 1891 e lançou normativas com o propósito de organizar a República. Dentre elas estava a reforma do código penal, oficialização da instrução laica, liberdade de culto religioso, separação entre Estado e Igreja, naturalização dos imigrantes, eleitores somente homens alfabetizados e o fim da vitaliciedade no senado (REIS FILHO, 1995).

As relações de poder entre os entes federados continuaram as mesmas do Império, se não até mesmo ampliadas, com estados e municípios como entidades territoriais e a sujeição dos segundos pelos primeiros. De acordo com Baleeiro (2012), em “uma leitura dos primeiros atos ou decretos dos vencedores” é possível perceber:

[...] como eles rapidamente institucionalizaram a República, fundaram um Governo Provisório, criaram os símbolos nacionais, proveram a manutenção da família imperial, alargaram o eleitorado a todos os cidadãos alfabetizados e dissolveram os órgãos vetustos do Poder Legislativo da Nação e das Províncias (p. 14).

Entende-se, assim, que no Brasil, apesar de nos discursos a proposta de implantação da República se embasar nos princípios clássicos da soberania popular, o que ocorreu de fato fora uma espécie de golpe militar. Foram empreendidas ações contraditórias, sendo algumas dentro das convicções republicanas e outras que excluíram grande parte da população de uma suposta

<sup>36</sup> Aristides da Silveira Lobo – 12/02/1838 Mamanguape (PB) – 23/07/1895 Barbacena (MG). Formado em direito, foi professor e jornalista. Na política foi deputado geral (AL)/1864-1870; deputado federal (DF)/1891-1893; senador (DF)/1892-1895. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1474>>. Acesso em: 12 set. 2019.

<sup>37</sup> O Capítulo V do livro “Os bestializados” de José Murilo de Carvalho (1987) trata dessa temática.

ordem democrática. Quanto a esta questão, Santos (2007) explicita que em muitos casos na formação dos Estados nem sempre os interesses destes coincidem com os da sociedade civil. Em muitos casos acaba-se por criar uma conjuntura de desrespeito aos indivíduos sob a forma de justificativas e disfarces, por meio de dispositivos institucionais, econômicos e culturais.

Os discursos do movimento republicano depositavam na instrução pública e na educação de novos valores e cidadania a esperança de se instituir um regime constitucional e representativo, que sustentasse os ideais liberais econômicos e sociais baseados na industrialização e na urbanização das cidades. Segundo Gonçalves Neto (2006), “daí que, se a percepção das condições cívico-políticas da população não era favorável, surge a crença de que, pela educação, seria possível remodelar o povo, regenerá-lo para a prática política e para o trabalho” (p. 4).

Ao se referir sobre os diferentes setores da sociedade brasileira que defendiam esses ideários, Monarcha (2016) especifica que dentre eles estavam “liberais, maçons, jacobinos, positivistas, spencerianos, elites doutrinárias concorrentes entre si, que sobrelevam o significado do republicanismo educativo” (p. 141). Gonçalves Neto e Carvalho (2015b) destacam que nesse cenário a educação para o povo era também uma espécie de programa de parte da elite republicana a fim de legitimar seu poder político.

Constata-se que, apesar de muito entusiasmo, em seu início a República não alterou de forma acentuada a estrutura educacional herdada do Império. A questão da descentralização federativa, apesar de celebrada como uma forma de autonomia, quanto ao processo de escolarização, deixava a responsabilidade pela educação diretamente subordinada ao desempenho orçamentário dos estados e municípios e à vontade política de seus representantes.

A falta de atuação do poder público central em assumir a responsabilidade e a coordenação política de universalização do direito à educação ampliou a distância cada vez maior entre as elites e as camadas populares. Do mesmo modo, ressaltou a heterogeneidade das regiões mais e menos desenvolvidas do país.

Os partidários da descentralização nessa época entendiam que esse modelo significaria a autonomia e liberdade de ação para os municípios. Dentre os defensores dessa ideia estava Domingos Jaguaribe<sup>38</sup>, o qual no livro “O município e a República” (1897) defendia que:

---

<sup>38</sup> Domingos José Nogueira Jaguaribe – 14/09/1820 Aracati (CE) – 05/06/1890 Rio de Janeiro (RJ). Formado em direito, foi professor, magistrado, jornalista e advogado. Na vida política exerceu os cargos de deputado provincial (CE)/1850-1851; deputado geral (CE)/1853-1870; senador (CE)/1870-1889. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1584>>. Acesso em: 12 set. 2019.

Nos logares onde a descentralização poder assegurar a marcha do progresso municipal, em tudo que disser respeito ao seu peculiar interesse, aparecerão as escolas, a iniciativa particular será o móvel de todas as ações do homem, cada cidade procurará dar, em ponto pequeno, as mesmas vantagens que a capital oferecer, em ponto grande (p. 5).

Entretanto, Oliveira e Souza (2010) argumentam que esse contexto gerou no país dois modelos considerados paradigmáticos:

- o que se manifesta nos estados do Sul e Sudeste que assumiram a responsabilidade pelo atendimento educacional e construíram, ao longo do século XX, sistemas próprios de ensino, recorrendo subsidiariamente aos municípios;
- o dos estados do Norte e Nordeste em que estes se omitiram de construir um sistema de ensino de massas e tal responsabilidade foi precariamente assumida pelos municípios (p. 15).

O fato é que o Ato Adicional de 1834 continuava em vigor, assim os estados estavam incumbidos de gerir a educação primária, profissional e normal. Além disso, a Reforma Leoncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, prevaleceu até que fosse efetuada nos anos 1890 outra reforma.

As primeiras ações do governo federal iniciaram com a nomeação de Benjamin Constant<sup>39</sup>, em 19 de abril de 1890, como Ministro da Instrução. No mesmo ano, ele instituiu uma reforma no Distrito Federal - Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890 - e como não havia diretrizes para a organização da educação nos estados, alguns destes utilizaram essa reforma como parâmetro. No que tange ao Decreto n. 981, Souza (1998) esclarece que este foi considerado por muitos uma renovação educacional ao determinar a “sistemática de exames, inclusive os exames públicos com presença de bancas examinadoras, estabeleceu rígido controle sobre procedimentos de matrícula e frequência e sobre o tempo destinado aos trabalhos escolares” (p. 59).

Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição Federal do Brasil. Em relação à educação, institui-se que esta seria laica e a União legislaria o ensino superior na capital da

---

<sup>39</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães – 18/10/1836 Niterói (RJ) – 22/01/1891 Rio de Janeiro (RJ). Bacharel em ciências físicas e matemáticas, foi professor e teve carreira militar na marinha e exército brasileiro, segundo vice-presidente do governo provisório republicano e ministro de guerra. Em 1890 assumiu o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos e criou o Pedagogium e o Conselho de Instrução Superior, proibiu o ensino religioso em estabelecimentos públicos de instrução leiga, deu novos regulamentos para diversos órgãos como a Escola Normal, o Instituto Nacional dos Cegos, a Biblioteca Nacional, a Escola Politécnica e o Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II. Promoveu ampla reforma da instrução pública primária, e secundária, no Distrito Federal, e superior em todo o país. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/611-benjamin-constant-botelho-de-magalhaes>>. Acesso em: 12 set. de 2019.

República, proveria a instrução primária e secundária no Distrito Federal e poderia criar instituições de ensino superior e secundárias nos estados e junto aos entes federados.

Diversos autores da área da educação (MONARCHA, 2016; GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015b; CURY, 2015) defendem que se observadas todas as propostas e discussões desde o final do Império, houve na carta magna uma omissão quanto à instrução pública. A negligência do papel da União significou de forma tácita que os estados seriam os responsáveis, fato que culminou, na maioria dos casos, em repassarem parte de suas responsabilidades aos municípios.

De acordo com Carvalho e Carvalho (2010), outra questão discutida na época, relacionada diretamente com os campos político e educacional, era a taxa de analfabetos no país, já que, segundo a Constituição, estes não poderiam votar. Esse tema causou, inclusive, um movimento de preconceito social e tornou o analfabetismo mote de campanhas nacionais, pois era considerado motivo de vergonha para uma nação que pretendia ser descrita como civilizada.

Ainda sobre esse assunto, Ferraro (2009) revela que no primeiro censo do país, em 1872, o número de pessoas acima de cinco anos que não sabiam ler e escrever era de 82,30%, enquanto o censo seguinte de 1890 resultou em 82,60%. O censo nacional de 1890 (BRASIL, 1898) ainda mostrou que dois terços dos analfabetos era formado por mulheres. No cálculo de percentagem de analfabetos nos 21 estados, o Distrito Federal se destacava com apenas 48%, enquanto o Pará apresentou 77% e Rio Grande do Sul 74%, todos os outros estados estavam na faixa entre 80% e 90%, inclusive São Paulo com 85%.

Conforme adverte Ferraro (2009) e Senra (2009), há que se observar os dados desses dois censos com cautela, pois havia falta de controle da Diretoria Geral de Estatística acerca de como estavam sendo coletados nos rincões do país. Segundo Santos (1993), outra questão é que a população urbana e rural dos municípios não era discriminada.

Ao considerar a escolarização como base da continuidade do processo civilizatório brasileiro, pode-se ponderar segundo as teorias de Norbert Elias que esse transcurso envolve a autointerpretação da sociedade como civilizada. Veiga (2007), ao utilizar as teorias de Elias na investigação de questões educacionais, destaca que houve imposição às novas gerações, por meio da instrução escolar, de “modelos de autocoerção, o domínio das emoções, os sentidos de vergonha e pudor, disseminando outra configuração de sociedade ao inventar a educação escolarizada como categoria da atividade social” (p. 98). Elias (1994b) explicita que a sociedade disponibiliza aos indivíduos um “grupo restrito de funções, escolhas e comportamentos possíveis” (p. 21), isso inclui a escolarização, como uma forma instituída de permanente controle.

Após a proclamação da República, a partir do erário de alguns estados federados, a escola pública se propagou no país sob o discurso de civilizar a nação (MONARCHA, 2016). O estado de São Paulo, com sua pujança econômica, foi o ente federado que implantou medidas educacionais mais significativas, ao servir inclusive de modelo e inspiração para outros estados (CARVALHO; CARVALHO, 2010). A seguir, serão apresentadas as principais ações de São Paulo em relação à instrução pública e, conseqüentemente, os efeitos que estas tiveram no âmbito local.

## **2.2 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Ao findar do século XIX, de acordo com Prado Júnior (1989), o estado de São Paulo era o centro geográfico das lavouras cafeeiras e das ferrovias do país, as quais trouxeram para seu interior a criação de povoados. Economicamente, as novas tecnologias, o capital estrangeiro e o porto de Santos, que escoava também produtos de outros estados, fizeram com que nas questões fiscais o estado arrecadasse dinheiro suficiente para investir em infraestrutura e serviços para a população.

Monarcha (2016) destaca que, esse cenário permitiu que o estado, junto ao Distrito Federal, fossem os primeiros entes da República a implementarem reformas educacionais. O autor afirma que, São Paulo neste momento não havia alcançado o estágio civilizacional almejado e considerava-se que o crescente progresso e a racionalização administrativa o levariam a tal em pouco tempo.

Em 1890, o censo nacional (BRASIL, 1898) demonstrou que a capital de São Paulo tinha o total de população calculado em 50.000 habitantes, aproximadamente 10 vezes menos que o Rio de Janeiro. O censo revelou também um total de 1.580.398 habitantes no estado e o número de imigrantes apresentava um percentual de aproximadamente 10%. Dentro da alta taxa de analfabetismo de 85%, diferentemente do panorama nacional, a disparidade entre os sexos se mostrava baixa.

O Partido Republicano Paulista, desde sua fundação em 1873, pregava que a Assembleia Provincial/Estadual legislasse sobre a educação primária e secundária, ao ter como fundamentos: liberdade de ensino, ensino obrigatório, instrução primária gratuita e qualificação dos professores. Muitas resoluções foram colocadas em prática, mesmo com todas as turbulências políticas do início da República, que na primeira década desse regime, desde os governos provisórios até os eleitos, resultou em um conjunto de dez sucessões de governantes no estado (REIS FILHO, 1995).

No governo provisório de Prudente J. de Moraes Barros, líder republicano em Piracicaba, no estado de São Paulo e em âmbito nacional, foram tomadas iniciativas quanto à instrução pública e os principais arquitetos das reformas foram Rangel Pestana<sup>40</sup> e Caetano de Campos<sup>41</sup>. O início das reformas se deu pela reestruturação do programa da Escola Normal e Escolas Modelo - Decreto n. 27, de 12 de março de 1890.

A seguir, uma série de outros decretos modelou o início da criação da rede educacional paulista, a saber: extinção do Conselho Superior de Instrução e transferência de suas funções ao presidente do estado, ao diretor geral da instrução pública e aos Conselhos Municipais - Decreto n. 33, de 20 de março de 1890; instituição da instrução laica - Decreto n. 31, de 25 de março de 1890; reforma da Escola Normal da capital - Decreto n. 27, de março de 1890, a qual fora efetuada com o dinheiro que o Império destinava à Igreja Católica; criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos - Decreto n. 346, de 19 de abril de 1890; e reestruturação da educação em geral para tornar a administração mais simples - Decreto n. 50 de 23 de abril de 1890 (MONARCHA, 2016; REIS FILHO, 1995).

Reis Filho (1995) ressalta que, mesmo diante de todas essas ações, diversas dificuldades decorriam “da falta de uma linha hierárquica definida, de autoridade, que o patriarcalismo administrativo” (p. 26) intentava suprir na figura do presidente do estado. Alguns artigos e textos de opinião do jornal Gazeta de Piracicaba apontavam problemas a serem resolvidos como: construção de prédios próprios do governo, eficiente inspetoria de ensino, falta de material escolar adequado, situação precária quanto aos direitos dos professores, recursos para manter as escolas e a diminuição da taxa de analfabetismo (GAZETA DE PIRACICABA, 04/06/1890, 15/10/1890). Em um dos textos Augusto Castanho<sup>42</sup> expõe o que ocorria a seu ver no estado:

Sucedem-se as reformas - e o mal permanece; ilustram-se os professores – e o ensino não melhora; cream-se conselhos municipais e as escolas não progredem – porque?

<sup>40</sup> Francisco Rangel Pestana – 26/11/1839 Nova Iguaçu (RJ) – 19/03/1903 São Paulo (SP). Formado em Direito e jornalista. Na política participou do governo provisório (SP); constituinte/1891; senador (SP)/1891-1893; deputado federal (RJ)/1899-1902; senador (RJ)/1902-1903. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>41</sup> Antonio Caetano de Campos – 17/05/1844 Rio de Janeiro (RJ) – 12/09/1891 São Paulo (SP). Formado em medicina. Além de atuar como médico, nos anos 1880 foi professor e em 1889 fez parte do triunvirato do governo provisório de SP, quando ficou responsável pela Escola Normal e participou nos anos 1890 da reforma educacional que deveria trazer os preceitos republicanos. Disponível em: <<http://www.caetanodecampos.com.br/diretores-e-professores-biografias/78/biografia-de-antonio-caetano-de-campos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>42</sup> Augusto Cesar de Arruda Castanho – 07/08/1849-14/11/1910 Capivari (SP). Professor normalista e jornalista. Iniciou a carreira docente nos anos 1880 em Piracicaba (SP), lugar onde defendia os ideários republicanos na educação por meio de artigos no jornal Gazeta de Piracicaba do qual foi co-proprietário e redator a partir de 1885. Foi também inspetor de ensino estadual em SP e membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado (1896). De volta a Capivari, foi professor da 5ª cadeira de ensino elementar (1899) e diretor do primeiro Grupo Escolar da cidade (1908). Disponível em: <[http://wiki.ihgp.org.br/CASTANHO,\\_Augusto\\_C%3%A9sar\\_de\\_Arruda](http://wiki.ihgp.org.br/CASTANHO,_Augusto_C%3%A9sar_de_Arruda)>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Porque as reformas – copias servis de systemas adventicios – não consultam a impropriedade do meio; porque o cultivo da intelligencia não dispensa os instrumentos do officio; porque as attribuições dos conselhos annullam-se ante o concurso negativo de um fundo ... que não tem fundos. [...] Fazer os professores primarios responsaveis pelo analfabetismo que nos degrada é injustiça tão grande como confessar que este colosso chamado Estado de São Paulo, que paga mais de vinte mil contos de réis de imposto geral, apenas conta 1089 cadeiras providas, mediante a bagatela de 1.126:800\$000, tendo ainda professores que ganham metade do quanto ganha um carroceiro [...] Entretanto importa que o governo republicano trate de enriquecer a escola – sem perda de tempo, sem embargo do quanto; urge que a luz do alfabeto dissipe as trevas em que laboram os inimigos da verdade. Não merecerá porventura a escola o sacrifício de um empréstimo? (CASTANHO, 1890, p. 1-2).

Na primeira constituição republicana do Estado de São Paulo, de 14 de julho de 1891, quanto à educação constava como deveres da Assembleia Estadual, no Artigo 20, § 11: “Legislar sobre: e) ensino primário, secundário, superior e profissional, que será gratuito e obrigatório no primeiro e livre em todos os graus; podendo o ensino secundário, superior e profissional ser ministrado por indivíduos ou associações subvencionados ou não pelo Estado” (SÃO PAULO (Estado), 1891).

O Artigo 57 dessa lei garantia o ensino público leigo e o Artigo 59, assim como a Constituição Federal de 1891, determinava que os analfabetos não podiam votar. Reis Filho (1995) explica que, enquanto a reorganização geral do estado não terminou, a instrução pública foi dirigida pelo diretor geral, o qual informava diretamente ao presidente do estado o que ocorria na área. Somente com a reforma educacional de 1892 esse quadro seria alterado.

Nota-se assim que, nos dois primeiros anos do governo republicano paulista, diversas ações foram tomadas para iniciar a expansão escolar no estado e sanar alguns problemas mais urgentes em relação à administração do ensino. O governo iniciou mudanças em todos os âmbitos da gestão estadual, contudo ainda perpetuavam problemas advindos do Império.

A condução de São Paulo nesse momento estava a cargo do Partido Republicano Paulista – PRP, composto pela oligarquia formada por fazendeiros e capitalistas. A Constituição Estadual de 1891, assim como sua predecessora federal, não discorreu em específico acerca do que se esperava sobre o ensino público e as decisões sobre essa área foram tomadas por meio de leis e decretos no decorrer da década de 1890.

Em março de 1892, a reestruturação da máquina pública paulista estava por findar, o Decreto n. 28, de 1º de março, organizou as Secretarias do Interior, Justiça, Agricultura, Comércio e Obras Públicas e o de n. 29, do mesmo dia, a Secretaria da Fazenda. A Secretaria

do Interior, tendo à frente Cesário Mota Júnior<sup>43</sup>, passou a ser a responsável pela instrução pública, por meio de sua terceira seção que “encarregava-se dos serviços do ensino primário, secundário, superior, especial e profissional, público e particular” (REIS FILHO, 1995, p. 28).

Na sequência, ainda em 1892, seria promulgada a Lei n. 88, de 8 de setembro, a qual reformou com grande amplitude a instrução pública do estado. Segundo Souza (1998), esta lei trouxe modificações e inovações que produziram uma nova cultura escolar, inclusive com repercussões na sociedade em geral, ao simbolizar aspectos importantes para a promoção da inculcação de preceitos republicanos. O modelo sofreu críticas por ser muito oneroso, pois criar escolas e capacitar professores para os novos padrões pedagógicos era um grande desafio, por isso São Paulo o estado mais rico do país à época fora o primeiro capaz de tentar empreender essa realização.

Para regulamentar a Lei n. 88 instituiu-se o Decreto n. 144 B, de 30 de dezembro de 1892, o qual reestruturou a Secretaria Geral da Instrução Pública em três seções que atenderiam os diferentes níveis de ensino: 1ª seção – escolas preliminares e complementares; 2ª seção - escolas normais, ginásios e cursos superiores; 3ª seção - Conselho Superior, ensino particular e estatística escolar. Na hierarquia de decisões estava o presidente do estado, auxiliado pela Secretaria do Interior, Conselho Superior, diretor geral da instrução pública, inspetores de distrito e câmaras municipais (REIS FILHO, 1995).

Após uma série de discussões na Assembleia Estadual o Decreto n. 144B foi substituído pelo Decreto n. 218, de 27 de novembro de 1893, o qual regulava a instrução pública em 529 artigos e centenas de parágrafos. O decreto n. 218 previa a obrigatoriedade escolar, o recenseamento anual e a criação do cargo de inspetor de distrito, o qual estaria em contato direto com as edilidades, cobrando-lhes que fizessem sua parte na expansão escolar (MONARCHA, 2016).

Na primeira concorrência para o preenchimento do cargo de inspetores de distrito em outubro de 1893, não houve pessoal suficiente com o requisito necessário – normalistas com três anos de magistério. Isso dificultou a implantação da reforma, pois estes tinham como função: visitar escolas; providenciar e presidir exames; propor localização de escolas; enviar relatórios aos Conselhos; avaliar professores; dar atestados; fazer ocorrências; planejar junto às

---

<sup>43</sup> Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Júnior – 05/03/1847 Porto Feliz (SP) – 24/04/1897 Rio de Janeiro (RJ). Formado em medicina. Na política foi deputado provincial (SP)/1878-187; atuou na constituinte/1891; deputado federal (SP)/1891-1893 e 1894-1899. Como deputado provincial lutou pela melhoria do ensino público, em toda a sua carreira atuou em defesa das áreas da educação e saúde, em 1892 ao se tornar secretário do Interior de SP implantou diversas reformas no ensino público. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOTA,%20Ces%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

municipalidades os recenseamentos; fiscalizar escolas municipais; promover junto às municipalidades o uso do extinto Fundo Escolar na instrução local; fornecer dados relativos aos gastos com instrução dos municípios para a base do orçamento; entre muitos outros (REIS FILHO, 1995).

O maior trunfo dos republicanos paulistas viria ainda em 1893, com a criação de escolas centrais divididas em ciclos, compostas de várias salas de aulas e professores, geridas de forma racionalizada e padronizada. A ideia era debatida desde a última década do Império, defendida no estado de São Paulo, especialmente, por Gabriel Prestes<sup>44</sup>, então diretor da Escola Normal.

Essas instituições denominadas de Grupos Escolares também auxiliaram o projeto republicano de reforma social e alcançaram impacto como modelo de instrução pública em todo o país. Seus edifícios eram um marco urbano, ao trazerem a configuração arquitetônica escolar para dentro dos preceitos mais modernos da época, que incluía circulação, higiene, psicologia e iluminação. Os Grupos Escolares se tornaram um dos marcos da história da educação brasileira, tanto que seus vestígios se perpetuaram até o século XXI.

Em poucos anos, os Grupos Escolares espalharam-se pelo interior com o apoio de diferentes grupos e elites locais. No decorrer da década de 1890, foram construídas mais de 90 unidades pelo estado, em paralelo instalou-se em algumas cidades do interior Escolas Normais<sup>45</sup> e Complementares<sup>46</sup> para formar os quadros docentes (REIS FILHO, 1995; SOUZA, 1998; SAVIANI, 2004; MONARCHA, 1999, 2016).

No relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de 1893 constava “que o Estado conta com 1.398 escolas: 817 para o sexo masculino, 489 para o sexo feminino e 92 mistas.

---

<sup>44</sup> 21/09/1867 Palmeiras (PR) – 17/11/1911 São Paulo (SP). Formado na Escola Normal de São Paulo, comerciante e jornalista. Em 1891-1893 foi deputado de SP como representante do professorado e defendia a educação pública, de 1893 a 1898 assumiu a direção da Escola Normal e promoveu várias reformas e inovações, foi também membro do Conselho Superior de Ensino/1896-1898. Disponível em: <<http://www.caetanodecampos.com.br/buscar/86/diretores-da-escola-normal-e-do-instituto-caetano-de-campos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>45</sup> “A primeira Escola Normal brasileira foi criada em Niterói, Rio de Janeiro, no ano de 1835. O Curso Normal criado em 1835 tinha o objetivo de formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e era oferecido em cursos públicos de nível secundário [...] A partir da criação da escola no Município da Corte, várias Províncias criaram Escolas Normais a fim de formar o quadro docente para suas escolas de ensino primário. Desde então o movimento de criação de Escolas Normais no Brasil esteve marcado por diversos movimentos de afirmação e de reformulações, mas não obstante a isso, o Ensino Normal atravessou a República e chegou aos anos 1940/50, como instituição pública fundamental no papel de formadora dos quadros docentes para o ensino primário em todo o país”. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_escola\\_normal\\_no\\_brasil.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_normal_no_brasil.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<sup>46</sup> No estado de São Paulo com as leis n. 88, de 08/09/92, alterada pela Lei n. 169, de 07/08/1893, houve dentre outras medidas a criação de um ensino primário de longa duração (8 anos), dividido em dois cursos (elementar e complementar). Os cursos complementares não se instalaram com o objetivo de integralizar o primário, mas com o objetivo adicional que lhes foi dado de preparar professores para as escolas preliminares, mediante apenas o acréscimo de um ano de prática de ensino nas escolas a partir da lei n. 374, de 03/09/1895 (TANURI, 2000).

Estão providas 751 e vagas 647” (REIS FILHO, 1995, p. 120). A partir desses dados percebe-se o tamanho do desafio a ser enfrentado pelo governo.

Dentre as diretrizes do Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, estipulou-se as seguintes modalidades de instituições: escolas preliminares exclusivas para cada sexo e, excepcionalmente, mistas<sup>47</sup>; grupos escolares, que reuniam em um único prédio de quatro a dez escolas<sup>48</sup>; escolas intermédias, com professores não normalistas<sup>49</sup>; escolas provisórias com menos disciplinas e professor interino<sup>50</sup>; escolas ambulantes em locais afastados dos centros urbanos<sup>51</sup>; e escolas noturnas<sup>52</sup> voltadas à pessoas do sexo masculino acima de 16 anos.

Em 1894, um artigo do jornal ‘O Paiz’, da Capital Federal, publicado na Gazeta de Piracicaba, ao traçar o panorama educacional do estado de São Paulo, enfatizava que havia mais de 1.000 escolas públicas preliminares e complementares. Além de escolas normais, ginásios, faculdade de direito, faculdade de medicina com curso de farmácia anexo, escolas de agricultura, industriais e escola politécnica com diferentes cursos (GAZETA DE PIRACICABA, 04/02/1894).

O maior acontecimento de 1894 foi a inauguração no dia 2 de agosto do novo edifício da Escola Normal da capital, na Praça da República. Resultado das obras que se iniciaram em 1890, o prédio simbolizava força, poder e otimismo (GAZETA DE PIRACICABA, 08/07/1894, 05/08/1894; MONARCHA, 1999).

Ainda em 1894, seria instituída a execução do Art. 166 §4 do Regimento de 27 de novembro de 1893, o qual proibia crianças não vacinadas de se matricularem em escolas públicas. Houve críticas, pois nas menores localidades nem sempre havia condições para tal e ainda ocorria por parte de muitos o medo, pela ignorância do que viria a ser a vacina. Quanto à questão das vacinas, o jornal Gazeta de Piracicaba publicou uma notícia intitulada “Difficil”:

[...] É certo que o sentido lato em que está redigido exclue deficiencias e restricções locaes; mau grado ellas existem e insuperaveis. [...] nas diferentes localidades do estado, ora não ha lymphas, ora a lymphas não presta, ora não ha quem a enxerte, ora se tem medo de a inocular, porque de má procedencia. Em taes conjecturas, pois, como conciliar a disposição do art. e § citados com a matrícula *ex-officio* imposta pelo art. 204 do mesmo reg.? [...] E a multa ... como e quando applical-a? (DIFFICIL, 1894, p. 1).

<sup>47</sup> Também denominadas de cadeiras, eram primárias e tinham uma sala de aula e um professor(a).

<sup>48</sup> Ofereciam ensino primário. Tinham um diretor geral e salas separadas para cada sexo. Para cada sala havia um professor(a) e por vezes um adjunto(a).

<sup>49</sup> Escolas primárias com um professor(a) e uma sala de aula.

<sup>50</sup> Criadas provisoriamente para atender à grande demanda por escolas, na maioria dos casos em áreas rurais, ofereciam ensino primário. Tinham um professor(a) e uma sala de aula.

<sup>51</sup> Escolas primárias, com um professor(a) que serviam a mais de um bairro das periferias urbanas.

<sup>52</sup> Escolas primárias com um professor e uma sala de aula.

Verifica-se, dessa forma, que os cinco primeiros anos da República significaram no estado de São Paulo a instituição de uma estrutura governamental e de ações, como as educacionais, que procuravam modificar a mentalidade e hábitos da população. Segundo Santos (2007), o modelo cívico de uma sociedade é composto pela cultura desta e o território em que está inserida, esse conjunto assume o discurso da necessidade de um ideal de vida desejado para todos. Ainda dentro dessa perspectiva, Elias (1994b) ressalta que diante de um movimento de transformação social, o processo civilizador sofre mudanças sentidas por gerações, na adaptação a novos preceitos e padrões sociais, em um processo constante de reformulação de consciências.

Nos cinco últimos anos da década de 1890, o número de iniciativas no campo educacional diminuiu e os esforços se concentraram em melhorar e expandir as diretrizes traçadas anteriormente. Em junho de 1896, foi apresentado à Assembleia Estadual um projeto para extinguir a Diretoria Geral da Instrução Pública, o que levou à promulgação da Lei n. 430 de 1º de agosto.

Com essa lei, o cargo de diretor geral da instrução pública foi suprimido e suas funções passaram a ser exercidas pelo próprio secretário do interior. Aproximadamente um ano depois, a Lei n. 520, de 26 de agosto de 1897, extinguiu o Conselho de Instrução e fez alterações referentes aos inspetores distritais, os quais passariam a ter menos poder de ação (GAZETA DE PIRACICABA, 12/06/1896; REIS FILHO, 1995).

Com o objetivo de demonstrar alguns aspectos da educação paulista nos anos 1890, segue a Tabela 9 com a quantidade de escolas preliminares, intermédias e provisórias providas e vagas no estado de São Paulo, acompanhada do número de matrícula e frequência de alunos.

Tabela 9 – Quantidade de escolas preliminares, intermédias e provisórias providas e vagas no estado de São Paulo, acompanhada do número de matrícula e frequência de alunos nos anos 1893-1895-1896-1897-1898.

|             | <b>Providas</b> | <b>Vagas</b> | <b>Matrícula</b> | <b>Frequência</b> |
|-------------|-----------------|--------------|------------------|-------------------|
| <b>1893</b> | -               | 647          | -                | -                 |
| <b>1895</b> | 819             | -            | 24.329           | 16.800            |
| <b>1896</b> | 813             | -            | 24.384           | 16.469            |
| <b>1897</b> | 1.013           | 1.233        | -                | -                 |
| <b>1898</b> | 1.156           | 1.367        | 31.568           | 22.671            |

‘-’ – Significa que não foram encontrados os referidos dados. Tabela elaborada pela autora. Fonte: REIS FILHO, 1995.

Essa tabela fornece uma série de dados que permite entender alguns aspectos da evolução da educação no estado de São Paulo. Em relação à quantidade total de escolas preliminares, intermédias e provisórias, o crescimento de variação percentual entre 1897 e 1898 foi de 12,33%. Dentro desse total, em 1897, estavam providas 45,10% e vagas 54,90%, enquanto, no ano de 1898, o resultado foi de 45,80% providas e 54,12% vagas.

Nota-se que, no final da década, a expansão pode ser considerada parca e apesar de em valor não muito superior às providas as escolas vagas eram maioria. Essa questão da diferença da quantidade entre providas e vagas fica mais evidenciada na comparação do período que vai de 1895 a 1898, quando o aumento foi de 41,14% de providas e de 1893 para 1898 com a expansão de 111,28% de vagas. Mesmo que essas taxas não sejam sobre o mesmo recorte temporal, é possível identificar que o governo não encontrava ao seu dispor quadro suficiente de professores para acompanhar a expansão da criação de escolas.

Percebe-se que, esses dados repercutiram na quantidade de matrículas, de 1895 para 1898 estas apresentaram aumento de 29,75%, taxa menor que o crescimento de cadeiras providas no mesmo período. Havia ainda a questão do número de alunos frequentes, que nesse ínterim teve um aumento de 34,94%, quantidade maior que de matrículas, dentre outros fatores isso pode indicar que a mentalidade dos pais quanto à importância de enviarem seus filhos para a escola estava mudando.

No quadro das despesas estaduais de 1898, a Instrução Pública recebeu o dobro de verbas de outros gastos governamentais (CAMARGO, 1899). Em 1899, não consta nenhuma medida importante por parte do governo quanto à instrução. A Assembleia Estadual, no final da década, discutiu projetos quanto à mudança de programas nas escolas que formavam professores e ainda a controversa questão de quais professores poderiam assumir as escolas imperava, pois era preciso resolver o caso das escolas vagas (GAZETA DE PIRACICABA, 19/03/1899, 28/05/1899, 08/10/1899).

Percebe-se então que, apesar do grande esforço do governo paulista em, de certa forma, revolucionar a instrução pública, com medidas de grandes amplitudes nunca vistas antes no país, seus efeitos tardavam em dar resultados. O número de escolas se expandiu no decorrer da década, em contrapartida o principal empecilho continuava a ser a falta de professores. Antes de se analisar o objeto central da pesquisa, o município de Piracicaba, ajuíza-se ser pertinente identificar as especificidades de quais foram as obrigações que o estado de São Paulo impôs aos seus municípios quanto à expansão da instrução pública.

### **2.3 MUNICÍPIO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dentro da sucessão de pactos territoriais da história do Brasil, as quais compõem a configuração de redes de poder, Santos (2007) explicita que a República manteve a situação da autonomia dos estados e a subordinação dos municípios a estes. Nessa perspectiva, os municípios eram governados por demandas externas, próprias da região em que estavam inseridos.

No primeiro ano da República, período de transição política, em nível federal os governos dos estados foram autorizados a dar autonomia às câmaras municipais nas questões dos serviços públicos. No caso de São Paulo, houve em cada município uma intendência nomeada pelo presidente do estado, a qual por sua vez poderia nomear cidadãos para formar comissões que auxiliassem na administração local. Contudo, na longa lista de deveres da intendência não constava nada relacionado à área da educação (GAZETA DE PIRACICABA, 03/01/1890, 22/01/1890).

A Constituição Federal de 1891 (BRASIL, 1891) praticamente não fez menção aos municípios, determinou apenas que estes teriam respeitada a sua autonomia pelos estados. Todavia, "a autonomia municipal é, assim, mero dispositivo constitucional, não existindo, a rigor, na vida do país" (PAUPÉRIO, 1973, p. 60). A Constituição Estadual de São Paulo (SÃO PAULO (Estado), 1891a), promulgada no mesmo ano, também trazia o discurso da liberdade

da autoridade municipal, mas, ao mesmo tempo, deliberava que muitas das decisões das edilidades fossem aprovadas pela Assembleia Estadual.

No tocante ao papel dos municípios na educação, o Decreto n. 140, de 21 de março de 1891, tentou sanar um dos principais problemas que ocorreram no estado de São Paulo na última década do Império. As funções dos Conselhos Municipais foram restringidas, inclusive no tocante ao recebimento dos salários dos professores, os quais passaram a ganhar seu ordenado independente da frequência média de suas escolas (REIS FILHO, 1995).

A seguir, a Lei n. 16, de 13 de novembro de 1891, a qual organizou os municípios do estado, determinou que as edilidades poderiam criar as suas próprias escolas, mas teriam que fiscalizar as do estado:

Artigo 56. - As municipalidades poderão tomar resoluções sobre instrução primaria professional, creando escolas, museus e bibliothecas, adoptando os methodos e programmas que lhes parecerem mais convenientes, contractando ou nomeando livremente os professores e fixando seus vencimentos e vantagens.

§ 1.º - Poderão auxiliar os estabelecimentos particulares de ensino existentes no municipio.

§ 2.º - Deverão por meio de commissões especiaes, visitar as escolas do Estado, para o fim de prestarem ás auctoridades competentes informações que concorram para a prosperidade e desenvolvimento dellas.

Artigo 57. - Os municipios que tiverem organizado um systema regular de ensino primario, poderão dispensar as escolas do Estado representando nesse sentido ao Congresso, que neste caso podera conceder aos municipios uma subvenção proporcional ás despesas, que o Estado faria si tivesse as suas escolas então existentes; mantida em todo o caso a fiscalização por parte do Governo (SÃO PAULO (Estado), 1891b).

A reforma de 1892 – Lei n. 88, de 8 de setembro e Decreto n. 144B, de 30 de dezembro – reforçou o que era esperado das câmaras municipais no quesito educação, ao estabelecer que estas deveriam perpetrar esforços para o progresso da instrução pública. Dentre os deveres das edilidades estava a participação no Conselho Superior, velar pela lei, auxiliar as autoridades escolares e incentivar ações em seu território.

Determinava, inclusive, que as câmaras municipais dispostas a auxiliar pecuniariamente o estado teriam preferência na instalação de escolas, isso levou algumas municipalidades a investir na área educacional para conseguir as instituições modelo símbolo de status nessa época. Essa lei previa:

Artigo 9.º - O Governo consagrará todos os annos a quantia de 500:000\$000 para a construcção de edificios para as escolas preliminares, conforme typo adoptado.

§ unico. - Na execução do disposto neste artigo, o Governo dará preferencia aos municipios cujas municipalidades auxiliarem ao Governo, quer pecuniariamente, quer com dadivas de terrenos e materiaes (BRASIL, 1892).

Em 1893, a Lei n. 169, de 7 de agosto e o Decreto n. 218, de 27 de novembro, especificaram o papel das câmaras e as subordinaram mais ainda, ao determinar que essas assumissem responsabilidades do ensino estadual. O rol de obrigações era extenso, a saber: atestar o exercício dos professores; enviar os mapas mensais; justificar faltas dos docentes; atestar incapacidade de crianças; providenciar dados para o recenseamento escolar; publicar na imprensa a abertura das aulas; decretar matrículas *ex-officio*; aplicar multas em relação à obrigatoriedade; e, no caso da falta de inspetores de distritos, os presidentes das câmaras deveriam nomear comissões para o preenchimento de cadeiras vagas. Essa estrutura hierárquica se manteve até 1896 (REIS FILHO, 1995).

A participação das municipalidades na expansão e manutenção do ensino público estadual despertava controvérsia. Havia apontamentos de que as atribuições das edilidades eram muito amplas e as disputas políticas de poder, em inúmeros casos, se tornaram um obstáculo ao alcance do proposto.

Paralelamente, alguns grupos, inclusive com apoio de professores públicos, entendiam que os governos locais deveriam ir além do imposto por lei e auxiliar o estado na construção de escolas (GAZETA DE PIRACICABA, 13/04/1893, 22/10/1893, 17/01/1896). Em um editorial da Gazeta de Piracicaba na transcrição de um artigo do jornal ‘Diario de Amparo’:

Um dos principaes assumptos para as preocupações das municipalidades, é sem duvida na actualidade este – a instrucção publica. Agora que as atribuições das camaras municipaes são muito mais amplas, e muito mais consideraveis os seus direitos, tornam-se tambem, na rasão directa desses dois casos muito mais derivados e urgentes os seus deveres especialmente com relação a certos melhoramentos de ordem social. [...] Causa efficiente de todos os males sociaes, a falta de uma boa organização de escolas que forneçam a maior somma possivel de instrucção ás classes populares, se faz sentir entre nós, pois o que se tem demonstrado é exclusivamente a preocupação com lutas partidarias e politicas (GAZETA DE PIRACICABA, apud DIARIO DE AMPARO, 1893, p. 1).

Com as Lei n. 430, de 1º de agosto de 1896 e Lei n. 520, de 26 de agosto 1897, foram suprimidos o cargo de diretor geral da instrução pública e o Conselho de Instrução. Isso levou os vereadores e, em específico, os presidentes das câmaras municipais, a terem maior responsabilidade na gestão da educação pública estadual em seus territórios e gerou uma relação direta entre a edilidade e o executivo paulista.

Essa nova sistemática administrativa na direção da estrutura do ensino trouxe um caráter mais autoritário de concentração de poder. As questões político partidárias faziam com que as decisões fossem tomadas por pessoas em postos chaves do Partido Republicano. A situação possibilitou maior consolidação de poder dos líderes locais, o que perduraria por toda a Primeira

República (GAZETA DE PIRACICABA, 12/06/1896; REIS FILHO, 1995; MONARCHA, 2016).

A última ação do governo estadual, no limiar da virada do século, foi uma circular do secretário do interior enviada às câmaras municipais. Esta informava que a partir de 1900 a manutenção e custeio das escolas provisórias existentes nos municípios, em sua maioria afastadas dos centros urbanos, passariam a ser de responsabilidade das edilidades (GAZETA DE PIRACICABA, 25/12/1899).

Observa-se que na República, quanto ao ensino público, as atribuições das câmaras municipais no país continuaram dentro dos moldes vigentes no Império. No geral, não havia uma determinação específica do papel dos municípios na área da educação e estes acabavam por trabalhar em regime de imposição colaborativa com os estados. O estado de São Paulo foi um dos primeiros entes da federação a especificar legislativamente as obrigações das edilidades com a reforma educacional dos anos 1890 (OLIVEIRA, 1992; SAVIANI, 2004; GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009b; ARAÚJO, 2013).

A análise da expansão do ensino em Piracicaba levará em conta esse cenário nacional e estadual. Será verificado se além das obrigações impostas, a edilidade realizou esforços próprios, seja por meio de leis, ações ou iniciativas. Assim como, será analisada qual foi a participação da sociedade local.

## **2.4 MUNICÍPIO DE PIRACICABA**

Em relação ao objeto da pesquisa, buscar-se-á compreender como ocorreu a expansão da educação municipal e se houve a intencionalidade de estabelecer uma identidade educacional exclusiva local de acordo com suas peculiaridades. Do mesmo modo que no período pesquisado anteriormente, a análise de Piracicaba se dará por meio da sequência de seu contexto geral e político, iniciativas do executivo municipal, participação de habitantes, iniciativa privada e governo estadual.

### **2.4.1 Contexto geral**

Os relatos de visitantes no final do século XIX retratam a cidade de Piracicaba como bonita, bucólica e pitoresca, com uma miríade de festas populares, muitas delas voltadas à demonstração da fé católica. Na última década dos 1800, o município era comandado pelo Partido Republicano e apesar da receita municipal ser modesta, as autoridades locais se gabavam de cobrar os impostos mais baixos da região, empreender obras urbanísticas e velar

pela educação e cultura. A economia encontrava-se em expansão com o crescente número de profissionais liberais, comércio, indústrias e produção agrícola (PERECIN, 2009).

No censo nacional de 1890 (BRASIL, 1898), consta que o município de Piracicaba era composto pelas paróquias de Santo Antonio do Piracicaba e Santa Maria, o primeiro tinha 25.275 habitantes e o segundo 2.580. Dentro do total da população do município, a proporção entre homens e mulheres era equilibrada, o mesmo ocorria em relação aos brancos e o grupo formado por negros, caboclos e mestiços.

No tocante aos brasileiros e estrangeiros a diferença era grande, com respectivamente 23.813 e 4.042 pessoas. A taxa de analfabetismo era de aproximadamente 81% da população e a disparidade proporcional entre homens e mulheres alfabetizados era grande tanto entre os brasileiros – 2.447 homens/1.528 mulheres, quanto entre os estrangeiros – 918 homens/393 mulheres.

Ao traçar uma comparação entre Piracicaba e os três maiores municípios da região - Campinas, Itu e Sorocaba - é possível verificar que sua população somente era menor que a de Campinas (33.921) e bem superior à de Itu (13.790) e Sorocaba (17.068). Com referência à taxa de analfabetismo, Piracicaba encontrava-se na média próxima a Campinas (85%) e Sorocaba (81%), enquanto Itu apresentava o menor índice (74%).

No início dos anos 1890, uma série de ações urbanísticas conseguiu evitar que a epidemia de varíola e febre amarela que assolava a região chegasse à cidade e também foi realizada uma planta cadastral para a implantação da rede de esgoto. Houve melhoramentos em relação à energia elétrica, o que propiciou o desenvolvimento de indústrias.

Em 1894, a cidade tinha dois estabelecimentos de caridade, duas escolas noturnas gratuitas, três grandes colégios em palacetes próprios, dois clubes políticos, duas sociedades dançantes, uma beneficente e quatro musicais, além de cafés, restaurantes, hotéis e museu. Por outro lado, o teatro estava em estado deplorável e não havia calçadas. Nesse ano, o imposto predial revelou 2.152 prédios na área urbana e estipulava-se que sua população era de 12.912 habitantes (GAZETA DE PIRACICABA, 05/03/1893, 24/05/1894, 13/07/1894, 08/08/1894, 18/09/1894).

No período entre 1895 e 1897, os preparativos para a efetivação da Escola Agrícola, a construção do primeiro Grupo Escolar e a instalação da Escola Complementar, os quais contaram com auxílio da câmara municipal e particulares, trouxeram ao município uma sensação de orgulho de estar alcançando os patamares civilizacionais almejados. Na visita do presidente do estado e do secretário do interior às instalações da Escola de Agricultura houve

elogios ao desenvolvimento da cidade (GAZETA DE PIRACICABA, 07/04/1895, 25/03/1897).

O geógrafo Alfredo Moreira Pinto fez uma viagem a diversas cidades do interior paulista em 1898 e publicou suas impressões no 'Jornal do Comércio' de São Paulo. Sobre Piracicaba, descrevera que as ruas eram arborizadas e apedregulhadas, no entanto sujas, com bairros crescentes ao redor do centro urbano. Relatou que, a vida urbana e comercial era uma das mais ricas entre as cidades visitadas e ficou impressionado pela influência da Igreja Católica sobre o povo, destacou que até a Loja Maçônica era formada por católicos.

Os principais edifícios da cidade eram quatro templos católicos, um protestante, a Escola Complementar, o Grupo Escolar, e os colégios Piracicabano, Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora de Assunção. Citou, ainda, o Asilo de Órfãos, o Hospício de Alienados e a Santa Casa de Misericórdia. Fez crítica ao estado dos prédios da cadeia, da câmara municipal e do teatro, elogiou em contrapartida o mercado, a fábrica de tecidos e o engenho central, o qual tinha a maior produção de açúcar do estado.

Dentre outros pontos relatados, estava a existência de quatro periódicos, três hotéis, dois bancos, 16 fábricas de bebidas e massas, quatro farmácias e 700 casas de negócios. Esses estabelecimentos estavam distribuídos em cinco bairros na cidade e oito rurais, servidos no total por quatro estações de trem (GAZETA DE PIRACICABA, 28/07/1898; CAMARGO, 1899).

Em 1899, apesar do avultado número de comércio e serviços, a quantidade de profissionais liberais (27) e de capitalistas (24) ainda era acanhada. Nesse ano mais um banco foi inaugurado e o serviço de telefonia e esgoto começaram a ser implantados. Diversos grupos locais passaram a criar diferentes tipos de sociedades, principalmente, ligadas às colônias de imigrantes, artes e religiões (CAMARGO, 1899).

No tocante ao crescimento populacional do município e da área urbana, assim como das edificações na cidade, nesse período não foi possível obter dados suficientes para a construção de uma tabela comparativa como nos anos 1880. Os dados conseguidos são de 1894, ao comparar com as informações de 1889, constata-se que houve um aumento percentual de 22% na população urbana e de 2% na quantidade de edifícios na cidade. Assim, praticamente até metade dos anos 1890, diferentemente do que ocorreu anteriormente, o número de construções não acompanhou o crescimento de habitantes urbanos, o que demonstra um adensamento populacional.

Verifica-se que Piracicaba, nos anos 1890, avançara consideravelmente na qualidade dos serviços urbanos e também economicamente com o desenvolvimento da indústria e comércio, o que ocorreu a partir de ações governamentais e de particulares. Quanto a essas

questões, Santos (1993) destaca que a nova configuração territorial e política criada pela urbanização das cidades era um fenômeno em todo o ocidente no final do século XIX e início do XX. Esse processo resultou na atenção a aspectos sociais como saúde, educação, lazer, informação e até mesmo novas perspectivas de civilização e esperança.

Santos (1993) ainda salienta ser preciso considerar que a urbanização além de territorial é social e reflete na distribuição dos serviços a diferentes estratos sociais e econômicos. Nesse sentido, as necessidades emergentes da população demandavam ações políticas que propiciassem possibilidades de soluções ou intervenções, contudo as iniciativas também deveriam servir à elite. Isso gerava uma nova concepção do exercício das ações do governo local, ao alterar as formas de regulação e controle, na constituição de relações e motivações mais complexas.

Do mesmo modo que na seção anterior da pesquisa a câmara municipal e seus componentes serão analisados quanto ao desenvolvimento da educação em nível local. Será investigado o panorama da dinâmica interna deste órgão do executivo e suas ações na expansão educacional de Piracicaba.

#### **2.4.2 Câmara Municipal de Piracicaba**

Assim como o modelo de análise desenvolvido na Seção 1 desta pesquisa, os dados apresentados a seguir foram pesquisados no período de 1890 a 1899 no jornal Gazeta de Piracicaba e em documentos da câmara municipal - Livros de Atas, Livros de Leis e Resoluções, Livros de Ofícios, Livros de Orçamento e Balancetes, Livros de Relatórios e Livros de Pagamentos de Empregados.

Serão abordadas a dinâmica de funcionamento da câmara, as temáticas mais discutidas e a atenção dada aos assuntos educacionais. Como o volume de dados é extenso optou-se por separar os empreendimentos da câmara municipal em três diferentes tópicos com a intenção de melhor compreender o que ocorreu nesse período.

Primeiramente será traçado o contexto político da dinâmica interna de poder na câmara, com o intuito de demonstrar quais eram os personagens que participavam do governo local e como se deu a execução das sessões. A seguir, são apresentadas tanto as discussões das sessões, quanto as ações dos camaristas em relação à iniciativa da própria edilidade e demandas de habitantes, professores e governo estadual.

#### **2.4.2.1 Características das diferentes gestões nos anos 1890**

Diferentemente do período anterior, nos anos 1890, a Câmara Municipal de Piracicaba efetuou praticamente todas as sessões previstas. A média por ano de reuniões que não ocorreram foi de quatro. As exceções ocorreram em 1892, com 10 sessões que não aconteceram por causa da troca dos intendentess e das primeiras eleições republicanas, e no ano de 1895 com a não ocorrência de 13 encontros, principalmente por falta de quórum devido a questões particulares dos camaristas.

O principal tema tratado pelos vereadores continuou a ser a urbanização da cidade. De 1890 a 1892 também ocorreram muitas discussões sobre a reestruturação do governo dentro dos moldes republicanos, com a elaboração de leis, contratação de novos funcionários e revisão de contratos e saldo municipal. Quanto à urbanização, a edilidade deliberou, principalmente, sobre: iluminação pública, códigos de postura, medidas contra epidemias, mercado, matadouro, telefonia, hospedaria para imigrantes, projeto da rede de esgoto, apedregulhamento das ruas centrais, e construção de estradas, pontes, cadeia, linhas de bonde e rede de água.

Considera-se que, segundo as colocações de Santos (1988), nesses primeiros 10 anos republicanos, os camaristas, apesar de darem continuidade ao processo urbanístico de seus predecessores, tentam imprimir a ideia de o estarem fazendo dentro de outra perspectiva, na reunião de novos sistemas de objetos e sistemas sociais. Porque no caso de qualquer tipo de transformação ou mudança, sempre há resquícios do período histórico anterior nas propostas daquele novo que entrou em vigor, é essa combinação que permite a inovação.

No início de 1890, a primeira sessão da câmara (07/01/1890) ainda aconteceu com os camaristas do período imperial, a saber: José Carlos de Arruda Pinto, Barão de Rezende, João Manoel de Moraes Sampaio, Prudente José de Moraes Barros, Paulo Pinto de Almeida, Manoel da Costa Pedreira, João Nepomuceno de Souza e Francisco Florencio da Rocha. Havia uma mescla de conservadores, liberais e republicanos.

Em 10 de janeiro, a câmara foi dissolvida pelo governo provisório estadual, que por ato nomeou um grupo de intendentess: Paulo Pinto de Almeida, Joaquim Moreira Machado de Oliveira, Honorio Jose Liborio, Joaquim Fernandes de Sampaio, João Augusto de Brito, José Ferraz de Carvalho e Antonio Barbosa Ferraz. Denominado de Conselho de Intendência de Piracicaba, os novos governantes em sua primeira ação demitiram funcionários e nomearam novos de sua confiança, contudo mantiveram o mínimo instituído por lei.

Em maio, Bento Wollet também se tornou intendente e o recém-formado médico Paulo de Moraes Barros<sup>53</sup>, filho de Manoel de Moraes Barros, assumiu o lugar de José Honorio Libório. Em julho, houve perturbação na administração municipal quando o intendente João Augusto de Brito fora exonerado a pedido, assim como outros funcionários, pois se diziam liberais e não republicanos, um mês depois em seu lugar fora nomeado Antônio Corrêa Pacheco (GAZETA DE PIRACICABA, 15/01/1890, 21/01/1890, 07/05/1890, 09/05/1890, 18/05/1890, 14/07/1890, 20/08/1890; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890).

Essa intendência seguiu até março de 1891, quando o presidente do estado nomeou novos membros: Adolpho A. Nardy de Vasconcellos, Adolpho C. Dias, Thiberio L. de Almeida, Francisco Florencio da Rocha, João M. de Moraes Sampaio, Antonio Morato de Carvalho, M. Delfino de Mattos, João B. de C. Leite e Bento Ferraz de Arruda. No início de novembro Antonio Morato de Carvalho foi exonerado e Joaquim Rodrigues do Amaral o substituiu.

Todavia, novas turbulências políticas afetaram a administração local. Em meados de dezembro de 1891, os intendentess anunciaram uma renúncia coletiva e exoneraram muitos funcionários em represália por não concordarem com a troca de presidente no estado.

Assim, no último dia de dezembro foi instalada outra intendência composta por: Paulo de Moraes Barros, João Baptista da Silveira Mello, Amador de Campos Pacheco, Jacob Dihel, João Guidi, José Gomes Marques, Joaquim Fernandes de Sampaio, Antonio de Moraes Sampaio e Joaquim Moreira Machado de Oliveira. Paulo de Moraes Barros assumiu a presidência e promoveu a eleição de funcionários e comissões de trabalho (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891).

Segundo Perecin (2009), com os irmãos Moraes Barros na esfera política nacional, o jovem Paulo de Moraes Barros se tornou o herdeiro político local de ambos e assumiu a frente do Partido Republicano Paulista de Piracicaba. Mas, enfrentava resistência dos monarquistas conservadores liderados pelo Barão de Rezende e sérias dificuldades econômicas devido ao legado deixado pelos monarquistas.

---

<sup>53</sup> 16/07/1866 Piracicaba (SP) – 16/12/1940 São Paulo (SP). Formado em medicina, também foi industrial e agricultor. Considerado o herdeiro político da família Moraes Barros em Piracicaba, foi por muito tempo o chefe do Partido Republicano local e assim como seu pai deu atenção especial à causa da instrução pública. Sua carreira política iniciou em Piracicaba no governo provisório e posteriormente como vereador e presidente da câmara municipal em várias legislaturas na década de 1890 e primeira de 1900. Foi deputado federal (SP)/1909-1911 e 1927-1929; senador (SP)/1935-1937; secretário de agricultura de SP/1912-1916; nos anos 1930 ministro da agricultura, ministro do Estado da viação e obras públicas e secretário da fazenda de SP. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo\\_de\\_moraes\\_barros](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo_de_moraes_barros)>. Acesso em: 13 set. 2019.

No relatório do presidente da intendência, consta que os monarquistas, além de não passarem nenhuma informação, deixaram de propósito os serviços municipais desorganizados e os cofres praticamente vazios, com o agravante das dívidas. Isso resultou em pesquisas nas atas para identificar a real situação da administração (GAZETA DE PIRACICABA, 09/03/1892).

No ano de 1892, em janeiro, houve a troca de intendentes de Joaquim Moreira Machado de Oliveira para João Guilherme Bode, pois a nomeação do primeiro fora considerada sem efeito. No decorrer dos meses de maio e junho o jornal Gazeta de Piracicaba foi palco de acusações e debates entre a intendência atual e a anterior. Paulo de Moraes Barros denunciou que seus predecessores eram imorais, pois tomaram decisões para privilegiar a si próprios e pessoas próximas. A seu ver, eles atentaram contra os valores republicanos e inclusive feriram a Constituição Federal de 1891 (GAZETA DE PIRACICABA, 01/01/1892, 10/01/1892, 19/05/1892, 22/05/1892, 26/05/1892, 02/06/1892, 05/06/1892, 09/06/1892, 19/06/1892; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892).

Ao observar-se a questão sob a ótica de Elias (1994b), considera-se que essa tensão específica entre grupos distintos é inerente às relações humanas. Os conflitos reconfiguram a sociedade por meio de mudanças estruturais, as quais por sua vez representam uma continuidade histórica em constante transformação.

As primeiras eleições locais republicanas do estado de São Paulo ocorreram em agosto de 1892. Em Piracicaba, o sufrágio foi considerado uma vitória para o PRP, contudo o chefe conservador Barão de Rezende conseguiu uma vaga. Foram eleitos: João Augusto de Brito, Joviniano Reginaldo Alvim, Christiano Mathiessen, Manoel de Moraes Barros, Barão de Rezende, Francisco Florencio da Rocha e Antonio de Paula Leite Filho.

Os republicanos locais organizaram uma grande festa no Clube Republicano, com banda de música, salva de tiros e passeata pela cidade. Manoel de Moraes Barros foi o mais votado e como ainda era senador não participou dos primeiros atos da câmara, mas em novembro estava de volta a Piracicaba e em dezembro fora eleito presidente da casa (GAZETA DE PIRACICABA, 02/09/1892, 29/09/1892, 13/10/1892, 24/11/1892; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892).

Nos dois anos seguintes, não houve alteração política e a câmara funcionou dentro das normas republicanas em vigor, ao se debruçar sobre diversas áreas administrativas no intuito do desenvolvimento do município. Em julho de 1895, ocorreu um novo pleito, sendo eleitos para o mandato de 1896-1898 os vereadores: Joaquim André de Sampaio, José Gomes Marques, Paulo de Moraes Barros, Antonio de Paula Leite Filho, José Gabriel Bueno de Mattos, Joaquim

Fernandes de Moraes Sampaio, Antonio Morato de Carvalho, Antonio Corrêa Pacheco, Joviniano Reginaldo Alvim e João Augusto de Brito (GAZETA DE PIRACICABA, 31/07/1895, 20/08/1895; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895).

A única alteração, em 1896, ocorreu com a eleição em junho de Pedro Ferraz de Arruda, no lugar do vereador José Gomes Marques que desistiu do cargo. Em todo esse mandato dos camaristas, a casa foi presidida por Paulo de Moraes Barros, tendo como vice Antonio de Paula Leite Filho e intendente<sup>54</sup> municipal Joaquim André de Sampaio, todos republicanos (GAZETA DE PIRACICABA, 13/05/1896, 18/05/1896, 10/06/1896; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896).

O novo sufrágio para vereadores de 1899-1901 ocorreu em novembro de 1898. Foram eleitos os republicanos Pedro Alexandrino Almeida, Paulo de Moraes Barros, Aquilino José Pacheco, Francisco O. Ferraz, Amador Pacheco, Theodolindo Mendes e os monarquistas Francisco A de Almeida Morato e Barão de Rezende. O chefe republicano Paulo de Moraes Barros continuara presidente da casa no novo mandato, tendo como vice Pedro Alexandrino de Almeida e intendente Aquilino José Pacheco (GAZETA DE PIRACICABA, 03/11/1898, 05/12/1898, 08/12/1898, 01/01/1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1898-1899).

Dessa forma, o governo provisório local em Piracicaba passou por diversas turbulências, que resultaram em três diferentes intendências de perfis distintos, conforme se observou no debate público entre as duas últimas. A partir das eleições, as quais tiveram maioria republicana, mas também ainda membros conservadores, a câmara municipal trabalhou sem interrupções ou problemas. A seguir, serão apresentadas quais sessões abordaram a temática educação e os gastos na área em relação a outros tópicos tratados pela edilidade.

#### **2.4.2.2 Sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação**

No tocante às sessões da câmara municipal que trataram do tema educação, em um primeiro momento serão apresentadas quantas foram e para melhor compreender se a quantidade foi significativa, haverá comparação com outros temas discutidos pela edilidade. A seguir, as sessões que trataram do tema educação são demonstradas a partir de três eixos: iniciativa da edilidade, demanda de habitantes e professores, e do governo provincial.

---

<sup>54</sup> Com a instituição de eleições municipais foi criado o cargo de intendente, depois denominado prefeito, separando as atribuições do Executivo e do Legislativo municipais, antes acumuladas pelas câmaras. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/republicavelha.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Nos anos 1890, assim como nos 1880, o tema mais discutido pelos vereadores foi obras públicas – projeto da rede de esgoto, iluminação pública, apedregulamento das ruas centrais, construção de estradas, pontes, linhas de bonde e ampliação da rede de água. As outras temáticas mais tratadas, em segundo lugar, foram códigos de postura, medidas contra epidemias, mercado, matadouro, telefonia e hospedaria para imigrantes.

A leitura das atas revelou que o assunto educação, diferente do período pesquisado anteriormente, passou a ter mais protagonismo na pauta dos camaristas. A Tabela 10 demonstra a quantidade de sessões sobre cada uma dessas temáticas e o total de sessões que ocorreram em cada ano.

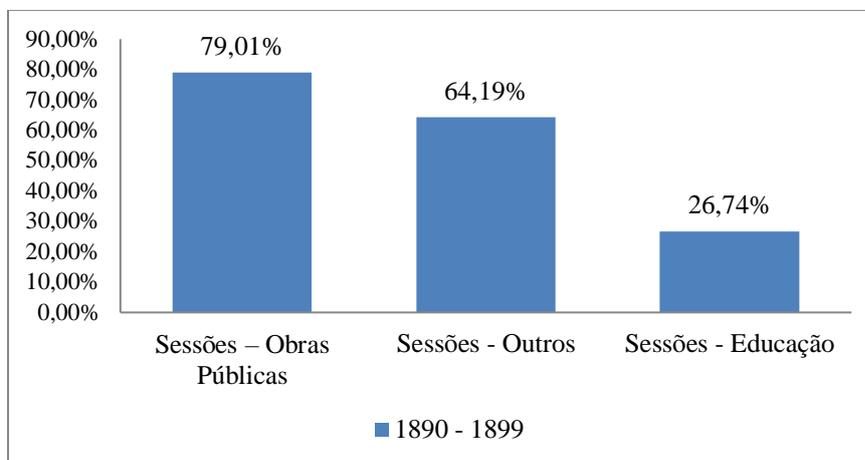
Tabela 10 – Dentro do total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, comparação entre o tema obras públicas, as outras temáticas mais discutidas e educação no período de 1890 a 1899.

|                                 | 1890 | 1891 | 1892 | 1893 | 1894 | 1895 | 1896 | 1897 | 1898 | 1899 | Total      |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------|
| <b>Sessões no Ano</b>           | 36   | 31   | 32   | 22   | 12   | 16   | 22   | 19   | 24   | 29   | <b>243</b> |
| <b>Sessões – Obras Públicas</b> | 27   | 26   | 27   | 17   | 8    | 11   | 18   | 14   | 19   | 25   | <b>192</b> |
| <b>Sessões – Outros*</b>        | 20   | 21   | 22   | 15   | 7    | 8    | 15   | 11   | 16   | 21   | <b>156</b> |
| <b>Sessões - Educação</b>       | 5    | 8    | 3    | 10   | 7    | 9    | 6    | 5    | 6    | 6    | <b>65</b>  |

\*Outros - são os temas códigos de postura, medidas contra epidemias, mercado, matadouro, telefonia e hospedaria para imigrantes. Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Essa comparação demonstra que, dentro do total de 243 sessões ocorridas nos anos 1890, 192 (79,01%) foram sobre obras públicas, o outro conjunto de temas mais tratados estiveram representados em 156 (64,19%) sessões, enquanto a temática educação foi abordada em 65 (26,74%) reuniões da câmara municipal. Para melhor visualização dos dados foi construído o Gráfico 5 com as respectivas percentagens.

Gráfico 5 – Comparação percentual das sessões da Câmara Municipal de Piracicaba relativas aos temas obras públicas, outros\* e educação no período de 1890 a 1899.



\*Outros - são os temas códigos de postura, medidas contra epidemias, mercado, matadouro, telefonia e hospedaria para imigrantes. Gráfico elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Ao comparar esses dados com os anos 1880, constata-se que a quantidade total de sessões foi a mesma. A variação percentual de sessões dedicadas a obras públicas resultou em um decréscimo de 25%. Em relação à categoria ‘outros’, a taxa de crescimento corresponde a 52,94% e no quesito educação o aumento foi de 333,33%.

Essas informações demonstram que, apesar do tema educação ser proporcionalmente menor que as outras temáticas, recebeu considerável mais atenção dos camaristas em relação ao período anterior. Com o propósito de compreender como o impacto da maior atenção dada à educação pela edilidade repercutiu nos gastos municipais foram computados ano a ano o total de despesas em relação aos maiores e menores dispêndios, que foram dispostos na Tabela 11.

Tabela 11 – Comparação entre o total de gastos anuais da Câmara Municipal de Piracicaba, os maiores e menores valores despendidos e verbas para educação no período de 1890 a 1899.

|              | <b>Total de despesas</b> | <b>Obras públicas</b> | <b>Outros*</b>      | <b>Menores gastos**</b> | <b>Educação</b>     |
|--------------|--------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| <b>1890</b>  | 112:285\$188             | 40:403\$958           | 11:714\$060         | 295\$000                | 0                   |
| <b>1891</b>  | 143:808\$090             | 28:263\$780           | 14:078\$200         | 561\$190                | 0                   |
| <b>1892</b>  | 132:998\$019             | 13:835\$430           | 13:100\$345         | 257\$000                | 0                   |
| <b>1893</b>  | 189:116\$252             | 57:146\$839           | 23:137\$642         | 46\$800                 | 554\$400            |
| <b>1894</b>  | 248:828\$235             | 65:367\$796           | 36:325\$279         | 420\$398                | 160\$000            |
| <b>1895</b>  | 160:000\$000             | 57:472\$500           | 21:000\$000         | 600\$000                | 36:300\$000         |
| <b>1896</b>  | 190:180\$000             | 20:199\$500           | 19:695\$000         | 600\$000                | 51:300\$000         |
| <b>1897</b>  | 217:820\$000             | 47:189\$810           | 30:220\$000         | 600\$000                | 10:485\$500         |
| <b>1898</b>  | 172:713\$000             | 53:289\$515           | 19:368\$280         | 295\$000                | 3:900\$000          |
| <b>1899</b>  | 342:541\$523             | 20:000\$000           | 17:000\$545         | 1:200\$000              | 1:200\$000          |
| <b>Total</b> | <b>1.910:290\$307</b>    | <b>403:169\$128</b>   | <b>205:639\$351</b> | <b>4:875\$388</b>       | <b>103:899\$900</b> |

‘\*\*’ - São os segundos maiores gastos depois das obras públicas: eventuais, iluminação pública, dívidas, auxílio à Santa Casa, pagamento de empregados da câmara municipal, estradas municipais e rede de esgoto. ‘\*\*\*’ - Dentre os menores gastos estão: expediente de juiz e eleição, indenizações, causas da intendência, restituições, jardim público, depósitos, higiene e polícia. Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Observa-se que, em relação às temáticas, as despesas seguem o mesmo padrão das principais discussões nas sessões, as obras públicas foram o maior gasto e o seu percentual dentro do total de despesas nos anos 1890 é de 21,09%. Os segundos maiores gastos variaram de ano para ano e são formados por um conjunto composto pelos temas eventuais, iluminação pública, dívidas, auxílio à Santa Casa, pagamento de empregados da câmara municipal, estradas municipais e rede de esgoto, com a representação de 10,73% das despesas totais.

Os menores gastos também variaram durante o período e são constituídos por diferentes áreas - expediente de juiz e eleição, indenizações, causas da intendência, restituições, jardim

público, depósitos, higiene e polícia - a taxa de percentagem em relação ao total de despesas foi de 0,26%. A verba para educação por sua vez ocupou 5,70% do total de gastos da câmara no período, encontrando-se no patamar do terceiro lugar de áreas ou temáticas que mais recebeu verbas.

Considera-se que, este é um fato relevante, pois no período anterior e nos três primeiros anos dos anos 1890 não havia nos documentos da câmara municipal menção a gastos com educação. No intuito de esclarecer com o que foi gasta a verba para educação, segue a Tabela 12.

Tabela 12 – Especificação dos gastos com educação pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1893 a 1899.

|              | <b>Fundo Escolar</b> | <b>Escola Noturna</b> | <b>Compra de prédio*</b> | <b>Escola de bairro rural</b> | <b>Grupo Escolar</b> | <b>Total</b>        |
|--------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|----------------------|---------------------|
| <b>1893</b>  | 554\$400             | -                     | -                        | -                             | -                    | <b>554\$400</b>     |
| <b>1894</b>  | 160\$000             | -                     | -                        | -                             | -                    | <b>160\$000</b>     |
| <b>1895</b>  | -                    | 1:800\$000            | 34:500\$000              | -                             | -                    | <b>36:300\$000</b>  |
| <b>1896</b>  | -                    | 1:800\$000            | 49:500\$000              | -                             | -                    | <b>51:300\$000</b>  |
| <b>1897</b>  | -                    | 1:200\$000            | 4:500\$000               | -                             | 4:785\$500           | <b>10:485\$500</b>  |
| <b>1898</b>  | -                    | 1:200\$000            | -                        | 2:700\$000                    | -                    | <b>3:900\$000</b>   |
| <b>1899</b>  | -                    | 1:200\$000            | -                        | -                             | -                    | <b>1:200\$000</b>   |
| <b>Total</b> | <b>714\$400</b>      | <b>7:200\$000</b>     | <b>88:500\$000</b>       | <b>2:700\$000</b>             | <b>4:785\$500</b>    | <b>103:899\$900</b> |

‘\*\*’ - Compra do prédio escolar da Sociedade Propagadora da Instrução, pertencente a um grupo de particulares, aonde viria a ser instalada a Escola Complementar. Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Esta tabela pode ser analisada sob dois diferentes prismas: o primeiro em relação à variação de gastos por ano na área da educação, que é notadamente maior se comparado com os outros dispêndios da edilidade; e o segundo, identificar quais tópicos educacionais receberam mais ou menos verbas. De 1893 para 1894, houve um decréscimo de variação percentual de

71,14%, na sequência de 1894 para 1895 ocorreu o maior acréscimo do período no valor de 22.587,5%, o que se considera ser relevante até então em investimentos na área. De 1895 para 1896 aconteceu novo aumento de variação percentual de 41,66%.

A partir de 1896, houve um período de contração de gastos, quando desse ano para 1897 a taxa negativa ficou em 79,56%. Novamente entre 1897 e 1898, verificou-se um decréscimo de 62,80% e nos últimos dois anos o valor foi de 69,23%. Entende-se que, para identificar se esse cenário foi significativo, será necessário posteriormente fazer uma comparação com os dados dos primeiros 11 anos de 1900.

Para entender melhor essas variações nos gastos com educação, considera-se necessário especificar no que foi investido as verbas. Os gastos mais baixos, que estão nos anos de 1893 e 1894, são referentes ao Fundo Escolar<sup>55</sup>. Esse fundo era uma espécie de poupança, a qual os municípios deveriam ter por obrigação de lei estadual, para gastar na área da educação e representou 1,14% do total.

O segundo menor gasto se deu com a reforma da escola estadual do bairro rural Batistada, com taxa de 2,36%. A seguir, está a compra do terreno que abrigaria o primeiro Grupo Escolar em 1897, o qual representa 4,28% dos gastos totais<sup>56</sup>. A escola noturna municipal criada no final de 1894 e inaugurada no início de 1895 foi o quarto menor gasto, a verba despendida era somente para o pagamento do salário do professor e representava a taxa de 7,17%.

No tocante a esse assunto, no Livro de Pagamento de Empregados, a comparação entre o salário do professor e outros funcionários da edilidade revela que a remuneração do docente era a menor de todos os outros empregados públicos. Exemplo disso é o fato de o professor receber menos do que porteiro da câmara, o ajudante do mercado, ou o zelador do matadouro.

Nos anos de 1898 e 1899, os vencimentos do professor só eram maiores que do ajudante do delegado e de quem mantinha o relógio da matriz. Segundo Monarcha (1999), era comum isso ocorrer no final do Império e início da República em São Paulo, muitas vezes o salário do professor valia menos do que um quilo de café. Esse autor defende que isso era uma

---

<sup>55</sup> Modificado pela Lei estadual de São Paulo n. 15, de 11 de novembro de 1891, a qual em seu Artigo 27 definia “A arrecadação do imposto destinado ao fundo escolar passará a ser feita pela Municipalidade” (SÃO PAULO (Estado), 1891b). Extinto pelo Decreto n. 218, de 27 de novembro de 1893, o qual em seu Art. 40 § 15 definia “Promover perante as municipalidades a liquidação dos saldos nellas existentes por conta do antigo fundo escolar, de modo a serem applicados em beneficio da instrução local” (SÃO PAULO (Estado), 1893).

<sup>56</sup> Os gastos desse decênio com instituições de ensino estaduais fazem parte de um incentivo do estado, com a promulgação da Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, a qual determinava que as municipalidades que ofertassem benefícios ao estado teriam preferência na instalação de escolas.

incongruência, ao considerar que no discurso dos políticos o professor seria uma figura importante para trazer a sociedade paulista aos patamares civilizacionais almejados.

Para a compra do edifício que abrigaria em um primeiro momento um Ginásio, mas que posteriormente alojou a Escola Complementar, foi gasta a maior parte da verba para educação, equivalente a 85,05% do total despendido. No relatório apresentado pelo presidente da câmara municipal, na sessão de 7 de janeiro de 1902, consta que a verba usada na compra do edifício era na verdade destinada à implantação da rede de esgoto.

Os maiores gastos desses anos com educação se deram em temas que partiram do próprio interesse da edilidade na expansão da instrução local. Isso ocorreu tanto na instalação de uma instituição pública municipal, quanto para atrair estabelecimentos de ensino estaduais considerados representativos para uma localidade que estava em pleno desenvolvimento e queria se destacar perante os outros municípios do estado.

Com o objetivo de manter o padrão de análise efetuado na Seção 1, para posterior comparação entre os três períodos investigados nessa pesquisa, as sessões referentes ao tema educação serão examinadas segundo três categorias: iniciativas da câmara municipal, demandas de habitantes e professores, e do governo estadual.

Tabela 13 – Dentro da quantidade total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba que trataram do tema educação, quais ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes e professores, e governo estadual no período de 1890 a 1899.

|   | 1890     | 1891     | 1892     | 1893      | 1894     | 1895     | 1896      | 1897     | 1898     | 1899     | Total     |
|---|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| <b>Sessões - iniciativa dos vereadores</b>          | 0        | 1        | 2        | 2         | 3        | 6        | 8         | 4        | 4        | 2        | <b>32</b> |
| <b>Sessões - demanda de habitantes/ professores</b> | 0        | 6        | 1        | 2         | 2        | 1        | 2         | 0        | 0        | 1        | <b>15</b> |
| <b>Sessões - demanda do governo estadual</b>        | 4        | 1        | 1        | 6         | 3        | 2        | 0         | 0        | 2        | 4        | <b>23</b> |
| <b>Total</b>  | <b>4</b> | <b>8</b> | <b>4</b> | <b>10</b> | <b>8</b> | <b>9</b> | <b>10</b> | <b>4</b> | <b>6</b> | <b>7</b> | <b>70</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1889–1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Diferentemente do período anterior, a quantidade total das sessões em que a câmara tratara da temática educação não é a mesma da somatória das sessões apresentadas na tabela acima, pois em quatro delas houve mais de uma demanda. Percebe-se também que, nos anos 1890, a quantidade geral de sessões foi significativamente maior que nos anos 1880, ao ir de 15 para 65 sessões no total, o que representa um crescimento de variação percentual de 333,33%.

Outro aspecto a ser considerado é que a quantidade de sessões em cada uma dessas categorias é mais equilibrada frente ao período anterior. As sessões por iniciativa dos vereadores eram minoria nos anos 1880 e passam a ser a maioria nos anos 1890 com a percentagem de 49,23% e uma taxa de crescimento de 1.500% em relação aos anos 1880.

Em relação às demandas do governo estadual, apesar de terem crescido em número, continuaram no segundo lugar com margem percentual menor à encontrada no período anterior, no valor de 35,38% em relação ao total, entretanto a taxa de acréscimo em comparação com os anos 1880 foi de 360%. As requisições por parte dos habitantes e professores que estavam em primeiro lugar nos anos 1880, representaram a menor quantidade nos anos 1890, com 23,07% das sessões e um aumento 87,50% entre os dois períodos.

O aumento geral na quantidade de sessões pode ser considerado relevante, principalmente no que diz respeito à expansão de sessões por iniciativa dos camaristas. Avalia-se que, este fato provavelmente está associado à mudança no regime político, em que localmente os republicanos passavam a adotar a educação como um dos motes de desenvolvimento do município.

A diminuição percentual no tocante às demandas apresentadas por habitantes e professores, principalmente dos primeiros, indica que as alterações políticas em curso não estavam na prática surgindo efeito na relação destes com a edilidade, pelo menos no que diz respeito à área da educação. Considera-se que, o mesmo vale para o vínculo entre governo estadual e local, porque mesmo diante das reformas e transformações pelas quais a instrução pública passou no estado de São Paulo, o diálogo entre os dois executivos ainda pode ser considerado baixo. Com o propósito de especificar quais foram os assuntos debatidos nas sessões concernentes à temática educação, estas serão apresentadas a seguir de acordo com as três categorias evidenciadas acima.

#### 2.4.2.2.1 Sessões que trataram de educação por iniciativa dos vereadores

No rol de sessões desse tópico, distinguiram-se nove diferentes objetos de discussão por iniciativa dos vereadores, a saber: 1º Grupo Escolar; 2º Grupo Escolar; Ginásio/Escola Complementar; Escola Prática Agrícola; escolas estaduais de bairros rurais; pedido ao governo do estado para criação de cadeiras; escola noturna municipal; impostos; e questões administrativas. Verifica-se que, o crescimento de variação percentual em relação ao período anterior quanto à quantidade de temáticas foi de 200%. Com o propósito de demonstrar quais desses temas receberam mais atenção dos camaristas, foi desenvolvida a Tabela 14.

Tabela 14 – Temáticas educacionais discutidas nas sessões que ocorreram por iniciativa dos vereadores no período de 1890 a 1899.

| <b>Temáticas</b>                                 | <b>Número de sessões</b> |
|--|--------------------------|
| <b>1º Grupo Escolar</b>                          | 7                        |
| <b>Ginásio/Escola Complementar</b>               | 6                        |
| <b>Escola noturna municipal</b>                  | 6                        |
| <b>Escolas de bairros rurais</b>                 | 3                        |
| <b>Impostos</b>                                  | 3                        |
| <b>2º Grupo Escolar</b>                          | 2                        |
| <b>Escola Prática Agrícola</b>                   | 2                        |
| <b>Pedido ao estado para criação de cadeiras</b> | 2                        |
| <b>Questões administrativas</b>                  | 1                        |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

O 1º Grupo Escolar foi o tópico mais discutido nas sessões, seguido do Ginásio/Escola Complementar e escola noturna municipal. A seguir, estão os temas escolas de bairros rurais e impostos e em menor número as questões administrativas, pedido ao governo do estado para criação de cadeiras, Escola Prática Agrícola e 2º Grupo Escolar. Para demonstrar o que foi debatido sobre cada um desses assuntos apresentar-se-á em quais sessões se deram tais discussões.

Sobre o 1º Grupo Escolar, as discussões iniciaram em 1895, quando Manoel de Moraes Barros propôs que se requisitasse ao governo estadual este tipo de instituição escolar e que a câmara doaria 20:000\$000 para tal (sessão de 01/04/1895). No mesmo ano decidiu-se oferecer ao estado o terreno para abrigar esse estabelecimento (sessão de 05/05/1895).

Por causa da morosidade na construção do edifício, no ano de 1896, requisitou-se à Superintendência de Obras Públicas do estado celeridade nas obras (sessão de 03/12/1896). Ainda no mesmo ano, conseguiu-se uma resposta do secretário do estado dos negócios do interior, o qual autorizou a continuação da edificação. Como consequência, por indicação de Paulo de Moraes Barros, aprovou-se a compra de terrenos anexos ao Grupo Escolar para a finalização de edificações complementares (sessão de 07/12/1896) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895-1896).

No início de 1897, determinou-se a quantia de 4:500\$000 para a compra dos referidos terrenos anexos ao Grupo Escolar e a doação destes para o estado (sessão de 01/02/1897). A doação oficial do terreno e o envio da escritura ao governo estadual ocorreram em abril desse ano (sessão de 07/04/1897).

Em 1898, José Gabriel Bueno de Mattos fez a indicação para que o Grupo Escolar passasse a se chamar Moraes Barros em homenagem aos serviços do senador Manoel de Moraes Barros à cidade e à instrução pública (sessão de 07/11/1898) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1897-1898). De acordo com Souza (1998), os Grupos Escolares podiam receber o nome de cidadãos que doassem verbas ou donativos para a instituição, era uma forma do governo estadual estimular a contribuição de particulares em troca de homenagem pública.

Entre 1892 e 1897, a Câmara Municipal de Piracicaba estabeleceu diálogo com o governo do estado para conseguir a implantação de um ginásio. Contudo, com a negativa do governo estadual, o qual alegara falta de verbas para tal, e o oferecimento no lugar deste de uma escola complementar, a edilidade aceitou e doou ao estado um edifício para abrigá-la.

As sessões que trataram do assunto iniciaram em 1892, quando João Augusto de Brito<sup>57</sup> indicou uma representação ao governo estadual para que um dos três ginásios criados pela Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, viesse para Piracicaba (sessão de 15/12/1892). Como em setembro de 1894 a câmara ainda não obtivera uma resposta, decidiu-se reiterar o pedido junto ao oferecimento de um edifício (sessão de 03/09/1894) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1894).

Em 1895, diante da falta de manifestação do governo do estado, a câmara resolveu comprar um grande edifício escolar que havia na cidade pertencente à Sociedade Propagadora da Instrução, formada por um grupo de particulares, para oferecê-lo ao estado e João Augusto de Brito propôs que se continuasse a cobrança (sessão de 07/10/1895) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895).

No início de 1896, com a compra do referido edifício em andamento, por proposta de Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio<sup>58</sup>, foi promulgada uma lei (Apêndice A) de que este teria como fim abrigar um ginásio do estado (sessão de 23/01/1896). Ao final desse ano, diante da negativa do governo estadual em instalar um ginásio no município, mas ofertar em seu lugar uma escola complementar, a câmara promulgou outra lei (Apêndice A) para doar o edifício ao estado (sessões de 04/01/1897 e 07/01/1897) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896-1897).

Quanto à escola noturna municipal, a proposta de sua criação foi feita por Manoel de Moraes Barros como emenda na lei orçamentária para 1894 (apêndice A). A emenda definiu que caso o subsídio ofertado pela câmara à Sociedade Propagadora da Instrução não fosse utilizado, este seria destinado à criação de uma escola noturna (sessão de 19/12/1893). Como o diretor da referida sociedade não aceitou a verba, o intendente municipal foi autorizado a criar a escola noturna (sessão de 05/02/1894).

Todavia, no ano seguinte, Joviniano Reginaldo Alvim<sup>59</sup> apresentou um projeto de lei para criar uma biblioteca pública municipal e extinguir a escola noturna, mas na aprovação da

---

<sup>57</sup> Portugal século XIX – Piracicaba (SP) século XX. Comerciante. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/211-joao\\_augusto\\_de\\_brito](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/211-joao_augusto_de_brito)>. Acesso em: 21 set. 2019.

<sup>58</sup> Tenente-coronel, político, capitalista e fazendeiro. Intendente em Piracicaba/1890 e 1892; vereador/1893-1895 e 1896-1898. Um dos fundadores da Sociedade Propagadora da Instrução em Piracicaba. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/249-joaquim\\_fernandes\\_de\\_moraes\\_sampaio](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/249-joaquim_fernandes_de_moraes_sampaio)>. Acesso em: 21 set. 2019.

<sup>59</sup> 05/05/1847 Salvador (BA) – 21/11/1907 Santos (SP). Formado em medicina e tenente-coronel. Foi intendente municipal/1892-1893 e fez parte de duas gestões da Câmara Municipal de Piracicaba, presidiu a casa em seu segundo mandato. Dedicou-se à causas beneficentes em Piracicaba: Santa Casa, Sanatório São Luiz e Sociedade Beneficente Operária. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/314-joviniano\\_reginaldo\\_alvim](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/314-joviniano_reginaldo_alvim)>. Acesso em: 21 set. 2019.

lei esta foi mantida (sessões de 07/10/1895 e 23/11/1895). Em 1896, Paulo de Moraes Barros propôs reduzir para 1:200\$000 anuais a verba para o professor da escola (sessão de 03/11/1896). No ano de 1898, decidiu-se por aumentar o salário anual do professor da escola noturna para 1:400\$000 (sessão de 03/11/1898) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1898).

Em relação às escolas dos bairros rurais, no ano de 1898, foi aprovada a proposta de Torquato da Silva Leitão<sup>60</sup> de que a câmara reformasse o prédio municipal da escola estadual no bairro da Batistada (sessão de 02/05/1898). Contudo, no mesmo ano, o intendente comunicou aos camaristas que a quantia não era suficiente e lhe foi concedido mais para as obras (sessão de 01/08/1898). Dentre as verbas previstas para 1900, diante da comunicação do governo estadual de que algumas escolas dos bairros rurais denominadas de provisórias ficariam a cargo do executivo municipal, foi aprovada uma soma para mantê-las (sessão 25/12/1899) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1898-1899).

No tocante aos impostos, em 1893, por meio de lei (Apêndice A) foram criados ou modificados diversos tributos municipais, em relação à educação ficou definido que os diretores de colégio, com ou sem internato, pagariam 20\$000 réis anualmente (sessão de 09/06/1893). Posteriormente, decidiu-se extinguir este imposto com a sanção de nova lei (Apêndice A) por proposta de Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio (sessões de 02/03/1896 e 07/05/1896) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1896; LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896).

O 2º Grupo Escolar de Piracicaba passou a fazer parte da pauta da edilidade em 1896, quando foi aprovada a indicação de Paulo de Moraes Barros para que se requisitasse ao estado mais uma instituição desse tipo (sessão de 02/03/1896). Após afirmativa do governo estadual no ano de 1899, foi determinado na lei do orçamento para 1900 (Apêndice A) que a câmara municipal investiria 40:000\$000 nas obras do edifício da cadeia velha para abrigar o novo Grupo Escolar (sessão de 25/12/1899) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896-1899; LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1899).

No que diz respeito à Escola Prática Agrícola, a câmara em 1891 decidiu por um voto de louvor a Luiz de Souza Queiroz pela sua iniciativa frente ao governo do estado (sessão de

---

<sup>60</sup> 14/06/1854 Piracicaba (SP) - São Paulo (SP). Formado em medicina, capitalista e fazendeiro. Fez parte de diferentes gestões da Câmara Municipal de Piracicaba. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/438-torquato\\_da\\_silva\\_leitao](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/438-torquato_da_silva_leitao)>. Acesso em: 21 set. 2019.

15/11/1891). Depois, no ano de 1896, os camaristas organizaram a recepção e hospedagem do presidente do estado durante sua visita à inauguração das obras do edifício da referida escola (sessão de 23/01/1896) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1896).

As duas vezes em que a câmara municipal dirigiu ao governo estadual pedido de criação de novas cadeiras no município, a indicação partiu de Manoel de Moraes Barros. As requisições foram para mais uma cadeira em dois bairros rurais em 1894 e nove escolas – cinco na cidade e quatro em dois bairros rurais - no ano seguinte (sessões de 02/04/1894 e 06/05/1895) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1894-1895).

Quanto às questões relativas às responsabilidades do executivo municipal na área da educação, em 1892, decidiu-se que o intendente de justiça e polícia, Antonio de Paula Leite Filho<sup>61</sup>, ficaria encarregado de: negócios forenses da câmara, cadeia, pesos e medidas, caminhos dentro do município, uso de armas, jogos, espetáculos públicos, caça e pesca, desapropriações, telefone, instrução pública, privilégios e iluminação pública (sessão de 15/10/1892) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892).

Verifica-se que, o governo provisório pouco discutiu o tema educação por iniciativa própria. Provavelmente, como foi apresentado anteriormente, isso ocorreu devido à atenção despendida na reestruturação do município dentro dos padrões republicanos e por causa das trocas constantes no executivo municipal no decorrer de diferentes intencções.

A partir do governo instituído por eleição a educação passou cada vez mais a ter espaço nas sessões da câmara, principalmente de 1895 a 1897, quando esta pleiteou junto ao governo estadual instituições de ensino de grande porte emblemáticas na República, como o Grupo Escolar e o Ginásio. Contudo, depois de alcançadas algumas conquistas no final do período houve uma decaída na atenção dada à instrução pública pelos camaristas.

Observa-se que, oito camaristas participaram do total das 16 indicações ou propostas, as quais partiram da iniciativa da câmara municipal. Os republicanos Manoel de Moraes Barros, seu filho Paulo de Moraes Barros e João Fernandes de Moraes Sampaio são os que mais se destacaram nesse quesito. Foi possível identificar também que, no geral, esse grupo era formado por médicos, advogados, fazendeiros e capitalistas, muitas vezes também envolvidos em causas beneficentes locais.

---

<sup>61</sup> Tenente-coronel. Foi vereador em Piracicaba (SP) de 1892 a 1898. Um dos fundadores da Sociedade Propagadora da Instrução em Piracicaba. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/46-antonio\\_de\\_paula\\_leite\\_filho](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/46-antonio_de_paula_leite_filho)>. Acesso em: 22 set. 2019.

Em relação ao período anterior, houve uma mudança de comportamento nesse sentido, pois nos anos 1880 apenas Manoel de Moraes Barros se dedicara à causa da educação. O crescimento de variação percentual entre os dois períodos foi de 700% na quantidade de vereadores que fizeram propostas na área de educação.

Essa situação pode ser compreendida segundo as colocações de Gonçalves Neto (2015), ao verificar-se que ocorria em Piracicaba a “disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal” (p. 33), onde os políticos locais tentavam imprimir sua marca no desenvolvimento de um ideário educacional republicano. Na sequência, serão apresentadas quais das sessões que abordaram o tema educação ocorreram por demanda de habitantes e professores.

#### **2.4.2.2.2 Sessões que trataram de educação por demanda de habitantes e professores**

Dentro do quadro de sessões que ocorreram por demanda de habitantes e professores públicos e particulares, foi possível identificar um total de 14 temáticas. Esse valor representa um crescimento de variação percentual de 100% em relação aos anos 1880. A somatória das percentagens das sessões apresentadas a seguir não resulta em 100%, pois em algumas sessões houve mais de um assunto discutido por demanda desses grupos.

Quanto aos professores ou instituições particulares de ensino, os assuntos tratados se dividem em cinco temáticas que foram discutidas em nove sessões, as quais equivalem a 60% das sessões totais referentes a esse tópico. Os temas foram: comunicação de abertura de escola; oferecimento de vagas para alunos desfavorecidos economicamente; informe sobre resultado dos alunos em exames preparatórios na capital do estado; solicitação de auxílio para manutenção de escola; e requisição de isenção de imposto.

Em relação às requisições dos professores públicos estaduais, identificou-se três demandas em quatro sessões (26,66%), os assuntos tratados foram: pedido de material escolar e sala para escola, e requisição de construção de edifícios para as escolas públicas. No tocante ao professor público municipal foram três sessões (20%), nas quais se discutiram três temas, a saber: reclamação de barulho no local onde se localizava a escola, requisição de que a edilidade arcasse com as despesas da escola e uma questão sobre salário.

No caso dos habitantes, foram duas temáticas em quatro sessões (26,66%), que discorreram sobre pedido de doação de terreno para escola particular e oferta de verba para um Grupo Escolar. Nota-se que, houve mudanças em relação aos anos 1880, as sessões demandadas por habitantes e professores particulares eram em igual quantidade e com uma percentagem superior às efetuadas por solicitação de professores públicos.

As taxas de crescimento por cada um desses grupos em relação ao período anterior foram de 100% para professores públicos e habitantes e de 200% no caso de professores particulares. Além disso, surgiu um novo dado, referente ao professor municipal. As sessões e suas respectivas temáticas serão apresentadas a seguir.

No que diz respeito aos professores particulares houve a comunicação de abertura de escolas e oferecimento de vagas para crianças desfavorecidas economicamente por parte de José de Azurara em 1891 (sessões de 15/10/1891, 01/11/1891, 04/11/1891, 15/11/1891 e 01/12/1891) e de J. A. Corrêa Guimarães no ano de 1896 (sessão de 06/01/1896). A Sociedade Propagadora da Instrução solicitou apoio financeiro (sessão de 04/12/1893) e isenção de imposto predial (sessão de 02/04/1894). Em 1894, o diretor do Colégio Rosa enviou um comunicado sobre o número de aprovações dos alunos nos exames preparatórios na capital do estado (sessão de 05/02/1894) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1896).

Em relação aos professores públicos estaduais da cidade, houve a solicitação de material escolar por parte de uma professora (sessão de 20/10/1892) e de uma sala para a instalação de escola feita por um professor (sessão de 09/08/1893). O conjunto de professores estaduais no município solicitou à edilidade que esta doasse terreno para a construção de escolas (sessões de 27/05/1893 e 04/12/1893) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1893).

No tocante ao professor público da escola noturna municipal, este, em 1894, enviou uma reclamação sobre o excessivo barulho do quartel de polícia, localizado no mesmo edifício onde ficava a escola (sessão de 05/11/1894). No ano seguinte, solicitou que as despesas da escola ficassem por conta da câmara (sessão de 07/01/1895). No ano de 1896, informou que abdicava de seu salário, mas continuaria a dar aulas (sessão de 02/03/1896) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1894-1896).

Quanto às sessões que ocorreram por demanda dos habitantes, está a requisição de um terreno em 1891, para que nele fosse erigido o edifício da escola dos frades capuchinhos (sessão de 09/03/1891). Ainda nesse ano, uma associação de moradores fez o pedido de um terreno para a instalação de um colégio secundário (sessões de 01/10/1891 e 01/11/1891). Em 1899, o então senador Manoel de Moraes Barros ofereceu 10:000\$000 para a edilidade utilizar na reforma do edifício da cadeia velha, que abrigaria o 2º Grupo Escolar (sessão de 28/08/1899) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1899).

Entende-se que, dentre os fatores que mais influenciaram esse crescimento, principalmente por parte de educadores particulares, está a expansão de instituições de ensino.

A baixa taxa de requisições de professores públicos estaduais se deve à questão de raramente a câmara tomar diretamente alguma atitude em relação às escolas estaduais, pois seu papel em relação a elas era cumprir com as determinações ditadas pelo governo.

No que diz respeito aos habitantes, as poucas solicitações demonstram que nos anos 1890 o vínculo do governo municipal com os habitantes permanecia no mesmo padrão do período anteriormente analisado. Ou seja, a população continuava a não se sentir à vontade para fazer solicitações.

Nesse caso, nota-se que apesar da mudança de paradigma nos ideários e proposições políticas, ainda não havia dado tempo para ocorrer o que Norbert Elias apontava como uma “conexão entre mudança de comportamento e de poder” (GOUDSBLOM, 2001, p. 246), que acontecem em algumas sociedades quando há alteração nas cadeias de poder público. A seguir será apresentado o último tópico em relação às sessões, que são as demandas feitas pelo governo estadual.

#### **2.4.2.2.3 Sessões que trataram de educação por demanda do governo estadual**

Em relação às demandas do governo estadual, houve um aumento da variação percentual de 600% na quantidade de temáticas. No total foram identificadas: eleição de membro do Conselho Municipal de Instrução; eleição de integrantes do Conselho Superior de Instrução Estadual; eleição do inspetor de ensino municipal; estatística escolar do município (pública/particular); intermediação da relação entre governo estadual e professores públicos; proibição da utilização de professores para serviços do executivo municipal; e manutenção das escolas provisórias.

A eleição de membros do Conselho Municipal de Instrução ocorreu sete vezes nesse decênio. Em 1890, houve a renúncia de Manoel de Moraes Barros (sessão de 07/03/1890), seguida de sua reeleição (sessão de 18/03/1890). Em junho do mesmo ano, ele foi eleito presidente do conselho e Luiz de Queiroz como membro (sessão de 09/06/1890).

Em outubro de 1890, mais três membros foram escolhidos (sessões de 02/10/1890 e 13/10/1890). No ano seguinte, houve a nomeação de dois integrantes (sessão de 01/06/1891) e a última sessão sobre o assunto ocorreu em 1892, com a exoneração do presidente e eleição de um novo (sessão de 03/01/1892) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1892).

A eleição de integrantes do Conselho Superior de Instrução Estadual ocorreu em quatro diferentes sessões. No caso dos delegados municipais, isso aconteceu no ano de 1893 (sessões

de 23/02/1893, 07/08/1893 e 14/08/1893) e de membro em 1895 (sessão de 21/01/1895) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1895).

O cargo de inspetor de ensino municipal foi criado pelo Art. 25 do Regimento de 11 de janeiro de 1898 e determinava que a fiscalização e organização do ensino a cargo do presidente da câmara passariam para um inspetor local também vereador. A primeira eleição realizou-se em 1898 quando foi nomeado Torquato da Silva Leitão (sessão de 04/04/1898). No ano seguinte, com a exoneração dele, ficou em seu lugar Francisco Antonio de Almeida Morato<sup>62</sup> (sessões de 02/01/1899 e 06/01/1899) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1898-1899).

A demanda por estatísticas escolares iniciou no ano de 1893, quando foi solicitado o levantamento de instituições de ensino públicas e particulares (sessão de 01/05/1893) e de tudo que o estado mantinha no município em relação à instrução pública (sessão de 07/08/1893). No final desse ano, o estado requereu à câmara o auxílio do inspetor de distrito no recenseamento escolar (sessão de 04/12/1893) e em 1894, informou que a coleta de dados para tal ficaria à custa da edilidade (sessão de 02/04/1894). No ano de 1898, foi requisitado que a municipalidade providenciasse o inventário do mobiliário das escolas estaduais (sessão de 15/09/1898) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1898).

A obrigação de intermediar a relação entre governo estadual e professores públicos se deu sob diferentes frentes. O diretor geral da instrução pública do estado comunicou que o Art. 5º §1 da Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893, determinava como competência do intendente de instrução ou do representante do executivo municipal atestar o exercício dos professores e adjuntos para que estes recebessem os vencimentos (sessão de 06/11/1893). Ainda sobre o mesmo assunto, no ano seguinte a edilidade recebeu um informe de que não era permitido por lei dar atestados aos professores públicos sem a entrega do mapa legal e aos que tivessem faltado (sessão de 01/10/1894) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1894).

No ano de 1898, o estado requereu que o inspetor municipal de ensino orientasse os professores públicos sobre a data de envio dos mapas escolares de acordo com o Art. 135 §14 do Regimento de 27 de novembro de 1893 (sessão de 07/11/1898). O pedido de material por parte de uma professora da cidade (sessão de 06/11/1899) e as informações sobre o movimento

---

<sup>62</sup> 17/10/1868 Piracicaba (SP) – 21/05/1948 São Paulo (SP). Formado em direito, capitalista e professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi vereador em Piracicaba do final de 1890 a início de 1900. Fundou a Ordem dos Advogados do Brasil e foi seu primeiro presidente. Um dos paulistas que organizou a Revolução de 1932, motivo pelo qual foi preso e viveu exilado na França e em Portugal/1932-1933. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/153-francisco\\_a\\_de\\_almeida\\_morato](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/153-francisco_a_de_almeida_morato)>. Acesso em: 23 set. 2019.

escolar de duas escolas foram enviadas pelo inspetor local para o governo estadual (sessões de 06/11/1893 e 06/08/1894) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893-1899).

Em relação ao uso dos professores estaduais na execução de obrigações municipais, a edilidade foi informada de que não deveria utilizá-los na revisão do alistamento eleitoral, pois isso causou prejuízo às escolas no recenseamento escolar (sessão de 03/06/1895). Sobre as escolas provisórias, o governo do estado determinou que a partir de 1900 a manutenção e custeio destas passariam para as municipalidades e pedia informação sobre o número de estabelecimentos dessa categoria e de alunos matriculados e frequentes nas mesmas (sessão de 25/12/1899) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895-1899).

Observa-se que, as demandas estaduais em relação à área educacional no município de Piracicaba de 1890 a 1892 continuaram as mesmas da época do Império, com o poder local, por meio do Conselho Municipal de Instrução, a cargo de fiscalizar e organizar o ensino em seu território. No ano de 1890, houve mais exigências nesse sentido, devido às primeiras medidas do governo provisório do estado.

Com a reforma e regulamento educacionais de 1892, no período de 1893 a 1896, o estado passou a fazer sua própria fiscalização na pessoa do inspetor literário e o município participou, principalmente, do recenseamento e envio de informes acerca da instrução local. No tocante aos anos de 1896 e 1897, os dados foram revisados repetidamente devido a não constatação de sessões que ocorreram por solicitação estadual, no entanto não se encontrou nenhuma razão para a taxa nula nas informações disponíveis nas fontes.

No período de 1898 a 1899, com a volta das obrigações municipais acerca da instrução, primeiro na figura do presidente da câmara, depois pelo inspetor municipal, a edilidade passou a discutir como colocar em prática as demandas estaduais. Esse panorama revela que a relação entre o estado de São Paulo e seus municípios foi, conforme apontam Gonçalves Neto e Magalhães (2009b), pautada por uma hierarquia e tradição centralista marcante. Nesse contexto, o que alguns entendiam por descentralização pedagógica era na verdade uma corresponsabilização de deveres. Como complemento da análise do protagonismo da Câmara Municipal de Piracicaba na expansão da educação em seu território, segue as ações que esta executou nos anos 1890.

### 2.4.3 Implementação de ações no âmbito educacional

As análises desse tópico seguem a mesma linha do anterior no sentido de se trabalhar com as categorias das iniciativas da câmara e demandas dos habitantes, professores e governo estadual. Busca verificar quais ações relativas à temática educação foram implementadas pela câmara municipal nos anos 1890.

Entende-se por ações os empreendimentos desenvolvidos pela câmara municipal, que derivaram de discussões nas sessões efetivadas por esta e outros procedimentos efetuados pelo executivo municipal<sup>63</sup>, como o caso dos ofícios e fiscalização do ensino. Com a finalidade de proporcionar melhor compreensão dos dados que serão apresentados sobre as ações na área da educação implementadas pela Câmara Municipal de Piracicaba, foi estruturada a Tabela 15.

Tabela 15 – Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo estadual no período de 1890 a 1899.

|   | 1890       | 1891       | 1892       | 1893       | 1894       | 1895       | 1896       | 1897       | 1898       | 1899       | Total        |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| <b>Ações – iniciativa dos vereadores</b>          | 0          | 1          | 2          | 2          | 5          | 5          | 9          | 4          | 3          | 2          | <b>33</b>    |
| <b>Ações - demanda de habitantes/ professores</b> | 1          | 2          | 1          | 2          | 0          | 0          | 1          | 0          | 0          | 1          | <b>8</b>     |
| <b>Ações – demanda do governo estadual</b>        | 186        | 169        | 180        | 214        | 210        | 157        | 184        | 132        | 165        | 149        | <b>1.746</b> |
| <b>Total</b>                                      | <b>187</b> | <b>172</b> | <b>183</b> | <b>218</b> | <b>215</b> | <b>162</b> | <b>194</b> | <b>136</b> | <b>168</b> | <b>152</b> | <b>1.787</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Verifica-se que, a soma de 1.787 ações efetivadas pela câmara municipal apresentou o crescimento de variação percentual de 29,49% em relação ao período anterior. Assim como nos anos 1880, as demandas do governo estadual foram as que mais receberam atenção da edilidade

<sup>63</sup> Com a proclamação da República e as primeiras eleições municipais em 1892 o governo do estado criou o cargo de intendente, que depois seria denominado prefeito. A intenção foi separar as atribuições do executivo e legislativo municipal, antes acumuladas pelas câmaras. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/republicavelha.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

com uma percentagem frente ao total de 97,72%, taxa com o mesmo padrão encontrado nos anos 1880 (99,34%).

As ações que partiram de resoluções próprias dos camaristas, no período anterior estavam em último lugar (0,14%) e nos anos 1890 alcançaram o segundo posto com 1,84% do total. Os empreendimentos feitos por solicitação de habitantes e professores somaram 0,44%, percentagem menor que nos anos 1880 (0,52%).

A partir desses dados, constata-se que o governo estadual continuou a exigir da edilidade apoio na manutenção de suas escolas. Os camaristas, por outro lado, se dedicaram mais às questões educacionais por sua própria iniciativa e o grupo formado por professores e habitantes, apesar de ter apresentado um crescimento de demandas nas sessões da câmara, teve diminuída a quantidade de atendimento de suas requisições. Serão expostas, a seguir, quais foram as ações realizadas pela câmara municipal, de acordo com cada uma dessas categorias.

#### **2.4.3.1 Implementação de ações por iniciativa dos vereadores**

As ações referentes à área educacional efetuadas pela câmara municipal por iniciativa de seus membros nos anos 1890 somam 33, quantidade consideravelmente maior que no período anterior, o que resultou em um crescimento de variação percentual de 1.550%. Para análise, as ações serão apresentadas de acordo com quatro grupos – instituições de ensino estaduais (24 ações), escola municipal (6 ações), impostos (2 ações) e assuntos administrativos (1 ação). Dentro desses grupos identificou-se o total de nove temáticas, o que representa um aumento de 350% em relação aos anos 1880.

Esses dados revelam um padrão do aumento da efetivação de ações, juntamente com a quantidade de sessões da câmara municipal nos anos 1890, assim eles não somente discutiam sobre diferentes assuntos da temática educação como tomavam atitude para implantá-las. Além disso, também se manteve praticamente os mesmos assuntos discutidos nas sessões.

Constata-se que, esse aumento considerável do protagonismo da edilidade na expansão e manutenção da educação em nível local foi concretizado por um lado, diante do traçado de uma racionalização municipal sobre a necessidade e importância da instrução formal no momento histórico vivido. Mas, por outro lado, não frente a estabelecer uma soberania no plano local no sentido de ter suas próprias instituições de ensino e sim, como parte de um sistema normativo maior perpetrado por outro nível administrativo do país, o estado (MAGALHÃES, 2019a).

Quanto ao 1º Grupo Escolar, as ações implantadas por iniciativa dos vereadores somam 10 e ocorreram entre 1895 e 1898, a saber: requisição da escola para o estado (1895); compra do terreno e doação deste para o estado (1895); doação de dinheiro para o estado (1895); cobrança ao estado do andamento das obras (1896); organização da inauguração das obras (1896); compra de um terreno anexo e doação dele ao estado (1897); organização da inauguração da escola (1897); e pedido de nomeação da escola em homenagem a um político local (1898) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895-1898; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895-1898; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895-1898).

Em relação ao Ginásio, foram quatro ações entre 1892 e 1896: dois requerimentos da escola ao estado (1892 e 1894); compra do edifício (1895); e criação de lei para o uso do edifício (1896). No tocante à Escola Complementar, identificaram-se quatro ações nos anos de 1896 e 1897, são elas: aceitação da oferta do estado (1896); cobranças do início das obras de adaptação do edifício (1896); criação de lei para doação do edifício ao estado (1897); e organização da inauguração da escola (1897) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1897; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1897; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1897).

No que diz respeito ao segundo Grupo Escolar, houve o requerimento ao estado (1896) e destinação de verba para construí-lo (1899). Quanto à Escola Prática Agrícola, foi feita a homenagem a Luiz de Queiroz (1891) e recepção ao presidente do estado na inauguração do novo edifício (1896). Em relação às cadeiras estaduais da cidade, houve requisição de mais unidades (1894 e 1895). Sobre as cadeiras estaduais de bairros rurais, as ações se deram entre 1898 e 1899: reforma da casa onde se encontrava uma escola (1898) e destinação de verba para manutenção de duas provisórias (1899) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1899; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1899).

A escola noturna municipal foi objeto de seis ações entre 1893 e 1897: criação da escola (1893); provimento (1894); troca de local (1894); troca de professor (1894); diminuição do salário do professor (1896); e aumento do salário do professor (1898). Os impostos para instituições privadas de ensino primeiro foram criados (1893) e depois extintos (1896). A definição de quem no executivo municipal cuidaria da área da educação ocorreu em 1892

(LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1898; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1898; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1892-1898). Como continuação das ações educacionais implantadas pela edilidade, segue as que ocorreram por demanda de habitantes e professores.

#### **2.4.3.2 Implementação de ações por demanda de habitantes e professores**

As ações relacionadas à área educacional que ocorreram por demanda de professores públicos e particulares, e habitantes foram em número de oito nos anos 1890 e representa somente uma a mais que no período anterior. Quanto à diversidade de temas, foi possível identificar sete, o que equivale a duas a mais que nos anos 1880.

Nos anos 1890, as ações derivadas de pedidos de professores particulares foram em maior quantidade, com o total de quatro (50%) que abarcaram três temáticas. As ações que ocorreram por requisição de habitantes (25%) e professores públicos (25%) foram em igual quantidade e somam quatro no total, com o mesmo valor de temas. Diante desses dados, verifica-se que a categoria dos professores particulares, a qual no decênio anterior estava em último lugar, nos anos 1890 passou para o primeiro posto.

Dentre as ações efetivadas por demanda de professores particulares, está a escolha de alunos desfavorecidos economicamente para estudar em duas instituições de ensino, com subsídio de material escolar para uma das escolas (1891 e 1896). O apoio financeiro a uma sociedade voltada para educação (1893) e o envio ao estado de pedido de abertura de escola (1899).

No caso dos professores públicos, ocorreu a compra de utensílios para escola estadual por parte da edilidade (1892) e apoio no pedido ao estado para criação de cadeiras (1893). No tocante às ações feitas por requisição dos habitantes, estas foram três sobre dois temas: solicitação ao estado de criação de cadeiras na cidade e bairro rural (1890), e doação de terreno a um grupo que queria fundar um colégio secundário (1891) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1891-1899).

A parca fração de ações concernente a essa categoria formada por habitantes e educadores, quando analisada sob a ótica de Lefebvre (2000), revela que, em Piracicaba, os espaços de representações sociais nesse período ainda não estavam coesos, ou seja, não havia laços entre as práticas e as ideologias em voga. Como última parte desse tópico acerca das ações, serão apresentadas as que aconteceram por demanda do governo estadual.

### **2.4.3.3 Implementação de ações por demanda do governo estadual**

As ações implementadas pelo município por demanda do governo estadual somaram 1.746, o que representa um crescimento em relação ao período anterior de 26,52%. Quanto às temáticas, que no total computaram 18, houve um aumento de 28,57%.

Essas taxas podem ser consideradas baixas e demonstram que as imposições ao município não sofreram muitas alterações entre os anos 1880 e 1890. Destaca-se que, dentre as ações apresentadas a seguir, nem sempre foi possível determinar a quantidade exata, pois na coleta de dados, em alguns casos, estão especificadas somente quais eram as responsabilidades, mas não exatamente todos os procedimentos realizados para sua efetuação.

A expedição de atestados de trabalho para os professores de escolas isoladas e provisórias foi obrigação da edilidade por todo esse período, no total 1.402 foram enviados ao governo e resultou na maior quantidade de ações desse decênio. Do mesmo modo, os exames finais dessas escolas eram da alçada da câmara, que além de organizá-los, parte de seus integrantes participava das bancas, isso ocorreu 115 vezes nesse ínterim (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899).

O Fundo Escolar foi mantido pela edilidade de 1890 a 1893 e mensalmente o presidente da câmara municipal dava satisfação ao coletor de rendas do estado de quanto fora gasto e arrecadado, o que seria equivalente a 48 ações. Mas, entende-se que a isso se somariam as condutas do executivo de como essa verba era angariada ou gasta, as quais não constam nos documentos consultados.

Os mapas e boletins das escolas isoladas e provisórias foram enviados pela câmara municipal ao governo do estado de 1897 até 1899. Essa obrigação foi quantificada a partir dos livros de ofícios da câmara municipal e somam 20. No total, 20 professores foram orientados quanto ao preenchimento correto de tais documentos em 1898 (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899).

As eleições de membros do Conselho Municipal de Ensino (1890-1892), Conselho Superior de Instrução Pública Estadual (1893-1895) e dos inspetores municipais de ensino (1898-1899) resultaram em 13 atos. As estatísticas (1893-1894-1898) e envio de dados de algumas escolas (1893-1894) computaram 86 ações. A intermediação da relação dos professores com o estado em questões como pedidos de provimento de cadeira vaga (1898),

licença saúde (1898), material escolar (1890-1898-1899) e assuntos relacionados a vencimentos (1898) somaram no total seis procedimentos (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899).

No tocante à fiscalização do ensino, verifica-se que o município de Piracicaba passou nesses dez anos por três diferentes orientações, primeiramente fiscalizando-o, mas sem ter que dar justificativas e explicações detalhadas do que ocorria diretamente ao executivo estadual. A seguir, passa apenas a auxiliar um representante do governo estadual que ia esporadicamente visitar as escolas locais.

Ao final, volta a administrar a educação em seu território, mas com o envio constante de informações ao representante da educação em nível estadual. Identificou-se que uma fiscalização geral em todas as isoladas e provisórias foi realizada nos anos de 1890, 1892, 1897 e 1898, o que de acordo com o número de escolas providas nesses respectivos anos gerou um total de 43 visitas (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1898; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1898).

Houve duas temáticas sobre as quais não foi possível quantificar as ações. A fiscalização das obras do Grupo Escolar e da Escola Complementar sucedeu no ano de 1896, entretanto não se encontrou nas fontes o que compunha essa inspeção.

Além disso, o controle das crianças em idade escolar que não frequentavam aulas passou a ser requerido como incumbência da câmara após a estatística escolar de 1894. A edilidade a partir de então fez diversas chamadas via edital na Gazeta de Piracicaba para os pais e responsáveis, isso correu de 1894 a 1899. Entretanto, não se tem nas fontes consultadas os resultados dessas medidas, não foi encontrado nas atas nada sobre multas ou outro tipo de punições (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1894-1899; GAZETA DE PIRACICABA, 1894-1899).

Entende-se que, essas ações demonstram o quanto o estado utilizava as câmaras municipais como instrumento de propulsão das reformas e mudanças educacionais desse período. Ao mesmo tempo revela a energia, tempo e até dinheiro com que as edilidades arcavam em uma relação de subordinação, na qual as câmaras municipais pouco podiam opinar sobre os rumos da instrução pública. Considera-se que, isso possa ser um fator que adiou, em muitos casos, o surgimento de escolas públicas municipais.

#### **2.4.4 Participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar**

Esse tópico traz o que foi possível extrair do jornal Gazeta de Piracicaba, das Atas da Câmara Municipal de Piracicaba e do ‘Almanak de Piracicaba para 1900’ (CAMARGO, 1899) quanto à participação de habitantes no campo educacional. Apresenta-se também a análise dos estabelecimentos e empreendimentos privados de ensino no município de Piracicaba. Mesmo que não represente todas as iniciativas, entende-se que demonstra um quadro geral sobre o assunto.

##### **2.4.4.1 Iniciativas dos habitantes**

Nos anos 1890, foram identificadas oito diferentes tipos de iniciativas em prol da educação local por parte de habitantes, a saber: pedido de criação de escolas públicas; participação em eventos de escolas públicas; ações de Manoel de Moraes Barros; influência de Luiz de Queiroz na criação da Escola Prática Agrícola; criação da Sociedade Propagadora da Instrução; aulas gratuitas no Gabinete de Leitura; doação de material escolar às escolas públicas; e criação de escola na Loja Maçônica.

Quando comparado ao período anterior, o qual computou cinco iniciativas, observa-se que o crescimento não foi significativo, se levar em conta que esse era um momento em que se tentava inculcar na população a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade. A maioria das ações partiu de pessoas da elite local e, conforme Gonçalves Neto (2015), as ações dessa parcela da população em prol da educação eram mais uma forma de manter-se no poder. Porque ao se responsabilizarem por ações que lhes rendiam a realização de objetivos particulares as elites conseguiam impor a “manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal” (p. 33).

Isso não ocorreu uniformemente, pois existiam diferentes grupos e pessoas concorrendo entre si. Ao analisar essa situação sob a ótica das teorias de Elias (1993,1994b), considera-se, no contexto de Piracicaba, que as ações de cada indivíduo estavam atreladas à posição exercida na configuração da própria sociedade. O poder exercido por cada um nesse cenário tanto envolvia o interesse de se distinguir por meio de suas próprias realizações pessoais, quanto dos ganhos gerados para o grupo ao qual pertencia. A seguir, serão apresentados os principais aspectos dessas iniciativas.

Em relação à criação de escolas públicas, no ano de 1890 e 1893, houve a organização por parte de moradores da cidade e de dois bairros rurais para requisição de mais escolas. Em 1890, também a partir da atitude de alguns habitantes foi criada uma comissão para angariar

fundos com o intuito de construir casas para as escolas públicas, no entanto este último não se concretizou (GAZETA DE PIRACICABA, 07/02/1890, 24/10/1890; CAMARGO, 1899).

A participação de populares em eventos de escolas públicas ocorreu na inauguração das obras e das escolas (1895-1897) e na presença em exames e festa de final de ano do Grupo Escolar (1899). Verificou-se também, o comparecimento nos exames de final de ano de escolas particulares (1895) (GAZETA DE PIRACICABA, 19/07/1895, 10/11/1895, 04/12/1895, 06/12/1895, 16/05/1897, 03/12/1899).

Manoel de Moraes Barros, durante os anos 1890, agiu em prol da educação local ao doar dinheiro para instituições públicas, beneficentes e particulares da cidade. Também utilizou seu prestígio político, estadual e nacional, em favor desses estabelecimentos e fundou em 1893 na sua fazenda, uma escola primária para os filhos de seus empregados.

Enquanto senador, atuou para conseguir materiais escolares junto ao governo do estado para o Grupo Escolar (1898) e Escola Complementar (1899). Doou dinheiro (10:000\$000) para a construção de mais um Grupo Escolar e compra do terreno anexo à Escola Complementar (1899) (GAZETA DE PIRACICABA, 27/01/1898, 20/03/1898, 05/06/1898, 01/12/1898, 12/02/1899, 26/02/1899, 28/12/1899).

Luiz de Queiroz foi um particular que se destacou por seu papel na criação da Escola Prática Agrícola, em parte, fez doações, mas, por outro lado, também cobrou do estado ressarcimento pelos imóveis da fazenda onde foi criada a escola. Logo no início de suas iniciativas, o jornal Gazeta de Piracicaba lhe teceu elogios, em uma notícia intitulada 'Rasgo Patriótico':

Consta-nos que o prestante cidadão Luiz Vicente de Souza Queiroz está deliberado a oferecer ao governo a quantia de 100:000\$ para a fundação de um escola agricola no estado. O alcance de um estabelecimento de 1ª ordem está nas vistas de quantos se interessam pelo desenvolvimento agricola deste estado, e por isso a deliberação do sr. Queiroz está a cima de todo e qualquer louvor (RASGO PATRIOTICO, 1892, p. 2).

A ação que envolveu mais particulares em benefício da educação local, nos anos 1890, foi a criação de uma sociedade, a qual no período de sua organização foi denominada de Sociedade Beneficente Instrutora e quando de sua criação passou oficialmente a ser Sociedade Propagadora de Instrução. À frente do grupo estava João Manoel de Moraes Sampaio, a ideia era que Piracicaba tivesse um grande edifício escolar, que abrigasse um colégio ou ginásio de ensino primário, secundário e preparatórios para cursos superiores.

O intuito era os jovens piracicabanos não precisarem ir a São Paulo estudar, o que diminuiria os custos para as famílias e propiciaria mais chances de instruir-se. Para tanto, Pedro Paulo Lagreca, em nome da associação, requereu um terreno à câmara municipal, o qual fora concedido em novembro de 1891. Assim, em janeiro de 1892, foi formada uma comissão para angariar fundos e em meados de julho do mesmo ano lavrado um contrato de construção.

Em 25 de junho de 1893, o edifício fora inaugurado com uma grande festa, que contou com aproximadamente 200 pessoas e discursos dos vários presentes, entre eles os irmãos e chefes republicanos Manoel e Prudente de Moraes Barros. Nesse período a associação tinha por volta de 100 sócios e mobilizava parte da elite local. O prédio passou a abrigar um curso noturno para sócios, a 4ª cadeira estadual do sexo masculino e o Colégio Rosa, os quais pagavam aluguel pelo uso do espaço.

Apesar do considerável número de sócios, a sociedade teve dificuldades em se manter e habitantes doaram móveis e livros. Também foi feito um pedido de verba à edilidade e ao povo piracicabano, a requisição fora aceita, mas por algum motivo não identificado nas fontes, a sociedade declinou do donativo da câmara.

Em março de 1894, foi criado um curso noturno gratuito, o qual contava com professores voluntários. Em finais desse ano os sócios decidiram que os sacrifícios para mantê-la não compensavam, pois os capitais investidos se mostravam improdutivos. Assim, como a câmara municipal estava em busca de um edifício para instalar um ginásio do estado, os sócios entenderam por bem desfazer a associação e vender o prédio. O processo se deu no decorrer de 1895 e 1896 e a venda fora feita abaixo do valor de mercado (GAZETA DE PIRACICABA, 10/01/1892, 24/01/1892, 25/02/1892, 17/03/1892, 21/05/1893, 29/06/1893, 06/07/1893, 10/08/1893, 13/08/1893, 17/08/1893, 05/10/1893, 11/03/1894, 10/08/1894, 23/01/1896, 12/02/1896, 27/12/1896; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1896; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895-1896; CAMARGO, 1899).

O Gabinete de Leitura da cidade, que no decorrer dos anos 1880 e 1890, passou da edilidade para particulares e oscilou entre períodos de funcionamento e de fechamento, em 1892 foi assumido por um grupo de jovens. Oferecia empréstimo de livros e um curso noturno gratuito, sem distinção de classe ou cor, que durou até 1894 quando novamente foi fechado (GAZETA DE PIRACICABA, 14/01/1892, 25/02/1892, 12/04/1894, 26/04/1894). Outra instituição privada que ofereceu curso noturno gratuito, a partir de 1896, foi a Loja Maçônica, composta por senhores pertencentes à elite local (GAZETA DE PIRACICABA, 12/07/1896,

04/09/1896). Em 1890, a casa comercial Alves & Companhia doou livros escolares para as escolas públicas (GAZETA DE PIRACICABA, 24/10/1890).

Percebe-se que, nos anos 1890, em relação à educação, diferentes grupos da elite piracicabana formaram uma cadeia de ações que podem ser interpretadas, segundo Elias (2008), como uma configuração “[...] na qual nenhuma ação por parte de cada um dos lados poderá ser encarada como ação exclusiva desse lado. Antes deverá ser interpretada como continuando o processo de interpenetração e fazendo parte da futura interpenetração de ações” (p. 91). Como parte das informações acerca das iniciativas de particulares em prol da educação local, serão apresentadas a seguir as principais características das instituições privadas de ensino e dos professores particulares.

#### **2.4.4.2 Instituições privadas de ensino e professores particulares**

No tocante à identificação da quantidade e tipos de instituições privadas de ensino e professores particulares em Piracicaba nos anos 1890, a coleta das informações foi feita por meio de notícias e anúncios publicados no jornal Gazeta de Piracicaba e de dados contidos no ‘Almanak de Piracicaba para 1900’ (CAMARGO, 1899). Conforme observado no período anteriormente pesquisado os dados sobre essa tônica são o que foi possível constatar nas fontes disponíveis. Pode ser que houvesse outros estabelecimentos, mas considera-se que representam a expressão do quadro educacional privado no município.

Com a catalogação dessas informações foi arquitetado o Apêndice B, por julgar-se muito longo para constar no corpo do texto. Foi possível distinguir a quantidade e as características das instituições privadas de ensino, como suas denominações, professores ou diretores, a qual sexo atendiam, as modalidades de ensino e em alguns casos quantos professores ou alunos tinham. Para auxiliar a análise desse tópico foi elaborada a Tabela 16, a qual permite visualizar a quantidade de estabelecimentos de ensino privados, a qual sexo atendiam e a modalidade de ensino que ofereciam.

Tabela 16 – Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba, com discriminação das modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam no período de 1890 a 1899.

|  | 1890 | 1891 | 1892 | 1893 | 1894 | 1895 | 1896 | 1897 | 1898 | 1899 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Feminina primária/ diurna</b>   | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    | 4    | 3    | 3    | 4    | 5    |
| <b>Feminina primária/ secundária/ diurna</b>                                   | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| <b>Feminina primária/ secundária/ educação infantil/ preparatórios/ diurna</b> | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    |
| <b>Masculina primária/ diurna</b>  | 2    | 2    | 2    | 2    | 1    | 4    | 3    | 2    | 1    | 2    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ diurna</b>                                  | 1    | 1    | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ diurna e noturna</b>                        | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ intermediário/ diurna</b>                   | 0    | 0    | 1    | 2    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ preparatórios/ diurna</b>                   | 0    | 1    | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ preparatórios/ intermediário/ diurna</b>    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 2    | 2    | 1    | 1    | 1    |

continua

conclusão

|   | 1890     | 1891      | 1892      | 1893      | 1894      | 1895      | 1896      | 1897      | 1898      | 1899      |
|---|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Masculina primária/ noturna</b>                            | 1        | 0         | 2         | 4         | 2         | 2         | 1         | 2         | 1         | 1         |
| <b>Masculina primária/ secundária/ noturna</b>                | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         |
| <b>Masculina primária/ noturna e diurna</b>                   | 0        | 0         | 2         | 2         | 3         | 0         | 1         | 1         | 2         | 3         |
| <b>Mista primária/ diurna</b>                                 | 1        | 1         | 2         | 3         | 3         | 4         | 4         | 4         | 3         | 5         |
| <b>Mista primária/ noturna e diurna</b>                       | 0        | 0         | 0         | 1         | 1         | 2         | 2         | 2         | 2         | 2         |
| <b>Mista primária/ secundária/ diurna</b>                     | 1        | 2         | 2         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         |
| <b>Mista primária/ secundária/ jardim de infância/ diurna</b> | 1        | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         |
| <b>Total</b>  | <b>9</b> | <b>10</b> | <b>15</b> | <b>19</b> | <b>17</b> | <b>20</b> | <b>19</b> | <b>20</b> | <b>19</b> | <b>25</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899.

Constata-se que, o crescimento de variação percentual do início para o final do período foi de 177,77% e a média de escolas por ano se mostrou superior ao decênio anterior. Com as informações contidas no Apêndice B, identificou-se que a maioria dessas instituições privadas eram aulas particulares, as quais recebiam em média cinco alunos, e escolas e externatos com uma média de 10 a 30 estudantes. As escolas e colégios de médio porte tinham uma média de

60 alunos e os três maiores colégios, todos confessionais, no final dos anos 1890 chegaram a ter de 150 a 200 alunos, sendo um destes gratuito.

Nesse conjunto de estabelecimentos eram proporcionadas as modalidades de externato, semi-internato e internato. A leitura do jornal Gazeta de Piracicaba revelou que Piracicaba se tornara referencial educacional na região, famílias de diversas cidades vizinhas enviavam seus filhos para estudarem nos grandes colégios que ofereciam internato.

Nota-se que, assim como no período anterior, muitas instituições não conseguiam se manter por mais de um ou dois anos, o que resultou em um alto índice de rotatividade. Contudo, dois estabelecimentos de pequeno porte se mantiveram desde o início dessa pesquisa, um deles era a escola primária para meninos de Justino Zeferino da Conceição, que fechou com o seu falecimento em 1897. O outro era o Externato de Eulalia Pinto de Almeida Barros, que era misto e primário e o mais antigo de Piracicaba, com 23 anos de existência em 1899.

Dentre os de grande porte, estava o Colégio Piracicabano, fundado em 1881, era mantido com apoio da Igreja Metodista, contudo com educação laica. Oferecia primário e secundário feminino, primário masculino abaixo de 12 anos e educação infantil mista de 3 a 7 anos. Tinha externato e internato e ofertava diferentes disciplinas ministradas por vários professores.

Verifica-se que, em relação à proporção por sexo, as instituições que atendiam somente ao sexo feminino são as que apresentaram a menor taxa, embora haja uma curva de crescimento que vai de 1890 com duas unidades, para 1899 com sete. Destas, até 1895, todas eram primárias, se destaca uma que surgiu em 1899, que pela primeira vez no município ofereceu preparatórios para o sexo feminino.

Dentro dos estabelecimentos que trabalhavam com o sexo masculino, houve mudanças em relação ao período anterior, com o surgimento de diversas escolas noturnas, tanto para adultos, quanto para crianças trabalhadoras. O crescimento não foi contínuo, mas ocorreu um aumento do início para o fim dos anos 1890 e no conjunto total as instituições de ensino que atendiam especificamente ao sexo masculino foi maioria.

Outra questão, a qual era reivindicada por muitos habitantes anteriormente, é a existência de preparatórios, que passaram a ser oferecidos desde 1891. Um diferencial em relação ao período anterior foi o oferecimento do intermediário, que era um curso oferecido após o primário e preparava os alunos para o ingresso nos ginásios<sup>64</sup> do estado.

---

<sup>64</sup> A Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, instituiu a criação de três Ginásios no estado de São Paulo voltados para o ensino secundário, como a quantidade era pequena havia concorrência para conseguir uma vaga, por isso a demanda pela preparação do aluno para o ingresso (CABRAL, 2008).

Os estabelecimentos mistos apresentaram uma taxa crescente no decorrer dos anos 1890. A maioria era primária e, em alguns casos, havia cursos noturnos. As aulas para os diferentes sexos eram separadas, com exceção da educação infantil.

Um fato que chamou atenção foi o surgimento de instituições educacionais próprias de alguns grupos, para atender aos seus pares. A Escola Luiz de Queiroz foi criada pela cooperativa da Fábrica de Tecidos Santa Francisca e era voltada aos operários e seus filhos. A Escola Igualitária Instrutiva foi instituída, principalmente, para acolher negros e atendia a trabalhadores pobres em seu curso noturno. A Escola Umberto I atendia às crianças da colônia italiana, com aulas de língua portuguesa e italiana. Havia uma masculina católica gratuita, que dava oportunidade de estudo aos meninos mais carentes da cidade, dentro do preceito de caridade próprio dessa religião.

Entende-se que isso, mais o crescimento de estabelecimentos privados no geral, era uma consequência da grande demanda educacional local que não era atendida pelo estado. Conforme relato dos diretores e professores, havia filas de espera para matrículas nas escolas públicas. A iniciativa privada, impulsionada pelo crescimento econômico e populacional de Piracicaba, investiu na instrução local a partir de diferentes frentes e participou da construção de um propósito de identidade civilizada para o município, identidade essa também pedagógica.

Os fatores que levaram ao incremento das instituições privadas de ensino em Piracicaba, de acordo com os apontamentos de Monarcha (2016), seguem os padrões do país no início da República. No geral, houve aumento de matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino, mas não o suficiente para suprir a demanda. Por isso, deu-se um crescimento célere dos estabelecimentos privados, pois a mentalidade quanto ao papel da educação fora alterada e frequentar a escola passou a ser primordial como meio de iniciação social. No intuito de proporcionar melhor visualização da variação da quantidade de instituições privadas de ensino no decênio de 1890 foi elaborado o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.

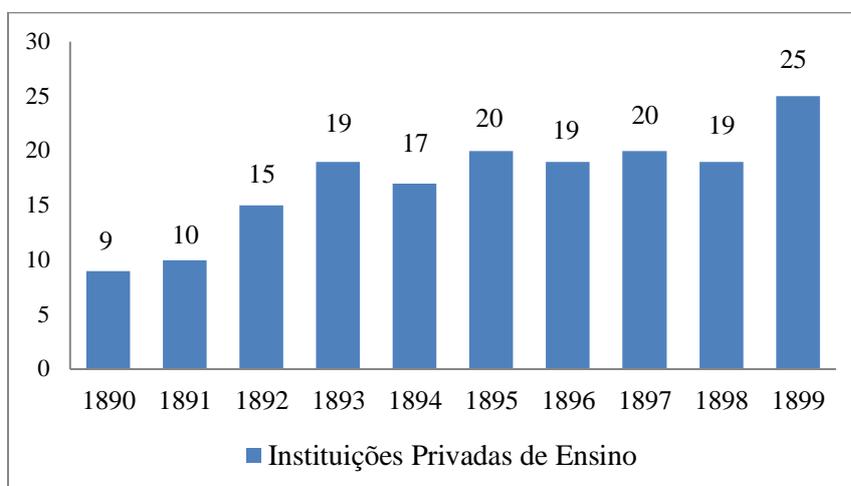


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899.

No geral, entre o início dos anos 1880 e final dos 1890, a taxa de variação percentual de crescimento das instituições privadas de ensino em Piracicaba foi de 108,33%. A maior variação nos anos 1890 ocorreu entre 1890 e 1893 com um crescimento de 111,11%, a seguir houve uma diminuição de 10,52% de 1893 para 1894. Desse último ano, em relação ao seguinte, teve um novo aumento de 17,64%.

Entre 1895 e 1898 a quantidade se alternou entre 19 e 20, o que representa uma taxa de variação percentual de 5% e ao final, de 1898 para 1899, houve novo crescimento de 31,57%. Entende-se que, essa taxa de variação da quantidade de estabelecimentos privados de ensino, assim como nos anos 1880, é um reflexo do que foi dito anteriormente sobre os estabelecimentos de pequeno porte que tinham baixo índice de existência.

No que diz respeito aos professores particulares, a coleta das informações foi feita da mesma forma que a explicitada na primeira Seção da pesquisa. No total foram encontradas no jornal Gazeta de Piracicaba 18 notas sobre esse assunto, todavia diferentemente dos anos 1880, em quatro casos foi identificado pessoas de fazendas procurando professores homens que pudessem morar no local para lecionar as primeiras letras para crianças.

Assim, a soma de professores oferecendo seus serviços totaliza 14, o que representa uma variação percentual de decréscimo de 12,50% em relação ao período anterior. A quantidade de professores que ofereceram seus serviços e a procura por estes, ano a ano em 1890, está exposta na Tabela 17 e as informações detalhadas estão no Apêndice B.

Tabela 17 – Quantidade de professores particulares no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.

|                                 | 1890 | 1891 | 1892 | 1893 | 1894 | 1895 | 1896 | 1897 | 1898 | 1899 | Total     |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------|
| <b>Professores particulares</b> | 2    | 0    | 1    | 0    | 2    | 3    | 3    | 1    | 0    | 2    | <b>14</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899.

Diante das descrições dos dados encontrados, no que se refere ao sexo dos que ofereciam seus serviços como professores, identificou-se que assim como nos anos 1880 a maioria era formada por homens com a taxa de 57,14%, enquanto as mulheres representavam 28,57% do total. A quantidade de mulheres aumentou entre os dois períodos pesquisados, provavelmente um reflexo do processo de feminilização da profissão docente, que começou a ocorrer nessa época.

A questão da formação ou experiência desses docentes também segue o perfil dos anos 1880, verificou-se que a maior parte (85,70%) indicou ter algum tipo de preparo. Houve um casal e um grupo de professores que não especificaram sua formação. Do mesmo modo que no período anterior, houve dois homens que além da docência se ofereceram para trabalhar em fazenda como escriturário e escrivão.

Quanto ao local, ocorreu uma inversão em relação ao período anterior, nos anos 1890 a maior parte se ofereceu para trabalhar na cidade (78,5%), apenas um demonstrou interesse em dar aulas somente em fazenda (7,14%) e dois na cidade ou em fazenda (14,25%). Pondera-se que, talvez por isso, conforme apontado anteriormente, houve procura por parte de moradores da zona rural desses profissionais.

Outra característica desse grupo de professores é que nos anos de 1880 a oferta era somente para aulas de primeiras letras, enquanto nos anos 1890 também foram proporcionadas aulas de línguas, música, trabalhos manuais e lições para o ingresso em preparatórios e na Escola Complementar. A última questão relativa à análise da expansão educacional em Piracicaba nos anos 1890 será sobre as iniciativas educacionais do governo estadual no município.

#### **2.4.5 Iniciativas educacionais do governo estadual no município**

No que se refere às iniciativas do governo estadual no município de Piracicaba, serão apresentadas somente as ações que partiram de decisões diretas desse nível de poder, porque os atos executados por demanda dos professores e executivo municipal já foram explicitados anteriormente. A única exceção será quanto à criação de escolas, com a exposição do conjunto de estabelecimentos mantidos pelo estado no município.

No total, foram identificados quatro tipos de empreendimentos, a saber: criação da Escola Complementar e duas cadeiras na cidade; provimento da Escola Complementar, Grupo Escolar e algumas cadeiras; fiscalização do ensino; e fornecimento de material didático. A Escola Complementar foi criada em 1896, a partir de uma oferta do estado ao município e sua instalação ocorreu em 23 de abril de 1897 (GAZETA DE PIRACICABA, 29/01/1896, 18/03/1896, 21/06/1896, 20/09/1896, 16/10/1896, 09/12/1896, 21/01/1897, 11/02/1897, 14/03/1897, 28/03/1897, 16/05/1897; CAMARGO, 1899).

No ano de 1893, houve a nomeação de um inspetor de distrito responsável pela fiscalização do ensino local – o 19º distrito era formado por Piracicaba, Capivari, São Pedro, Santa Bárbara e Monte Mor. Entretanto, as visitas eram esporádicas e de fato serviam para inspecionar como a municipalidade estava cumprindo as demandas estaduais. Conforme as instituições de ensino eram criadas, o estado enviava material didático.

No total, das nove cadeiras isoladas instituídas – sete na cidade e duas na área rural – quatro foram por iniciativa do estado, as outras partiram de requisições da edilidade. A apresentação do conjunto de escolas estaduais dos anos 1890, com a identificação de quando estavam providas ou vagas e quando possível, a exposição de quem eram seus professores, diretores e quantos alunos estavam matriculados encontra-se no Apêndice C e a localização de algumas delas está indicada no Anexo 1. A Tabela 18 demonstra a quantidade total de instituições de ensino estaduais ano a ano, agrupadas entre as que se localizavam na cidade e nos bairros rurais.

Tabela 18 – Quantidade total de instituições de ensino estaduais existentes no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.

|   | 1890      | 1891      | 1892      | 1893      | 1894      | 1895      | 1896      | 1897      | 1898      | 1899      |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino estaduais na cidade</b>   | 10        | 10        | 10        | 10        | 11        | 13        | 16        | 10        | 10        | 10        |
| <b>Instituições de ensino estaduais nos bairros</b> | 6         | 6         | 6         | 6         | 6         | 4         | 4         | 4         | 4         | 4         |
| <b>Total</b>  | <b>16</b> | <b>16</b> | <b>16</b> | <b>16</b> | <b>17</b> | <b>17</b> | <b>20</b> | <b>14</b> | <b>14</b> | <b>14</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899.

Os anos 1890 apresentaram um decréscimo de variação percentual de 12,5% na quantidade de instituições de ensino estaduais no município de Piracicaba, valor que destoa do crescimento de 50% que ocorreu nos anos 1880. Nota-se que, na área urbana, a quantidade se manteve a mesma no começo e final do decênio, com variação no decorrer do período, enquanto nos bairros rurais houve a diminuição de duas unidades.

Pondera-se que, esse quadro retrata todas as novas reformas e modificações efetuadas na educação paulista apresentadas anteriormente. O novo ideário republicano resultou na maior atenção dada à área urbana, principalmente por meio de estabelecimentos simbólicos como o Grupo Escolar, o que gerou, em muitos casos, negligência nas áreas rurais.

Conforme aponta Monarcha (2016), os Grupos Escolares faziam parte de um movimento que ocorreu no estado de São Paulo quando “ao findar o decênio vulcânico, a primeira década republicana, certos marcos escolares encontravam-se acometidos por realizações consoantes a nova ordem de certezas” (p. 146). Isso incluía novas modalidades de ensino, alterações nos programas, preocupação com a formações de professores e concepções de arquitetura escolar.

Entende-se que, a conquista por parte de Piracicaba de estabelecimentos emblemáticos republicanos, como uma das poucas escolas complementares do estado, o Grupo Escolar e única escola agrícola até então criada, deve-se em grande parte pela rede de poder formada pelo Partido Republicano local. Destaca-se que, os principais protagonistas faziam parte da família Moraes Barros, a qual nesse momento histórico teve representantes na presidência da República, no senado, na assembleia estadual paulista e na Câmara Municipal de Piracicaba. A seguir serão apresentadas as principais características dessas instituições de ensino classificadas entre as localizadas na cidade e nos bairros rurais.

Quadro 3 – Instituições de ensino estaduais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1890 a 1899.

|  | 1890      | 1891      | 1892      | 1893      | 1894      | 1895      | 1896      | 1897      | 1898      | 1899      |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Feminina - 1<sup>a</sup></b>            | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | *         | -         | -         |
| <b>Feminina - 2<sup>a</sup></b>            | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Feminina - 3<sup>a</sup></b>            | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Feminina - 4<sup>a</sup></b>            | -         | -         | -         | -         | P         | P         | P         | *         | -         | -         |
| <b>Feminina - 5<sup>a</sup></b>            | -         | -         | -         | -         | -         | -         | V/P       | P         | P         | P         |
| <b>Feminina - 6<sup>a</sup></b>            | -         | -         | -         | -         | -         | -         | V/P       | *         | -         | -         |
| <b>Masculina - 1<sup>a</sup></b>           | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | *         | -         | -         |
| <b>Masculina - 2<sup>a</sup></b>           | P         | P         | P         | P         | P         | P         | V/P       | P         | P         | P         |
| <b>Masculina – Bairro Alto</b>             | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | *         | -         | -         |
| <b>Masculina - Salto</b>                   | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | *         | -         | -         |
| <b>Masculina - Porto</b>                   | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Masculina – Boa Morte</b>               | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Masculina - noturna</b>                 | -         | -         | -         | -         | -         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Mista - Rua do Porto</b>                | P         | P         | P         | P         | P         | P         | -         | -         | -         | -         |
| <b>Mista - Grupo Escolar de Piracicaba</b> | -         | -         | -         | -         | -         | -         | V         | P         | P         | P         |
| <b>Mista - Escola Complementar</b>         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | V         | P         | P         | P         |
| <b>Masculina -Escola Prática Agrícola</b>  | -         | -         | -         | -         | -         | V         | V         | V         | V         | V         |
| <b>Total</b>                               | <b>10</b> | <b>10</b> | <b>10</b> | <b>10</b> | <b>11</b> | <b>13</b> | <b>16</b> | <b>10</b> | <b>10</b> | <b>10</b> |

P – provida; V – vaga; V/P – uma parte do ano vaga, outra parte provida; ‘-’ – período em que não existia, ou deixou de existir; ‘\*’ – cadeiras isoladas que foram anexadas ao Grupo Escolar. Quadro elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899.

Verifica-se que, dentro do total, cinco cadeiras isoladas que adentraram os anos 1890 se mantiveram providas até o final. Dos sete estabelecimentos criados, quatro eram cadeiras isoladas e os outros três formados por instituições diferenciadas – Escola Complementar, Grupo Escolar e Escola Prática Agrícola. Entre as isoladas seis foram anexadas ao Grupo Escolar em 1897 e uma extinta em 1895.

No tocante ao sexo atendido, até 1894, continuou a haver o dobro de cadeiras masculinas em relação às femininas e a situação ficou mais desigual com a criação da escola noturna masculina no ano seguinte. Contudo, em 1896, com a instalação de três cadeiras femininas a situação se tornou mais equitativa.

No ano de 1897, com a inauguração do Grupo Escolar, o qual anexou cadeiras da cidade, os anos 1890 encerraram com quatro cadeiras do sexo masculino e três do feminino, quadro mais equilibrado que no final do período anteriormente pesquisado. Todavia, isso não significa que nesse início de República houve, no geral, uma mudança de mentalidade em relação à educação feminina, que continuou a ser vista por muitos como uma necessidade de formação moral e social para ser boa esposa e mãe, as mudanças nesse sentido somente viriam a ocorrer décadas depois (SAFFIOTI, 1976).

Na modalidade mista, a única cadeira foi fechada em 1896, ano em que foi criado o Grupo Escolar, também uma instituição mista, mas com a característica de ter uma proposta diferenciada de funcionamento, em vez de uma professora para atender ambos os sexos era um professor(a) e por vezes um adjunto(a) para cada sala. A Escola Complementar era mista e no mesmo modelo do Grupo Escolar, para cada sala havia um professor do mesmo sexo dos alunos. Enquanto a Escola Prática Agrícola atenderia somente ao sexo masculino.

Quanto ao provimento das instituições estaduais de ensino na cidade de Piracicaba, de acordo com os dados apresentados, entende-se que permaneceu o padrão do período anterior com a constância dos estabelecimentos providos, houve no decorrer dos anos 1890 algumas trocas de professores, mas ao que tudo indica não afetou o funcionamento das escolas. A única exceção foi a Escola Prática Agrícola que permaneceu vaga desde a sua criação até o final desse período.

Assim, ao observar-se o quadro geral da quantidade de estabelecimentos de ensino estaduais na cidade o número foi o mesmo no início e final do período, todavia sob o prisma de modalidades de instituições houve mudanças. O Grupo Escolar atendia dezenas a mais de crianças que uma cadeira em suas oito salas, a Escola Complementar era primária e voltada também para formação de professores, a técnica agrícola pretendia impulsionar a crescente

agricultura estadual e a noturna criada para atender aos trabalhadores era a única do distrito a que Piracicaba pertencia. Como continuação da análise das instituições de ensino estaduais serão apresentadas as escolas estaduais nos bairros rurais.

Quadro 4 – Instituições de ensino estaduais nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1890 a 1899.

|   | 1890     | 1891     | 1892     | 1893     | 1894     | 1895     | 1896     | 1897     | 1898     | 1899     |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>Feminina - estação de trem do Cruzeiro em Tanquinho</b>  | V        | V        | V        | V        | V        | V        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Feminina - Batistada</b>                                 | -        | -        | -        | -        | -        | -        | V        | V        | V        | V        |
| <b>Feminina - Rio das Pedras</b>                            | V        | V        | V        | V        | P/#      | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Feminina - Tanquinho</b>                                 | -        | -        | -        | -        | -        | -        | P        | V/P      | P        | P        |
| <b>Masculina - Batistada</b>                                | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V/P      | P        | P        |
| <b>Masculina - Rio das Pedras</b>                           | P        | P        | P        | P        | P/#      | -        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Masculina – Tanquinho</b>                                | P        | P        | P        | P        | P        | P        | V        | V/P      | P        | P        |
| <b>Masculina – Charqueada</b>                               | *        | *        | *        | *        | *        | *        | *        | *        | *        | *        |
| <b>Masculina - estação de trem do Cruzeiro em Tanquinho</b> | V        | V        | V        | V        | V        | V        | -        | -        | -        | -        |
| <b>Total</b>  | <b>6</b> | <b>6</b> | <b>6</b> | <b>6</b> | <b>6</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> |

P – provida; V – vaga; V/P – uma parte do ano vaga, outra parte provida; ‘-’ – período em que não existia, ou deixou de existir; P/# – ficaram providas até novembro quando o bairro de Rio das Pedras se tornou município, elas continuaram a existir, mas deixam de pertencer a Piracicaba; ‘\*’ – escola suspensa. Quadro elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899.

No tocante às escolas dos bairros rurais, além das cinco que estavam criadas em 1889, foi instalada em 1890 uma feminina em Rio das Pedras, essa quantidade de seis escolas se manteve até 1894. Em novembro de 1894, o bairro de Rio das Pedras se tornou município e as escolas feminina e masculina lá alocadas deixaram de pertencer a Piracicaba.

No ano de 1896, ocorreram novas mudanças devido ao pedido de cadeiras rurais por parte da edilidade. Assim, nesse ano foram criadas as cadeiras femininas de Batistada e Tanquinho e fechadas as femininas e masculinas da estação de trem Cruzeiro em Tanquinho, que nunca chegaram a ser providas. Dessa forma, de 1897 a 1899, havia quatro cadeiras, duas para cada sexo, nos bairros de Tanquinho e Batistada. Como a escola masculina de Charqueada estava suspensa, optou-se por não considerá-la no cálculo.

Em relação ao sexo atendido, assim como na cidade, ocorreu melhora na proporção, nos quatro bairros onde tinham cadeiras criadas chegou a haver uma para cada sexo. Em consideração ao provimento, os bairros rurais continuaram, assim como no período anterior, a ter menos atenção por parte do governo estadual.

As cadeiras feminina e masculina da estação de trem Cruzeiro no bairro Tanquinho ficaram criadas por sete anos e foram fechadas sem nunca serem providas. A masculina de Batistada ficou por um período de nove anos vaga, desde parte da década anterior até meados de 1897, enquanto a feminina do mesmo bairro criada em 1896, não foi provida até o final da década.

No caso de Tanquinho, a cadeira masculina ficou vaga por dois anos (1896/1897). A feminina de Tanquinho ficou provida desde que foi criada, com exceção de que em 1897 passou alguns meses vaga. A cadeira masculina de Rio das Pedras ficou provida até ser transferida para o município que foi instituído com o mesmo nome e a feminina criada em 1890, somente foi provida em 1894, quando ao final do ano também passou a não pertencer mais a Piracicaba.

Em 1899, havia então quatro cadeiras criadas e três providas, entende-se que nesse quesito o padrão da parca atenção dada aos bairros rurais apontado anteriormente até se aprofundou se comparado aos investimentos que ocorreram na cidade. Quanto a isso, Souza e Ávila (2013) destacam que no decorrer da Primeira República houve diferenciação entre as escolas da cidade e da área rural, o detrimento destas últimas se davam sob diversos aspectos, como os baixos salários dos professores, prédios impróprios e materiais didáticos e mobiliários inadequados.

A desatenção ao ensino nas localidades mais afastadas chegou ao ápice quando em 1899 o governo do estado passou as provisórias para o executivo municipal. Assim, caberia à edilidade a partir desse momento decidir se manteria com seus próprios recursos esses estabelecimentos de ensino. Com o objetivo de proporcionar melhor visualização do quadro geral de instituições de ensino públicas estaduais em Piracicaba nos anos 1890 foi elaborado o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Quantidade de instituições de ensino estaduais urbanas e rurais existentes no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.

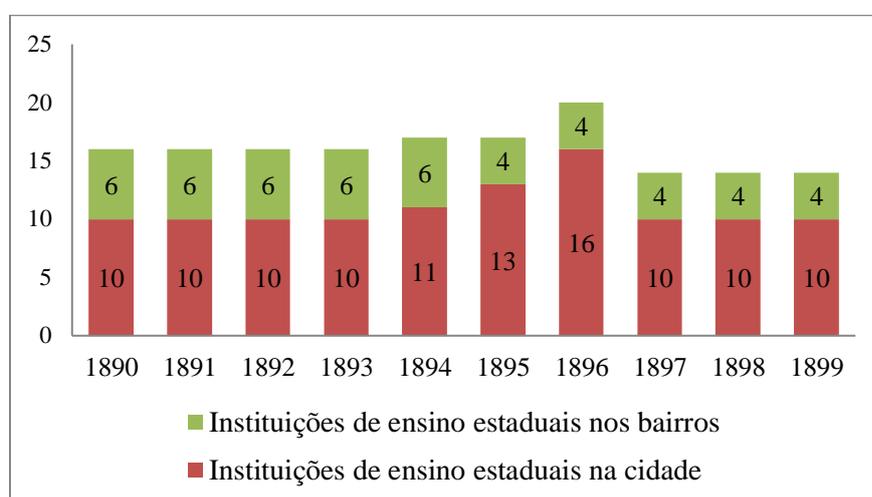


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899.

Verifica-se que, de 1890 a 1893, em relação à quantidade de instituições de ensino estaduais, sem entrar no mérito de qual estava provida ou vaga, o valor na área urbana e rural se manteve igual, sendo 16 no total - 62,15% na cidade e 37,50% nos bairros. Nos dois anos seguintes a soma foi de 17, em 1894 houve o crescimento de uma unidade na cidade e na área rural a quantidade se manteve. No ano de 1895, foram criadas mais duas na cidade e fechadas duas nos bairros rurais. O ano de 1896 teve a maior quantidade de instituições estaduais desse período com o incremento de três unidades na área urbana.

No ano de 1897, com a criação do Grupo escolar e a anexação de seis cadeiras isoladas a esse estabelecimento, o total ficou até 1899 em 10 instituições na cidade (71,42%) e quatro na área rural (28,58%). Identifica-se que, do início para o final dos anos 1890 se acentuou a diferença entre a área urbana e rural, não unicamente quanto à quantidade de instituições, como

pelo montante de alunos atendidos, pois o grupo escolar tinha oito salas com a média de 30 a 40 alunos em cada uma.

A configuração territorial de um município, quando perpassada por essas questões educacionais entre urbano e rural, demonstra como a intencionalidade de ações tanto por parte do município, quanto do estado, formam espaços diferentes em um movimento de concepção dos sentidos. “É assim que os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade” (SANTOS, 2006, p. 14). Como na finalização da Seção 1 da pesquisa, será apresentado para os anos 1890 um balanço geral da expansão educacional em Piracicaba.

## **2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Entende-se que, o panorama da educação em Piracicaba se alterou nos anos 1890. Os fatores nacionais e regionais influenciaram as mudanças, com a omissão do governo federal e o aumento das obrigações impostas pelo executivo estadual. A quantidade geral de escolas se expandiu no meio urbano, principalmente, devido à iniciativa privada, mas nos bairros afastados da cidade a carência ainda era um fato.

No recenseamento escolar municipal de 1894, foi constatado que havia 1.337 menores na área urbana e rural. Destes, 880 (65,81%) frequentavam escolas – 276 em instituições públicas e 604 em estabelecimentos privados (GAZETA DE PIRACICABA, 24/05/1894, 25/07/1894, 29/08/1894).

Esses dados indicam que nas questões educacionais ainda havia muito que fazer, pois na metade do decênio mesmo diante de algumas conquistas, aproximadamente um terço (1/3) da população em idade escolar não era atendida. Além disso, a educação particular atendia praticamente o dobro de alunos em relação à instrução pública. No intuito de apresentar o quadro geral de instituições de ensino no município de Piracicaba nos anos 1890 foi arquitetada a Tabela 19.

Tabela 19 – Quantidade total de instituições de ensino no município de Piracicaba, entre estabelecimentos públicos e privados, no período de 1890 a 1899.

|   | 1890      | 1891      | 1892      | 1893      | 1894      | 1895      | 1896      | 1897      | 1898      | 1899      |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino privadas</b>  | 9         | 10        | 15        | 19        | 17        | 20        | 19        | 20        | 19        | 25        |
| <b>Instituições de ensino estaduais</b> | 16        | 16        | 16        | 16        | 17        | 17        | 20        | 14        | 14        | 14        |
| <b>Instituição de ensino municipal</b>  | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         |
| <b>Total</b>                            | <b>25</b> | <b>26</b> | <b>31</b> | <b>35</b> | <b>35</b> | <b>38</b> | <b>40</b> | <b>35</b> | <b>34</b> | <b>40</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Verifica-se que, no geral, houve aumento de 15 instituições de 1890 para 1899, o que representa uma variação percentual de crescimento de 60%, enquanto se comparar o número total de estabelecimentos do início dos anos 1880 para o final dos 1890, o aumento foi de 90,47%.

Assim, no período dos últimos 20 anos do século XIX, a quantidade de estabelecimentos de ensino no município de Piracicaba praticamente duplicou, o que pode ser considerada uma soma relevante, mesmo que como exposto acima ainda não fosse capaz de atender toda a demanda. Para propiciar melhor visualização dessa expansão entre 1900 e 1910, foi estruturado o Gráfico 8, que demonstra ano a ano a quantidade total de estabelecimentos de ensino em Piracicaba.

Gráfico 8 – Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba no período de 1890 a 1899.

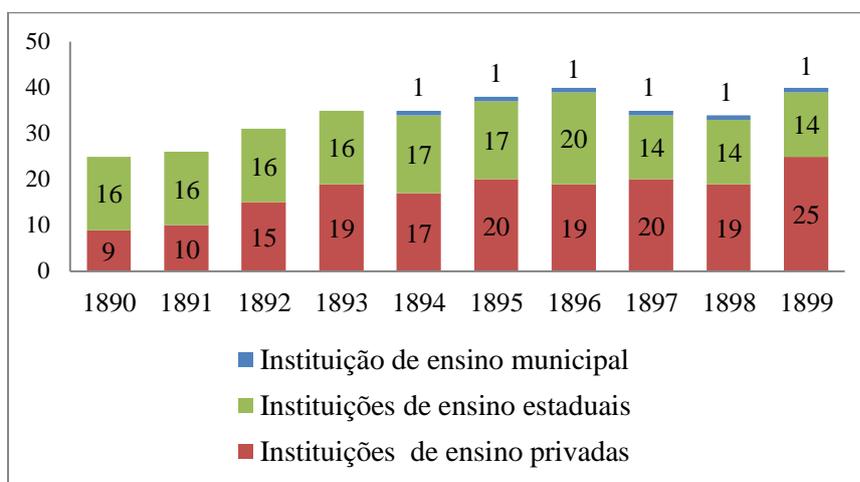


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1890-1899; CAMARGO, 1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899.

Ao observarem-se os ciclos dentro dos anos 1890, percebe-se que de 1890 para 1896 houve um aumento crescente com a taxa de variação percentual de 60%. Entre 1896 e 1897, teve uma queda na concentração de escolas no valor de 12,50%, todavia isso não quer dizer que houve diminuição de vagas, pois esse decréscimo se deve, principalmente, às cadeiras estaduais urbanas que foram anexadas ao Grupo Escolar. De 1897 para 1898 ocorreu outra pequena queda de 2,85% com a diminuição de uma escola privada. Entre os dois últimos anos desse período houve um aumento de 17,64% em função de novas instituições privadas.

Diante da comparação com municípios vizinhos de maior protagonismo – Campinas, Itu e Sorocaba – Piracicaba tinha considerável número populacional e conquistava serviços estaduais, como a implantação de diferentes tipos de estabelecimentos educacionais, que eram disputados por localidades de todo o estado. A edilidade, ao contrário do que ocorreu no período anterior, passou a se dedicar mais às questões educacionais, apesar dos assuntos urbanísticos ainda serem seu principal foco.

Os camaristas atuaram para conseguir mais instituições de ensino estaduais em seu território, como as consideradas emblemáticas no estado de São Paulo nessa época e continuaram a agir frente às crescentes demandas impostas pelo governo estadual. Outro ponto de destaque foi a criação de leis municipais e de uma escola noturna por parte da edilidade.

Considera-se que, a extensão das preocupações da câmara municipal dimensionadas nas sessões, ações, leis e gastos, integram o conjunto geral de expansão em diferentes modalidades

e níveis de ensino. O comportamento da edilidade pode ser entendido como uma racionalidade de uma elite esclarecida em busca de um ideal, como exemplo está o caso dos estabelecimentos estaduais de ensino, pois quando conseguiam um logo passavam a agir para conseguir outro, em um processo contínuo. E essas iniciativas contaram com o apoio e aprovação de parte da sociedade que passou a participar dos eventos e exames finais, principalmente do Grupo Escolar.

Esse contexto ilustra o que Magalhães (2013; 2014) e Gonçalves Neto (2002; 2003; 2007; 2009; 2015) colocam como um movimento de alguns governos locais em investir na educação em seu território em prol da formação de uma identidade local. Mas, ao mesmo tempo, garantir às elites a inculcação no povo de valores que eram de seu interesse, na construção de uma imagem de desenvolvimento e civilidade.

Tese esta que se entende também poder ser interpretada dentro dos conceitos de Elias (1994b), quando ele indica que a escola pode ser entendida como uma das instituições permanentes de controle social. A escolarização, ao impetrar a modelagem dos indivíduos no interior de um processo civilizacional, gera impulsos contínuos de mudanças estruturais da sociedade.

Para finalizar essa pesquisa, será analisado a seguir, dentro do mesmo padrão metodológico, o período de 1900 a 1910. O intuito é identificar se houve algum tipo de incremento ou retrocesso nas iniciativas educacionais por parte de políticos, elites, professores, particulares e habitantes em Piracicaba.

### **3. A EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: PIRACICABA 1900-1910**

Na terceira e última seção da presente tese seguir-se-á o mesmo procedimento metodológico utilizado nas seções anteriores para a investigação dos principais acontecimentos relativos à educação de 1900 a 1910. Permanece a preocupação em compreender os modos pelos quais diferentes sujeitos e instituições influíram no desenvolvimento da educação.

Será analisado desde o movimento mais amplo e geral em nível nacional, regional no âmbito estadual e em especial, o particular e específico, no caso o município de Piracicaba. Localmente observar-se-á as influências e disputas de poder em torno das questões educativas por parte dos políticos e diferentes grupos da sociedade piracicabana.

#### **3.1 CENÁRIO NACIONAL**

Ao analisar a situação sociopolítica do Brasil no início do século XX, Nagle (2009) destaca que as regulamentações a demarcarem o jogo das forças sociais na estrutura de poder permaneceram com resquícios do Império, a sociedade estava marcada por um “imobilismo estrutural” (p. 11). Durante toda a Primeira República (1889-1930), o coronelismo foi a base da estrutura de poder, com oligarquias agrárias regionais dominantes, que se beneficiavam do fraco centralismo do governo federal.

Entretanto, dois fatores influíram para motivar mudanças futuras, a chegada em massa de imigrantes, que trouxeram novos valores e ideais sociais e políticos, e o crescente processo de urbanização nas regiões mais ricas e desenvolvidas do país, movido em parte pelo aumento da industrialização. O início do século XX foi marcado por um movimento de interpenetração entre o sistema agrário-comercial e o urbano-industrial, ao apresentar “ao mesmo tempo, elementos de preservação e de alteração das condições dominantes” (NAGLE, 2009, p. 114).

Ao analisar essa questão do início de mudanças colocada por Nagle (2009), sob a perspectiva que Norbert Elias (BURGUIÈRE, 2001) tinha acerca de questões nacionais, pode-se considerar que estava em marcha a modernização da sociedade. As alterações estavam marcadas não somente por fatores econômicos, mas também por um processo de racionalização que envolvia as mentalidades e conseqüentemente aspectos sociais. “Norbert Elias se apoia na hipótese de uma interação entre as transformações das estruturas estatais (o Estado moderno) e das estruturas mentais” (p. 104), o que gera alterações dos traços culturais que formam o caráter nacional.

Ao considerar a educação ou escolarização como elemento da cultura, sua análise está diretamente ligada às condições políticas, econômicas e sociais de um país. Todavia, torna-se difícil estabelecer quais eram as condições do campo educacional em nível nacional no Brasil nesse período, pois, segundo Ferraro (2009) e Monarcha (2016), o censo de 1900 não é confiável. O problema foi a omissão de dados por parte de distritos e municípios mais distantes dos centros populosos.

Ferraro (2009) indica que são mais confiáveis os censos de 1872 e 1920. De acordo com esses dois censos nacionais, em 1872 havia 81% de analfabetos e em 1920 constava 69%. Entende-se que, essa queda de 10 pontos percentuais em 48 anos pode ser considerada pequena se examinada frente ao papel que a educação tinha no discurso republicano.

Quanto a essa questão, Nagle (2009) salienta que “a República idealizada teve que sofrer amputações para se ajustar às condições objetivas da existência social brasileira dos primeiros trinta anos” (p. 116). Dessa forma, restou a “República possível”, o que causou desilusões em homens públicos, intelectuais e educadores. Percebe-se que, apesar do movimento social e econômico explicitado acima, no campo educacional a situação ainda mantinha um padrão de pouco desenvolvimento.

Bulhões Carvalho<sup>65</sup>, em 1908, ao tratar da situação da educação no país, dizia que o progresso da instrução pública ainda era tímido, a frequência de alunos do ensino público era de 565.922 e do privado 391.188. Quanto ao ensino primário nos estados, enfatizou que os 7.089 estabelecimentos estavam irregularmente distribuídos pelo país, “totalizava 169 “escolas especiais”, como escolas complementares, escolas-modelo, grupos escolares e jardins de infância; e 6.920 “escolas comuns”, isto é, escolas elementares e isoladas” (MONARCHA, 2016, p. 183).

Os dados apontam que os estados com maior quantidade de instituições de ensino eram Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Todavia, a diferença entre matriculados e frequentes era grande. No período de 1900 a 1910, o governo federal continuou com os padrões herdados do Império e manteve sob sua jurisdição a regulação da escola secundária e o ensino superior (MONARCHA, 2016).

---

<sup>65</sup> José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940). Formado em medicina e demógrafo-sanitarista. Esteve à frente da Diretoria Geral de Estatística Federal de 1907 a 1933. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemoriaInstitucional/11um%20medico%20Cuidando%20da%20Estatistica-Bulhoes%20Carvalho.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

Os estados se incumbiam do ensino primário e técnico e os municípios, em muitos casos, tiveram cada vez mais aumentados os deveres de auxiliar os governos estaduais e poucos instituíram escolas próprias. A iniciativa privada se expandia, ao aproveitar o excedente de crianças e jovens que não achavam vagas em estabelecimentos públicos de ensino (NAGLE, 2009).

Na virada do século, muitos políticos defendiam que a União deveria intervir na expansão do ensino primário (MONARCHA, 2016). Apesar das pressões, a única ação do governo federal no campo educacional foi o Código Epiácio Pessoa<sup>66</sup> em 1901, que determinou uma reforma no ensino secundário. Esse conjunto de leis alterou o currículo dessa etapa de ensino e equiparou ao Colégio Pedro II instituições particulares e estaduais no afã de uniformizar o ensino secundário nacional (PALMA FILHO, 2005).

Dessa forma, é dentro desse contexto nacional que socialmente e economicamente se transformava, mas educacionalmente ainda mantinha características dos períodos anteriormente pesquisados, que serão apresentados a seguir alguns aspectos da educação no estado de São Paulo entre 1900 e 1910.

### **3.2 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A partir das leis e decretos estaduais levantados por Reis Filho (1998), percebe-se que o estado de São Paulo, entre 1900 e 1910, continuou a expandir a educação formal em seu território. Dentre as principais ações estavam: alteração das normas da carreira docente; criação de regulamentos específicos para as instituições; criação de ginásios, grupos escolares, cursos noturnos, técnicos, escolas-modelo, institutos disciplinares, cursos profissionais e complementares; e promulgação de novas leis e normas para a instrução pública.

A educação no estado continuava a cargo do Secretário de Negócios do Interior, auxiliado pelo Diretor e Inspetor Geral de Ensino e eles contavam com grande apoio das câmaras municipais na pessoa do Inspetor Municipal de Ensino. No ano de 1904, a lei n. 330, de 13 de agosto, e o decreto n. 930 promulgado no mesmo dia, estipularam mudanças no ensino público, que segundo o governo seriam implantadas de forma gradativa.

---

<sup>66</sup> Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa – 1865 Umbuzeiro (PB) - 1942 Petrópolis (RJ). Formado em direito. Ministro da Justiça e Negócios Interiores/1898-1901; Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas/1900-1901; membro do Supremo Tribunal Federal de Justiça/1902-1912; Procurador Geral da República/1902-1905; presidente da República/1919-1922; Senador (PB)/1913-1919 e 1924-1930. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/epitacio\\_pessoa](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/epitacio_pessoa)>. Acesso em: 20 out. 2019.

No corpo da lei n. 330, constava no Art. 1º que os tipos de escola seriam: escolas ambulantes, escolas isoladas situadas em bairros e distritos de paz ou na sede de municípios, grupos escolares e escola modelo preliminar ao lado da Escola Normal. O Art. 2º definiu que todas as demais escolas modelos seriam equiparadas aos Grupos Escolares. No Art. 3º estabeleceu-se que o ensino seria de quatro anos, enquanto o Art. 4º previa a revisão dos programas de ensino. Os Art. 5º e 6º estipularam regras para professores e o Art. 7º tratou da questão dos salários (GAZETA DE PIRACICABA, 24/08/1904, 02/10/1904).

Outras medidas tomadas em 1904 incluíam taxa de matrículas nas Escolas Normais e Complementares e definição do horário das aulas noturnas (18h às 21h) e das isoladas (11h às 16h). De 1904 a 1909 surgiram propostas de reformas em 1905, 1907 e 1909, as quais não vingaram. Foi colocada em prática a criação, transferência e conversão de escolas, inclusive muitas isoladas sendo anexadas a Grupos Escolares, quando alguns destes tiveram suas aulas desdobradas (GAZETA DE PIRACICABA, 20/01/1904, 15/03/1904, 20/07/1904, 21/07/1904, 11/02/1905, 18/02/1905, 14/02/1906, 29/11/1906, 01/08/1907, 14/09/1907, 21/07/1909, 05/11/1909, 25/11/1909, 02/12/1909).

Segundo Monarcha (1999), os Grupos Escolares continuaram a se expandir, com o crescente adensamento populacional do estado, transformando-se em escolas de massa. Para atender a demanda, o ensino primário teve seu tempo diminuído em um ano e os que se encontravam em áreas mais populosas passaram a funcionar em dois ou três períodos.

O governo do estado no final da década justificava sua visão sobre essa questão no Anuário de Ensino do Estado de 1908/1909 “Considerando a incontestável superioridade que o ensino dos grupos escolares pôde apresentar sobre o que é ministrado nas escolas isoladas, resolveu o Governo fazer a anexação de muitas dessas escolas a grupos escolares [...]” (SÃO PAULO (Estado), 1909, p. 04). Nesse processo, os maiores Grupos Escolares, localizados na capital e no bairro Barnabé, no município de Santos, chegaram a ter de 19 a 20 classes no início de 1909 e em junho de 1910, dos 96 em funcionamento 31 estavam com aulas desdobradas (GAZETA DE PIRACICABA, 20/04/1909, 29/06/1910).

Essa atenção especial dada aos Grupos Escolares em preterimento às escolas isoladas refletia nos aspectos relativos ao funcionamento destas, como a qualidade do prédio, mobília e material didático. No Anuário de Ensino do Estado de 1908/1909 o inspetor escolar Antonio Morato de Carvalho descreveu que:

Ha, em muitas localidades, escolas providas, nas quaes o diminuto numero de alunos frequentes não compensa os sacrificios e despesas do Governo, dando-lhes provimento. Quanto à installação, continuam quase todas funcionando em predios que muito deixam a desejar, em face da pedagogia e mesmo da hygiene (SÃO PAULO (Estado), 1909, p. 05).

O salário dos professores estaduais e inspetores de ensino foi tema recorrente de debate nessa década, inicia em 1903 com a proposta de ser diminuído em 10% por um projeto de lei apresentado em setembro desse ano. Consta que, os republicanos dissidentes tentaram barrar a proposta, mas como os governistas eram maioria na Assembleia o projeto fora aprovado em outubro.

A aprovação fez com que a Associação Beneficente do Professorado Público do Estado entrasse com uma ação pedindo a revogação da lei, já que outros funcionários públicos não tiveram cortes e os professores concursados tinham cargos vitalícios. Todavia, somente três anos depois, em setembro de 1906, os salários dos professores foram restabelecidos. Mas, em 1908 o assunto voltou à tona com novos cortes e muitos professores entraram com ações de restituição dos vencimentos (GAZETA DE PIRACICABA, 27/08/1903, 28/08/1903, 24/09/1903, 02/10/1903, 03/10/1903, 04/02/1904, 22/03/1904, 22/09/1906, 05/08/1908, 17/10/1908).

A expansão do ensino paulista esbarrava na verba destinada a essa área, em maio de 1905 o secretário do interior informou que não haveria mais provimento de escolas vagas nesse ano, porque o orçamento vigente para isso já estava esgotado (GAZETA DE PIRACICABA, 24/05/1905). E em agosto do mesmo ano, o Presidente do Estado enviou mensagem ao congresso, na qual informava que a verba destinada à educação já havia terminado:

Achando-se exgottada a verba consignada no § 13 da lei do orçamento vigente, destinada ao pagamento do expediente, alugueis de predios para os grupos escolares, aquisição de material, obras didacticas e outras, em consequencia da installação de novos grupos e do provimento de diversas escolas isoladas, tanto nesta capital como em diversas localidades do interior do Estado, venho solicitar vos a necessaria autorização para abertura de um credito suplementar de 100:000\$000 ao citado §, a fim de poder fazer face às referidas despesas durante o exercicio vigente (INSTRUCÇÃO PUBLICA, 1905, p. 1).

O provimento das escolas estaduais era outro tema de polêmica em tempos de contenção de despesa, pois contratar não diplomados era mais barato. A questão era que perante a lei os diplomados tinham direito a requerer as cadeiras, o que nem sempre era cumprido. Outro fator que também influía no provimento de escolas era a alta taxa de licença saúde dos professores, como exemplo estão os dados do governo do estado entre 01 de janeiro e final de agosto de

1910, quando do total de 2.272 membros do professorado 946 (41,63%) se licenciaram (GAZETA DE PIRACICABA, 28/02/1904, 08/09/1910).

Um dos temas discutidos nesse período foi o público alvo das escolas públicas, como o atendimento educacional aos filhos de colonos imigrantes nas áreas rurais. Estes muitas vezes eram preteridos em relação às crianças da cidade, devido a nem sempre formarem número suficiente para justificar a instalação de uma escola (GAZETA DE PIRACICABA, 29/08/1903).

Outra questão era que muitas escolas públicas, principalmente Grupos Escolares, eram frequentadas por filhos de quem tinha poder aquisitivo para pagar colégios particulares. Os filhos dos menos abastados, mesmo quando conseguiam vagas, por vezes sofriam preconceito por não se encaixarem nos padrões de vestimentas e comportamento. O texto retirado do jornal ‘Diario Popular’ da cidade de São Paulo e publicado pela Gazeta de Piracicaba explicita o que ocorria com frequência:

A matricula nos estabelecimentos de ensino elementar official é cousa difficil á infancia das classes proletarias, porque o operario, o funcionario publico, o trabalhador e outros, quando ai apresentam seus filhos para inscripção já não a obtem, porque o empenho e a protecção que esses paes não possuem preenchem todo o numero que a matricula comportava. [...] Um exemplo: ha em um bairro central desta cidade uma aula publica de ensino elementar, cuja matricula conta sessenta e três alunos do sexo masculino. Destes, vinte e um são filhos de fazendeiros; desenove, cujos paes são commerciantes; quatro, de importantes industriaes; dois, tem os paes altamente collocados no governo; tres, são filhos de capitalistas; cinco, de funcionarios superiores do Estado; tres, orphãos ricos, e apenas quatro alumnos são filhos de operários e trabalhadores (GAZETA DE PIRACICABA, apud DIARIO POPULAR, 1903, p. 1).

No final da primeira década do século XX, com a nomeação de Oscar Thompson<sup>67</sup> para Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, novas medidas seriam tomadas e adentrariam no decênio seguinte. Estabeleceu-se um projeto para construção de Grupos Escolares em todos os municípios e mudanças na inspeção estadual com a promulgação do Decreto n. 1.883, de 6 de junho de 1910. Este decreto reorganizou a Inspeção Geral do Ensino, ao deixar os assuntos burocráticos a cargo da Secretaria do Interior e a Diretoria Geral cuidaria das inspeções, localização das escolas e questões pedagógicas (GAZETA DE PIRACICABA, 31/12/1908, 09/01/1910, 06/08/1910; SÃO PAULO (Estado), 1910).

---

<sup>67</sup> Oscar Thompson (1872-1935) – Formado como normalista e em direito. Em São Paulo foi Adjunto da Escola-Modelo Anexa/1892, Diretor substituto da Escola-Modelo e Organizador da Nova Escola modelo do Carmo/1894, Diretor da Escola Normal de São Paulo/1907-1908 e nomeado Diretor Geral da Instrução Pública/1909 e 1917. Disponível em: <[http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/175/Quem%20somos/Hist%C3%B3rico/1846\\_Escola\\_Normal\\_LINKAR%20NO%20SITE.pdf](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/175/Quem%20somos/Hist%C3%B3rico/1846_Escola_Normal_LINKAR%20NO%20SITE.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.

No que diz respeito à relação do estado com os estabelecimentos privados de ensino, havia incentivo no sentido de prover a demanda não atendida pelo governo, como parte das ações estavam a subvenção e auxílio com mobiliário e material escolar. O Anuário de Ensino do Estado de 1900/1910 destacava que “o Estado tem, por todos os meios ao seu alcance, procurado animar e proteger a iniciativa particular para o estabelecimento e manutenção de escolas e collegios que possam auxiliá-lo como elementos subsidiários na manutenção do ensino” (SÃO PAULO (Estado), 1910, p. 119).

As estatísticas escolares do estado de São Paulo nesse período, assim como a nacional, também apresentavam problemas. Consta que um dos primeiros atos de Oscar Thompson foi sobre a fiscalização dos Grupos Escolares, pois ao observar os relatórios dos inspetores constatou-se incongruências nos números de matrículas, que eram muito superiores ao permitido ou estranhamente sempre os mesmos (GAZETA DE PIRACICABA, 06/01/1909).

Apesar da expansão do ensino no estado, com a construção de novos edifícios escolares durante toda a primeira década do século XX, a educação paulista enfrentou dificuldades ligadas à alta demanda. Mesmo com o crescimento de matrículas, os estabelecimentos tinham grande fila de espera. Outro fator identificado foi a alta taxa de reprovação, abstinência e evasão (REIS FILHO, 1998; MONARCHA, 2016).

A seguir, serão apresentados dados sobre o ensino paulista, que devem ser observados com cautela, conforme os motivos apresentados anteriormente. Nas informações trazidas pelo Anuário de Ensino do Estado de 1909/1910 “[...] o Estado de S. Paulo com 3.029.650 habitantes, tem uma população escolar de 432.807 indivíduos, dos quaes 122.678 frequentam escolas e 310.129 permanecem sem escolas” (p. III). Este relatório completava que enquanto na capital 74,6% das crianças ia à escola, no interior essa taxa decaía para 23,3%.

Dessa forma, observa-se que apesar de todo o esforço do governo em manter escolas próprias e incentivar a educação privada, praticamente apenas um terço da população em idade escolar frequentava algum tipo de instituição de ensino, situação essa mais agravada no interior do estado. A seguir, será apresentada uma compilação de dados estatísticos fornecidos pelo governo do estado, que foram publicados no jornal Gazeta de Piracicaba e nos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo.

Tabela 20 – Quantidade de Grupos Escolares criados e providos e de Escolas Isoladas providas e vagas no estado de São Paulo no período de 1900 a 1910.

|             | Grupos Escolares         |                           | Escolas Isoladas |                         |
|-------------|--------------------------|---------------------------|------------------|-------------------------|
|             | Existentes               | Providos                  | Providas         | Vagas                   |
| <b>1900</b> | dez.45                   | -                         | dez.534          | -                       |
| <b>1904</b> | dez.62                   | -                         | -                | -                       |
| <b>1905</b> | fev.71/ago.71/<br>set.78 | fev.68/ago.70/<br>set. 70 | out.838          | maio1.775/<br>out.1.720 |
| <b>1906</b> | -                        | -                         | set.1.040        | -                       |
| <b>1907</b> | jan.80                   | jan.73                    | -                | -                       |
| <b>1908</b> | -                        | jul.80                    | -                | -                       |
| <b>1909</b> | abr.90                   | abr.88<br>dez.92          | -                | -                       |
| <b>1910</b> | jun.108                  | jun.96                    | jun.1.275        | -                       |

‘-‘ – Significa que não foram encontrados os referidos dados. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 02/02/1905, 11/05/1905, 30/08/1905, 28/09/1905, 11/10/1905, 23/09/1906, 04/01/1907, 16/07/1908, 20/04/1909, 29/06/1910; SÃO PAULO (Estado), 1911, p. IX.

Tabela 21 – Quantidade de alunos matriculados nos Grupos Escolares do estado de São Paulo e total de alunos do ensino público paulista no período de 1904 a 1909.

|             | Grupos Escolares   | Total de Alunos             |
|-------------|--|-----------------------------|
| <b>1904</b> | ago.20.532 matrículas/15.700 frequentes<br>nov.18.890 matrículas/14.525 frequentes | -                           |
| <b>1905</b> | ago. 21.002 matrículas   | nov. aproximadamente 60.000 |
| <b>1906</b> | -  | out.59.840                  |
| <b>1907</b> | dez.25.498 matrículas  | -                           |
| <b>1909</b> | abr.32.761 matrículas  | -                           |

‘-‘ – Significa que não foram encontrados os referidos dados. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 08/10/1904, 19/11/1904, 02/02/1905, 30/08/1905, 18/10/1906, 16/07/1908, 20/04/1909, 29/06/1910.

As duas tabelas acima demonstram, segundo o governo do estado, que o aumento de Grupos Escolares de 1900 para 1910 foi de 63 unidades o que representa uma variação de crescimento percentual de 140%. Identifica-se assim, que houve um incremento considerável durante esse período de criação desse tipo de estabelecimento, entretanto a instalação ou inauguração não ocorria logo que era decretada a criação e demorava por vezes até um ano.

As escolas isoladas tiveram crescimento de 741 estabelecimentos providos entre 1900 e 1910, o que revela uma taxa de 138,76%. Todavia, se observados os dados referentes ao ano de 1905 a quantidade de estabelecimentos vagos era maior, nesse ano 67,24% de escolas isoladas estavam nessa situação. Entende-se que, esses dados demonstram a preferência, citada anteriormente, do governo paulista pelos Grupos Escolares em preterimento às escolas isoladas. Como a maiorias destas se encontravam no interior do estado, compreende-se porque, conforme apontado acima, o coeficiente de alunos em idade escolar fora da escola era maior nessa parcela da população.

Quanto ao número de matrículas nos Grupos Escolares, o aumento de variação percentual entre 1904 e 1909 foi de 59,12%, se comparado ao crescimento do número de unidades nesse mesmo período de 37,14%, considera-se que a quantidade de alunos atendidos é relevante. As informações referentes a 1904 também permitem identificar a relação entre matriculados e frequentes, sendo que nesse ano a média de frequentes foi de 76,46%, a qual pode ser entendida como baixa se levar em conta que havia fila de espera para conseguir matrículas.

Ao se avaliar a relação da quantidade de crianças no estado que recebiam educação com a quantidade total atendida pelo estado, o resultado revela um percentual de 48,78%. Dessa forma, as escolas públicas estaduais atendiam aproximadamente metade do alunado do estado, mas não se pode esquecer que isso representava na verdade apenas 13% do total de crianças em idade escolar.

Esse panorama da educação no estado de São Paulo de 1900 a 1910 demonstra que o governo continuou a investir na educação e também implantou diversas medidas legais no sentido de expandir sua rede de ensino. Entretanto, enfrentou diversos problemas e não conseguiu vencer o desafio de atender à demanda.

Ao olhar esse quadro sob a perspectiva de Norbert Elias (COURY, 2001), entende-se que esse processo de escolarização estava imbricado à urbanização e à imigração, que, de forma não planejada, modificavam a constituição de diferentes grupos nesse período. Contudo, ao mesmo tempo, havia uma perspectiva geral de desenvolvimento que unia diversos grupos, como por exemplo, adotar um estilo de vida considerado civilizado, o que incluía a escolarização.

Nesse contexto, os poderes públicos agiam como representação exógena onde a ação da “onipotência dos governantes que, pelo fato de monopolizarem instrumentos jurídicos, podem nomear e fazer aparecer esse grupo e não aquele outro” (COURY, 2001, p. 142). Isso fica evidente na escolha de onde as escolas seriam implantadas e como seriam seus edifícios, na nomeação de professores e definição de público alvo das escolas. A seguir, serão apresentados alguns aspectos de como os municípios participaram do desenvolvimento educacional paulista.

### **3.3 MUNICÍPIO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Nesse tópico, serão tratadas as imposições feitas pelo governo do estado aos municípios paulistas, tanto em relação às novas regras de gestão, quanto aos seus deveres perante assuntos educacionais. No tocante à gestão dos municípios, no ano de 1905, aprovou-se no senado paulista uma reforma na Constituição do estado de São Paulo. Foram debatidas a supressão das garantias de independência e autonomia dos poderes municipais, o que fez com que 37 câmaras municipais do estado se organizassem conjuntamente contra (GAZETA DE PIRACICABA, 07/05/1905, 16/05/1905, 01/11/1905).

No ano de 1906, o projeto foi do senado para a câmara estadual e sua aprovação se deu com a Lei n. 1.038, de 19 de dezembro. Além de serem aprovadas algumas perdas da autonomia, principalmente relativas à parte legal e de arrecadação de impostos, houve uma reorganização municipal, com a aprovação de aumento do número de vereadores.

Ocorreu também a troca de nomenclatura do responsável pela execução das decisões da câmara municipal de intendente para prefeito. Nos quatro maiores municípios do estado - Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto - a eleição do prefeito seria direta e nas outras localidades pela edilidade (GAZETA DE PIRACICABA, 23/08/1906, 12/10/1907, 24/01/1908).

No que se refere ao papel das câmaras municipais como coadjuvantes na expansão e manutenção do ensino paulista, entre 1900 e 1910 foi possível identificar inúmeras obrigações e responsabilidades. Isso fica evidente, conforme será apresentado mais adiante, na análise feita sobre Piracicaba.

A fiscalização e conservação das escolas isoladas do estado nos municípios estavam a cargo do Inspetor Municipal de Ensino, o qual era eleito pelos camaristas. Ele tinha como obrigação atender a todas as diretivas da Secretaria Estadual de Negócios do Interior, por exemplo: fazer estatística escolar; inventários das escolas; informar acerca da instalação e provimento; intermediar a relação dos professores com o estado; indicar substitutos para os professores licenciados; fazer visitas frequentes às escolas; elaborar mapas e boletins mensais

a serem enviados ao governo; e, organizar e efetuar os exames finais (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

Esse rol de deveres suscitava críticas por parte de alguns inspetores de ensino estaduais. Miguel Carneiro Junior alegava que a fiscalização municipal era ineficaz e por vezes até prejudicial, por falta de competência profissional e questões acerca dos aspectos políticos locais (SÃO PAULO (Estado), 1909). O inspetor João F. Pinto e Silva expôs que “tratando agora da inspeção municipal nas escolas publicas, vê-se que a acção exercida pelos respectivos inspectores é, as mais das vezes, perturbadora, em virtude de gozarem eles da faculdade de exercer poderes que não deveriam estar na sua alçada” (SÃO PAULO (Estado), 1911, p. 39).

Além disso, as câmaras municipais, na pessoa do intendente/prefeito ficavam a cargo de obras e reparos nos estabelecimentos maiores como Grupos Escolares e Escolas Complementares, e no caso de Piracicaba a Escola Prática Agrícola. O processo envolvia negociação quanto ao orçamento, contratação de terceiros e fiscalização. Essas obras eram feitas à custa da edilidade e depois ressarcidas pelo estado, todavia as vezes demorava meses e somente depois de seguidas cobranças o reembolso era efetuado (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

Logo no início do século, em 1900, o estado transferiu às municipalidades suas 516 escolas provisórias<sup>68</sup>, a partir de uma lei promulgada em 31 de dezembro de 1899. Esse tipo de instituição estava localizada principalmente nos bairros rurais e a ação significou um gasto extra inesperado para os municípios, tanto que em alguns casos elas foram fechadas, porque as edilidades alegaram não ter verba para mantê-las.

Na referida lei, o governo se comprometeu em dar auxílio anual financeiro de 500:000\$000 para que escolas com a quantidade de no mínimo 40 alunos fossem mantidas. Entretanto, em julho de 1900 o pagamento não havia sido feito e o governo por meio do aviso n. 803 de 7 de julho, informou que a verba seria diminuída. No caso de Piracicaba, que tinha duas escolas provisórias e optou por mantê-las, foi destinado 914\$000, o restante correu por conta da edilidade (GAZETA DE PIRACICABA, 19/08/1900; SÃO PAULO (Estado), 1910).

No ano de 1903, surgiu um projeto na Assembleia Estadual de municipalizar o ensino no afã de diminuir as despesas do estado. As críticas vieram de diferentes partes sob o argumento de que a maioria das edilidades não era capaz ou não estava interessada em manter

---

<sup>68</sup> Escolas criadas provisoriamente pelo governo estadual, para lidar com a grande demanda de vagas no período. Como não houve consenso na Assembleia Legislativa Estadual sobre como continuar mantendo-as, decidiu-se por passá-las aos municípios que quisessem mantê-las, caso contrário seriam extintas.

sua própria rede de ensino (GAZETA DE PIRACICABA, 25/09/1903, 14/10/1903, 16/10/1903, 05/11/1903).

O deputado estadual, com raízes em Piracicaba, João Domingues Sampaio<sup>69</sup>, o qual sempre lutava pelas questões educacionais, defendia que essa medida seria inconstitucional, pois feria a autonomia dos municípios, ao despenderem grande parte de sua receita em algo que foi imposto pelo estado. Ele cita como ficaria a situação ao utilizar Piracicaba como exemplo:

Façamos um pouco de calculo. Em Piracicaba existem actualmente 25 cadeiras providas, que custam ao Estado 8:500\$ por mes ou 102:000\$ por anno, sem falar dos dois directores dos grupos. Pela reforma só deverão funcionar 10 escolas, sendo 4 urbanas e 6 ruraes, vencendo os professores daquellas 300\$ mensais e os destas 200\$, ou seja uma despesa mensal de 28:800\$ de que caberá ao Estado pagar 1/8, isto é 3:600\$000. A diferença entre essa cifra de centos e poucos contos é bem sensivel. [...] Teremos aqui 10 escolas. O nosso municipio poderia despender os 25 contos annuaes, embora prejudicando outros interesses, - cousa que a maioria dos outros difficilmente conseguirá. Mas, se quizer manter o mesmo numero de cadeiras que actualmente conta, quanto terá que despender? Mais 40 ou 50 contos, embora redusindo o ordenado dos professores (SAMPAIO, 1903, p. 1).

A reforma não foi aprovada e o protagonismo dos municípios na educação estadual somente voltaria à discussão com a Lei n. 1.197, de 29 de dezembro de 1909, com a reorganização da Inspeção Geral do Ensino Público, a qual no Capítulo 5 e § 1º do Art. 7º definia mais atribuições ao Inspetor Municipal de Ensino. Oscar Thompson, diretor geral da instrução pública, enviou às câmaras municipais uma circular na qual dizia que esperava poder continuar a contar com a colaboração patriótica das edilidades, certo de que as obrigações seriam cumpridas (GAZETA DE PIRACICABA, 08/07/1910).

Em 6 de junho de 1910, o Decreto n. 1883 determinou que além das edilidades terem que auxiliar na fiscalização e inspeção do ensino estadual em seus territórios, também deveriam desenvolver as Comissões de Propaganda de Ensino, ao envolverem os pais na educação de seus filhos (SÃO PAULO (Estado), 1910). Diante desse quadro, percebe-se que no campo educacional o padrão da relação entre estado e municípios em São Paulo, no ínterim de 1900 a 1910, continuara o mesmo que nos anos 1890, senão mais complexo ainda, com a tentativa da imposição de mais obrigações.

Ao observar essa situação sob a perspectiva de Santos (2007), tem-se que os níveis território-administrativos responderam às diversas demandas sociais, como a educacional.

---

<sup>69</sup> 26/07/1877 Rio Claro (SP) – 19/11/1969 São Paulo (SP). Formado em direito. Advinha de uma família de políticos de Piracicaba e mantinha laços com a família Moraes Barros. Foi redator dos jornais ‘República’ (1905), ‘Gazeta de Piracicaba’ (1898-1904) e ‘O Correio Paulistano’ na década de 1930. Foi delegado de polícia, promotor público, inspetor municipal de ensino e juiz de paz em Piracicaba/SP; vereador da Capital (SP); deputado estadual (SP)/1907-1909, 1910-1912, 1913-1915 e 1928-1930; deputado federal (SP)/1930-1933 e 1934-1937; senador (SP)/1922–1934 (PFRONM NETTO, 2013).

Nesse plano, o governo paulista continuou a impor uma série de exigências ligadas a simbolismos próprios do período, como a construção de uma sociedade mais civilizada. O problema é que nem sempre coincidiram as aspirações locais e regionais, fator que gerou a adaptação por parte das edilidades em atender às imposições e críticas quanto às suas capacidades de manutenção do ensino.

Segundo Norbert Elias (MENNEL, 2001) essas forças centrífugas e centrípetas nas relações de poder agiam muitas vezes opostas umas às outras no interior dos processos de formação dos Estados, o que gerava uma reestruturação dos elos entre os diferentes níveis de soberania. É nessa conjuntura nacional e estadual que será apresentado a seguir como o município de Piracicaba lidou com as imposições do governo, ao mesmo tempo em que implantou iniciativas próprias e incentivou a participação de habitantes e iniciativa privada no desenvolvimento da educação em seu território.

### **3.4 MUNICÍPIO DE PIRACICABA**

Com o intuito de seguir o mesmo modelo de análise dos dois períodos anteriores em relação ao objeto de pesquisa, para posterior comparação, serão apresentados os contextos gerais do município e da edilidade. Em relação à educação, haverá a análise das ações educacionais do executivo municipal e da participação de habitantes, iniciativa privada e governo estadual.

#### **3.4.1 Contexto geral**

No período entre 1900 e 1910, Piracicaba teve crescente desenvolvimento em diversas áreas, como saúde, educação, urbanização, comércio e indústria. Segundo Perecin (2009) “Piracicaba adentrava o século XX como cidade culta e civilizada, fazendo jus as mais lisonjeiras impressões dos visitantes” (p. 14). Em depoimento à sua visita em 1904, Gustavo Paca destacou que a cidade tinha os principais recursos necessários à vida moderna, como ruas bem alinhadas, limpas e apedregulhadas, bons edifícios, passeios e jardins (GAZETA DE PIRACICABA, 21/07/1904).

No relatório apresentado pelo presidente da câmara municipal e pelo intendente em janeiro de 1902, constava que a cidade não foi assolada por doenças que afetaram as localidades vizinhas. Isso ocorreu devido à constante fiscalização de limpeza, inclusive dos rios, vacinação da população e instalação de depósito de lixo fora do perímetro urbano.

Entre outras ações estava em marcha a arborização das principais ruas, a criação de um parque, cemitério e matadouro novos, e o auxílio para a manutenção da área da saúde com

subvenção à Santa Casa de Misericórdia, Hospital São Lázaro e Hospital de Alienados Barão de Serra Negra. O abastecimento de água, a iluminação pública e a coleta de esgoto já cobriam a maior parte da área urbana. Em relação à ligação com os municípios vizinhos, as estradas já existentes foram conservadas, outras novas feitas e pontes foram construídas (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902).

O próximo relatório da câmara municipal seria em 1905, o documento dentre diversos assuntos descrevia que nos últimos três anos o movimento do mercado crescera, muitas ruas foram abertas e implantadas guias e sarjetas, além de serem sempre irrigadas contra a poeira. Houve também melhoramentos nas estradas, pontes e nos transportes ferroviário e fluvial, e as redes de esgoto, iluminação e água se expandiram. Foi implantado um serviço de varrição de rua, coleta de lixo e a regularização do crescente comércio. No relatório de 1908, consta que foram efetuadas melhorias em todos os tópicos citados nos documentos dos anos anteriores (GAZETA DE PIRACICABA, 19/02/1905, 23/02/1905, 22/01/1908, 23/01/1908, 24/01/1908, 28/01/1908, 29/01/1908).

Todo esse desenvolvimento descrito pelo executivo municipal vinha acompanhado de finanças equilibradas, fato que reverberava pelo estado de São Paulo:

Diversas e illustres Camaras Municipaes de outros prosperos municipios deste estado solicitam das nossas repartições municipaes as precisas informações sobre serviços publicos, que se acham perfeitamente organizados em Piracicaba e podem servir de normas ás admininstrações prudentes, que querem applicar cautelosamente os dinheiros públicos e que se tornam, por isso, dignas de louvores. Não ha muito tempo, Piracicaba recebeu, na illustre Camara dos Deputados, referencias encomiasticas e merecidas, de nobres representantes de outros distritos eleitoraes (ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1908a, p. 1).

A fama de Piracicaba também repercutia no exterior, L. S. Rowe da Universidade da Pensilvânia e presidente da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais, ao avaliar os avanços que a República trouxe ao Brasil, destacou em especial o estado de São Paulo pelo seu crescente desenvolvimento. Ele citou Piracicaba como um município, dentro das devidas proporções, tão desenvolvido quanto a capital do estado. Dizia que as redes de água e esgoto a tornaram uma das mais confortáveis do estado e elogiava a quantidade de escolas ao explicitar que “d’estarte, Piracicaba tornou-se um centro de educação que, junto ás suas excellentes commodidades industriaes, fará dela uma das mais importantes cidades do Estado” (ADAMINSTRACÃO MUNICIPAL, 1908b, p. 1).

No final da década, a cidade era considerada limpa, arborizada, dotada de numerosos jardins e praças modelares, um magnífico teatro, quatro templos belíssimos, educação avançada

e diversas casas assistenciais. Tinha três serviços públicos que causava inveja às demais cidades paulistas - abastecimentos de água, luz e esgoto - além da beleza natural do rio Piracicaba e seu salto.

Apesar dos problemas econômicos enfrentados pelo país, principalmente em relação aos preços do café, mantinha-se no município o quadro geral da produção agrícola baseado na cana de açúcar e aguardente. A indústria local contava com 108 fábricas de diferentes tipos: tecidos, sapatos, bebidas, chapéus, cigarros de palha, charutos, preparados farmacêuticos e massas. O comércio, por sua vez, praticado principalmente por imigrantes, crescia paulatinamente (PERECIN, 2009; GAZETA DE PIRACICABA, 03/03/1909).

Todo esse desenvolvimento da 'pérola paulista' era ambientado por muitas festas religiosas, cívicas, culturais e atividades de lazer, a cidade contava com cinema, orquestra, bares, restaurantes e hotéis. Como parte da movimentada vida cultural e política local estavam diversas associações, que faziam seus próprios eventos e ações, e também participavam das festas e comemorações cívicas da cidade.

Como exemplo, estão as associações de imigrantes portugueses (Sociedade Beneficente Portuguesa), espanhóis (Grêmio Beneficente Espanhol), italianos (Sociedade XX de Setembro, Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Grêmio Victorio Alfieri) e sírios (Agremiação Síria). Havia outras como o Grêmio Literário, Círculo Socialista Avanti, Associação Antonio Bento formada por negros, Club Piracicabano, Sociedade Iracema, Cooperativa Agrícola da Vila Rezende e Sociedade Beneficente Operária e Cooperativa do Monte Alegre (GAZETA DE PIRACICABA, 04/05/1902, 08/05/1902, 15/05/1902, 21/09/1902, 04/12/1902, 01/04/1906; PERECIN, 2009).

Essa evolução de Piracicaba veio acompanhada da expansão da educação por todo o território do município. Havia numerosas escolas primárias estaduais e municipais, dois Grupos Escolares, a Escola Complementar e a escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz. A iniciativa privada mantinha diversas instituições de diferentes tipos e variado público alvo, inclusive a Universidade Popular de Piracicaba, a qual ministrava conferências, cursos e saraus. Devido a isso, "tornou-se procedente o chamamento de Ateneu Paulista atribuído a Piracicaba por Roberto Capri em seu famoso Livro d'Ouro de 1911" (PERECIN, 2009, p. 14).

Consta que, em 1912, Piracicaba era o quinto município em número de habitantes do estado de São Paulo e proporcionalmente a segunda em educação, estando somente atrás da Capital. Se comparado a Campinas, com o dobro da população de Piracicaba, esta era a terceira nesse quesito. A edilidade nesse período aplicava um sexto (1/6) de suas rendas em educação, mais que qualquer outra municipalidade paulista (PERECIN, 2009).

No tocante à evolução demográfica, a ampliação se deu tanto nos bairros rurais quanto na cidade. Os dados encontrados resultam de recenseamentos feitos pela câmara municipal e são referentes aos anos de 1900, 1907 e 1910. Com o intuito de permitir melhor visualização foi elaborada a Tabela 22.

Tabela 22 – Número de casas na cidade, população da cidade e do município de Piracicaba nos anos 1900-1907-1910.

|                                  | 1900   | 1907   | 1910   |
|----------------------------------|--------|--------|--------|
| <b>Número de casas na cidade</b> | 2.092  | -      | 3.060  |
| <b>População da cidade</b>       | 11.060 | 16.000 | 18.000 |
| <b>População do município</b>    | 33.000 | 36.000 | 40.000 |

‘-’ – Significa que não foram encontrados os referidos dados. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 21/03/1907, 24/01/1908; PERECIN, 2009; LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900; RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902.

Os dados demonstram que, ao se comparar o crescimento da população do município do início dos anos 1890 para 1900, a variação percentual foi de 28,27%, enquanto entre 1900 e 1910 o aumento foi de 21,21%. Assim, observa-se que, apesar da população continuar se expandindo numericamente, houve refreamento na taxa de crescimento.

A relação entre a população da cidade e rural demonstra um processo de urbanização do município, em 1900 a quantidade de habitantes urbanos era de 33,51% e rural 66,49%, ao passo que no ano de 1910 a proporção mudou para 45% na área urbana e 55% nos bairros rurais. Mas, mesmo com o crescimento de variação percentual da população urbana de 62,74%, o número de casas ou construções na cidade não acompanhou esse aumento ao apresentar uma taxa de 46,27%, ou seja, o adensamento populacional fora maior que a expansão da área urbana.

Quanto às características da população da cidade o censo de 1900 é o único que apresenta pormenores. Dos 11.060 habitantes da cidade, 8.054 eram brasileiros e 3.006 estrangeiros: africanos – 6; alemães – 129; árabes – 102; argentinos – 11; austríacos – 18; belgas – 23; dinamarqueses – 2; escoceses – 1; franceses – 45; espanhóis – 387; holandeses – 1; ingleses – 4; italianos – 2.064; polacos – 1; portugueses – 225; russos – 3; suíços – 14. Observa-se que, 27,17% eram estrangeiros e que a colônia italiana apresentava superioridade, ao

representar 68,66% dos imigrantes. No tocante ao sexo, 5.207 eram masculino e 5.853 feminino, o que indica um equilíbrio.

Em relação à proporção por idade na cidade segue os dados: 1 a 10 anos – 2.316; 10 a 20 anos – 2.519; 20 a 30 anos - 2.174; 30 a 40 anos – 1.978; 40 a 50 anos – 979; 50 a 60 anos – 718; 60 a 70 anos - 261; 70 a 80 anos – 75; 80 a 90 anos – 13; 90 a 100 anos – 6; 100 a 110 anos – 1. Percebe-se que, a população seguia o padrão do país nesse período, sendo formada principalmente pela parcela de 1 a 40 anos.

No que diz respeito à escolarização, os dados demonstram que, em 1900, havia 2.362 crianças e jovens em idade escolar, dos quais 1.785 frequentavam a escola e 577 não. Se considerar as informações como confiáveis, tem-se uma taxa de 75% de atendimento no perímetro urbano, que pode ser considerada elevada para os padrões da época.

Entende-se que, o dado sobre alfabetizados deve ser observado com cautela, pois indica que a taxa de alfabetização dos 11.060 habitantes da cidade resultou em 5.555 que sabiam ler e escrever e 5.505 que não. Ou seja, metade da população seria alfabetizada, entretanto não se especifica qual seria o nível de leitura e escrita dos que se consideravam alfabetizados. Outra questão nesse quesito seria a dos imigrantes, pois, segundo Ferraro (2009), muitos destes vinham alfabetizados de seus países, o que fez com que repentinamente aumentasse em alguns estados e municípios brasileiros essa taxa.

O panorama apresentado acima demonstra que de 1900 a 1910 Piracicaba prosperara em diferentes áreas, como urbanização, economia, educação e cultura. Entretanto, não se pode deixar de considerar, como explicita Lefebvre (2000), que todo esse processo da produção do espaço local, vem acompanhado de tensões entre as representações de diferentes grupos. A expansão de um município nunca se dá de uma forma simples, sendo motivada por ações tanto conscientes, quanto inconscientes que envolvem aspectos:

[..] de costumes e leis, de idéias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições (superestruturas). As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço (p. 46).

Ainda, segundo o autor (LEFEBVRE, 2000), esse movimento de desenvolvimento de uma cidade vem acompanhado da adaptação de códigos voltados a produzir discursos adequados à organização urbana. Tais códigos estão diretamente atrelados às relações de poder e ao papel das diferentes instituições que compõem a sociedade, em uma sobreposição de

elementos. Dessa forma, é dentro dessa concepção que será apresentado a seguir a configuração da câmara municipal de Piracicaba entre 1900 e 1910.

### **3.4.2 Câmara Municipal de Piracicaba**

Assim como o modelo de análise desenvolvido nas duas seções anteriores desta pesquisa, os dados apresentados a seguir foram pesquisados entre 1900 e 1910 no jornal Gazeta de Piracicaba e em documentos da Câmara Municipal de Piracicaba - Livros de Atas, Livros de Leis e Resoluções, Livros de Ofícios, Livros de Orçamento e Balancetes e Livros de Relatórios. Serão abordadas a dinâmica de funcionamento da câmara, as temáticas mais discutidas e a atenção dada aos assuntos educacionais.

Como o volume de dados é extenso, optou-se por separar as iniciativas da câmara municipal em três diferentes tópicos com a intenção de melhor compreender o que ocorreu nesse recorte temporal. Em um primeiro momento, é traçado o contexto político e a dinâmica interna de poder na câmara, com o intuito de demonstrar quais eram os personagens que participavam do governo local e como se deram a execução das sessões. A seguir são apresentadas tanto as discussões das sessões, quanto as ações dos camaristas em relação à iniciativa da própria edilidade, demandas de habitantes e professores, e deveres impostos pelo governo provincial.

#### **3.4.2.1 Características das diferentes gestões de 1900 a 1910**

Considera-se que, para compreender a dinâmica interna da Câmara Municipal de Piracicaba entre os anos de 1900 a 1910, é necessário apresentar os conflitos políticos pelos quais o estado de São Paulo passou. Em 1901, com as eleições e preparações para a troca de governos federal e estaduais, e uma proposta de reforma da Constituição do Estado de São Paulo, o Partido Republicano Paulista já não se mostrava unido como antes.

As discordâncias chegaram ao cume em setembro de 1901, quando o partido sofreu uma cisão e se dividiu entre governistas e dissidentes. Como parte deste último grupo estavam os chefes republicanos piracicabanos, os irmãos Prudente e Manoel de Moraes Barros (PEIXOTO, 1990).

Outro fator que alteraria a política local foi a morte de Prudente (03/12/1902) e Manoel Moraes de Barros (20/12/1902) em dezembro de 1902. Seus herdeiros políticos, os irmãos Paulo Moraes de Barros e Antonio Moraes de Barros, filhos de Manoel, e João Domingues Sampaio passaram a defender os interesses de Piracicaba nos níveis local, estadual e federal. Durante esse período os dissidentes foram maioria, por algumas vezes absoluta, na Câmara

Municipal de Piracicaba, e lidavam com a oposição governista e uma parcela ainda existente de monarquistas capitaneados pelo Barão de Rezende (GAZETA DE PIRACICABA, 09/02/1902, 01/05/1902, 22/06/1902).

Todavia, o governo estadual era dirigido pelos governistas, o que gerou vários conflitos e disputas em torno de verbas e ações em Piracicaba. Em 1902, a Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados dera parecer contrário ao pedido para a construção do edifício do segundo Grupo Escolar da cidade. Em protesto, o proponente do pedido, Antonio Moraes de Barros, reclamou em sessão da Assembleia:

Sobre o mesmo produziu ante-hontem aquelle nosso talentoso conterrâneo, na Camara, substancioso discurso. Nelle annulou o dr. Antonio de Moraes, com argumentos solidos os motivos que se poderiam invocar como justificativa a esse parecer. Mas o sr. Rubião Junior – o leader do governo – não quer que essa emenda passe e ella será tombada. O interesse publico, ainda uma vez, será sacrificado á politicagem (EMENDA REJEITADA, 1902, p. 2).

Outro fato que também ocorreu foram as constantes trocas de funcionários públicos estaduais do município de dissidentes por governistas, inclusive os diretores dos Grupos Escolares e docentes da Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz. Por exemplo, essas disputas repercutiram na falta de apoio à edilidade na instalação de uma linha de bonde que ligasse a Escola Agrícola à cidade. A situação gerou novamente protestos de Antonio de Moraes Barros na Assembleia Estadual (GAZETA DE PIRACICABA, 30/07/1903). Essa década findou com mais uma crise no Partido Republicano Paulista, ao surgir mais um bloco, o Partido Republicano Conservador, mas em Piracicaba o Partido Republicano Dissidente ainda era predominante (PERECIN, 2009).

Toda essa situação entre os políticos do Partido Republicano Paulista pode ser compreendida, de acordo com o entendimento de Norbert Elias (HENRY, 2001), como uma rivalidade entre pretendentes de poder que pertencem a uma elite “que vêem a política como um prolongamento natural de sua dominação social” (p.158). Entretanto, esse processo é permeado por uma cadeia de interdependências múltiplas, onde os rivais agem dentro de suas próprias esferas. Assim, as condições da prática do poder estavam diretamente imbricadas nas “condições do desenrolar da rivalidade” (p. 160), em um contexto de busca de colaboradores e defesa de um grupo contra outro.

É dentro desse cenário que serão apresentadas as principais características das diferentes gestões de 1900 a 1910. O período se iniciou com a edilidade formada pelos republicanos Pedro Alexandrino Almeida, Paulo de Moraes Barros, Aquilino José Pacheco, Francisco O. Ferraz,

Amador Pacheco, Theodolindo Mendes, e os monarquistas Francisco A. de Almeida Morato e Barão de Rezende.

O chefe republicano Paulo de Moraes Barros era presidente da casa, tendo como vice Pedro Alexandrino de Almeida e intendente Aquilino José Pacheco. Em janeiro de 1901, Paulo de Moraes Barros foi reeleito presidente, como vice ficou Theodolindo de Arruda Mendes e foi reeleito o intendente Aquilino José Pacheco (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1901).

Em 16 de dezembro de 1901, foram eleitos os vereadores que atuariam no triênio 1902-1905, a saber: João Baptista da Silveira Mello – médico; José Gabriel Bueno de Mattos – capitalista; Tenente Cel. Aquilino José Pacheco – fazendeiro; Dr. Manoel da Silveira Correa – advogado; Dr. Paulo de Moraes Barros – médico; Manoel Ferraz de Camargo – fazendeiro; e Zeferino Chaves – farmacêutico. Dessa vez todo o corpo da câmara municipal foi formado por republicanos dissidentes. Em janeiro de 1902, foi eleito novamente para presidente Paulo de Moraes Barros, João Baptista Silveira Mello vice e Manoel Ferraz de Camargo intendente (GAZETA DE PIRACICABA, 01/01/1902, 09/01/1902).

No dia 04 de maio de 1902, Zeferino Chaves renunciara ao cargo de vereador e na nova eleição os dissidentes como governavam sem nenhum adversário direto na câmara optaram por não apresentar candidato, os governistas também não, pois seriam minoria. Então, o Partido Monarquista apresentou o advogado Francisco A. de Almeida Morato, o qual apesar das divergências políticas tinha boa relação com os integrantes da corporação, sua eleição ocorreu em 30 de junho (GAZETA DE PIRACICABA, 05/06/1902, 22/06/1902, 29/06/1902, 03/07/1902).

Em 1903, as mesmas pessoas foram eleitas para presidente, vice e intendente. Tal fato ocorrera também em 1904, todavia os eleitos disseram que já estavam há muito tempo no cargo e era preciso mudança na gestão. Em nova eleição, João Baptista da Silveira Mello ficou como presidente, Manoel Ferraz de Camargo vice e Aquilino José Pacheco intendente. Em julho, o vereador José Gabriel Bueno de Mattos falecera, como havia eleições marcadas para o final do ano o cargo ficara vago (GAZETA DE PIRACICABA, 14/01/1903, 05/01/1904, 27/07/1904).

No ano de 1905, a câmara municipal iniciara os trabalhos com nova configuração, os vereadores mais votados foram os republicanos Paulo de Moraes Barros, Coriolano Ferraz de Vasconcellos, Joaquim Pinto de Almeida, Fernando Febeliano da Costa, Adolpho Nardy de Vasconcellos e Manoel Ferraz de Camargo. Os dois com menor quantidade de votos foram os monarquistas Barão de Rezende e Francisco A. de Almeida Morato.

Nesse ano, a presidência ficou a cargo de Adolpho Nardy de Vasconcellos, como vice Manoel Ferraz de Camargo e intendente Fernando Febeliano da Costa. Em maio, Adolpho Nardy de Vasconcellos faleceu e em seu lugar foi eleito Manoel da Silveira Corrêa - republicano dissidente e fazendeiro, o qual assumiu a presidência da casa (GAZETA DE PIRACICABA, 01/11/1904, 08/01/1905, 31/05/1905, 07/06/1905, 11/07/1905).

O ano de 1906 começara com a mesma configuração no comando da câmara. Paulo de Moraes Barros, que já havia se ausentado no ano anterior por alguns meses, pediu licença durante todo o primeiro semestre para acompanhar sua esposa em tratamento de saúde no exterior. Foi a primeira vez em décadas que um membro de sua família não atuaria diretamente nas decisões da edilidade. Em 1907, a composição da câmara continuava igual e Paulo de Moraes Barros reassumiu seu cargo, no final do ano houve nova eleição (GAZETA DE PIRACICABA, 03/01/1906, 14/12/1907).

Como resultado da eleição, assumiram, em janeiro de 1908, os vereadores: José Ferreira da Silva, Alfredo José Cardoso e Ignacio Florencio da Silveira – republicanos governistas; Paulo de Moraes Barros, Fernando Febeliano da Costa, Joaquim Pinto de Almeida, Manoel da Silveira Corrêa, Manoel Ferraz de Camargo e Aquilino José Pacheco – republicanos dissidentes; e Francisco A. de Almeida Morato – monarquista.

Observa-se que, dessa vez a câmara estava representada por três diferentes partidos e foi a primeira vez que os governistas conseguiram se eleger. Os dissidentes como eram maioria continuavam a chefiar a câmara, como presidente esteve Manoel da Silveira Corrêa, vice Aquilino José Pacheco e para o cargo de prefeito, nova denominação para intendente, Fernando Febeliano da Costa (GAZETA DE PIRACICABA, 14/12/1907).

Em 1909, a conformação da liderança da edilidade continuara igual. Entretanto, como Paulo de Moraes Barros fora eleito deputado federal e na época era permitido acumular os dois cargos, ele passou a se dividir entre a capital do país e Piracicaba. Outra mudança ocorreu com a renúncia dos três vereadores governistas no mês de junho, o que resultou em nova eleição. Os novos camaristas eleitos foram: Torquato da Silva Leitão, João Baptista Bueno de Mattos e Pedro de Camargo, os quais tomaram posse em agosto, todavia não foi encontrado nas fontes a qual partido eles pertenciam (GAZETA DE PIRACICABA, 05/01/1909, 24/04/1909, 06/07/1909, 18/08/1909).

No ano de 1910, a composição do governo da edilidade se manteve inalterada, com a única novidade do cargo de vice-prefeito na pessoa de Manoel Ferraz de Camargo. Nas eleições do final desse ano, foram eleitos Fernando Febeliano da Costa, Paulo de Moraes Barros, Manoel da Silveira Correa, Aquilino José Pacheco, Antonio Correa Ferraz, João Alves Correa de

Toledo, Padua Prado, Coriolano Ferraz do Amaral, Guilherme Cesar de Mattos e Nhonhô Padre. A égide do Partido Republicano Dissidente continuara, o que rendeu festas com desfile e banda pela cidade (GAZETA DE PIRACICABA, 04/01/1910, 01/11/1910).

Assim, identifica-se que nesse quadro de vereadores, entre 1900 e 1910, houve a participação de três diferentes partidos políticos – Partido Republicano Dissidente, Partido Republicano Governista e Partido Monarquista, sendo que os dissidentes foram maioria por todo o período. Quanto ao perfil dos camaristas havia fazendeiros, empreendedores, capitalistas, médicos e advogados.

Nesse cenário político local, permeado por desavenças irrompidas em nível estadual, que afetaram diretamente a dinâmica interna da Câmara Municipal de Piracicaba, é possível perceber, como afirma Santos (2006), que no espaço circunscrito de um município apesar das influências externas há um cotidiano compartilhado onde “cooperação e conflito são a base da vida em comum” (p. 218).

Como apresentado anteriormente, apesar das discordâncias políticas em Piracicaba, houve uma comunhão em prol da continuidade do desenvolvimento do município devido a um processo de territorialização política. Segundo Santos (2006), é preciso ter em mente que independente das relações com outros níveis de poder ou internas:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

Entende-se que tais paixões, espontaneidade e criatividade podem ser mensuradas em como se deram as decisões da edilidade em relação às diferentes áreas da administração municipal. Serão expostas a seguir as sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação.

#### **3.4.2.2 Sessões da câmara municipal que abordaram a temática educação**

No que diz respeito às sessões da câmara municipal que trataram do tema educação, em um primeiro momento serão apresentadas quantas foram. Para melhor compreensão se a quantidade foi significativa, a temática educação será comparada com outros temas discutidos pelos camaristas, o mesmo será efetuado no quesito dos gastos por área. A seguir, demonstrar-se-ão as sessões que trataram do tema educação a partir de três eixos: iniciativa da edilidade, demanda de habitantes e professores, e do governo provincial.

Diferente dos períodos anteriormente pesquisados, o tema obras públicas não foi o mais discutido pelos camaristas. No período entre 1900 e 1910, o tópico educação se destacou ao ser o mais tratado em nove dos 11 anos. A leitura das atas da câmara municipal revelou que em segundo lugar estavam as seguintes temáticas, as quais se alternaram no decorrer dos anos: obras públicas, abastecimento de água, iluminação pública e impostos (Conjunto 1).

Enquanto os menos abordados foram: eleição, regularização do comércio, limpeza pública e construção ou manutenção de pontes e estradas (Conjunto 2). Houve outros temas que foram discutidos somente uma ou duas vezes por ano e por isso excluídos da presente análise.

Com o intuito de permitir a visualização e entendimento dos dados, a Tabela 23 demonstra a quantidade de sessões acerca de cada um desses conjuntos. Em cada ano, apresenta-se o número de sessões do tema que mais se destacou dentro de cada um desses grupos.

Tabela 23 – Dentro do total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, comparação entre os temas mais e menos abordados no período de 1900 a 1910.

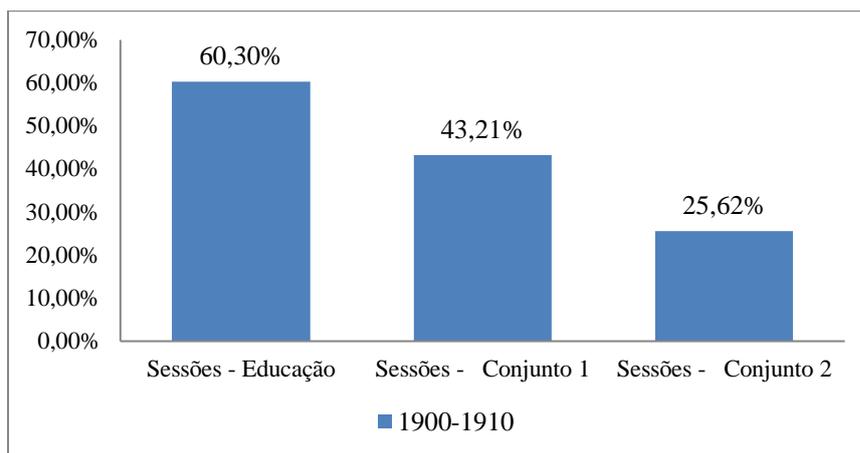
|                                | 1900 | 1901 | 1902 | 1903 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 | 1908 | 1909 | 1910 | Total      |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------|
| <b>Total de sessões no ano</b> | 14   | 17   | 19   | 29   | 16   | 15   | 20   | 18   | 19   | 17   | 15   | <b>199</b> |
| <b>Sessões – Educação</b>      | 5    | 11   | 9    | 12   | 9    | 14   | 9    | 14   | 13   | 12   | 12   | <b>120</b> |
| <b>Sessões – Conjunto 1*</b>   | 9    | 6    | 8    | 13   | 7    | 6    | 9    | 10   | 6    | 8    | 4    | <b>86</b>  |
| <b>Sessões – Conjunto 2**</b>  | 5    | 5    | 5    | 7    | 4    | 2    | 3    | 5    | 5    | 7    | 3    | <b>51</b>  |

‘\*’ Conjunto 1 - obras públicas, abastecimento de água, iluminação pública e impostos; ‘\*\*’ Conjunto 2 - eleição, regularização do comércio, limpeza pública e construção ou manutenção de pontes e estradas. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

A partir dessa comparação, nota-se que dentro do total de 199 sessões que ocorreram entre 1900 e 1910, a temática educação foi abordada em 120 (60,30%). Alguns tópicos se alternaram em segundo lugar, como obras públicas, abastecimento de água, iluminação pública e impostos, os quais ocuparam 86 sessões (43,21%). Os temas menos discutidos - eleição, regularização do comércio, limpeza pública e construção ou manutenção de pontes e estradas –

estiveram presentes em 51 sessões (25,62%). Para melhor compreensão dos dados, foi construído o Gráfico 9 com as respectivas percentagens.

Gráfico 9 – Comparação percentual das sessões da Câmara Municipal de Piracicaba relativas aos temas mais e menos abordados no período de 1900 a 1910.



Conjunto 1 - obras públicas, abastecimento de água, iluminação pública e impostos; Conjunto 2 - eleição, regularização do comércio, limpeza pública e construção ou manutenção de pontes e estradas. Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

Quando comparado aos períodos anteriores, identifica-se que, no tocante ao total de sessões, houve decréscimo de 18,10%. O assunto obras públicas, que foi mais discutido pelos camaristas de 1880 a 1899, entre 1900 e 1910 passou a fazer parte do grupo entre os segundos temas mais abordados. Se contraposto aos anos 1890 ocorreu uma diminuição de 55,20%. Os temas debatidos em menor quantidade tiveram uma queda de 67,30%. Ao passo que, o tópico educação apresentou aumento da taxa de variação percentual de 84,61% frente aos anos 1890.

Mesmo ao levar em conta a diminuição geral do número de sessões, a edilidade passou proporcionalmente a dar menos atenção aos aspectos da urbanização da cidade em relação à educação. Entende-se que, isso demonstra uma nova racionalidade no que diz respeito às prioridades do desenvolvimento local.

Todavia, quando se confronta esses dados com os gastos da câmara municipal por área, observa-se um paradoxo, pois como será apresentado a seguir, mesmo com o aumento de verba para educação, as áreas de urbanização e obras públicas continuavam a receber os maiores aportes das finanças municipais.

Tabela 24 – Comparação entre o total de gastos anuais da Câmara Municipal de Piracicaba com os maiores e menores valores despendidos e verba para educação, no período de 1900 a 1910.

|              | <b>Total de despesas</b> | <b>Maiores gastos*</b> | <b>Menores gastos**</b> | <b>Educação</b>     |
|--------------|--------------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|
| <b>1900</b>  | 338:780\$386             | 82:442\$600            | 4:000\$000              | 5:400\$000          |
| <b>1901</b>  | 269:300\$000             | 51:375\$372            | 2:400\$000              | 9:165\$000          |
| <b>1902</b>  | 297:100\$000             | 74:652\$872            | 1:000\$000              | 9:788\$220          |
| <b>1903</b>  | 374:016\$000             | 63:182\$043            | 1:000\$000              | 18:900\$000         |
| <b>1904</b>  | 290:363\$196             | 106:795\$111           | 4:500\$000              | 45:200\$000         |
| <b>1905</b>  | 236:929\$585             | 82:610\$000            | 6:600\$000              | 16:350\$000         |
| <b>1906</b>  | 244:097\$196             | 83:599\$961            | 2:119\$735              | 26:100\$000         |
| <b>1907</b>  | 235:297\$196             | 71:986\$796            | 5:000\$000              | 18:600\$000         |
| <b>1908</b>  | 300:500\$000             | 103:902\$100           | 7:560\$000              | 19:000\$000         |
| <b>1909</b>  | 290:570\$000             | 107:868\$050           | 5:000\$000              | 22:600\$000         |
| <b>1910</b>  | 418:488\$069             | 104:072\$222           | 2:640\$000              | 29:086\$300         |
| <b>Total</b> | <b>3.295:441\$242</b>    | <b>932:487\$127</b>    | <b>41:819\$735</b>      | <b>219:469\$520</b> |

\* Maiores gastos - obras públicas, pagamento de apólices, implantação e expansão da rede de esgoto; \*\* Menores gastos – subvenções, eventuais, apólices, música no jardim, juros e limpeza urbana. Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

No que diz respeito ao total de despesas da edilidade, entre 1900 e 1910, houve aumento de 72,96% em relação ao período anterior. Considera-se que, isso reflete o desenvolvimento crescente do município, o qual proporcionou maior arrecadação de impostos e, conseqüentemente, o incremento dos cofres públicos.

Os tópicos obras públicas, pagamento de apólices e implantação e expansão da rede de esgoto na cidade se alternaram entre os anos 1900 e 1910 como os que mais receberam verbas

e representam 28,28% do total de gastos desse período. Se comparar essa quantia com a encontrada nos anos 1890 o crescimento de variação percentual foi de 131,26%, o que demonstra um aumento proporcional maior que o ocorrido no volume total de despesas da câmara.

Os menores gastos - subvenções, eventuais, apólices, música no jardim, juros e limpeza urbana - apesar de representarem apenas 1,24% do total, tiveram crescimento de 720% em relação aos anos 1890. A área da educação compôs 6,64% do total de gastos, mas ao mesmo tempo, em comparação com os anos 1890 teve um aumento de 110,57% no aporte de verba. Pondera-se que, embora a área de educação tenha proporcionalmente o menor aumento em relação às outras temáticas se comparado ao período anterior, esse crescimento é relevante frente aos relatos já expostos anteriormente, de que poucas edilidades no estado estavam dispostas a investir em educação. Com o objetivo de demonstrar como a verba destinada à educação foi dispendida segue a Tabela 25.

Tabela 25 – Especificação dos gastos com educação pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

|             | <b>Escolas municipais</b> | <b>Escolas estaduais</b> | <b>Subvenção</b> | <b>Salário inspetor</b> | <b>Material didático</b> | <b>Eventuais</b> | <b>Total</b>       |
|-------------|---------------------------|--------------------------|------------------|-------------------------|--------------------------|------------------|--------------------|
| <b>1900</b> | 4:800\$000                | -                        | 600\$000         | -                       | -                        | -                | <b>5:400\$000</b>  |
| <b>1901</b> | 7:260\$000                | 1:305\$000               | 600\$000         | -                       | -                        | -                | <b>9:165\$000</b>  |
| <b>1902</b> | 8:000\$000                | 1:188\$220               | 600\$000         | -                       | -                        | -                | <b>9:788\$220</b>  |
| <b>1903</b> | 8:000\$000                | 10:000\$000              | 600\$000         | -                       | 300\$000                 | -                | <b>18:900\$000</b> |
| <b>1904</b> | 12:000\$000               | 30:720\$000              | 1:800\$000       | -                       | -                        | 680\$000         | <b>45:200\$000</b> |

continua

conclusão

|              |                     |                    |                    |                   |                 |                   |                     |
|--------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|---------------------|
| <b>1905</b>  | 12:900\$000         | 720\$000           | 2:050\$000         | -                 | -               | 680\$000          | <b>16:350\$000</b>  |
| <b>1906</b>  | 15:600\$000         | 7:500\$000         | 2:400\$000         | -                 | -               | 600\$000          | <b>26:100\$000</b>  |
| <b>1907</b>  | 15:600\$000         | -                  | 2:400\$000         | -                 | -               | 600\$000          | <b>18:600\$000</b>  |
| <b>1908</b>  | 15:600\$000         | -                  | 2:400\$000         | -                 | -               | 1:000\$000        | <b>19:000\$000</b>  |
| <b>1909</b>  | 17:400\$000         | -                  | 1:800\$000         | 2:400\$000        | -               | 1:000\$000        | <b>22:600\$000</b>  |
| <b>1910</b>  | 17:400\$000         | 5:486\$300         | 2:800\$000         | 2:400\$000        | -               | 1:000\$000        | <b>29:086\$300</b>  |
| <b>Total</b> | <b>133:660\$000</b> | <b>56:919\$520</b> | <b>18:050\$000</b> | <b>4:800\$000</b> | <b>300\$000</b> | <b>5:560\$000</b> | <b>219:469\$520</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

No tocante ao total de gastos com educação, entre 1900 e 1910, percebe-se um crescimento geral, o ano de 1904 foi o que apresentou maior discrepância, devido ao dinheiro destinado à construção do Grupo Escolar Moraes Barros. A variação percentual de crescimento de 1900 para 1910 foi de 480%, taxa menor em relação à encontrada no decorrer dos anos 1890 (571,42%). Nota-se que, surgiram temas novos, como subvenção a estabelecimentos privados, salário do inspetor municipal de ensino, material didático e uma quantia disponível para extraordinários ou eventuais que surgissem durante o ano.

Devido ao aumento do número de instituições de ensino municipais e a manutenção de duas escolas provisórias estaduais, o montante desembolsado para manter esses estabelecimentos e pagar seus professores somou 60,73% do total. Quantidade superior à gasta com o único estabelecimento de ensino desse tipo nos anos 1890 (10,57%). Todavia, o salário dos professores frente aos outros funcionários municipais ainda era um dos mais baixos, apenas maior que o do responsável pelo jardim da igreja matriz e do encarregado por manter o relógio da matriz.

Em relação à aplicação de verba em instituições de ensino estaduais, que inclui construção e reforma de prédios, estas atingiram 26,02% do total, quantidade muito inferior a despendida nos anos 1890 (89,42%). As subvenções em 1910 atenderam a três estabelecimentos privados beneficentes ou gratuitos e resultaram em 8,21% do total.

Os menores gastos foram com: salário do inspetor municipal de ensino (2,40%) a partir de 1909, cargo imposto pelo governo estadual; dispêndios com extraordinários e eventuais a partir de 1904, que somaram 2,28% do total; e verba para compra de material didático, menor valor da área (0,13%). Entende-se que, essa discussão em torno das temáticas discutidas pela edilidade e também em quais delas se deram os maiores investimentos pode ser analisada de acordo com algumas colocações de Norbert Elias (BURGUIÈRE, 2001).

Elias explica que a concepção de modernização da sociedade não advém somente da infraestrutura econômica ou urbana, mas também de “um processo de racionalização que afeta as mentalidades e o dispositivo social” (BURGUIÈRE, 2001, p. 104). O crescente interesse dos políticos locais pela educação em Piracicaba alicerçou-se na transformação das estruturas estatais em seu território, que veio acompanhada de mudanças também nas estruturas mentais não apenas deles, mas da sociedade em geral.

Entende-se que, o investimento em criar sua própria rede de ensino, ao invés de focar prioritariamente em instituições estaduais entre 1900 e 1910, pode ser considerado significativo perante a pouca verba empreendida nos períodos anteriores. Para a análise das sessões sobre educação entre 1900 e 1910, assim como nos anos 1880 e 1890, optou-se por seccioná-las em três conjuntos: iniciativa dos vereadores, demanda de habitantes e professores, e do governo provincial. A tabela 26 demonstra as quantidades de sessões de acordo com cada um desses grupos entre os anos de 1900 e 1910.

Tabela 26 – Dentro da quantidade total de sessões da Câmara Municipal de Piracicaba que trataram do tema educação, quais ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes e professores, e do governo estadual no período de 1900 a 1910.

|   | 1900     | 1901      | 1902      | 1903      | 1904      | 1905      | 1906      | 1907      | 1908      | 1909      | 1910      | Total      |
|---|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| <b>Sessões - iniciativa dos vereadores</b>          | 4        | 9         | 4         | 7         | 5         | 8         | 4         | 7         | 3         | 6         | 4         | <b>61</b>  |
| <b>Sessões - demanda de habitantes/ professores</b> | 3        | 4         | 6         | 10        | 5         | 10        | 5         | 8         | 7         | 6         | 7         | <b>71</b>  |
| <b>Sessões - demanda do governo estadual</b>        | 0        | 2         | 5         | 2         | 2         | 3         | 2         | 3         | 1         | 2         | 2         | <b>24</b>  |
| <b>Total</b>  | <b>7</b> | <b>15</b> | <b>15</b> | <b>19</b> | <b>12</b> | <b>21</b> | <b>11</b> | <b>18</b> | <b>11</b> | <b>14</b> | <b>13</b> | <b>156</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

O total de sessões, apresentado na Tabela 26, não é o mesmo da soma de sessões sobre educação, posto que em vários casos houve mais de uma discussão acerca do tema por sessão, o que será evidenciado na análise de cada um desses três grupos. O aumento geral da quantidade de sessões frente aos anos 1890 foi de 84,61%, resultado consideravelmente menor que entre os anos 1880 e 1890 (333,33%).

As sessões que ocorreram por requisição de habitantes e professores voltam, assim como nos anos 1880, a ocupar o primeiro lugar com a taxa de 59,16% do total e o crescimento em relação aos anos 1890 foi de 380%, quantidade muito superior entre 1880 e 1890 (87,50%). As sessões por iniciativa dos camaristas representaram 50,83% do total, taxa parecida com os anos 1890 (49,23%), a variação de crescimento percentual foi de 90,62% em relação ao período anterior, quantia inferior frente ao aumento que houve entre 1880 e 1890 (1.500%). As sessões por demanda do governo estadual somam 20%, taxa mais baixa que a encontrada no período anterior (35,38%), enquanto o crescimento foi de 4,34% em relação aos anos 1890, percentagem significativamente menor que a encontrada entre 1880 e 1890 (360%).

As sessões por demanda de habitantes e professores, principalmente pelos primeiros, revelam uma mudança no comportamento da população em relação à educação. Nota-se que, os camaristas mantiveram o ritmo de discussões acerca da educação iniciado nos anos 1890, assim como as requisições do governo estadual. A partir do exame detalhado de como se deram todas essas sessões será possível compreender a especificidade dos temas educacionais abordados. Tratar-se-á a seguir, primeiramente, quais sessões do íterim de 1900-1910 que abarcaram o tema educação por iniciativa dos vereadores.

#### **3.4.2.2.1 Sessões que trataram de educação por iniciativa dos vereadores**

As sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, que abordaram temas ligados à educação por iniciativa própria dos vereadores entre 1900 e 1910, diferentemente dos anos 1890, mantiveram um padrão de quantidade no decorrer dos anos, com uma média de cinco por mês. Embora o crescimento total de sessões não tenha sido marcante, a quantidade de assuntos levantados foram o dobro do período anteriormente pesquisado.

O conjunto de 61 sessões abordaram 16 diferentes temáticas: subvenções; instalação de escolas; pedido de mais um Grupo Escolar ao estado; construção do edifício para o Grupo Escolar Moraes Barros; suspensão de escolas; verba para educação; salário do inspetor municipal de ensino; criação de escolas públicas; inauguração e linha de bonde para a Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz; mudança de local de escola; compra de material didático; nomeação e concurso de professores municipais; iluminação das escolas; programa de ensino

para escolas rurais; prêmios para os exames de final de ano nas escolas públicas; conversão de escola (de ambulante para isolada); e compra de mobília.

Com o objetivo de demonstrar quais desses temas receberam mais atenção dos camaristas, foi desenvolvida a Tabela 27. Entretanto, o resultado final da quantidade de sessões dessa tabela não é o mesmo de sessões totais, posto que em alguns casos a mesma sessão tratou de diferentes assuntos sobre educação.

Tabela 27 – Temáticas educacionais discutidas nas sessões que ocorreram por iniciativa dos vereadores no período de 1900 a 1910.

| <b>Temáticas</b>   | <b>Número de sessões</b> |
|--|--------------------------|
| <b>Verba para educação</b>   | 18                       |
| <b>Construção do Grupo Escolar Moraes Barros</b>                               | 13                       |
| <b>Criação de escolas públicas</b>   | 10                       |
| <b>Nomeação ou concurso de professores municipais</b>                          | 7                        |
| <b>Pedido de mais um Grupo Escolar ao estado</b>                               | 5                        |
| <b>Suspensão de escolas</b>  | 5                        |
| <b>Subvenções</b>  | 4                        |
| <b>Linha de bonde e inauguração da Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz</b> | 4                        |
| <b>Programa de ensino para as escolas rurais</b>                               | 3                        |
| <b>Salário do inspetor municipal de ensino</b>                                 | 2                        |
| <b>Instalação de escolas públicas</b>  | 2                        |

continua

conclusão

| <b>Temáticas</b>  | <b>Número de sessões</b> |
|---|--------------------------|
| <b>Compra de material didático para as escolas municipais</b>     | 2                        |
| <b>Prêmios para os exames e final de ano nas escolas públicas</b> | 2                        |
| <b>Mudança de local de escola</b>                                 | 1                        |
| <b>Iluminação de escolas públicas</b>                             | 1                        |
| <b>Compra de mobília para escolas municipais</b>                  | 1                        |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

Para demonstrar o que foi debatido sobre cada um desses assuntos, será apresentado em quais sessões se deram tais discussões. As verbas destinadas à área da educação foram as mais representativas e ocorreram quase sempre no final de cada ano, no decorrer dos debates para as Leis de Orçamento do ano seguinte (Apêndice A). Seguem as datas das sessões sobre este quesito: 15/12/1900, 25/11/1901, 09/12/1902, 13/12/1902, 18/11/1903, 07/12/1903, 07/11/1904, 13/12/1904, 23/10/1905, 06/11/1905, 20/11/1906, 14/12/1906, 02/12/1907, 20/12/1907, 21/10/1908, 15/11/1908, 07/11/1909, 20/11/1909 (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1909).

Os objetos de exame por parte dos vereadores em relação às verbas foram: salário de professores; criação e instalação de escolas municipais; aluguel e construção do Grupo Escolar Moraes Barros; e subvenções. Pedro Alexandrino de Almeida<sup>70</sup> sugeriu aumentar a verba anual de instrução pública de 4:800\$000 para 8:000\$000 (sessão de 25/11/1901). Paulo de Moraes Barros recomendou uma emenda na Lei de Orçamento para aumento de subvenção a uma escola privada, acréscimo no salário dos professores municipais, criação de quatro escolas em bairros rurais e diminuição dos extraordinários e eventuais (sessão de 18/11/1903) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1903).

<sup>70</sup> 10/10/1872 Piracicaba (SP) - final dos anos 1930 São Paulo (SP). Banqueiro e tenente. Desenvolveu em Piracicaba diversas ações em prol do bem estar coletivo ao atuar em instituições como a Santa Casa de Misericórdia e foi responsável pela criação do Asilo de Velhice e Mendicidade em 1906 (PFROMM NETTO, 2013).

Francisco A. de Almeida Morato fez proposituras nesse sentido em duas ocasiões. Em 1902, apresentou uma emenda para elevar a verba geral da instrução pública municipal, ao incluir o aluguel do edifício do Grupo Escolar Moraes Barros e suprimir a verba destinada à construção de um prédio para essa mesma instituição (sessão de 13/12/1902). Em 1903, por meio de outra emenda, propôs substituir uma escola que seria de bairro rural por outra localidade (sessão de 08/12/1903) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1903).

As 13 sessões sobre o Grupo Escolar Moraes Barros ocorreram entre os anos de 1901 e 1906 nas seguintes datas: 09/11/1901; 25/11/1901; 03/03/1902; 07/04/1902; 05/01/1903; 02/02/1903; 06/04/1903; 11/08/1904; 05/09/1904; 02/01/1905; 06/02/1905; 13/02/1905; 02/04/1906. No ano de 1901, decidiu-se construir uma área coberta para o recreio dos alunos ao lado do edifício que era alugado e Paulo de Moraes Barros propôs que a edilidade contribuísse com 30:000\$000 na construção de um prédio próprio para a escola (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1906).

Em 1902, houve mais duas proposições de Paulo de Moraes Barros, para o aluguel e reforma de mais um prédio, que possibilitasse a ampliação do número de classes do Grupo Escolar. No ano de 1903, todas as sessões estiveram voltadas à definição de verba para o início da construção do edifício que abrigaria a escola, inclusive por meio de lei (Apêndice A), pois sem o apoio do estado os camaristas decidiram fazê-lo por conta própria. A única exceção nesse ano foi a discussão de uma proposta da comissão responsável pelas homenagens a Manoel de Moraes Barros, que sugeriu dar o nome dele a essa instituição (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1903).

No ano seguinte, Francisco A. de Almeida Morato indicou o gasto de mais 20:000\$000 para a conclusão das obras, além de solicitação de mobília nova ao governo do estado. Em 1905, todas as propostas partiram de Paulo de Moraes Barros, a saber: renovar o pedido de mobílias ao governo do estado; solicitação ao estado de nova professora de trabalhos manuais e música, caso não fosse atendido a câmara arcaria com o salário desta; e doação do edifício ao estado. No ano de 1906, Manoel da Silveira Corrêa<sup>71</sup> sugeriu que a edilidade complementasse a verba necessária para a construção de um galpão ao lado da escola (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1906).

---

<sup>71</sup> Fazendeiro e advogado. Foi vereador em Piracicaba (SP) nos triênios 1902-1904, 1908-1910 e 1911-1913, também foi presidente da câmara e inspetor de ensino municipal (PFROMM NETTO, 2013).

No tocante à criação de escolas públicas, três das 10 sessões sobre essa temática foram pedidos ao governo do estado para a abertura de mais cadeiras isoladas. Paulo de Moraes Barros fez duas indicações para mais isoladas na cidade (sessões de 06/03/1905 e 05/03/1907) e o inspetor de ensino propôs que a escola ambulante se tornasse fixa (sessão de 05/08/1907) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905-1907).

Quanto à criação das 12 escolas públicas municipais que surgiram nesse período, quase todas se deram por meio de leis (Apêndice A), em alguns casos as escolas foram criadas por pedido de habitantes, o que será apresentado mais adiante. Nesse tópico estão as escolas que surgiram por iniciativa da edilidade. A escola masculina do bairro Campestre veio de uma proposição de Francisco A. de Almeida Morato (sessões de 10/03/1901, 11/04/1901 e 07/01/1902).

A escola mista municipal da cidade e a do bairro rural de Dois Córregos surgiram por indicação de Paulo de Moraes Barros (sessões de 06/03/1905, 15/05/1905 e 05/06/1905). A mista do bairro do Salto de Pederneiras foi sugestão de Fernando Febeliano da Costa<sup>72</sup> (sessão de 03/10/1910). Na proposta de orçamento para 1905 a comissão de finanças recomendou fechar escolas municipais nos bairros onde havia escolas estaduais, para que se pudesse abrir escolas em bairros rurais ainda não atendidos (sessão de 07/12/1904) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1910).

A nomeação ou concurso de professores municipais ocorreram em sete sessões. As discussões se iniciaram em 1906, quando Coriolano Ferraz do Amaral<sup>73</sup> propôs que o provimento das escolas não se realizasse mais por nomeação e sim concurso (sessões de 05/03/1906 e 02/04/1906). A proposta fora aprovada, mas somente em 1907 regularizada a partir de um plano do inspetor municipal de ensino João Domingues Sampaio, apresentado aos camaristas por Paulo de Moraes Barros (Apêndice A) (sessões de 04/03/1907, 01/04/1907 e 06/05/1907). Os primeiros concursos ocorreram em setembro de 1907, quando os vereadores determinaram onde seriam e quem faria parte das bancas de exame (sessões de 02/09/1907 e

---

<sup>72</sup> 16/10/1862 Sorocaba (SP) – 08/05/1940 São Paulo (SP). Empreendedor. Foi vereador em Piracicaba em 1905-1903 e 1917-1925, intendente e duas vezes prefeito desta edilidade, nesse cargo foi responsável por diversas e importantes melhorias urbanísticas da cidade (PFROMM NETTO, 2013).

<sup>73</sup> 30/07/1870 – 07/10/1949 Piracicaba (SP). Formado em medicina e fazendeiro. Trabalhou na Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba por 26 anos ocupando vários cargos. Além de vereador em Piracicaba na primeira década de 1900, foi deputado estadual (SP) 1916-1920 e eleito prefeito de Piracicaba pelo Partido Independente em 1926. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/coriolano-ferraz-do-amaral-2851/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

04/09/1907) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1906-1907).

Os pedidos ao governo do estado para a instalação de um terceiro Grupo Escolar na cidade se deram no decorrer desse período, todavia estes não eram atendidos, por causa dos conflitos políticos apresentados anteriormente. Em 1900, Amador de Campos Pacheco<sup>74</sup> fez uma proposta nesse sentido (sessão de 02/04/1900). No ano de 1902, em janeiro, (sessão de 07/01/1902) a solicitação foi reiterada, ação repetida em agosto (sessão de 04/08/1902) por indicação de Francisco de A. Almeida Morato. A próxima requisição seria efetuada em 1904 (sessão de 11/08/1904), por sugestão de Paulo de Moraes Barros. Em 1910, o prefeito Fernando Febeliano da Costa também propôs renovar o pedido (sessão de 11/08/1910) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

Devido a problemas de baixa frequência de alunos em quatro escolas municipais em bairros rurais, os vereadores, por indicação do inspetor municipal de ensino, decidiram como medida provisória suspender tais escolas até que fosse restabelecida a quantidade necessária. Por vezes o professor desses estabelecimentos era transferido para outras escolas, que estavam vagas. As discussões acerca dessa temática se deram nas sessões: 04/06/1900, 07/12/1904, 15/10/1908, 16/08/1909 e 08/11/1910 (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

As subvenções a três instituições de ensino privadas beneficentes ou gratuitas – Escola Igualitária Instrutiva, Escola da Sociedade Beneficente Operária e Escola Sagrado Coração de Jesus – foram concedidas a partir de leis (Apêndice A). Houve também debates acerca de auxílio para o Asilo de Órfãos Coração de Maria Nossa Mãe, que mantinha uma escola para meninas, mas não foi aprovado. Nesse quesito, dois vereadores, Francisco A. de Almeida Morato e Ignacio Florencio da Silveira<sup>75</sup>, fizeram propostas. As discussões se deram nas seguintes sessões: 08/04/1900, 06/07/1908, 15/10/1908 e 08/11/1909 (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1909).

---

<sup>74</sup> Fez parte do governo provisório de Piracicaba (SP) em 1891 e vereador do mesmo município de 1899 a 1901. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/22-amador\\_de\\_campos\\_pacheco](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/22-amador_de_campos_pacheco)>. Acesso em: 21 out. 2019.

<sup>75</sup> 10/10/1876 Cabreúva (SP) – 24/07/1968 São Paulo (SP). Fazendeiro. Em 1908 se alistou ao Partido Republicano Dissidente de Piracicaba (SP), nesse município foi vereador, inspetor municipal de ensino e presidente da comissão municipal de agricultura. Participou da Revolução Paulista de 1924, em 1925 deixou Piracicaba para exercer em Campinas (SP) o cargo de coletor federal de rendas e a seguir, em Pirassununga (SP) o de oficial do cartório de registro geral de hipotecas e logo depois se transferiu para o 13º registro de imóveis na capital paulista. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/196-ignacio\\_florencio\\_da\\_silveira](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/196-ignacio_florencio_da_silveira)>. Acesso em: 21 out. 2019.

Quanto às questões referentes à implantação de uma linha de bonde que ligasse a Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz à cidade, as propostas de pedido ao estado partiram de Paulo de Moraes Barros em 1901. Entretanto, como novamente as requisições não foram aceitas, devido às discordâncias entre executivo municipal e estadual, a câmara optou por iniciar os trabalhos à sua custa. Outro tópico discutido foi a festa de inauguração da escola e do edifício desta, também por indicação do mesmo camarista. As sessões sobre esse assunto se deram em: 31/08/1901, 07/10/1901, 09/11/1901 e 06/05/1907 (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1907).

O programa de ensino para escolas municipais de bairros rurais foi proposto pelo inspetor municipal de ensino João Domingues Sampaio e apresentado à câmara por Paulo de Moraes Barros no ano de 1907 (sessões de 04/03/1907, 01/04/1907 e 06/05/1907) e sua aprovação ocorreu por meio de lei (Apêndice A). A gratificação mensal ao inspetor municipal de ensino partiu de um projeto apresentado em 1909 por Ignacio Florencio da Silveira e Manoel Ferraz de Camargo<sup>76</sup> (sessão de 04/05/1909). A propositura fora aprovada por meio de lei (Apêndice A) no mesmo ano (sessão de 21/06/1909) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1907).

Sobre a instalação de escolas públicas em 1900, houve uma sessão em que o intendente informou ter sido instalada uma escola de bairro rural (sessão de 08/04/1900) e outra em que Francisco A. de Almeida Morato propôs que fosse logo instalada outra escola que fora criada, mas estava vaga (sessão de 02/04/1900). A compra de material de livros didáticos para as escolas públicas municipais partiu da propositura de José Gabriel Bueno de Matos em 1903, e novamente em 1906 (sessões de 07/07/1903 e 06/11/1906).

Em relação à verba para prêmios nos exames de final de ano, a indicação se deu pelo inspetor municipal de ensino (sessão de 05/10/1908), a proposta era para as escolas municipais, isoladas do estado e Grupos Escolares. Todavia, fora aprovado apenas para as municipais (sessão de 15/10/1908) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1908).

No rol de apenas uma sessão por tema está a representação ao governo do estado para a mudança de local de duas escolas isoladas da cidade (sessão de 07/04/1902). O Barão de Rezende indicou que todas as escolas públicas da cidade deveriam ter a mesma atenção quanto

---

<sup>76</sup> 03/09/1849-10/04/1940 Piracicaba (SP). Fazendeiro. Foi vereador em Piracicaba pelo Partido Republicano Dissidente de 1902 a 1910 e também ocupou os cargos de vice-prefeito e prefeito em 1902-1903, juiz de paz e membro da Comissão Municipal de Agricultura (PFRONM NETTO, 2013).

à iluminação externa (sessão de 05/03/1906) e Ignacio Florencio da Silveira propôs a compra de mobília para as escolas municipais (sessão de 04/05/1909).

Embora longa a exposição sobre esse assunto, julgou-se pertinente fazê-la para completar o quadro de comparação entre os três diferentes períodos analisados nessa pesquisa. Observa-se que, o total das 34 indicações ou propostas que partiram da iniciativa dos vereadores foram feitas por 12 camaristas. Paulo de Moraes Barros se destacou ao fazer 13 (38,23%) das proposituras e em segundo lugar esteve Francisco A. de Almeida Morato com nove (26,47%).

No resto do conjunto, dois vereadores fizeram duas indicações e os demais apenas uma. Apesar do crescimento não ser tão expressivo como o que ocorreu entre os anos de 1880 e 1890, nesses 11 anos, em relação ao período anterior, houve um aumento de variação percentual de 50% na quantidade de vereadores que fizeram propostas e de 112,50% no número de indicações. Outro ponto de destaque é que nesse período tanto republicanos, quanto monarquistas se dedicaram à área da educação.

Entende-se que, essa continuação na atenção dada à área da educação pelos políticos locais, inclusive, ao envolver partidos políticos diferentes, representa em Piracicaba, de acordo com as ideias de Santos (2007), uma conformação do desenvolvimento municipal na integração de significações culturais e territoriais, que inclui o processo de novas práticas sociais, nesse caso a importância da escolarização.

Lefebvre (2000) complementa esse conceito ao expor que essa pode ser considerada uma simultaneidade, na qual estão envolvidos “o mental e o cultural, o social e o histórico” (p. 06). Considera-se que, no caso de Piracicaba isso se dava na conjunção de elementos de diferentes esferas que se expandiam ao mesmo tempo, conforme apresentado anteriormente no contexto geral da cidade. Esse movimento vinha acompanhado de uma reestruturação do *habitus* mental não somente dos políticos, como da população, conforme será apresentado a seguir.

#### **3.4.2.2.2 Sessões que trataram de educação por demanda de habitantes e professores**

Nas sessões da Câmara Municipal de Piracicaba, que trataram da temática educação por demanda de habitantes, e professores públicos e particulares, foi possível identificar 17 requisições, o que representa um crescimento de 30,76% em relação ao período anterior. Aumento menor que entre 1880 e 1890, quando o avanço foi de 160%. A soma de demandas apresentadas a seguir não é a mesma da quantidade de sessões, pois em duas sessões houve três discussões e em nove sessões dois debates sobre essa temática.

Os requerimentos por parte dos habitantes que, nos anos 1880 e 1890, foram em menor quantidade, ao somar três sobre duas temáticas, entre 1900 e 1910 se destacaram por serem os mais representativos. O total foi de 51 sessões (71,83%) dentro desse conjunto, acerca de três diferentes assuntos: reabertura de escola, criação de escola e nomeação de professor. O crescimento de variação percentual foi de 1.600% em relação ao período anterior.

Entende-se que, esse dado demonstra uma mudança de comportamento da população, tanto no tocante a se sentir mais à vontade na sua relação com os camaristas para fazer pedidos, quanto em uma reestruturação de mentalidade no que diz respeito ao papel da educação na sociedade.

As requisições ou informes feitos por professores públicos estaduais e municipais, e particulares serão apresentados separadamente. Ao todo, 24 sessões trataram de assuntos colocados por professores públicos, o que representa 33,80% do total desse tópico. No total foram identificados sete temas: informe de que assumiu o cargo; pedido de prêmios de final de ano; convite para cerimônia; requisição de equiparação de salário; requerimento de pagamento; comunicado de exoneração; e pedido de auxílio para aluguel.

Em relação aos anos 1890, houve um crescimento de variação percentual de 166,66% nas sessões e nas demandas 75%. Constata-se que, os professores públicos também passaram a se relacionar mais com os camaristas, mas não se pode deixar de levar em consideração que esse aumento pode ser resultado da expansão na quantidade de escolas no município.

No que diz respeito aos professores particulares, seus informes ou requisições se deram em 14 sessões, o que retrata 19,71% do total dessa categoria. As temáticas propostas foram em número de sete, a saber: informe de abertura de escola; informe de mapas e relatórios; pedido de aumento de subvenção; convite para inauguração de escola; pedido de corte de imposto para manter escolas; requisição de local para escola funcionar; e solicitação de mudanças de regras da subvenção. A respeito da comparação com o período anterior o número de sessões e de requisições ou informes tiveram a mesma taxa de crescimento (75%). A seguir serão apresentadas em quais sessões ocorreram as demandas de acordo com cada grupo.

Em relação aos habitantes, foi possível identificar que os pedidos de criação de escolas vieram de 20 bairros – 18 rurais e 2 urbanos. Quanto aos bairros rurais, os moradores de Batistada requisitaram em 1900 a reabertura da escola masculina, fato que ocorreu novamente em 1902, ano em que pediram também a criação de uma feminina (sessões de 15/12/1900, 16/12/1900, 03/12/1901, 03/05/1902, 13/12/1902, 05/01/1903 e 02/02/1903). No bairro de Charqueada, houve a requisição em 1901 da reabertura da escola masculina e em 1905, a criação

de uma feminina (sessões de 04/02/1901, 04/03/1901, 01/04/1901, 16/04/1901, 06/11/1905 e 04/12/1905) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1905).

No ano de 1903, os habitantes do Costa Pinto solicitaram a criação de uma escola, mas como não foram atendidos reiteraram o pedido em 1907 (sessões de 05/10/1903, 07/12/1903, 02/09/1907 e 14/10/1907). O pedido dos moradores do bairro Serrote ocorreu em 1904 (sessões de 03/05/1904 e 05/06/1905). O mesmo se deu por parte da população de Charqueadinho também em 1904 (sessões de 06/06/1904, 04/07/1904 e 05/06/1905) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1907).

Em Saltinho, o pedido foi no ano de 1905 (sessões de 10/07/1905, 23/10/1905 e 07/11/1905). No mesmo ano os moradores do bairro Pau Queimado requisitaram uma escola masculina (sessões de 06/11/1905, 04/12/1905 e 15/10/1908). No bairro Água Parada, a solicitação de criação de escola se deu primeiro em 1906, como não foi atendida, houve novo pedido em 1910 (sessões de 02/01/1906, 05/03/1906, 09/05/1910, 08/11/1910 e 05/12/1910). No ano de 1906, igual requisição fora feita pelos habitantes do Morro Grande (sessão de 02/01/1906) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905-1910).

Em 1907, foi a vez da representação do bairro Guamium (sessão de 04/02/1907), enquanto no mesmo ano os moradores do bairro Godoy pediram a nomeação de um professor para a escola lá criada (sessões de 04/03/1907 e 02/04/1907). Em Capela de Serra Negra a população em 1907 solicitou a criação de uma escola e nos anos de 1909 e 1910 o provimento desta (sessões de 18/11/1907, 02/12/1907, 16/08/1909, 06/09/1909, 06/06/1910 e 04/07/1910) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907-1910).

Em 1908, o pedido de criação de escola veio por parte do bairro Corumbataí (sessões de 06/04/1908, 04/05/1908, 08/09/1908 e 15/10/1908). No mesmo ano os moradores do Chicó fizeram idêntica requisição (sessões de 01/06/1908, 16/08/1909 e 06/09/1909). Os habitantes do Pau D'Alinho, no ano de 1910, em um primeiro momento pediram a remoção de uma escola criada em outro bairro para lá e como não foram atendidos, solicitaram a criação de uma escola (sessões de 03/01/1910, 05/04/1910 e 04/07/1910) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1908-1910).

Em 1910, mais três bairros requisitaram a criação de escolas, a saber: Conceição (sessão de 07/02/1910), Porto João Alfredo (sessões de 08/11/1910/ e 05/12/1910) e Formigueiro (sessão de 05/12/1910). Os dois bairros da cidade que apresentaram demandas à edilidade foram o Bairro Alto com a requisição de uma escola mista (sessões de 03/03/1902 e 07/04/1902) e a

Vila Rezende, com a solicitação de manutenção da escola existente e pedido de criação de duas escolas – feminina e masculina (sessões de 05/06/1905, 02/10/1905 e 06/07/1908) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1910).

Dentre os requerimentos ou informes advindos dos professores públicos estaduais e municipais, os comunicados acerca de posse de cargo foram os mais representativos, somando um total de 16. Esses informes partiram de diretores do Grupo Escolar Moraes Barros, Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz, e professores de cinco escolas isoladas estaduais e cinco municipais.

Os comunicados foram lidos nas seguintes sessões: 09/11/1901; 03/08/1903; 15/08/1903; 11/08/1904; 06/02/1905; 15/05/1905; 05/06/1905; 10/07/1905; 02/10/1905; 02/04/1906; 06/08/1906; 03/09/1906; 06/05/1907; 03/06/1907; 01/06/1908 (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1908). Os educadores estaduais não tinham obrigação de fazer esses informes, mas a prática servia como forma de demonstrar respeito pela vereança e estabelecer assim, uma boa relação com esta.

O costume de dar aos melhores alunos prêmios no final do ano letivo se tornou uma prática cada vez mais comum em Piracicaba, como será demonstrado adiante, muitos habitantes contribuía. Quanto a esse assunto, já foi apresentado que a câmara municipal reservou uma verba para as escolas municipais. A demanda identificada nesse sentido partiu dos diretores do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e da Escola Complementar, respectivamente em 1902 e 1904 (sessões de 06/10/1902, 03/11/1902 e 07/12/1904) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1904).

As questões relativas aos vencimentos dos professores municipais ocorreram em três sessões. Dois professores que atuavam em bairros rurais, requereram que seus salários fossem equiparados aos de seus colegas (sessões de 02/02/1903 e 02/03/1903), enquanto outro professor solicitou o pagamento dos dias em que faltou por estar doente (sessão de 06/03/1905). Os convites para cerimônias escolares partiram do diretor do Grupo Escolar Moraes Barros na sessão solene em homenagem ao patrono da escola e do diretor da Escola Complementar na ocasião de entrega de diplomas aos professorandos (sessões de 02/02/1903 e 07/12/1903) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1905).

No ano de 1905, um professor municipal informou sua exoneração (sessão de 10/07/1905) e uma professora municipal pediu auxílio para o aluguel da casa aonde mudaria sua escola (sessões de 08/11/1910 e 05/12/1910) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905-1910).

Em relação aos professores particulares ou mantenedores de escolas privadas, em 1902 e 1903, houve o informe de dois professores e uma instituição – Sociedade Beneficente Operária - de que haviam inaugurado seus estabelecimentos. A Sociedade Beneficente Operária também enviou convite para a festa de abertura (sessões de 03/11/1902, 02/03/1903 e 15/08/1903). Essa mesma sociedade, nos anos de 1905 e 1909, solicitou o aumento da subvenção que recebia da edilidade e requereu livros e mobílias para sua escola (sessões de 23/10/1905, 06/11/1905, 01/03/1909, 05/04/1909, 04/05/1909 e 04/10/1909) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1909).

No ano de 1903, a Sociedade Igualitária Instrutiva, que recebia subvenção da câmara municipal, enviou os mapas e relatórios referentes à sua escola (sessão de 02/02/1903). Em 1910, o diretor dessa instituição pediu a revisão da regra imposta pela edilidade de que para ter aumento de verba seria necessário abrir mais salas de aula (sessões de 05/04/1910 e 09/05/1910) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1910).

A Companhia *Sucrerie* de Piracicaba, pertencente a uma empresa francesa que mantinha três escolas em suas fazendas, solicitou a diminuição do imposto sobre o açúcar em troca da manutenção das escolas (sessão de 15/05/1905). Um grupo de professoras, que mantinha uma escola noturna feminina na cidade, pediu aos camaristas um local apropriado e iluminado para as aulas (sessão de 01/09/1906) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905-1906).

Constata-se que, o comportamento dos habitantes foi o ponto mais marcante dessa tônica. Entende-se ser possível compreender parte desse movimento de mudança de atitude a partir da perspectiva de Norbert Elias (GOUDSBLOM, 2001), por meio da sua colocação de que a cada nova geração são transmitidos seguidamente os valores civilizatórios de uma dada sociedade:

Aprender as manhas da sobrevivência e transmiti-las à geração seguinte, eis do que se trata quando se fala em processo de civilização. Trata-se da formação dos regimes de comportamento que as pessoas impõem às outras e a si mesmas, regimes que lhes permitem, de uma certa maneira, fazer frente aos problemas que encontram em sua vida e que são transmitidos uns aos outros. No curso do processo de transmissão, esses regimes podem sofrer mudanças maiores ou menores (GOUDSBLOM, 2001, p. 243).

A seguir, será apresentado o último tópico em relação às sessões. As demandas e informes feitos pelo governo estadual continuaram marcados pela responsabilização da edilidade no desenvolvimento do ensino paulista.

#### **3.4.2.2.3 Sessões que trataram de educação por demanda do governo estadual**

O último grupo a ser analisado, no tocante às sessões da câmara municipal, são as requisições e informes feitos pelo governo estadual. No que diz respeito às temáticas, foram detectadas 11, são elas: reforma de escolas estaduais; mobília para escolas estaduais; dias letivos; estatísticas escolares; vacinação de alunos; construção do Grupo Escolar Moraes Barros; envio de boletins; provimento de escola; eleição de inspetor municipal de ensino; materiais escolares; e requisições de professores.

Ao confrontar essa quantidade com os anos 1890 o aumento percentual foi de 57,14%, bem abaixo da taxa entre os anos 1880 e 1890, que resultou em 600%. Assim como nas análises anteriores, o número total de sessão não é o mesmo de solicitações ou informes, pois em uma sessão houve dois pedidos e um informe e em duas sessões duas diferentes requisições.

A eleição de inspetores municipais de ensino foi a demanda que mais ocupou a atenção dos camaristas, ao abranger um total de 10 sessões, a saber: 07/01/1901; 04/01/1904; 13/07/1905; 03/01/1906; 05/01/1907; 01/07/1907; 08/09/1908; 04/01/1909; 05/07/1909; 03/01/1910. A seguir, as solicitações de estatísticas escolares abarcaram quatro sessões: 06/10/1902; 15/08/1903; 06/02/1905; 05/01/1907. Em terceiro lugar, estavam as reformas que a edilidade foi incumbida pelo estado de fazer na escola Complementar em 1901 (sessão de 29/04/1901) e no Grupo Escolar Barão de Rio Branco nos anos de 1902 e 1908 (sessões de 03/03/1902 e 08/09/1908) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1910).

Quanto às questões relativas ao provimento de escolas estaduais, foram três sessões no total, nas quais o governo do estado informou não poder fazê-lo por falta de verba (sessões de 06/03/1905, 01/04/1907 e 26/09/10). No tocante à construção do edifício que abrigaria o Grupo Escolar Moraes Barros em 1903, mesmo com a câmara arcando com os custos, como a escola seria estadual o estado exigiu que o edifício fosse construído com uma planta arquitetônica enviada por este (sessão de 06/07/1903). Em 1906, quando foi edificado um anexo nesse mesmo Grupo Escolar, o estado informou que pagaria apenas uma parte das obras e fez a edilidade assinar um contrato, no qual se responsabilizava pela construção (sessão de 07/05/1906) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1910).

No ano de 1902, um informe do estado requereu que a câmara informasse aos professores estaduais de escolas isoladas e provisórias sobre feriados e dias letivos (sessão de 07/04/1902). No mesmo ano, a edilidade ficou incumbida pelo governo de fazer com que os professores dessas mesmas escolas exigissem dos pais a vacinação dos alunos (sessão de 13/12/1902). Em 1903, o governo estadual encarregou a câmara de intermediar a entrega de móveis do Grupo Escolar Moraes Barros para a escola da Sociedade Igualitária Instrutiva (sessão de 03/02/1903) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1903).

O governo estadual, em 1904, também confiou aos camaristas a mediação do despacho de boletins escolares efetuados pelos professores das isoladas e provisórias (sessão de 05/07/1904). No ano de 1907, foi enviado à câmara um formulário com uma tabela de materiais escolares que deveria ser entregue aos professores dessas escolas. Na mesma sessão, foi lido outro ofício do secretário do interior com um modelo de requisições a serem remetidos aos mesmos professores (sessão de 02/04/1907) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1907).

Nota-se que, essas imposições feitas pelo governo estadual de São Paulo ao município de Piracicaba, entre 1900 e 1910, são a continuação do processo iniciado nos anos 1890. Conforme explicitam Gonçalves Neto e Carvalho (2015b), isso advém da omissão da União em relação à instrução popular, ao deixar os estados a cargo disso, o que conseqüentemente levou estes últimos a repassar essa incumbência aos municípios ao cobrar destes “mecanismos de acompanhamento e fiscalização do sistema” (p. 13).

Nem todas as propostas dos vereadores e demandas de habitantes, professores e governo estadual apresentadas acima nas sessões da câmara municipal resultaram em ações por parte da edilidade. Dessa forma, serão expostas a seguir quais representações foram implementadas.

### **3.4.3 Implementação de ações no âmbito educacional**

Esse tópico, assim como a análise dos dois períodos de tempo pesquisados anteriormente, trabalha com os eixos das iniciativas da câmara e demandas dos habitantes, professores e governo provincial. Busca-se verificar quais ações relativas à temática educação foram implementadas pela câmara municipal de 1900 a 1910.

Entende-se por ações os empreendimentos desempenhados pela câmara municipal que derivaram de discussões nas sessões e, também, outros procedimentos efetuados pelo executivo municipal, como o caso dos ofícios e fiscalização do ensino. Entretanto, o que é demonstrado na Tabela 28 foi o que se encontrou nas fontes, pode ser que houvesse mais ações.

Tabela 28 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo estadual no período de 1900 a 1910.

|   | 1900       | 1901       | 1902       | 1903       | 1904       | 1905       | 1906       | 1907       | 1908       | 1909       | 1910       | Total        |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| <b>Ações – iniciativa dos vereadores</b>          | 17         | 16         | 16         | 19         | 25         | 33         | 29         | 51         | 50         | 30         | 32         | <b>318</b>   |
| <b>Ações - demanda de habitantes/ professores</b> | 0          | 1          | 0          | 3          | 0          | 2          | 0          | 1          | 2          | 4          | 1          | <b>14</b>    |
| <b>Ações – demanda do governo estadual</b>        | 96         | 92         | 110        | 163        | 190        | 212        | 228        | 294        | 370        | 409        | 297        | <b>2.461</b> |
| <b>Total</b>                                      | <b>113</b> | <b>109</b> | <b>126</b> | <b>185</b> | <b>215</b> | <b>247</b> | <b>257</b> | <b>346</b> | <b>422</b> | <b>443</b> | <b>330</b> | <b>2.793</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910.

Verifica-se que, no geral, a soma de 2.793 ações efetivadas pela câmara municipal apresentou o crescimento de variação percentual de 56,29% em relação aos anos 1890, taxa maior que a identificada entre os anos 1880 e 1890 (29,49%). Da mesma forma que nos dois períodos anteriormente pesquisados, as ações que a câmara realizou por requisição do governo estadual foram as mais representativas e alcançaram 88,12% do total, entretanto dessa vez a percentagem foi menor – 97,72% nos anos 1890 e 99,34% nos anos 1880.

As ações que partiram de resoluções próprias dos camaristas cresceram a cada sequência de período temporal da pesquisa e continuaram em segundo lugar, com uma taxa de 11,38%, quantia essa superior à encontrada nos períodos anteriores – 1,82% nos anos 1890 e 0,14% nos anos 1880. Os empreendimentos feitos por solicitação de habitantes e professores somaram 0,50%, valor parecido com o encontrado nos anos 1880 (0,52%) e superior ao dos anos 1890 (0,44%).

Identifica-se que, o aumento geral se deveu principalmente à ampliação da quantidade de escolas municipais, o que levou a câmara a atuar para mantê-las. O governo estadual continuou a exigir da edilidade apoio na manutenção de suas escolas. O grupo formado por professores e habitantes, apesar de ter apresentado um crescimento de demandas nas sessões da câmara, teve poucas de suas requisições atendidas. Serão expostas, a seguir, quais foram as ações realizadas pela câmara municipal, de acordo com cada uma dessas categorias.

### 3.4.3.1 Implementação de ações por iniciativa dos vereadores

Em relação às ações empreendidas pela câmara municipal por iniciativa dos camaristas, entre 1900 e 1910, foi possível identificar 318. O crescimento de variação percentual em comparação aos anos 1890 resultou em 863%, essa taxa é consideravelmente menor do que o aumento entre 1880 e 1890 que foi de 1.550%.

Para análise do total de ações empreendidas por iniciativa dos vereadores, estas foram divididas em dois grandes grupos – instituições de ensino estaduais e estabelecimentos de ensino municipais e subvencionados, que se subdividem em 17 temas. O crescimento no tocante aos temas foi de 88,88% em relação aos anos 1890, taxa menor que entre 1880 e 1890 (350%).

Diferentemente dos dois períodos anteriormente pesquisados, o ensino municipal passou a ser o principal objeto das ações. Constatou-se que, a câmara deu continuidade ao andamento, iniciado nos anos 1890, de implementar ações educacionais por sua própria iniciativa. Ao analisar esse comportamento dos camaristas sob a perspectiva de Santos (2006) percebe-se que havia todo um sistema de ações, na área urbana e rural, que caracterizavam uma reconfiguração do território municipal.

Segundo este teórico, “a noção de intencionalidade é fundamental para entender o processo pelo qual ação e objetos se confundem, através do movimento permanente de dissolução e de recriação do sentido. [...] É assim que os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade” (SANTOS, 2006, p. 14). A educação em Piracicaba fazia parte da distribuição de recursos em diferentes áreas da administração local e a combinação disso conferiu ao município “sua especificidade e definição particular” (SANTOS, 2006, p. 108). Assim, a política se territorializava cada vez mais na conjugação entre organização e espontaneidade.

Quanto às instituições de ensino estaduais, no que diz respeito ao Grupo Escolar Moraes Barros, em 1900, este estava sediado em uma casa alugada, na qual a câmara providenciou a instalação de água. Como a procura de vagas era grande, a edilidade alugou por sua conta outra casa, como também fez a reforma necessária nesta (1902) (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1902; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1902; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1902).

Ao mesmo tempo, houve a requisição ao estado de mais uma casa para a expansão do Grupo Escolar Moraes Barros e de construção de um prédio adequado com auxílio financeiro da municipalidade (1900). A solicitação de um edifício próprio foi reiterada (1902), mas como não foi atendida, a edilidade reservou verba para tal, construindo-o à sua custa (1902-1904)

(LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1904; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1904; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1904).

Assim, foi promovida uma festa para a colocação da pedra fundamental que marcava o início da construção desse Grupo Escolar (1903). No período de finalização das obras requisitou-se ao estado mobília nova para a escola (1904), como não foi atendido reiterou-se a requisição (1905).

Mesmo diante da proibição do estado de remover a mobília do prédio antigo, a câmara o fez e levou para o novo edifício (1904). No ato da inauguração a câmara organizou uma festa e doou ao estado o terreno e a escola (1905). A última iniciativa acerca dessa instituição foi a solicitação de uma professora de música e trabalhos manuais (1905) (GAZETA DE PIRACICABA, 16/10/1903, 29/12/1904, 24/02/1905; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1905; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905).

No que diz respeito aos nomes dos Grupos Escolares, requisitou-se ao governo do estado para o 2º Grupo Escolar de Piracicaba passar a se chamar Moraes Barros (1900) e no caso do 1º Grupo Escolar de Piracicaba, para ser denominado de Barão do Rio Branco (1907) (GAZETA DE PIRACICABA, 05/10/1907; LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900).

Outra instituição de ensino estadual que teve ações empreendidas por decisão dos camaristas foi a Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz. A edilidade, após organizar uma grande festa para a instalação desta escola, solicitou ao estado um internato e transporte para ligá-la à cidade (1901). Com o aceite do pedido da implantação da linha de bonde, a câmara se ofereceu para ser responsável pelas obras (1901). Essa ação somente teve início após a inauguração do edifício principal da escola, cujas festividades foram organizadas e custeadas pela edilidade (1907) (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902; GAZETA DE PIRACICABA, 02/06/1901, 10/10/1901, 10/11/1901, 14/05/1907; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907-1908).

O terceiro Grupo Escolar da cidade foi requerido ao estado por duas vezes (1902 e 1904). Mas, a construção do novo estabelecimento foi aprovada apenas no final da década, ocasião em que a edilidade votou uma verba para tal (1910). Em relação às escolas isoladas estaduais, houve o pedido de mudança de local de duas femininas da cidade, para atenderem à

população escolar que morava longe dos Grupos Escolares (1902) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1910; LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902).

Também se requereu ao estado mais cadeiras isoladas na cidade, pois havia 300 crianças à espera por vagas nos Grupos Escolares (1905). Assim como foi solicitado que as cadeiras isoladas anexadas ao Grupo Escolar Moraes Barros fossem desanexadas para gerar mais vagas (1905). Outra ação foi o pedido para o provimento das isoladas rurais feminina e masculina de Batistada, masculina de Tanquinho e da isolada masculina da Vila Rezende na cidade (1906) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905 e 1906).

Nesse ínterim, houve nova requisição de desanexar quatro cadeiras do Grupo Escolar Moraes Barros e o pedido de que a escola ambulante dos bairros Areão e Alemães se tornasse fixa neste último (1907). No final da década foi efetuado novo requerimento de desanexar cadeiras do Grupo Escolar Moraes Barros e do provimento da cadeira isolada do bairro rural de Guamium (1910) (LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907-1910).

Quanto às escolas públicas provisórias estaduais, com a lei estadual que deixou a cargo das municipalidades a manutenção ou fechamento destas, a vereança decidiu por mantê-las – masculinas dos bairros rurais de Tanquinho e Batistada (1900). Mas, diante da falta de pagamento por parte do estado de uma quantia prometida para ajudar a custeá-las a câmara fez cobranças nesse sentido (1901 e 1902) (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1902).

A supressão de escolas municipais ou mantidas pelo município em bairros rurais, por causa da insuficiência de alunos, ocorreu em Batistada (1900), Serrote (1909) e Dois Córregos (1910). A decisão de fechamento das escolas nos bairros rurais onde já havia escolas estaduais (1904), somente foi colocada em prática na conversão da escola mista de Charqueada em do sexo feminino, pois no bairro havia uma masculina estadual (1908) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

A respeito da criação de escolas por iniciativa da municipalidade, na cidade, foi instalada uma mista (1905). Nos bairros rurais foram as masculinas do Campestre (1900), Marins (1903), Godinhos (1903) e Dois Córregos (1905), além de uma mista em Salto de Pederneiras (1910). No que concerne ao provimento das escolas municipais houve 24 nomeações (1903-1909) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE

PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 11/09/1907, 01/11/1908, 13/01/1909, 24/12/1910).

Com a promulgação da lei para concursos (1907) (Apêndice A), aconteceram quatro (1907-1910), além de três exonerações (1905-1906). Também, por meio de lei (Apêndice A), foi estabelecido um programa de ensino para as escolas municipais rurais (1907). Com relação aos materiais para escolas municipais a edilidade fez um pedido ao estado de quadros- negros (1900) e de mobília (1905 e 1910), e adquiriu material didático para suas escolas (1903) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

Os prêmios, após exames de final de ano, com verba municipal, foram doados para 13 estabelecimentos entre estaduais isolados, municipais e subvencionados (1907). Assim como posteriormente, foi votada uma resolução nesse sentido para todas as 12 escolas municipais e seis estaduais isoladas (1908). Os exames de finais de ano de todas as escolas municipais resultaram em 170 ações (1900-1910). A edilidade requereu ao estado permissão para que nove professores das escolas municipais providas estagiassem nos Grupos Escolares da cidade, com a aprovação os estágios foram feitos no mesmo ano (1907). (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1909; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 05/12/1907, 06/12/1907, 07/12/1907, 08/12/1907, 11/12/1907, 15/12/1907, 17/12/1907, 18/12/1907, 21/12/1907, 27/12/1907, 17/03/1908, 05/12/1908, 06/12/1908, 15/12/1908, 16/12/1908; LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1908).

As verbas para instrução pública e subvenções foram votadas em forma de lei (Apêndice A) entre 1900 e 1910. Na lei de impostos para comércio, indústria e profissões (1907), as escolas ou colégios particulares e professores não foram incluídos, estando assim livres de qualquer taxa. Os camaristas requereram à Companhia Ituana e Sorocabana de trem que permitisse ao inspetor municipal de ensino fiscalizar as escolas dos bairros rurais sem pagar passagem (1901) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907; GAZETA DE PIRACICABA, 20/07/1907; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

Como continuação da apresentação das ações educacionais empreendidas pela edilidade, seguem as que foram instituídas por demanda de habitantes e professores públicos e particulares.

### **3.4.3.2 Implementação de ações por demanda de habitantes e professores**

A implementação de ações por demanda de habitantes e professores públicos e particulares, assim como ocorreu nos dois períodos anteriores da pesquisa, foi o tópico que menos sofreu alteração entre 1900 e 1910. No total, computou-se 14 ações, o que representa um crescimento de variação percentual de 75% em relação aos anos 1890.

Foram encontradas oito temáticas, apenas uma a mais que nos anos 1890. A situação que mais chamou atenção nessa tônica foi a identificação de que a efetivação de ações educacionais por parte da câmara municipal que ocorreram por requisição de habitantes, foi muito menor do que as solicitações apresentadas anteriormente no tópico referente às sessões.

Entende-se que, ao se observar isso sob a interpretação que Elias (1994b) faz da relação entre indivíduos, sociedade e poder, em Piracicaba houve uma mudança de padrão no comportamento de indivíduos e grupos entre os anos 1880 e 1900. Estes passaram a se organizar para se encaixarem nos modelos civilizatórios da época, que incluía a escolarização. Entretanto, nesse caso, a busca por melhorias esbarrou nas cadeias de poder local, e até mesmo estadual, pois tais grupos ou indivíduos estavam presos à “distribuição do poder, à estrutura da dependência e das tensões” (ELIAS, 1994b, p. 51) políticas, que acabam na maioria das vezes por determinar o rumo das sociedades.

Das 20 escolas requeridas pela população foram criadas cinco em bairros rurais, a saber: mista de Charqueada (1901), e masculinas de Serrote (1905), Charqueadinha (1905), Pau Queimado (1907) e Chicó (1909). Por requisição de moradores da Vila Rezende (1908) na cidade e do bairro rural de Capela de Serra Negra (1909) foi enviado ao estado pedido de criação de escolas. Neste último bairro os habitantes por meio da câmara solicitaram o provimento da escola que fora criada (1909) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1909; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1909).

Quanto aos professores públicos, não foi identificada solicitação por parte dos municipais. No que se refere às instituições de ensino estaduais a única ação encontrada foi doação de verba ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco para compra de um estandarte (1907). Na questão dos particulares, a Sociedade Beneficente Operária teve seu convite à câmara para

a festa da inauguração de sua escola atendido (1903), assim como sua requisição de livros, mobília e aumento da subvenção (1909).

Ainda em relação às subvencionadas, a Sociedade Igualitária Instrutiva teve seu pedido de mudança de regras de subvenção aceito (1910). As professoras da Escola 25 de março, noturna para mulheres, também tiveram atendida sua demanda de um local iluminado para o funcionamento das aulas (1906) (LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1908-1909). O último tópico relativo às ações empreendidas pela câmara municipal é sobre as demandas apresentadas pelo governo estadual.

### **3.4.3.3 Implementação de ações por demanda do governo estadual**

As ações implementadas pelo município por demanda do governo estadual somaram 2.461, o que representa um crescimento em relação aos anos 1890 de 40,95%, taxa superior a encontrada entre os anos de 1880 e 1890 (26,52%). Quanto às temáticas, que no total computaram 26, houve um aumento de 44,44% em relação ao período anterior, quantidade também maior que entre os anos 1880 e 1890 (28,57%).

A partir dessas informações, constata-se que a expansão da escolarização pública estadual em São Paulo estava diretamente atrelada ao trabalho desenvolvido pelas câmaras municipais, nas pessoas do responsável pelo executivo (intendente/prefeito) e do inspetor municipal de ensino. Entende-se que, essa situação entre estado e município, que envolveu a dominação hierárquica política a partir de imposições representadas por estratégias, recursos, estatutos e normas burocráticas, possa ser interpretada por meio de alguns conceitos desenvolvidos por Lefebvre (2000).

Esse teórico ao discorrer sobre a ação de poder política de um nível de jurisdição sobre outro como forma de controle, explicita que muitas vezes isso ocorre enquanto artifício de domínio contra a fragmentação na implantação de serviços públicos. Essa relação acaba por criar um sistema de poder, que segundo Lefebvre (2000) estabelece um círculo vicioso marcado pelo “caráter cada vez mais duro da autoridade política, onde quer que ela se exerça, com o círculo “pressão-repressão-opressão”. É assim que o poder estatista-político se faz onipresente: ele está em todo lugar, mas mais ou menos aqui difuso, ali concentrado” (p. 251).

Diferentemente dos dois períodos anteriormente pesquisados, a câmara municipal entre 1900 e 1910 passou a registrar em seu livro de ofícios todas as ações que eram realizadas por requerimento do estado. No total foram computados 535 ofícios de parte do intendente/prefeito, secretário da câmara e inspetor municipal de ensino. Quando as questões eram referentes às

burocracias educacionais os ofícios eram enviados ao secretário de negócios do interior ou ao inspetor geral de ensino do estado e nas questões relativas às obras ao secretário da agricultura.

O cargo de inspetor municipal de ensino era uma imposição do estado aos municípios, conforme será apresentado adiante ele era responsável pela manutenção do ensino local, o que acarretava muitas responsabilidades. Para cumprir essa exigência os camaristas promoveram a eleição de oito deles entre 1901 e 1909. Todavia, ele cuidava somente das escolas isoladas, provisórias e ambulante, pois as outras instituições de ensino estaduais ficavam a cargo de seus diretores.

Acerca desse assunto foram encontrados 11 ofícios que comunicavam eleição ou exoneração de 6 deles entre os anos de 1904 e 1910. Foram inspetores em Piracicaba: Francisco A. de Almeida Morato (1901), José Ferreira da Silva (1902/1903), Eloy Febeliano da Costa (jan.1904/jul.1905), Manoel da Silveira Correa (ago./dez.1905), João Domingues Sampaio (jan.1906/jun.1907), Cherubim Ferraz de Andrade (ago.1907/set.1908), Fernando Febeliano da Costa (out.1909/jul.1910) e Jonathas Mattos (ago./dez.1910). Dentre eles estavam camaristas e pessoas de confiança destes (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

Mensalmente era responsabilidade do inspetor municipal de ensino elaborar os mapas das escolas sob sua supervisão e providenciar que os professores destas fizessem seus boletins. Esse material era enviado com regularidade ao governo estadual, até abril de 1904 ao secretário do interior e de acordo com a Circular n. 3, de 16 maio de 1904, passou a ser destinado ao inspetor geral de ensino. Ao todo foram enviados 91 ofícios (1901-1910) sobre esse assunto e produzidos 1.416 mapas (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 23/06/1904, 23/08/1904).

O pedido de material para as escolas se deu a partir de 68 ofícios (1901-1910), todos foram feitos por parte do inspetor municipal de ensino. Envolveria material de uso do inspetor: mapas, cópias de leis e regulamentos, e atestados de trabalho mensal dos professores. Assim como, materiais de cunho burocrático para professores - boletim, livro de visitas, livro de chamada, livro de matrícula - móveis e material didático.

Muitas vezes, o pedido demorava a ser atendido e era reiterado em novo ofício, todos foram enviados ao secretário do interior. No ano de 1907, o governo estadual estabeleceu tabelas e regras para o pedido de material e em 1909, impôs que os pedidos passariam a ser somente no começo do ano (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE

PIRACICABA, 1901-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 07/10/1909; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907).

Os requerimentos dos professores estaduais também se davam por meio do inspetor municipal de ensino e somaram 80 ofícios (1900-1910), dependendo do assunto eram enviados ao secretário do interior ou ao inspetor geral de ensino. Foram encontradas solicitações sobre: permuta; remoção; licença saúde; prorrogação de licença; desistência de licença; material didático; material burocrático (livro de chamada e boletim); mobília; objetos; abono ou justificação de faltas; vencimentos; e informe de volta ao trabalho (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

A fiscalização da instalação e provimento de escolas isoladas estaduais era responsabilidade do inspetor municipal de ensino, cabia a ele informar quando a escola estava vaga ou provida e quem era o professor. Os 81 ofícios enviados ao secretário do interior ou algum inspetor estadual de ensino se deram no decorrer de todo esse período. Em 1907 após a visita do governador e vários secretários na inauguração do novo edifício da Escola Agrícola, estes se disseram impressionados com o avanço educacional e as ações da edilidade. Por isso, foram doados livros didáticos às escolas municipais e o inspetor municipal ficou responsável por distribuí-los (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

No que diz respeito à vacinação de crianças que iriam se matricular nas escolas estaduais, como também das que já estudavam nessas instituições, por requisição do estado, foram feitas fiscalizações pelo inspetor municipal. A verificação foi efetuada uma vez em 1902, duas em 1903 e também duas em 1904. No total foram quatro ofícios enviados ao secretário do interior acerca desse assunto e as visitas às escolas somaram 35 ações (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1904; GAZETA DE PIRACICABA, 05/02/1903; LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902).

Ao inspetor também recaiu a responsabilidade de supervisionar os materiais que as escolas isoladas continham em caso de remoção de professor de um município para outro, o que ocorreu em 1908 com envio de ofício ao governo. O inspetor tinha que indicar ao inspetor geral de ensino substitutos para os professores das isoladas que entravam em licença, todavia os dados não indicam como esses educadores eram escolhidos. No total, isso aconteceu 21 vezes, sempre com ofícios ao governo (1904-1910) (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1910).

Quando o estado enviava materiais, ao inspetor municipal concernia recebê-los, entregar às respectivas escolas e fazer com que os professores destas assinassem um recibo, que o

inspetor então enviava ao secretário do interior ou inspetor geral de ensino por meio de ofício. No total, isso ocorreu 83 vezes (1904-1910).

No ano de 1904, o inspetor à pedido do secretário do interior fiscalizou os livros de visitas das oito escolas isoladas locais. Outra incumbência do inspetor era fazer inventários do que as escolas isoladas estaduais continham. Isso ocorreu de forma geral por três vezes no ano de 1905, duas vezes em 1907 e uma vez em 1910, além de fazê-lo em escolas específicas em três vezes no ano de 1905, o que gerou 75 ações (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904-1910).

Sobre a fiscalização de horário de funcionamento e cumprimento do programa de disciplinas de 17 escolas isoladas, o inspetor enviou quatro ofícios ao secretário do interior para informar que estas foram feitas de acordo com o Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894 (1908). Quanto aos exames finais, foram computados 118 nas escolas estaduais isoladas providas entre 1900 e 1910, eles eram organizados pelo inspetor e na maior parte das vezes, executados por este também, o que gerou no total 236 ações.

Devido à grande procura por vagas nas escolas isoladas, o estado solicitou ao inspetor que este vistoriasse se os professores destas respeitavam a quantidade máxima de 40 alunos, regra também imposta pelo decreto citado acima (1908). Para tanto, foram feitas 17 visitas às escolas (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 24/04/1902, 22/01/1908, 03/04/1909, 01/09/1909).

As estatísticas ficavam a cargo do inspetor, por vezes elas eram gerais e outras vezes de grupos específicos como instituições estaduais da cidade, bairros rurais, municipais e particulares. No total computou-se 192 ações nesse sentido (1903-1910) (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1904; GAZETA DE PIRACICABA, 14/02/1905, 28/03/1905, 02/05/1906, 30/06/1908, 23/09/1909, 12/01/1910, 06/07/1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903-1905).

Sobre as obras feitas em edifícios de instituições de ensino estaduais, primeiro o governo comunicava à câmara sobre a obra e consultava se esta queria assumi-la, a resposta foi sempre positiva. Então, eram discutidos os orçamentos com a secretaria da agricultura e a seguir a assinatura de contrato, que muitas vezes fora feita mediante procuração pelo deputado estadual Antonio de Moraes Barros. Após a câmara fazer a obra por sua conta, um engenheiro do estado vistoriava e então o governo tinha que ressarcir-la, contudo em algumas ocasiões o pagamento atrasava por até cinco ou seis meses e a edilidade enviava mensalmente ofício cobrando.

Verificou-se 30 ofícios acerca de reparos executados no Grupo Escolar Barão de Rio Branco (1902-1910). No Grupo Escolar Moraes Barros foram 12 ofícios (1905-1910). Quanto à Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz, a reforma do edifício e o recebimento de material e mobília resultaram em 27 ofícios (1900). Os reparos na Escola Complementar requereram o envio de dois ofícios (1901) e os consertos na casa onde seria instalada a isolada do bairro rural de Capela de Serra Negra gerou um ofício (1909) (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910).

A câmara municipal, por meio de ofício, informara ao governo estadual que iria manter as escolas provisórias que se encontravam em seu território (1901). Outra ação demandada pelo governo estadual à edilidade foi a requisição de inspeção médica de três professores estaduais, segundo orientação formou-se uma comissão composta por vereadores e médicos locais para tais perícias (1909).

Nos relatórios sobre a administração municipal enviados ao governo nos anos de 1902, 1907, 1909 e 1910, também estavam inclusas informações gerais acerca da educação local. Os camaristas ainda ficaram responsáveis por intermediar a entrega de móveis doados pelo governo à uma instituição beneficente de ensino (1905). O estado, inclusive, incumbiu o executivo local de cuidar das obras do terceiro Grupo Escolar a ser implantado na cidade, as negociações se deram por meio de três ofícios (1910) (LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 18/09/1909; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902-1910).

Como complemento da exposição das ações empreendidas pela câmara municipal, entre 1900 e 1910, será apresentado, a seguir, o conjunto de escolas mantidas pela edilidade. Diversamente dos dois períodos anteriormente pesquisados, em que primeiro a câmara municipal não tinha nenhuma instituição de ensino própria (anos 1880) e depois manteve somente uma (anos 1890), houve entre 1900 e 1910 uma expansão que se julga marcante.

#### **3.4.3.4 Instituições de ensino públicas mantidas pela câmara municipal de 1900 a 1910**

No período de 1900 a 1910, Piracicaba passou a manter diversas instituições de ensino públicas em seu território, dentre elas estavam as municipais de bairros rurais e da cidade, e as provisórias do estado. De acordo com o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1909/1910 (SÃO PAULO (Estado), 1910), não havia padrão quanto às escolas municipais paulistas, que em sua maioria eram de baixa qualidade e regidas por leigos.

Nesse ponto, segundo apresentado anteriormente, Piracicaba era um modelo fora desse parâmetro, com a instituição de concursos que previa professores capacitados. Além de um programa de ensino detalhado para as localizadas nos bairros rurais.

O Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1909/1910 (SÃO PAULO (Estado), 1910) ainda destacou que dos 171 municípios do estado, praticamente apenas metade tinha escolas próprias (86), os com maior número eram “Santos (25), Campinas (16), Jahú (17)” (p. 11) e a média por localidade era de duas a três escolas. Assim, Piracicaba com 12 escolas municipais estava também fora do padrão, ao se enquadrar no grupo das que mais mantinham estabelecimentos de ensino.

O Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1910/1911 (SÃO PAULO (Estado), 1911) identificou, segundo estatística feita pelo inspetor municipal de ensino, que em Piracicaba havia nas escolas municipais um total de 309 alunos – 253 masculinos e 56 femininos – atendidos por 10 professores. A Tabela 29 demonstra o total de instituições mantidas pelo município entre 1900 e 1910. Os dados detalhados sobre essas escolas, como data de criação, nome dos professores, período em que esses trabalharam e quantidade de alunos está discriminada no Apêndice C e a localização de algumas está no Anexo 1.

Tabela 29 – Quantidade total de instituições de ensino públicas municipais e estaduais mantidas pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

|  | 1900     | 1901     | 1902     | 1903     | 1904     | 1905      | 1906      | 1907      | 1908      | 1909      | 1910      |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino municipais na cidade</b>   | 1        | 1        | 1        | 1        | 1        | 2         | 2         | 2         | 2         | 2         | 2         |
| <b>Instituições de ensino municipais nos bairros</b> | 0        | 2        | 2        | 3        | 4        | 7         | 8         | 9         | 10        | 8         | 9         |
| <b>Instituições de ensino estaduais nos bairros</b>  | 2        | 2        | 2        | 2        | 2        | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         |
| <b>Total</b>   | <b>3</b> | <b>5</b> | <b>5</b> | <b>6</b> | <b>7</b> | <b>10</b> | <b>11</b> | <b>12</b> | <b>13</b> | <b>11</b> | <b>12</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

Constata-se que, na cidade, entre 1900 e 1904, havia somente uma escola municipal e entre 1905 e 1910 surgiu outra, nos bairros rurais, houve um processo de crescimento que partiu de nenhuma escola em 1900 para nove em funcionamento no ano de 1910. No tocante às provisórias do estado, essas eram duas no início desse período e passam para uma a partir de 1905. A seguir, serão apresentadas quais eram essas escolas e quando foram criadas, extintas ou suspensas, assim como em que período estavam vagas ou providas.

Quadro 5 – Instituições de ensino municipais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.

|                          | 1900 | 1901 | 1902 | 1903 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 | 1908 | 1909 | 1910 |
|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Masculina noturna</b> | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    |
| <b>Mista</b>             | -    | -    | -    | -    | -    | -/P  | P    | P    | P    | P    | P    |
|                          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    |

P – provida; -/P - uma parte do ano não existia e outra parte do ano criada e provida; ‘-’ - período em que não existia. Quadro elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

As escolas públicas municipais da cidade eram uma mista criada em 1905 e uma noturna masculina que surgira nos anos 1890 e se mantivera entre 1900 e 1910. A mista foi criada para suprir a demanda não atendida pelos Grupos Escolares e em uma estatística do governo estadual de 1907, constava que das 296 escolas públicas municipais existentes no estado apenas quatro eram noturnas (GAZETA DE PIRACICABA, 04/01/1907).

Esse fato demonstra também certa exclusividade do município em atender um público alvo cada vez maior, formado por crianças e adultos analfabetos que trabalhavam e por isso não podiam frequentar escolas diurnas. Identifica-se, da mesma forma, que a edilidade teve o cuidado de manter esses dois estabelecimentos providos durante todo o período pesquisado. Como continuidade serão apresentados os estabelecimentos municipais localizados nos bairros rurais.

Quadro 6 – Instituições de ensino municipais nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.

|                                    | 1900     | 1901     | 1902     | 1903     | 1904     | 1905     | 1906     | 1907     | 1908     | 1909     | 1910     |
|------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| <b>Feminina - Charqueada</b>       | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -/P      | P        | P        |
| <b>Masculina - Campestre</b>       | -        | V        | V        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        |
| <b>Masculina - Charqueadinha</b>   | -        | -        | -        | -        | -        | -/P      | P        | P        | P        | P        | P/*      |
| <b>Masculina - Dois Córregos</b>   | -        | -        | -        | -        | -        | -/P      | P        | P        | P        | P        | P        |
| <b>Masculina - Pau Queimado</b>    | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | V/P      | P        | P        | P        |
| <b>Masculina - Marins</b>          | -        | -        | -        | -        | P        | P        | P        | V/P      | P        | P        | P        |
| <b>Masculina - Chicó</b>           | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -/P      | P        |
| <b>Masculina - Godinhos</b>        | -        | -        | -        | V        | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P        |
| <b>Masculina - Serrote</b>         | -        | -        | -        | -        | -        | -/P      | P/V      | V/P      | P        | *        | *        |
| <b>Mista - Charqueada</b>          | -        | V/P      | P        | P        | P        | P        | P        | P        | P/-      | -        | -        |
| <b>Mista - Salto de Pedrneiras</b> | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | V        |
|                                    | <b>0</b> | <b>2</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>7</b> | <b>7</b> | <b>8</b> | <b>9</b> | <b>8</b> | <b>9</b> |

P – provida; V – vaga; V/P - uma parte do ano vaga, outra parte provida; P/V – uma parte do ano provida, outra parte vaga; -/P – escolas que foram criadas no decorrer do ano e logo providas; P/- - escolas que ficaram providas por um período do ano e depois foram extintas; ‘-’ – período em que não existia, ou deixou de existir; ‘\*’ – escolas suspensas. Quadro elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

No que se refere às escolas públicas municipais em bairros rurais, como demonstrado anteriormente, algumas foram criadas por iniciativa dos camaristas e outras por demanda de habitantes. Em relação à quantidade, elas são em maior número, provavelmente devido ao acúmulo de escolas urbanas, públicas e privadas, apesar de que em ambos os casos a demanda por vagas era grande. Em 1900 ainda não havia nenhuma, de 1901 a 1908 ocorreu um

crescimento de variação percentual de 350% ao ir de duas para nove, no ano de 1909 houve a diminuição de apenas uma unidade e em 1910, alcançou-se novamente nove escolas.

Quanto ao público alvo, apenas uma criada em 1908 era voltada ao sexo feminino no bairro de Charqueada, um dos mais prósperos do município, ela foi instalada após o município fechar a escola mista do local devido à abertura de uma masculina pelo estado. No bairro de Salto de Pederneiras foi criada uma escola mista, mas não provida, no ano de 1910.

Em sua maioria as escolas foram destinadas ao sexo masculino, com sete estabelecimentos. Entende-se que, esses dados demonstram, de certa forma, que a edilidade mantinha uma mentalidade que contrariava várias correntes e pensamentos do período sobre educação, no sentido de que o sexo feminino deveria ter direitos iguais no acesso à instrução escolar.

No que diz respeito ao provimento dessas escolas, nota-se que o padrão foi de mantê-las providas. As exceções foram na masculina do Campestre que ficou nos dois primeiros anos de sua criação vaga e a do Pau Queimado no primeiro ano de existência. A do Marins ficou vaga por um período em 1907 e a do Serrote ficou meses entre 1906 e 1907 vaga.

Duas escolas foram suspensas devido ao baixo número de matriculados, a do Serrote nos anos 1909 e 1910, e a de Dois Córregos em meados de 1910. Segundo resolução da câmara elas continuariam existindo e seriam reabertas caso houvesse aumento de alunos interessados. O último conjunto a ser exibido são as provisórias do estado mantidas pela edilidade.

Quadro 7 – Instituições de ensino estaduais provisórias, localizadas em bairros rurais de Piracicaba, mantidas pela câmara municipal e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.

|                              | 1900 | 1901 | 1902 | 1903 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 | 1908 | 1909 | 1910 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Masculina – Tanquinho</b> | P    | P    | P    | P    | P    | #    | #    | #    | #    | #    | #    |
| <b>Masculina – Batistada</b> | P    | *    | *    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P/-  |
|                              | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |

P – provida; V – vaga; P/- - uma parte do ano provida, outra parte extinta; ‘#’ – voltou a ser mantida pelo estado; ‘\*’ - escola suspensa. Quadro elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

As duas escolas masculinas provisórias dos bairros rurais, Tanquinho e Batistada, conforme previamente narrado, continuavam a pertencer ao estado, mas eram mantidas pela municipalidade. Estas escolas passaram a ser denominadas de isoladas e existiam desde antes do início demarcado do recorte temporal desta pesquisa.

A edilidade manteve a de Tanquinho provida durante os cinco anos em que esta ficou sob seus cuidados. Em 1905, o estado informou à câmara que voltaria a se responsabilizar por esta escola. A escola de Batistada ficou entre 1900 e 1910 mantida pela edilidade e esteve suspensa nos anos de 1901 e 1902, devido à baixa quantidade de matriculados. No Gráfico 10, é possível visualizar ano a ano a quantidade geral de instituições de ensino públicas mantidas pela municipalidade entre 1900 e 1910.

Gráfico 10 – Quantidade de instituições de ensino públicas mantidas pela Câmara Municipal de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

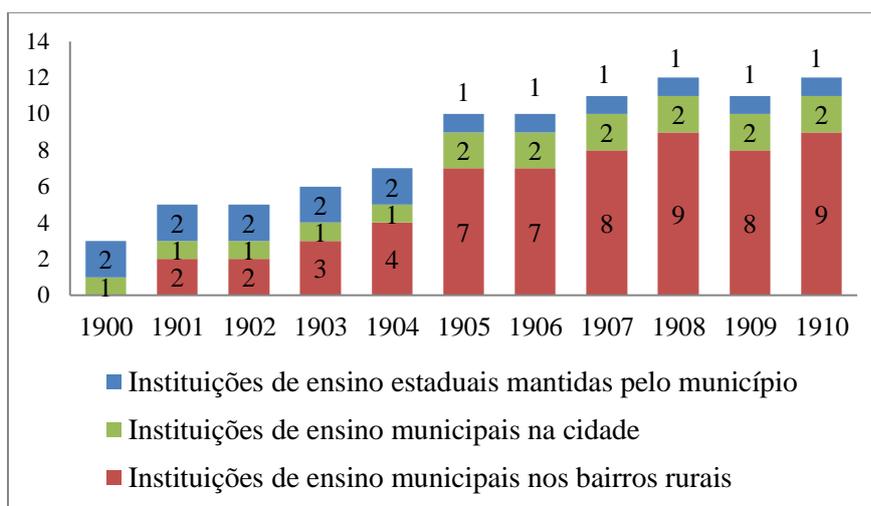


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910.

Nesse gráfico, observa-se como ocorreu a expansão das ações municipais na manutenção de escolas públicas sob sua alçada, com um crescimento de variação percentual entre 1900 e 1910 de 266,66%. De 1900 a 1905 ocorreu a maior taxa de aumento no valor de 233,33%. A seguir de 1906 para 1910 o crescimento decaiu, ao alcançar 20%.

Se comparado aos períodos anteriormente pesquisados, quando nos anos 1880 não havia nenhuma escola municipal e nos anos 1890 apenas uma, entende-se que esse crescimento possa

ser considerado significativo. Finalizado o tópico referente às ações empreendidas pela Câmara Municipal de Piracicaba, será exposta, a seguir, a participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar do município.

### **3.4.4 Participação de habitantes e da iniciativa privada na expansão escolar**

Esse tópico expõe o que foi possível extrair do jornal Gazeta de Piracicaba e das Atas e Livros de Ofício da Câmara Municipal de Piracicaba quanto à participação de habitantes no campo educacional, assim como apresenta análise dos estabelecimentos privados de ensino e professores particulares no município de Piracicaba. Mesmo que não represente todas as iniciativas, entende-se que demonstra um quadro geral sobre o assunto.

#### **3.4.4.1 Iniciativas dos habitantes**

No ínterim de 1900 a 1910, foram identificados sete diferentes grupos maiores de temáticas, que se subdividem em outras tônicas, no que diz respeito às iniciativas em prol da educação local por parte de habitantes. Apesar de apresentar um tema a menos que no período anterior, a quantidade de ações e de pessoas que concorreram para o auxílio de instituições beneficentes, particulares e públicas foram significativamente maior.

Distinguiram-se as seguintes ações e iniciativas nos estabelecimentos públicos: doação de verba, material, prédio e prêmios; auxílio nos exames; e presença nos exames finais, exposição de trabalhos, festas de final de ano, inauguração de edifício e inauguração de obras. Em instituições beneficentes: doação de verba, material e prêmios para as escolas da Sociedade Igualitária Instrutiva e Sociedade Beneficente Operária; compra nos leilões dos trabalhos das alunas da escola do Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe; presença nos exames finais e doação de prêmios à Escola Sagrado Coração de Jesus.

Para os estabelecimentos particulares, tem-se: empréstimo de edifício ao Colégio Assunção; no Colégio Piracicabano participação em eventos e apoio financeiro na construção do edifício anexo; presença nos exames finais e doação de prêmios ao Externato Tristão Mariano; e doação de livros à Universidade Popular de Piracicaba. Essas realizações serão apresentadas a seguir agrupadas por tipo de instituição de ensino.

O Grupo Escolar Moraes Barros foi o que mais teve atenção da população de Piracicaba. Dentre as ações identificadas em prol desse estabelecimento de ensino está a doação de 10:000\$000 pelo então senador Manoel de Moraes Barros para a construção de um prédio próprio (1900). Seu filho, o deputado estadual Antonio de Moraes Barros organizou na cidade uma subscrição no intuito de angariar dinheiro para serem instaladas campainhas elétricas

(1905). Assim como, várias pessoas contribuíram para outra subscrição organizada pelo diretor com o objetivo de restaurar o piano da escola (1907) e depois para a compra de outro instrumento igual (1908) (GAZETA DE PIRACICABA, 09/11/1905, 27/02/1907, 17/11/1907, 07/03/1908; LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900).

Os prêmios para os melhores alunos deste Grupo Escolar foram doados durante todo esse período, a ação se iniciou por parte de Manoel Moraes Barros e aos poucos passou a se tornar um costume de políticos, professores, habitantes e comerciantes<sup>77</sup>. Entre 1900 e 1904 apenas ele e sua família doaram prêmios, a partir do ano de 1905 ocorreu um aumento gradativo tanto na quantidade de pessoas, quanto também no número de prêmios, que chegavam aproximadamente a uma centena por ano. Em 1908, os prêmios passaram a ter nomes, por exemplo, dos irmãos Manoel e Prudente de Moraes Barros. Tais presentes tinham grande variedade, como material escolar, brinquedos e livros infantis (GAZETA DE PIRACICABA, 02/12/1900, 29/11/1903, 25/11/1904, 09/11/1905, 28/11/1905, 29/11/1905, 22/11/1906, 23/11/1906, 24/11/1906, 25/11/1906, 22/11/1907, 23/11/1907, 24/11/1907, 17/11/1908, 21/11/1908, 22/11/1908, 24/11/1908, 27/11/1908, 11/11/1909, 23/11/1909, 26/11/1909, 06/12/1910, 07/12/1910, 08/12/1910, 10/12/1910, 11/12/1910, 13/12/1910).

Nas descrições dos exames finais, verificou-se que entre os anos de 1906 a 1910, parte da população local e das famílias dos alunos desenvolveu o costume de frequentá-los, a ponto de algumas vezes as salas lotarem e ficarem pessoas para fora, nos corredores. Como também passaram a comparecer às festas de final de ano, que eram muito elaboradas com uma programação variada de hinos, récitas e peças de teatro.

Segundo o relatório do inspetor municipal de ensino de 1906, nesse ano compareceram aproximadamente 1.500 pessoas. Na inauguração das obras do novo edifício e ao término de sua construção houve a presença de grande quantidade de populares (GAZETA DE PIRACICABA, 25/10/1903, 20/11/1906, 30/11/1906, 24/03/1907, 23/11/1907, 13/11/1908, 19/11/1908, 20/11/1908, 21/11/1908, 22/11/1908, 14/11/1909, 19/11/1909, 02/12/1910).

O Grupo Escolar Barão de Rio Branco também teve sua cota de atenção por parte dos habitantes de Piracicaba, como por exemplo, para compra de um estandarte e um piano (1907

---

<sup>77</sup> Foi possível identificar os seguintes: Livraria Americana, Livraria Augusta, Livraria Brasiliense, Livraria Pacheco, Livraria Rodrigues, Loja Ao Rei do Barateiro, Casa Selecta, Antonia Adalgiza Ramos, Antonio Corrêa Barbosa, Antonio Corrêa do Amaral, Aquilino José Pacheco, professor Aquilino Pacheco Jr., D. Branca, Cherubim Ferraz, professora Deolinda Magalhães de Almeida, professor Fabiano Lozano, Fernando Febeliano da Costa - intendente municipal, professor Honorato Faustino, José Ferreira da Silva, Julia Prudente de Moraes, professor Lauro de Paula Leite, Manoel de Almeida, Manoel de Moraes Barros, Manoel Ribeiro de Magalhães, Miguel Luiz de Souza, Paula de Moraes Barros, Paula Prudente de Moraes Dias, Paulo Barbosa de Campos, professora Presciliana de Almeida, família Martins de Toledo e família Moraes Barros.

e 1908). Os relatos sobre os exames finais, festas escolares e exposição de trabalhos deste Grupo Escolar revelaram a presença de famílias, habitantes em geral, juiz da comarca e políticos locais (GAZETA DE PIRACICABA, 24/11/1901, 27/11/1906, 15/10/1907, 24/11/1907, 07/05/1908, 17/11/1908, 19/11/1908, 23/11/1909).

Da mesma forma que com o outro Grupo Escolar da cidade, a família Moraes Barros fez doações de prêmios aos melhores alunos no decorrer de todo o período. No ano de 1903, a quantidade foi tão grande que o diretor da escola em nome do governo agradeceu publicamente a Paulo de Moraes Barros. Houve outras contribuições, dentre elas a de um particular e vários estabelecimentos comerciais<sup>78</sup>. Nessa instituição, os prêmios igualmente passaram a ter nomes em homenagem a políticos e professores locais (GAZETA DE PIRACICABA, 01/12/1901, 28/11/1903, 09/12/1903, 29/11/1904, 30/11/1905, 27/11/1906, 21/11/1907, 22/11/1907, 24/11/1907, 22/11/1908, 26/11/1908, 27/11/1908, 24/11/1909, 25/11/1909, 10/12/1910, 11/12/1910).

Para a construção do terceiro Grupo Escolar da cidade, o estado comprou um edifício pertencente à viúva de Manoel de Moraes Barros, Maria Ignez de Moraes Barros. Ela se comprometeu a pagar pelas obras para adaptá-lo dentro dos padrões, o responsável pelas negociações foi Antonio de Moraes Barros, deputado estadual e filho do casal (GAZETA DE PIRACICABA, 11/10/1910, 18/11/1910).

No caso da Escola Complementar, as ações de habitantes auxiliaram na compra de um estandarte (1900), livros, reforma da biblioteca (1906 e 1907) e compra de um piano (1909). O senador Manoel de Moraes Barros presenteou a escola com mapas detalhados que se encaixavam formando o mapa *mundi* (1901). Os exames, entrega de diplomas e exposições de trabalhos eram sempre acompanhados de festas e cerimônias que contavam com a presença de familiares, população e políticos locais. Também ocorriam constantes visitas para conhecer a escola durante o ano letivo (GAZETA DE PIRACICABA, 29/11/1900, 28/04/1901, 01/12/1901, 21/11/1906, 20/11/1907, 20/11/1908, 08/10/1909, 16/11/1909, 18/11/1909).

Os prêmios dados aos alunos que mais se destacavam, apesar de não serem em tanta quantidade como nos Grupos Escolares, eram de outra qualidade. Como, por exemplo, uma pena de ouro cravejada de pedras doada pelo juiz Rafael Marques Cantinho, em 1908, que ofereceu-a para as formandas assinarem o diploma, a qual depois foi sorteada entre uma delas.

Como os prêmios tinham um valor mais oneroso, cada particular os dava em pequena quantidade, com a média de um ou dois por pessoa. No rol de doadores estavam comerciantes,

---

<sup>78</sup> Foi possível identificar os seguintes: Casa Selecta, Chapelaria Wolgemuth, Livraria Americana, Livraria Augusta, Livraria Brasiliense, Livraria Pacheco, Livraria Rodrigues, Tipografia Graner e Octavio Mendes.

religiosos, políticos locais, juízes, particulares e professores<sup>79</sup>. Os prêmios também passaram a ter nomes, às vezes escolhidos pelo ofertante (GAZETA DE PIRACICABA, 26/11/1904, 01/12/1904, 29/11/1905, 23/11/1906, 21/11/1907, 23/11/1907, 25/11/1907, 27/11/1907, 20/11/1908, 21/11/1908, 26/11/1908, 27/11/1908, 28/11/1908, 23/11/1909, 24/11/1909, 25/11/1909, 27/11/1909, 28/11/1909, 25/11/1910).

Na instalação da Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz (1901) e na inauguração de seu edifício (1907), a câmara municipal organizou grandes festividades. Sua conclamação para que a população comparecesse foi atendida, inclusive participaram todas as associações da cidade com seus estandartes e escolas públicas e particulares com seus alunos (GAZETA DE PIRACICABA, 30/05/1901, 02/06/1901, 14/05/1907).

No que diz respeito às escolas isoladas estaduais rurais, habitantes auxiliaram na entrega de materiais (1907) e na reforma e doação de prédio para escola (1908 e 1910), bem como participaram de bancas de exames tanto na cidade como nos bairros, nestes últimos fazendo viagens à sua custa, principalmente a partir de 1908. Nesse mesmo ano, identificou-se que em todas essas escolas rurais estaduais a banca dos exames era recebida pelo fazendeiro local mais rico, por comerciantes ou as pessoas mais influentes dos bairros, que ofereciam refeições e às vezes pernoite (LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907; GAZETA DE PIRACICABA, 20/08/1908, 01/12/1908, 05/12/1908, 06/12/1908, 11/12/1908, 12/12/1908, 15/12/1908, 09/03/1910, 11/02/1911).

Os relatos acerca da presença de pessoas para assistir aos exames das escolas isoladas estaduais surgiram em 1905. Em 1909, consta que houve uma festa de final de ano letivo no bairro rural Capela de Serra Negra promovida por diversos moradores locais. A partir de 1907 a prática de doar prêmios passou a ser difundida nesses estabelecimentos de ensino, principalmente nos localizados na cidade. Todavia, se comparado aos Grupos Escolares a quantidade de prêmios e doadores ainda era modesta<sup>80</sup> (GAZETA DE PIRACICABA, 18/11/1905, 05/12/1907, 06/12/1907, 07/12/1907, 08/12/1907, 11/12/1907, 15/12/1907,

---

<sup>79</sup> Foi possível identificar os seguintes: Casa Selecta, Livraria Augusta, Livraria Brasiliense, Livraria Pacheco, Livraria Rodrigues, Amelia Gomes Ribeiro, professora Antonia de Almeida Oliveira, Antonio Firmino de Proença, professor Benedicto Candido Corte Brilho, professora Candida Sampaio do Amaral, professor Carlos Martins Sodero, professora Dolores Mea, Fernando Paes de Almeida, professor Helio Penteado de Castro, Padre João Baptista Ferraz, professor João Baptista Nogueira, Julia Prudente de Moraes, professor Juvenal de Azevedo Penteado, Maria F. do Amaral, professor Lazaro Lozano, Laura Martins de Mello, Pedro Rodrigues da Costa Doria, juiz Rafael Marques Cantinho, professora Quintina Soares, Monsenhor Victor Leonardo da Soledade e família Moraes Barros.

<sup>80</sup> Foi possível identificar os seguintes: Livraria Americana, Livraria Augusta, Livraria Brasiliense, Livraria Pacheco, casa de comércio A'Vitoria, Albertina e Genny Sampaio, Antonia Teixeira da Silva, o inspetor municipal de ensino Cherubim Ferraz de Andrade, Paula Prudente de Moraes, Pedro Krähenbühl, família Moraes Barros e os próprios professores das escolas.

17/12/1907, 18/12/1907, 21/12/1907, 05/12/1908, 15/12/1908, 14/11/1909, 21/11/1909, 25/11/1909, 15/12/1909, 17/12/1909, 27/11/1910, 10/02/1911).

Em relação às escolas municipais, quanto à participação de habitantes, o relatório do presidente da câmara apresentado em 1902 aponta que um dos quesitos observados para a criação e instalação de escolas rurais era a oferta de edifício ou casa por parte de moradores. O mesmo enalteceu a ação do industrial Antonio Furlan do bairro Charqueada, que além de providenciar a casa da escola pagava um extra à professora. Outro exemplo foi o bairro Chicó, no qual todo o mobiliário foi comprado pelos pais dos alunos (CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902; LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901; GAZETA DE PIRACICABA, 14/10/1909).

Tanto nas escolas municipais da cidade, como de bairros, muitos habitantes, políticos, e professores públicos e particulares participaram das bancas de exames<sup>81</sup>, no mesmo esquema e padrão apresentado anteriormente acerca das escolas isoladas estaduais. Assim como também eram recebidos e acolhidos pela elite de cada bairro.

Todavia, a presença nos exames finais ainda não se mostrava difundida nos estabelecimentos dos bairros rurais, sendo mais comum nas duas escolas municipais da cidade. No mesmo sentido, dentre a categoria de escolas públicas, as que menos tiveram doação de prêmios foram as municipais rurais<sup>82</sup> (GAZETA DE PIRACICABA, 19/12/1903, 13/12/1906, 02/04/1907, 25/11/1907, 10/12/1907, 01/12/1908, 06/12/1908, 13/12/1908, 15/12/1908, 16/12/1908, 21/11/1909, 25/11/1909, 10/12/1909, 11/12/1909, 15/12/1909, 17/11/1910, 22/11/1910, 27/11/1910, 01/12/1910, 11/02/1911).

A instituição particular que mais recebeu atenção dos piracicabanos e, inclusive, de pessoas de outros municípios do estado de São Paulo foi a escola da Sociedade Igualitária Instrutiva, a qual mantinha gratuitamente uma aula noturna para meninos e homens de baixa renda. Por ser beneficente, essa sociedade no decorrer de sua existência passou por vários momentos de dificuldade financeira.

Sua diretoria, quase sempre formada por republicanos locais, por vezes promovia subscrições para angariar verba ou material para a escola. Os professores eram voluntários,

---

<sup>81</sup> Foi possível identificar os seguintes: deputado estadual Antonio de Moraes Barros, professor Arthur Evencio Madeira, Barros Penteado, Cherubim Costa, professor Dario Brasil, prefeito Fernando Febeliano da Costa, professor Fernando Lopes Rodrigues, vereador Francisco A. de Almeida Morato, João Baptista Nogueira, José Ferreira da Silva, professor José Martins de Toledo, Joaquim Teixeira Mendes, vereador Manoel da Silveira Corrêa, vereador Paulo de Moraes Barros e professor Sebastião Dias.

<sup>82</sup> Foi possível identificar os seguintes: Casa de comércio A'Vitoria, Livraria Americana, Livraria Augusta, Livraria Brasiliense, agente da estação de trem de Recreio, Antonio Mendes Filho, Barros Penteado, Joanna Rigo, João e Bento Graner, Joaquim Mendes, José Claes, Lydia de Moraes, Manoel da Costa Pedreira, Pedro Krähenbühl, família Moraes Barros, inspetor municipal de ensino e professores das próprias escolas.

como por exemplo, alunos da Escola Complementar ou da Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz (GAZETA DE PIRACICABA, 07/02/1901, 21/02/1901, 21/07/1901).

No ano de 1901, iniciou-se uma campanha para arrecadar material escolar, didático, livros e mobília. Como resultado, 20 pessoas, entre habitantes, professores e políticos, e uma livraria local<sup>83</sup> doaram objetos suficientes para a escola se manter no decorrer de dois anos. Além de dois donativos em dinheiro do cambista José Sellis de Jundiá (2:000\$000) e do capitão Rodrigues Alves Nogueira (10\$000) (GAZETA DE PIRACICABA, 19/04/1900, 10/06/1900, 24/02/1901, 25/07/1901, 28/07/1901, 01/08/1901, 04/08/1901, 08/08/1901, 11/08/1901, 15/08/1901, 22/08/1901, 29/08/1901, 10/10/1901, 11/09/1902).

No final desse período, nova crise financeira atingira a Sociedade Igualitária Instrutiva, no ano de 1909 com o apoio da imprensa local houve uma campanha por todo o estado de São Paulo. A arrecadação seu deu por meio de festas e bailes beneficentes, e por uma subscrição que teve como doadores de dinheiro principalmente professores e seus alunos, mas também particulares de diversos municípios paulistas<sup>84</sup>.

Ao final, entre agosto de 1909 e fevereiro de 1910, somaram-se centenas de contribuintes e foram computadas 72 doações, que renderam 56:894\$000 (Apêndice D). Identificou-se que, essa escola também era presenteada com prêmios para serem entregues aos alunos após os exames de final de ano, ocasião prestigiada por muitos de seus sócios e habitantes (GAZETA DE PIRACICABA, 01/12/1901, 28/11/1903, 18/06/1904, 21/06/1904, 03/12/1904, 28/11/1908, 28/05/1909, 01/06/1909, 04/08/1909, 08/12/1910).

A escola da Sociedade Beneficente Operária foi instalada em março de 1903 e na festa de abertura compareceram políticos, representantes de instituições de ensino locais públicas e privadas, e autoridades. Nessa ocasião, ocorreu um leilão de prendas, que gerou renda suficiente para o início dos trabalhos escolares e sua manutenção por um período. Nesse ano ainda houve doação de mobília<sup>85</sup>. Os exames de final de ano contavam com a participação de várias pessoas,

---

<sup>83</sup> Foi possível identificar os seguintes: Livraria Brasiliense, Ana Joaquim Bueno, Antonio da Costa Coimbra, Aristides Saes, professora Avelina de Barros, professor Benedicto Candido Corte Brilho, Catharina da Silva, professora Elisa Borges, Ismenia de Almeida, Izabel Coelho, professor João Alves de Almeida, João Lourenço Rodrigues, Maria Leopoldina Soares Mendes, professora Noemia de Almeida, Octaviano Ferraz de Camargo, professora Olivia Bianco, Paulo de Moraes Barros, professora Rachel Pereira, Tica Algodual e professor Theodoro Huffen-Baecher.

<sup>84</sup> Anhembi, Atibaia, Bebedouro, Botucatu, Ibatinga, Ibitirama, Itatiba, Itu, Jaú, Limeira, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz, Ribeirão Preto, Rio das Pedras, Santa Bárbara, São Carlos, São João da Boa Vista, São Paulo, São Pedro, Sertãozinho e Tietê.

<sup>85</sup> Rodolpho Miranda, proprietário da Fábrica de Tecidos Arethusiana doou a essa nova associação toda a mobília escolar, 20 carteiras, mapas e mesas, da antiga escola que aquela fábrica manteve. Joviniano Reginaldo Alvim um relógio de parede. Pedro Doria um lampião belga.

que muitas vezes contribuía com prêmios (GAZETA DE PIRACICABA, 14/01/1903, 17/02/1903, 03/03/1903, 05/03/1903, 13/12/1904, 19/12/1908).

Quanto ao Colégio Assunção, instituição mantida pelas irmãs de São José, após seu edifício ser destruído por um incêndio, a Baronesa de Piracicamirim cedeu gratuitamente seu palacete no centro da cidade para que as aulas tivessem continuidade. A escola do Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe, entidade beneficente e gratuita, sempre contava com o apoio da população local nos leilões de prendas de trabalhos feitos pelas alunas para gerar renda (GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900, 31/01/1901).

A Escola Sagrado Coração de Jesus, gratuita para meninos de baixa renda, mantida pelos frades capuchinhos, contava com a estima de muitos habitantes locais que compareciam aos exames finais e doavam prêmios. Assim como, o Externato Tristão Mariano, instituição particular tradicional da cidade, que promovia elaboradas festas de final de ano, frequentadas por pais, políticos e elite local, os quais também contribuía com prêmios. A Universidade Popular de Piracicaba, criada em 1910, teve o apoio da população na doação de livros para sua biblioteca (GAZETA DE PIRACICABA, 09/12/1900, 22/12/1901, 27/12/1907, 25/09/1910, 22/10/1910).

O Colégio Piracicabano, mantido por missionárias metodistas, continuava a ser apreciado por uma parcela da elite local, principalmente os republicanos. Suas festas e cerimônias eram sempre grandiosas, compostas de música, teatro, récitas, hinos e discursos, e contavam com a presença de educadores, políticos e famílias. Em 1907, ocasião da inauguração das obras da construção de um prédio anexo, muitos contribuía financeiramente (GAZETA DE PIRACICABA, 20/12/1900, 17/11/1901, 14/09/1902, 12/12/1903, 28/01/1904, 10/12/1904, 30/11/1906, 22/11/1907, 24/11/1907, 06/09/1908, 26/11/1908, 30/11/1909).

Constata-se assim, que a relação da sociedade piracicabana com as instituições de ensino locais, em especial as públicas, se alterou. Estava em andamento a formação de um comportamento, que envolvia diferentes grupos locais, de participar de eventos escolares e contribuir inclusive financeiramente.

Identificou-se que, se distinguiram nesse processo vários membros da família Moraes Barros, como uma continuação das ações iniciadas por Manoel de Moraes Barros. Entende-se que, essa conjuntura possa ser entendida diante das colocações que Coury (2001) faz das teorias de Norbert Elias. Segundo esse autor, Elias tinha como hipótese que em uma dada sociedade os indivíduos se condicionam pelas representações que têm de si e ao mesmo tempo por aquelas que lhe são impostas. Isso gera a “capacidade de perceber-se como pessoa no espelho da

sociedade e, por isso mesmo, de reagrupar-se escolhendo como prova de sua singularidade sua pertença a um grupo social reconhecido pelos outros” (COURY, 2001, p. 124).

Igual comportamento também pode ser identificado nos grupos sociais em que a objetivação da diferença “provém com muita frequência de uma busca consciente da semelhança” (COURY, 2001, p. 132). Em Piracicaba isso ocorreu com grupos de diferentes ideologias e vertentes que se uniam em prol da expansão escolar no município, ao se encaixarem em um padrão em voga nesse momento histórico, de que a educação poderia transformar o futuro da sociedade. Como continuação das ações de particulares em Piracicaba, serão apresentadas as instituições de ensino privadas que existiram entre 1900 e 1910.

#### **3.4.4.2 Instituições privadas de ensino e professores particulares**

No que diz respeito à identificação da quantidade e tipos de instituições privadas de ensino e professores particulares em Piracicaba entre 1900 e 1910, a coleta das informações foi efetuada por meio de notícias e anúncios publicados no jornal Gazeta de Piracicaba e de dados contidos nos relatórios dos inspetores municipais de ensino.

Conforme observado nos dois períodos anteriormente pesquisados os dados sobre essa tônica são o que foi possível constatar com as fontes disponíveis, ou seja, pode ser que houvesse outros estabelecimentos. Mesmo diante disso, considera-se que representam a expressão do quadro educacional privado no município.

Com a catalogação dessas informações foi arquitetado o Apêndice B, por julgar-se muito longo para constar no corpo do texto e a localização de algumas encontra-se no Anexo 1. A partir dessa coletânea foi possível distinguir desde a quantidade, quanto as características das instituições privadas de ensino de Piracicaba nesse período.

Assim como, se distinguiu suas denominações, professores ou diretores, a qual sexo atendiam, as modalidades de ensino e em alguns casos quantos professores ou alunos tinham. Para auxiliar a análise desse tópico foi elaborada a Tabela 30, a qual permite visualizar a quantidade de estabelecimentos de ensino privados, a qual sexo atendiam e a modalidade de ensino que ofereciam.

Tabela 30 – Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba, com discriminação das modalidades de ensino que ofertavam e a qual sexo atendiam no período de 1900 a 1910.

|   | 1900 | 1901 | 1902 | 1903 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 | 1908 | 1909 | 1910 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Feminina primária/ diurna</b>                                | 2    | 1    | 1    | 1    | 1    | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    |
| <b>Feminina primária/ secundária / diurna</b>                   | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| <b>Feminina primária/ secundária/ educação infantil/ diurna</b> | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| <b>Feminina primária/ noturna / diurna</b>                      | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 1    | 2    | 2    | 2    | 2    |
| <b>Masculina primária/ diurna</b>                               | 4    | 4    | 3    | 4    | 4    | 7    | 3    | 3    | 3    | 3    | 4    |
| <b>Masculina primária/ secundária/ diurna</b>                   | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| <b>Masculina primária/ noturna</b>                              | 1    | 1    | 1    | 3    | 4    | 5    | 3    | 3    | 4    | 4    | 4    |
| <b>Masculina primária/ noturna e diurna</b>                     | 1    | 1    | 1    | 1    | 2    | 1    | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    |
| <b>Mista Primária / diurna</b>                                  | 6    | 6    | 5    | 4    | 5    | 9    | 12   | 13   | 10   | 10   | 11   |

continua

conclusão

|  | 1900      | 1901      | 1902      | 1903      | 1904      | 1905      | 1906      | 1907      | 1908      | 1909      | 1910      |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Mista primária/noturna e diurna</b>                                   | 1         | 1         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         |
| <b>Mista primária/secundária/ diurna</b>                                 | 0         | 0         | 1         | 1         | 1         | 1         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         |
| <b>Mista primária/secundária/complementar/jardim de infância/ diurna</b> | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         | 1         |
| <b>UPP – Universidade Popular de Piracicaba</b>                          | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         |
| <b>Centro Literário Recreativo</b>                                       | 0         | 1         | 1         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         |
| <b>Total</b>   | <b>18</b> | <b>18</b> | <b>16</b> | <b>17</b> | <b>20</b> | <b>28</b> | <b>25</b> | <b>27</b> | <b>24</b> | <b>24</b> | <b>27</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910.

O crescimento de variação percentual de 1900 a 1910 foi de 50%, taxa menor que a encontrada nos anos 1890 (177,77%), todavia a média de escolas por ano se mostrou superior que nos dois períodos antes analisados. No geral, por meio das informações contidas no Apêndice B, foi possível observar que o padrão dessas instituições privadas se alterou se comparado ao período anterior. Antes, a maioria era formada de aulas particulares, as quais recebiam em média cinco alunos, agora essa categoria estava em segundo lugar com 14 estabelecimentos. As escolas e externatos com uma média de 10 a 30 estudantes, que anteriormente estavam em segundo lugar, passaram a ser as mais representativas com a quantidade de 16.

As escolas e colégios de médio porte, com 30 a 60 alunos, se mantiveram no mesmo patamar, em terceiro lugar, ao somar 10 estabelecimentos. Os maiores colégios e escolas com

aproximadamente 90 a 160 alunos, aumentaram em quantidade em relação ao período anterior ao alcançar seis unidades, mas ainda eram minoria. Nesse conjunto de estabelecimentos eram proporcionadas as modalidades de externato, semi-internato e internato.

Dentro das 25 instituições de ensino privadas existentes em 1899, 12 se mantiveram no início de 1900 e somente seis delas chegaram a 1910, dentre elas duas que estavam presentes desde o início dessa pesquisa. São elas o Colégio Piracicabano fundado em 1881 e o Externato de Eulalia Pinto de Almeida Barros, que existia desde 1876.

Das 32 instituições de ensino privadas que foram criadas entre 1900 e 1910, a parcela das que conseguiram se manter abertas teve uma taxa mais alta que nos anos 1890. De fato houve um equilíbrio na quantidade, pois 16 unidades criadas conseguiram se manter até 1910 e igual número durou em média de um a três anos, a maior parte dessas (10) eram de classes ou aulas particulares.

Foi possível identificar algumas novidades entre 1900 e 1910, no total existiram 11 estabelecimentos beneficentes ou gratuitos, mantidos por associações, entidades religiosas e empresas, a saber: Cooperativa da Fábrica de Tecidos, Frades Capuchinhos – Círculo Católico, Sociedade Igualitária Instrutiva, Sociedade Beneficente Operária, Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe, Companhia *Sucrierie* de Piracicaba e Sociedade Beneficente Operária do Monte Alegre.

A Companhia *Sucrierie* de Piracicaba e a Sociedade Beneficente Operária do Monte Alegre mantinham respectivamente quatro e duas escolas em bairro rurais. Houve mais uma particular, o que resultou no total em sete escolas privadas rurais, tipo de estabelecimento que não existia nos dois períodos anteriormente pesquisados.

Outra inovação foi a existência de duas escolas noturnas para mulheres, uma era de pequeno porte e durou apenas por dois anos. Mas, a Escola 25 de Março, fundada em 1906, se manteve até o final do recorte temporal dessa pesquisa e tinha em média 100 alunas matriculadas por ano. Um novo tipo de proposta educacional, que oferecia palestras e aulas sobre diferentes temas científicos, foi colocado em prática pelo Centro Recreativo Literário e de forma mais organizada e elaborada pela Universidade Popular de Piracicaba.

Em relação ao sexo atendido por essas instituições privadas, as masculinas que se mantiveram em uma média de duas a quatro por ano nos anos 1880 e 1890, passaram para três a quatro nos dez primeiros anos de 1900. Entretanto, a quantidade de tipos de ensino oferecido diminuiu na comparação com os anos 1890, não havia mais os níveis intermediário, preparatórios e noturno secundário. Outra questão é que nos períodos anteriores as masculinas eram maioria, posto ocupado entre 1900 e 1910 pelas escolas mistas.

Os estabelecimentos de ensino mistos, que nos anos 1880 e 1890 tinham em média uma a duas unidades por ano, apresentaram, em especial na modalidade primária, um crescimento de variação percentual entre 1900 e 1910 de 83,33%. No início do período entre 1900 e 1910, tinham seis unidades e ao final 11, mas alcançaram nos anos 1906 e 1907 respectivamente, 12 e 13 estabelecimentos. Destaca-se, nesse quesito, o Colégio Piracicabano, que criou um externato para meninos e formação de professoras complementaristas, além de continuar a manter a educação infantil mista e o externato e internato feminino.

Os estabelecimentos dedicados somente ao sexo feminino continuaram, como nos anos 1880 e 1890, a ser minoria. Manteve-se a média de uma a duas escolas por ano e ainda em relação aos anos 1890 não havia mais o oferecimento de educação infantil e preparatórios somente para este sexo e a novidade, como apresentado anteriormente, foram as aulas noturnas.

Percebe-se que, assim como nos anos 1890, havia grupos da cidade que mantinham suas próprias instituições de ensino, entende-se que isso ocorreu sob diferentes perspectivas. Uma delas foi como forma de manter a coesão cultural de determinado grupo, como a escola italiana Umberto I, que dava aulas de português e italiano, com apoio financeiro e de material didático por parte do governo da Itália.

Houve também a Escola Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Assunção de ordem religiosa católica, com ensinamentos religiosos em complemento ao currículo científico. As escolas nas áreas rurais foram criadas para atenderem aos colonos e seus filhos, como forma de atender a uma parcela da população que não recebia atenção dos poderes públicos.

Constata-se então, que ocorreu a continuação da expansão de estabelecimentos privados, com algumas modificações de perfil, como a extinção dos cursos preparatórios e intermediários, e a inclusão de ensino complementar e noturno para mulheres. Outro fator de destaque foi o aumento da taxa de instituições que abriram nesse decênio e conseguiram se manter até os anos 1910, além do crescimento da modalidade mista, que conseqüentemente gerou mais vagas para meninas.

De acordo com o Anuário de Ensino do Estado de 1910/1911, a população escolar de Piracicaba no final de 1910 era de 6.971, destes 3.095 frequentavam escolas - estaduais 2.115, municipais 309, particulares 671 (SÃO PAULO (Estado), 1911). Nota-se assim que, o ensino privado atendia praticamente o dobro de alunos das escolas municipais e representava 31,72% do total.

Entende-se que, essa expansão estava, como nos anos 1880 e 1890, atrelada à alta demanda de vagas que não era suprida pelos poderes públicos estadual e municipal, mesmo que estes tenham investido mais na ampliação de suas redes de ensino. Inclusive, a disseminação

de instituições privadas de ensino era estimulada pelo governo estadual, quando no Anuário de Ensino de 1909/1910 explicitou que o governo incentivava e aprovava a ação da iniciativa particular na educação (SÃO PAULO (Estado), 1910).

Assim como pelo governo municipal, no momento em que o camarista Paulo de Moraes Barros no relatório do triênio 1899-1901 expôs que na área educacional a edilidade procurava “interessar o povo nesse movimento regenerador, tem-n’o conseguido, pois a iniciativa particular vae-se manifestando promissoriamente” (CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902, p. 9).

Um fato interessante, constatado na análise dos dados dos três períodos aqui pesquisados, é que apenas uma vez foi encontrado pedido de autorização à câmara municipal para a abertura de escolas privadas. A partir disso, deduz-se que as escolas abriam ou fechavam sem nenhum tipo de controle do poder público local, ou estadual.

Por vezes, em poucos casos, identificou-se nas atas da câmara, conforme demonstrado anteriormente no tópico referente a esse assunto, que alguém ao abrir uma escola mandava um informe para a câmara, mas não como uma obrigação e sim, como uma forma de demonstrar respeito aos vereadores. No intuito de proporcionar melhor visualização da variação de crescimento ou diminuição da quantidade de instituições privadas de ensino entre 1900 e 1910, foi elaborado o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

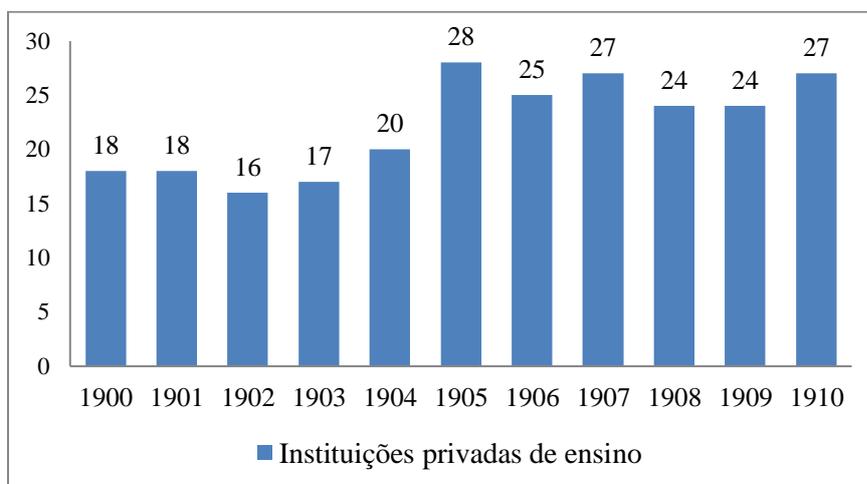


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910.

Observa-se que, na primeira metade desse período houve a mesma quantidade de estabelecimentos nos dois primeiros anos, seguida de uma diminuição de 11,11% no ano de 1902 e pequeno crescimento de 6,25% em 1903. Entre esse último ano e 1905 ocorreu um aumento mais marcante de 64,70%, sendo a maior quantidade de unidades educacionais privadas do período.

Na segunda metade do período entre 1900 e 1910, as oscilações foram menores, de 1905 para 1906 houve uma queda de 10,71%, seguido de um aumento de 8% no ano seguinte e novamente um decréscimo de 1907 para 1908 de 11,11%. Nos anos de 1908 e 1909, a quantidade foi a mesma e o período fechou com um aumento de 12,5% em 1910, equivalente a 27 unidades educacionais.

Considera-se que, é preciso entender que o protagonismo da iniciativa privada na educação está diretamente ligado à expansão econômica e social. Isso inclui a relação entre o oferecimento de serviços e a distribuição espacial das diferentes parcelas da sociedade, inclusive quanto à renda das famílias, ou a que grupo pertencem.

Nesse contexto, o ensino particular, quando mantido por algumas sociedades ou empresas de forma gratuita, atua como uma possibilidade de solução para a carência de serviços públicos. No caso dos estabelecimentos que atendem às elites, estes servem para a validação do status de certos grupos sociais (SANTOS, 1993). Como destaca Lefebvre (2000), “na hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem” (p. 9), em um imbricamento que envolve “[...] a coerência lógica, a coesão prática, a autorregulação e as relações das partes com o todo” (p. 14).

No que se refere aos professores particulares, a coleta das informações foi feita da mesma forma que a explicitada nas primeiras Seções da pesquisa. No total foram encontradas no jornal Gazeta de Piracicaba 36 notas sobre esse assunto (Apêndice B). Identificou-se que, um dos anúncios era de procura por professora que pudesse morar em fazenda no município de Ribeirão Preto para lecionar as primeiras letras para crianças.

Como dois educadores ofertaram em mais de um ano seus serviços, tem-se que a soma de professores oferecendo seus serviços totalizam 31, o que representa uma variação percentual de acréscimo de 72,22% em relação aos anos 1890, quadro diferente entre os anos 1880 e 1890 que teve decréscimo de 12,50%. A quantidade de anúncios de professores que ofereceram seus serviços ano a ano entre 1900 e 1910 está exposta na Tabela 31.

Tabela 31 – Quantidade de professores particulares no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

|                                 | 1900 | 1901 | 1902 | 1903 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 | 1908 | 1909 | 1910 | Total     |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------|
| <b>Professores particulares</b> | 2    | 1    | 0    | 5    | 4    | 3    | 4    | 1    | 3    | 7    | 3    | <b>33</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910.

Diante das descrições dos dados encontrados, no que se refere ao sexo dos que ofereciam seus serviços como professores, identificou-se que a maioria era formada por homens com a taxa de 77,41%, enquanto as mulheres representavam 22,59% do total. A diferença entre os sexos no decorrer dos três períodos pesquisados sofreu alterações cíclicas. Dos anos 1880 (87,50% homens e 12,50% mulheres) aos 1890 (57,14% homens e 28,57% mulheres) houve um aumento de mulheres, entretanto entre 1900 e 1910 a proporção de crescimento de homens voltou a ser maior.

No tocante à questão da formação ou experiência desses docentes, o perfil também segue o dos anos 1880 e 1890, quando a maior parte indicou ter algum tipo de preparo. Com a taxa de 90,32% os anos de 1900 a 1910 representaram a maior proporção dentro dos três períodos pesquisados. Quanto ao local, continuou-se a tendência revelada nos anos 1890 de preferência pela área urbana. No total, 93,54% se ofereceu para dar aulas na cidade, pondera-se que talvez isso ocorreu por causa da diminuição da demanda pelos bairros rurais, que passaram a ser atendidos por muitas escolas públicas e algumas privadas.

Nos períodos anteriormente pesquisados, os homens se destacavam no oferecimento para trabalhar em fazenda, dessa vez isso ocorreu por parte de duas professoras. Provavelmente, por que o número de professores formados era cada vez mais do sexo feminino e trabalhar em bairros rurais já era nesse período algo comum para as mulheres, como se podia ver no caso das escolas públicas.

No decênio de 1900 a 1910, a maior parte desses professores (19) se ofereceu para lecionar as disciplinas que preparavam para os exames de ingresso na Escola Complementar. Em segundo lugar estavam as aulas para primeiras letras (9), seguido de línguas (5), sendo as menos ofertadas as classes de escrituração mercantil e contabilidade (2) e preparatórios (1). Esse fato possivelmente ocorreu porque a demanda por vaga na Escola Complementar era cada vez mais concorrida, o que requeria a preparação para o ingresso.

Essa característica desse grupo de professores se mostrou diferente dos períodos anteriores. Porque nos anos 1880 a oferta era somente para aulas de primeiras letras e nos anos 1890 a maioria se focava ainda no primário, mas surgiram também aulas de línguas e lições para o ingresso em preparatórios e na Escola Complementar. A última questão relativa à análise da expansão educacional em Piracicaba de 1900 a 1910 será sobre as iniciativas educacionais do governo estadual no município.

### **3.4.5 Iniciativas educacionais do governo estadual no município**

Nesse tópico, referente às iniciativas do governo estadual no município de Piracicaba, serão apresentadas somente as ações que partiram de decisões diretas desse nível de poder, posto que os atos executados por demanda dos habitantes, professores, inspetor de ensino municipal e camaristas já foram explicitados anteriormente. A única exceção será na questão da criação de escolas, com a exposição do conjunto de estabelecimentos mantidos pelo estado no município.

Identificaram-se seis tipos de ações: subvenção; inauguração e manutenção da Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz; doação de material didático para as escolas municipais; fiscalização dos Grupos Escolares e Escola Complementar; prêmios para os alunos que mais se destacaram em uma instituição escolar; e criação de escolas. Observa-se que, a quantidade foi de somente duas a mais que nos períodos anteriores, entretanto a soma de ações por cada um desses grupos foi mais significativa.

O governo estadual como parte do incentivo à iniciativa privada, subvencionava algumas instituições beneficentes. De acordo com os Anuários de Ensino do Estado de 1907 a 1910 isso ocorreu em Piracicaba com o Asilo de Órfãos Coração de Maria Nossa Mãe e a Sociedade Igualitária Instrutiva, todavia não foi encontrado nas fontes indicações acerca de desde quando isso ocorria. Quanto à Sociedade Igualitária Instrutiva, consta que esta também recebeu móveis e material didático (GAZETA DE PIRACICABA, 30/01/1902, 23/02/1902, 13/04/1902; SÃO PAULO (Estado), 1908, 1909, 1910).

A Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz não era gerida pela Secretaria de Negócios do Interior, responsável pela área da educação no estado, e sim, pela Secretaria da Agricultura. Depois de anos de negociações na Assembleia Estadual ela foi instituída como primeiro estabelecimento do tipo no estado pelo Decreto n. 683-A, de 29 de dezembro de 1900, o qual também estipulou seu regulamento de funcionamento.

A inclusão do nome de Luiz de Queiroz ocorreu por meio do Decreto n. 822, de 18 de março de 1901. No decorrer da década, também por meio de decretos, houve a reorganização curricular e implantação de novo regulamento em 1905, a criação de mais cursos em 1907 e nova reorganização em 1908 (REIS FILHO, 1998).

As reformas e construção dos edifícios desta escola apesar de terem sido decididas pelo executivo estadual foram feitas pela câmara municipal. Os professores, lentes, funcionários e diretores eram contratados diretamente pela Secretaria de Agricultura e com o intuito de se tornar referência na área agrícola não somente no estado, mas no Brasil, foram nomeados especialistas de outros países, como Estados Unidos, Bélgica e França. Assim como, efetuadas compras de materiais, maquinários e instrumentos importados de acordo com a tecnologia de ponta da época (GAZETA DE PIRACICABA, 21/06/1900, 04/05/1902, 10/08/1902, 23/10/1902, 05/06/1907; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1907).

Na ocasião da inauguração do edifício principal da Escola Agrícola em 1907, o secretário do interior fez uma visita às instituições de ensino públicas estaduais e municipais da cidade. Essa vistoria rendeu elogios à forma como a municipalidade geria a educação local, o que fez com que o governo decidisse como recompensa enviar material didático às escolas municipais (GAZETA DE PIRACICABA, 12/07/1907, 21/01/1908).

A fiscalização dos Grupos Escolares e da Escola Complementar, que não fazia parte da alçada do inspetor municipal, era realizada por inspetores estaduais e se tornou mais frequente no decorrer do período. Foram constatadas uma visita nos anos de 1900, 1904, 1905 e 1908, quatro em 1909 e duas em 1910. Foi possível também identificar que o estado enviou apenas uma vez prêmios de final de ano em 1907, para o Grupo Escolar Barão de Rio Branco (GAZETA DE PIRACICABA, 19/08/1900, 20/05/1904, 14/01/1905, 21/11/1907, 02/04/1908, 25/03/1909, 24/08/1909, 07/09/1909, 24/10/1909, 06/07/1910, 16/07/1910).

No que diz respeito à criação de instituições de ensino estaduais o total soma 17, nove (52,34%) se originaram da iniciativa do governo estadual. Na cidade foram três: as masculinas ambulante dos bairros Areão-Alemães (1906) e para policiais do estado (1910), e uma mista no bairro Pompéia (1909). Nos bairros rurais somaram seis: feminina de Cardoso (1900), masculina de Sete Barras (1900) e as mistas de Santo Antonio de Ibicatú (1905), Recreio (1908), São João da Montanha (1910) e Batistada (1910).

Sobre algumas escolas não foi encontrado nas fontes como se deu a decisão de criá-las: ambulante de Areão-Alemães, Pompéia, Santo Antonio de Ibicatú, Recreio, Cardoso e Sete Barras. A mista de Batistada adveio da questão de que não havia frequência suficiente de alunos dos dois sexos para manter duas escolas no bairro. A de São João da Montanha, instalada nas imediações da Escola Agrícola, veio de uma solicitação do secretário da agricultura para o do interior, de que era necessária uma escola para os filhos dos empregados desse estabelecimento. A escola preliminar para o destacamento local visava atender aos praças analfabetos, e ensinaria sobre regulamento de policiamento e instrução militar teórico-prática.

A soma da quantidade de escolas criadas por requisição de habitantes foi igual a seis (35,3%). Na cidade, foram as feminina (1902) e a 2ª masculina (1903) do bairro Vila Rezende. Nos bairros rurais as mistas de Capela de Serra Negra (1902), Pau D'Alho (1908), Guanium (1908) e Morro Grande (1910). Ainda a pedido de moradores foram reabertas duas escolas de bairros rurais – feminina de Batistada (1906) e masculina de Charqueada (1907). Por requerimento da edilidade as duas instituições criadas (11,76%) se encontravam na área urbana, são elas: masculina do bairro Alemães (1907) e 3º Grupo Escolar (1910). Os camaristas também tiveram o pedido de desanexar da 5ª escola masculina do Grupo Escolar Moraes Barros aceito pelo estado (1903).

A partir dessas informações, constata-se que quanto à criação de instituições de ensino estaduais em Piracicaba, entre os anos 1900 e 1910, as que surgiram por iniciativa do governo estadual foi praticamente metade do total. Destaca-se as que surgiram por demanda dos habitantes, o que mostra que estes atuavam sob diferentes frentes, pois como demonstrado anteriormente, também fizeram uma série de pedidos nesse sentido à câmara municipal.

Em relação à edilidade, entende-se que a pouca quantidade está associada aos conflitos políticos com o governo estadual e à dedicação em criar sua própria rede de ensino. A Tabela 32 demonstra o total de instituições de ensino estaduais ano a ano, agrupadas entre as que se localizavam na cidade e nos bairros rurais. No Apêndice C, constam os detalhes sobre cada um desses estabelecimentos, como professores e quantidade de alunos, e no Anexo 1 a localização de algumas escolas.

Tabela 32 – Quantidade total de instituições de ensino mantidas pelo estado no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

|   | 1900      | 1901      | 1902      | 1903      | 1904      | 1905      | 1906      | 1907      | 1908      | 1909      | 1910      |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino estaduais na cidade</b>   | 11        | 12        | 13        | 15        | 14        | 14        | 15        | 16        | 15        | 16        | 11        |
| <b>Instituições de ensino estaduais nos bairros</b> | 3         | 3         | 4         | 4         | 4         | 6         | 7         | 8         | 11        | 10        | 13        |
| <b>Total</b>  | <b>14</b> | <b>15</b> | <b>17</b> | <b>19</b> | <b>18</b> | <b>20</b> | <b>21</b> | <b>24</b> | <b>26</b> | <b>26</b> | <b>24</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

Observa-se que, entre 1900 e 1910, ocorreu o maior aumento do número de instituições de ensino estaduais dentro do recorte temporal dessa pesquisa, com o crescimento de variação percentual de 71,42%. Se comparado aos anos 1880 que teve crescimento de 50% e os anos 1890 com um decréscimo de 12,5%, constata-se que houve ciclos com a alternância de expansão, contração e novamente ampliação.

Na cidade, ocorreu crescimento da quantidade até 1909, quando algumas escolas isoladas foram anexadas a um Grupo Escolar e nos bairros rurais o aumento foi mais marcante na segunda metade do período. Esse movimento fez com que em 1910 os bairros rurais tivessem duas unidades a mais que a cidade.

Entende-se que, esses dados demonstram que no ínterim de 1900 a 1910 as ações e planos para a estruturação de uma rede de ensino estadual, apesar de ainda não conseguirem suprir a demanda, geravam resultados favoráveis em Piracicaba. A seguir, serão apresentadas as principais características desses estabelecimentos de ensino classificados entre os localizados nos bairros rurais e na cidade.

Quadro 8 – Instituições de ensino estaduais na cidade de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.

|   | 1900 | 1901 | 1902 | 1903 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 | 1908 | 1909 | 1910 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <b>Feminina - 2<sup>a</sup></b>               | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | *    |
| <b>Feminina - 3<sup>a</sup></b>               | *    | -    | -    | -    | -    | -    | P    | P    | P    | P    | *    |
| <b>Feminina - 5<sup>a</sup></b>               | P    | P    | P    | P    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    |
| <b>Feminina - 6<sup>a</sup></b>               | V    | V    | V    | V    | V    | V    | V    | P    | P    | P    | *    |
| <b>Feminina - Vila Rezende</b>                | -    | -    | V    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    |
| <b>Masculina - 1<sup>a</sup></b>              | V    | V    | V    | V    | V    | V    | V    | P    | P    | P    | *    |
| <b>Masculina - 5<sup>a</sup></b>              | -    | -    | -    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | *    |
| <b>Masculina – Porto</b>                      | V    | V    | V    | V    | V    | V    | V    | V    | V    | P    | *    |
| <b>Masculina - Alemães</b>                    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | P    | P    | P    | P    |
| <b>Masculina – 1<sup>a</sup> Vila Rezende</b> | -    | V    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    |
| <b>Masculina – 2<sup>a</sup> Vila Rezende</b> | -    | -    | -    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | P    | *    |

continua

conclusão

|  | 1900      | 1901      | 1902      | 1903      | 1904      | 1905      | 1906      | 1907      | 1908      | 1909      | 1910      |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Masculina<br/>Ambulante –<br/>Alemães /<br/>Areão</b>       | -         | -         | -         | -         | -         | -         | P         | P         | -         | -         | -         |
| <b>Masculina –<br/>para policiais<br/>do estado</b>            | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | P         |
| <b>Masculina -<br/>noturna</b>                                 | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Mista -<br/>Pompéia</b>                                     | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | P         | P         |
| <b>Mista - Grupo<br/>Escolar -<br/>Barão de Rio<br/>Branco</b> | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Mista - Grupo<br/>Escolar -<br/>Moraes<br/>Barros</b>       | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Mista - 3º<br/>Grupo<br/>Escolar</b>                        | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | -         | V         |
| <b>Mista<br/>Complementar</b>                                  | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Masculina -<br/>Prática<br/>Agrícola</b>                    | V         | V/P       | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         | P         |
| <b>Total</b>   | <b>11</b> | <b>12</b> | <b>13</b> | <b>15</b> | <b>14</b> | <b>14</b> | <b>15</b> | <b>16</b> | <b>15</b> | <b>16</b> | <b>11</b> |

P – cadeira provida; V – cadeira vaga; V/P – uma parte do ano vaga, outra parte provida; ‘-’ – período em que não existia, ou deixou de existir; ‘\*’ – escolas isoladas que foram anexadas ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Quadro elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

Verifica-se que, na área urbana, das 20 instituições de ensino estaduais que existiram entre os anos de 1900 e 1910, cinco estabelecimentos adentraram o período e se mantiveram até seu final. Sete estabelecimentos foram criados nesse ínterim, sete escolas isoladas foram anexadas ao Grupo Escolar Moraes Barros em 1910 e duas foram extintas. Um caso excepcional foi o da 3ª feminina, que em 1900 foi anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros, no ano de 1905 ao ser desanexada voltou a funcionar como isolada e em 1910 foi novamente anexada a esse estabelecimento.

Houve um crescimento entre 1900 e 1903 de 36,36%, seguido de uma queda de uma unidade em 1904, que se manteve até 1905. Entre esse último ano e 1909, o número se alternou entre 15 e 16 unidades e com a anexação de escolas isoladas ao Grupo Moraes Barros houve um decréscimo de 26,66% na quantidade de instituições.

Constatou-se que, todas eram primárias, uma ainda não tinha sido instalada, uma era também de formação de professores e uma técnica agrícola, isso demonstra que a fase preliminar de ensino era prioridade. Quanto ao sexo atendido, cinco eram femininas, cinco mistas e 10 masculinas, o que expressa uma continuidade da tendência identificada nos dois períodos anteriores de maior atenção ao sexo masculino, em especial no caso das primárias isoladas.

No que se refere ao provimento desses estabelecimentos, 13 estiveram providos por todo o período ou durante a sua existência, três não ficaram providas apenas no primeiro ano de sua criação e no resto do tempo sim. O 3º Grupo Escolar como fora criado no final de 1910 não foi instalado e três isoladas estiveram mais tempo vagas que providas – duas por sete anos e uma por nove anos.

Entende-se que, no geral, nesse quesito, também se manteve o padrão dos anos 1890 quando a maioria das instituições estaduais estava provida. Isso revela que Piracicaba estava fora dos parâmetros gerais, pois como apontado anteriormente, a quantidade de escolas vagas no estado por vezes ultrapassava a de providas. Como continuação, serão apresentadas as escolas isoladas estaduais nos bairros rurais.

Quadro 9 – Instituições de ensino mantidas pelo estado nos bairros rurais de Piracicaba e identificação de quais estavam providas ou vagas no período de 1900 a 1910.

|   | 1900     | 1901     | 1902     | 1903     | 1904     | 1905     | 1906     | 1907     | 1908      | 1909      | 1910      |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Feminina - Tanquinho</b>             | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V/P      | P        | P         | P         | P         |
| <b>Feminina - Cardoso</b>               | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V         | V         | V         |
| <b>Feminina – Batistada</b>             | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V/P      | P        | P         | P         | P/-       |
| <b>Masculina - Guamium</b>              | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | P         | P         | P         |
| <b>Masculina – Charqueada</b>           | *        | *        | *        | *        | *        | *        | *        | V        | V/P       | P         | P         |
| <b>Masculina – Tanquinho</b>            | #        | #        | #        | #        | #        | P        | P        | P        | P         | P         | P         |
| <b>Masculina – Sete Barras</b>          | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V         | V         | V         |
| <b>Mista – Pau D’Alho</b>               | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | P         | P         | P         |
| <b>Mista – Santo Antonio de Ibicatú</b> | -        | -        | -        | -        | -        | P        | P/V      | V/P      | P         | P         | P         |
| <b>Mista – Recreio</b>                  | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | P         | P         | P         |
| <b>Mista – Morro Grande</b>             | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -         | -         | P         |
| <b>Mista – Capela de Serra Negra</b>    | -        | -        | V        | V        | V        | V        | V        | V        | V         | V/P       | P         |
| <b>Mista - São João da Montanha</b>     | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -         | -         | P         |
| <b>Mista - Batistada</b>                | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -         | -         | -/P       |
| <b>Total</b>                            | <b>3</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>4</b> | <b>6</b> | <b>7</b> | <b>8</b> | <b>11</b> | <b>10</b> | <b>13</b> |

P – provida; V – vaga; V/P – uma parte do ano vaga, outra parte provida; -/P – foi criada e provida somente na metade do ano; ‘-’ – período em que não existia ou deixou de existir; ‘\*’ – período em que esteve suspensa; ‘#’ – era estadual, mas mantida pelo município e passa ser mantida novamente pelo estado.

Quadro elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

No transcorrer dos 11 primeiros anos de 1900, existiram 15 instituições de ensino estaduais nos bairros rurais de Piracicaba. A escola provisória masculina de Batistada não estará presente na análise a seguir, pois como era integralmente mantida pelo município optou-se por colocá-la, como apresentado anteriormente, no exame das escolas municipais. E a provisória masculina de Tanquinho, está ao mesmo tempo no rol das municipais e estaduais, porque em 1905 passou novamente a ser mantida pelo estado.

No caso das escolas rurais, não ocorreu nenhum período de decréscimo de unidades durante esse período e a taxa de aumento entre 1900 e 1910 foi de 333,33%. Do total, quatro existiram por todo o período e dez novas unidades foram criadas, e a masculina de Charqueada que estava suspensa desde 1888 foi reaberta após 18 anos. Todas essas escolas eram isoladas primárias. Quanto ao sexo atendido, três eram femininas, quatro masculinas e sete mistas.

Observa-se tanto uma diferença no padrão em relação à área urbana, quanto no tocante às instituições do mesmo tipo nos anos 1890, quando a proporção de masculinas e femininas era igual e não havia mistas. Entende-se que, a maior quantidade de mistas era benéfico para o sexo feminino, que passou a ser atendido em mais localidades do município, assim como mais prático e econômico para o estado ao manter um estabelecimento ao invés de dois e ainda atender melhor às demandas.

A questão do provimento se diferenciou dos cenários encontrados anteriormente, quando o período de escolas vagas era superior ao de providas. No total, computaram-se sete unidades que ficaram providas durante toda a sua existência. Duas ficaram vagas por todo o período, uma por nove anos e duas por seis anos, e três escolas ficaram vagas por apenas alguns meses.

Constata-se, assim, que a atenção dada às escolas de bairro rural, no caso de Piracicaba, foi mais expressiva que nos outros dois períodos pesquisados. Com o objetivo de proporcionar melhor visualização do quadro geral de instituições de ensino públicas estaduais em Piracicaba no decênio de 1900 a 1910 foi elaborado o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Quantidade de instituições de ensino mantidas pelo estado nas áreas urbana e rural no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

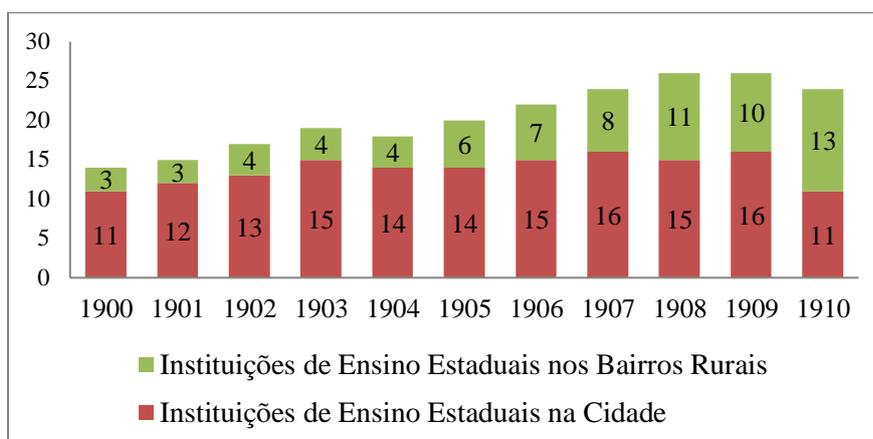


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

Nesse gráfico, é possível identificar que na cidade apesar de haver a mesma quantidade de unidades educacionais em 1900 e 1909 houve um aumento de variação percentual de 45,45% no decorrer do período. A diminuição de quantidade de 1909 para 1910 com a taxa negativa de 31,25% não significou uma baixa no número de vagas, posto que tais escolas não foram fechadas e sim anexadas ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Quando comparado com os períodos anteriores, percebe-se que essa taxa fica em um patamar intermediário, pois nos anos 1880 o aumento foi de 100% e nos 1890 a quantidade não se alterou. Assim, houve um novo ciclo de expansão, mas não como o que ocorreu nos anos 1880.

Nos bairros rurais apresenta-se outro panorama, com crescimento de 333,33% entre os anos de 1900 e 1910. Essa taxa foi a maior do recorte temporal da pesquisa sobre essa tônica, porque nos anos 1880 o crescimento foi de 33,33% e nos anos 1890 não houve alteração. Dessa forma, no que diz respeito a Piracicaba, a área rural nesse período recebeu consideravelmente mais atenção do estado.

A quantidade de instituições estaduais de ensino em Piracicaba pode ser considerada relevante, o Anuário de Ensino de 1909/1910 destaca que dentre os municípios do interior ela estava em quinto lugar, sendo o primeiro posto ocupado por Campinas. No caso das escolas isoladas, ao somar a área urbana e rural, Piracicaba era uma das oito localidades do estado com a maior quantidade (SÃO PAULO (Estado), 1910).

Entende-se que, essas ações educacionais do governo estadual em Piracicaba estavam atreladas, junto a outros aspectos, principalmente econômicos, ao desenvolvimento da imagem do estado como símbolo de região civilizada dentro do país (SANTOS, 2007). Isso se dava em um contexto de escala onde o local e regional se implicavam, como apontado anteriormente, tanto por meio de conflitos e contradições, como também de acordos, entendimentos e alianças (LEFEBVRE, 2000). Assim como na finalização das primeiras Seções da pesquisa, será apresentado para o período entre 1900 e 1910 um balanço geral da expansão educacional em Piracicaba.

### **3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Esse panorama educacional, entre os anos de 1900 e 1910, demonstra que continuou a mesma perspectiva da omissão do governo federal, o qual se focou principalmente nas questões relativas ao ensino secundário e superior. Em relação ao governo estadual, a imposição ao município na manutenção das instituições de ensino públicas estaduais em seu território aumentou, em especial na figura do inspetor municipal de ensino.

A quantidade geral de estabelecimentos de ensino se expandiu ainda mais, seguindo a tendência previamente identificada também nos anos de 1890, situação essa que superou os conflitos políticos entre o executivo municipal e estadual. Esse aumento adveio como antes da iniciativa privada e estadual, com destaque para o surgimento de diversas instituições municipais.

O problema relativo à quantidade de crianças em idade escolar que não frequentavam nenhum tipo de instituição de ensino ainda existia, assim como nos anos 1880 e 1890. Consta que, em 1900, no perímetro urbano 40,79% das crianças estavam nessa situação, no decorrer do tempo essa taxa diminuiu para 24,66%, enquanto no ano de 1910, em todo o município a quota foi de 55,60%. A procura de vagas nos dois Grupos Escolares da cidade gerou anualmente, em média, 300 pedidos não atendidos (LIVRO DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900; RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902; GAZETA DE PIRACICABA, 25/05/1902, 05/02/1903, 02/02/1905, 21/03/1907; SÃO PAULO (Estado), 1911).

A despeito dessa situação, a quantidade de estabelecimentos de ensino no município era relevante, a ponto de ser denominada, como apontado anteriormente, de 'Ateneu Paulista' no ano de 1910. A fama de Piracicaba alcançava também diferentes rincões do país, como no caso da visita à cidade de uma professora enviada pelo governo estadual da Bahia em 1909, com o intuito de aprender os métodos didáticos e organização escolar do Colégio Piracicabano, Escola

Complementar e Grupos Escolares. O presidente da câmara municipal em seu relatório sobre as ações da edilidade em 1907, chegou a afirmar que:

Da ação conjunta do Governo do Estado e do município, harmonica e uniforme fartamente auxiliada pela iniciativa particular, resultou o admirável progresso da instrução em Piracicaba. Podemos asseverar, sem receio de contestação, que este município, entre todos do Estado é o que em proporção de sua população conta o mais elevado numero de escolas e a mais elevada porcentagem de alunos (RELATORIO, 1908, p. 1).

Percebe-se, então, que, em Piracicaba, entre 1900 e 1910, houve considerada expansão escolar, que envolveu os níveis de governo estadual e municipal, a iniciativa privada e a participação de habitantes, ao pressionarem os poderes públicos por mais escolas. Esse movimento de disseminação de instituições de ensino pode ser observado na Tabela 33.

Tabela 33 – Quantidade total de instituições de ensino no município de Piracicaba, entre estabelecimentos públicos e privados, no período de 1900 a 1910.

|  | 1900      | 1901      | 1902      | 1903      | 1904      | 1905      | 1906      | 1907      | 1908      | 1909      | 1910      |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>Instituições de ensino privadas</b>                                       | 18        | 18        | 16        | 17        | 20        | 28        | 25        | 27        | 24        | 24        | 27        |
| <b>Instituições de ensino estaduais</b>                                      | 14        | 15        | 17        | 19        | 18        | 20        | 21        | 24        | 26        | 26        | 24        |
| <b>Instituições de ensino municipais e estaduais mantidas pelo município</b> | 3         | 5         | 5         | 6         | 7         | 10        | 11        | 12        | 13        | 11        | 12        |
| <b>Total</b>   | <b>35</b> | <b>38</b> | <b>38</b> | <b>42</b> | <b>45</b> | <b>58</b> | <b>57</b> | <b>63</b> | <b>63</b> | <b>61</b> | <b>63</b> |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

Verifica-se que, no geral, houve um aumento de 18 instituições de 1900 para 1910, o que representa uma variação percentual de crescimento de 80%. Essa taxa é próxima à encontrada nos anos 1880 (84,61%) e maior que a dos anos 1890 (60%). Quanto ao crescimento de 1880 a 1910, que foi de 13 estabelecimentos de ensino para 66, o aumento corresponde a 384,61%. Constatase dessa forma que, houve durante todos os três períodos pesquisados uma expansão das instituições de ensino em Piracicaba. Para propiciar melhor visualização dessa expansão entre 1900 e 1910, foi estruturado o Gráfico 13, que demonstra ano a ano a quantidade total de estabelecimentos de ensino em Piracicaba.

Gráfico 13 - Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba no período de 1900 a 1910.

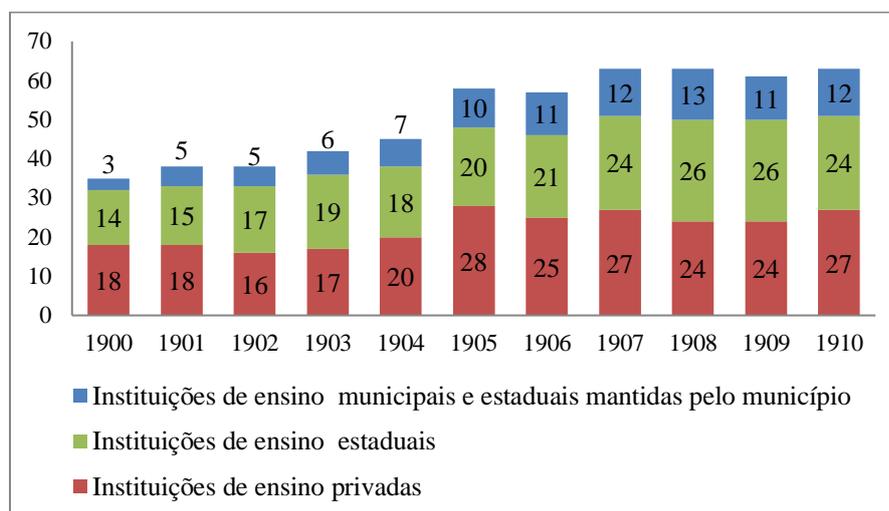


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

Observa-se que, o período com maior crescimento foi entre 1900 e 1905 com a taxa de 65,71% e deste último ano para 1906 houve a diminuição de uma unidade. De 1906 para 1908 ocorreu novo aumento de 10,52%, seguido da queda de duas unidades do ano de 1908 para 1909 e em 1910 volta a quantidade de 63 estabelecimentos de ensino. Dessa forma, constata-se que na primeira metade do período houve um crescimento maior em comparação com a segunda metade quando o patamar se manteve, com a alteração de poucas unidades.

Considera-se que, esse perfil educacional de Piracicaba, de 1900 a 1910, pode ser entendido dentro da análise que Magalhães e Adão (2014) fazem do papel dos municípios na modernização educativa, quando as edilidades passam a assumir responsabilidades impostas por instâncias superiores e ao mesmo tempo criam sua própria rede de ensino e incentivam a iniciativa privada. A educação na sociedade piracicabana passou a ser parte da integração, participação e formação de identidade da coletividade, ao formar um quadro histórico-pedagógico singular, não somente no âmbito estadual, como nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da administração local como base política no Brasil esteve atrelado à forma como o Estado moderno floresceu na Europa a partir do século XV. Durante o período colonial isso promoveu certa autonomia política e administrativa. Esse quadro foi alterado com a vinda da família real portuguesa no início do século XIX, a promulgação da primeira Constituição em 1924 e do Ato Adicional de 1834.

A partir desse momento as câmaras municipais passaram a ficar submetidas ao Império e principalmente às províncias, cenário que adentraria inclusive na República. As províncias se tornaram a unidade básica do Estado e na área da educação ficaram responsáveis pelo ensino em seus territórios. Na província de São Paulo, isso resultou na imposição aos governos locais no auxílio da inspeção e manutenção da instrução escolar, o que gerou um jogo de poder de interdependência.

Em Piracicaba, do início do século XIX aos anos 1870, principiou-se o desenvolvimento urbano e econômico, permeado cada vez mais por ideais liberais. Nesse processo a educação também prosperou e a escolarização passou a ser considerada como uma forma de distinção social, o que ocasionou o aumento de instituições de ensino públicas e privadas.

O cenário político nacional, entre os anos 1880 e 1910, foi marcado pelo final do Império, com a proclamação da República em 1889. Entretanto, quanto aos municípios não houve alteração na conjuntura das questões administrativas gerais e educacionais. De fato, foram cada vez mais crescentes as obrigações impostas pelas províncias/estados.

No decorrer desse período, mesmo com a alta taxa de analfabetos, tanto o governo imperial, como o federal se omitiram das responsabilidades educacionais em relação ao ensino primário, ao se dedicarem somente ao ensino superior e regulamentação do secundário. As leis e reformas do governo central praticamente não tiveram efeito, devido à dimensão territorial do Brasil e pouco interesse político no assunto por parte de algumas províncias/estados, o que ressaltou as heterogeneidades das regiões mais e menos desenvolvidas do país.

Dentro desse quadro, o governo provincial paulista demorou quase todo o conjunto dos anos 1880 para aprovar uma reforma do ensino público e apesar do aumento de escolas e de alunos matriculados, não ocorreu a diminuição necessária da quantidade de analfabetos, nem da demanda crescente por vagas. Essa situação passou a se transformar a partir da proclamação da República, quando nos anos 1890 o desenvolvimento econômico do estado propiciou o investimento na educação.

Nesse novo panorama, permeado por ideais laicos e liberais de educação universal pública, o estado reestruturou a educação paulista por meio de diversas medidas e reformas. O pioneirismo de São Paulo em expandir e reformar a educação em seu território ainda enfrentava uma série de empecilhos e dificuldades, como a falta de professores, assim seus efeitos tardavam em dar resultados. Na primeira década do século XX houve a continuidade das ações iniciadas no decênio anterior, com destaque para a criação de instituições de ensino primárias e de formação de professores.

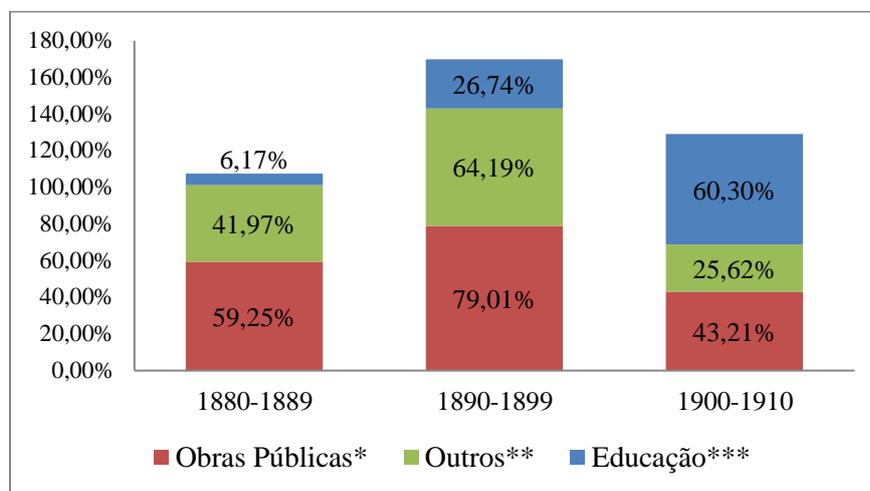
No tocante ao papel dos municípios na expansão educacional paulista, nos três períodos do recorte temporal dessa pesquisa, foi imposto ao governo local auxiliar o estado na fiscalização e manutenção das instituições de ensino. Mas, ao mesmo tempo, com o aumento constante de imposições, em alguns casos havia omissões e em outros, os representantes locais que eram responsáveis pela educação faziam de seus deveres um artifício político de poder.

De 1880 a 1910, Piracicaba se desenvolveu paulatinamente, houve aumento de 592,64% da população do município e de 200% na cidade, a qual por sua vez sofreu transformações urbanísticas importantes, como abastecimento de água, luz e rede de esgoto. A economia foi impulsionada com a chegada de imigrantes e crescimento do comércio, indústria e serviços. Em 1910, Piracicaba era um dos mais prósperos municípios do estado de São Paulo e essa conjuntura repercutiu também na expansão da área educacional, o que lhe rendeu a alcunha de ‘Ateneu Paulista’.

Um dos fatores que proporcionaram o progresso educacional de Piracicaba foi o protagonismo da câmara municipal, tanto por iniciativa própria, como por demanda de habitantes, professores e governo provincial/estadual. A análise do perfil das diferentes gestões da edilidade revelou que nos anos 1880 o comando estava nas mãos de conservadores e liberais monarquistas e havia poucos representantes republicanos.

Com a proclamação da República e a participação marcante de piracicabanos nesse movimento, principalmente os irmãos Moraes Barros, o quadro se inverteu. Entre 1900 e 1910, com a cisão do Partido Republicano Paulista, a câmara foi dirigida por republicanos dissidentes, que eram opositores aos governistas que lideravam o estado. As sessões da câmara municipal foram utilizadas nessa pesquisa como ferramenta de análise para compreender a relevância da educação no contexto da administração local e quais foram os protagonistas nas propostas e requisições acerca dos assuntos educacionais. A proporção que as sessões sobre educação tiveram perante outras temáticas administrativas municipais pode ser visualizada no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Percentagens das temáticas tratadas nas sessões da Câmara Municipal de Piracicaba nos períodos de 1880-1889, 1890-1899, 1900-1910.



‘\*’ Obras Públicas – rede de água, luz elétrica e esgoto, pontes, estradas, e apedregulhamento e sarjetas nas ruas da cidade; ‘\*\*’ Outros – códigos de postura, medidas contra epidemias, mercado, matadouro, telefonia, hospedaria para imigrantes, impostos, aforamentos de terrenos, eleições, regularização do comércio e limpeza pública; ‘\*\*\*’ Educação – assuntos relativos a estabelecimentos municipais, instituições estaduais, particulares e subvenções. Gráfico elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910.

Observa-se que, a temática obras públicas, relacionada principalmente à urbanização da cidade, recebeu nos anos 1880 e 1890 maior atenção dos camaristas e caiu de posição, para o segundo lugar entre 1900 e 1910. Os assuntos aqui denominados de ‘Outros’, que também apresentavam vários aspectos ligados à urbanização, estavam em segundo lugar nos anos 1880 e 1890, e em último plano no período de 1900 a 1910. O tema educação, que era um dos menos tratados pela câmara nos anos 1880 e 1890, tivera um crescimento de aproximadamente 20% entre esses dois períodos e passou a ser o principal objeto de discussão entre os anos 1900 e 1910.

Entretanto, os gastos por área revelaram que durante todo esse recorte temporal as obras públicas foram as que mais receberam verba. Nos anos 1880 não foi encontrado nas fontes nenhum gasto com educação e os investimentos feitos entre 1900-1910 (219:469\$520) foram praticamente o dobro dos despendidos nos anos 1890 (103:899\$900). Identificou-se nesse quesito que os gastos abarcaram a criação e manutenção de estabelecimentos municipais, a compra, reforma e construção de edifícios para abrigar instituições estaduais e subvenções às escolas beneficentes locais. Mas, o salário dos professores sempre esteve entre os menores do funcionalismo público municipal.

Foi possível constatar que a ampliação da quantidade de sessões e gastos coincidiu com a mudança no perfil das gestões da câmara municipal e do governo provincial/estadual na passagem do Império para a República. O que também gerou uma mudança de comportamento dos habitantes e professores públicos e particulares. Para entender o protagonismo desses atores foi elaborado o Gráfico 15.

Gráfico 15 – Dentro do total de sessões sobre educação, as quais ocorreram por iniciativa dos camaristas e demanda de habitantes e professores, e governo provincial/estadual, nos períodos de 1880-1889, 1890-1899, 1900-1910.

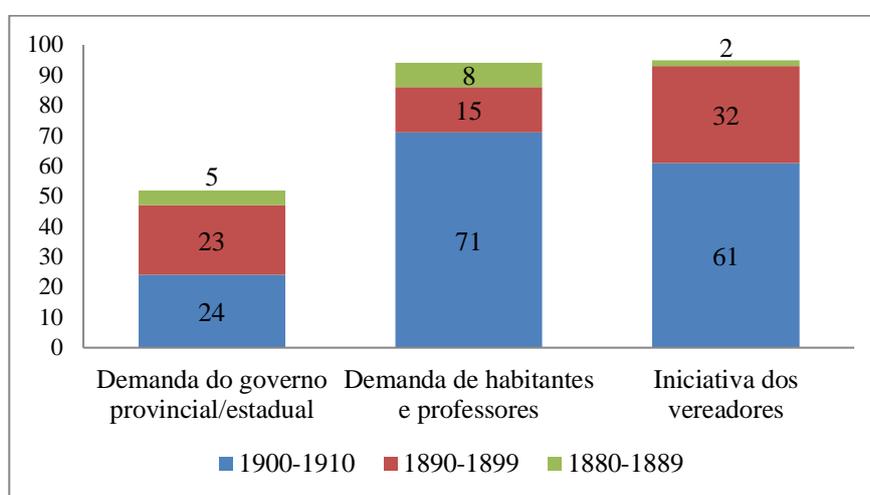


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910.

Nesse gráfico, verifica-se que a cada período ocorreu o aumento da quantidade de sessões voltadas à temática educação. O crescimento de variação percentual entre os anos 1880 e 1890 (333,33%) foi mais marcante que entre os anos 1890 e o íterim de 1900 a 1910 (84,61%).

No que diz respeito ao governo provincial/estadual, a quantidade de sessões no total foi a menor (52), apesar de que em 1880 a quantidade de demandas apresentadas foi maior que as ocorridas por iniciativa dos vereadores. Identifica-se que, no passar do Império para República houve aumento de requisições e informes por parte do governo estadual ao município, fruto das reformas que geraram imposições cada vez maiores à edilidade e do crescimento de quantidade de instituições estaduais.

Os requerimentos feitos por habitantes e professores estiveram em segundo lugar com 93 sessões, apenas nos anos 1890 apresentaram a menor quantidade perante os outros dois

grupos. Nessa categoria destaca-se o período de 1900-1910, com 75% das demandas totais feitas em sua maioria pelos habitantes de bairros rurais com solicitações de criação de escolas. Esse fato marcou uma mudança de comportamento dessa população, que até então não havia demonstrado iniciativa nesse sentido.

Quanto aos professores particulares houve informes de abertura de escolas e requisições de apoio para manter instituições privadas. Os professores públicos, por outro lado, apresentaram a menor quantidade de requerimentos ou informes, pois a maioria dos casos era tratada diretamente com o responsável pelo ensino local, sem passar pelos camaristas.

As sessões ocorridas por iniciativa dos vereadores apresentaram somente uma a mais (94) que o conjunto formado por habitantes e professores. Essa categoria apresentou a maior taxa de crescimento de variação percentual entre os anos 1880 e o período de 1900 a 1910 (2.950%).

O aumento de sessões por parte da edilidade nos anos 1880 e 1890 se deu principalmente acerca de requisições e ações feitas junto ao estado sobre instituições emblemáticas do período, como Grupo Escolar, Escola Complementar e Ginásio. Ao passo que, entre 1900 e 1910, a atenção dos camaristas se voltou para a criação de uma rede de ensino municipal, com a instituição de leis que criaram escolas, concurso para professores e programa de ensino.

Constatou-se que, nos anos 1880, as propostas vieram somente por parte do chefe republicano Manoel de Moraes Barros. Nos anos 1890 o mesmo vereador, seu filho Paulo de Moraes Barros e João Fernandes de Moraes Sampaio, todos republicanos, foram os que mais se destacaram.

No primeiro decênio de 1900, as proposições vieram de integrantes dos três partidos representados na câmara e os que mais se sobressaíram foram Paulo de Moraes Barros e o monarquista Francisco A. de Almeida Morato. Nota-se, dessa forma, o protagonismo dos republicanos principalmente na figura de membros da família Moraes Barros, mas também uma mudança gradativa de políticos de outros partidos, que mesmo sendo adversários se uniram pela causa da educação.

Verifica-se assim que, nos três períodos pesquisados, o governo provincial/estadual conservou a relação com a municipalidade a partir de crescentes imposições. Os vereadores e habitantes transformaram paulatinamente sua visão acerca da educação, muito provavelmente imbuídos pelos ideais advindos do movimento republicano, que aos poucos incutia na mentalidade de diferentes grupos o conceito de que a educação era uma das molas propulsoras para o progresso da sociedade. Todavia, nota-se que as ações educacionais implementadas pela

Câmara Municipal de Piracicaba não seguiram os padrões encontrados nas sessões perante esses três diferentes grupos. O conjunto de ações está representado na Tabela 34.

Tabela 34 - Quantidade de ações referentes ao tema educação efetuadas pela Câmara Municipal de Piracicaba que ocorreram por iniciativa dos vereadores e demanda de habitantes, professores e governo estadual nos períodos de 1880-1889, 1890-1899, 1900-1910.

|   | <b>1880-1889</b> | <b>1890-1899</b> | <b>1900-1910</b> | <b>1880-1910</b> |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Ações – iniciativa dos vereadores</b>              | 2                | 33               | 318              | 353              |
| <b>Ações - demanda de habitantes/ professores</b>     | 7                | 8                | 14               | 29               |
| <b>Ações – demanda do governo provincial/estadual</b> | 1.371            | 1.746            | 2.461            | 5.578            |
| <b>Total</b>  | <b>1.380</b>     | <b>1.787</b>     | <b>2.793</b>     | <b>5.960</b>     |

Tabela elaborada pela autora. Fonte: LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1910; LIVROS DE ORÇAMENTOS E BALANCETES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1899; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1910.

Averigua-se que, o governo provincial/estadual, grupo menos representado nas sessões da câmara municipal, é o que mais demandou ações educacionais, ao ocupar 93,59% do total. Entre os anos 1880 e 1890 houve um aumento de 7,65% e destes últimos para o período de 1900 a 1910 o crescimento foi de 56,29%.

Entende-se que, esses dados, tão discrepantes frente às outras duas categorias, demonstram o quanto os municípios auxiliavam o estado em manter a progressiva expansão da instrução pública. Provavelmente, esse seja o motivo para tantas edilidades paulistas não desenvolverem sua própria rede de ensino, pois a efetivação das ações requeria, tempo, funcionários e gastos.

As ações por iniciativa dos vereadores foram as que apresentaram a maior taxa de crescimento e só foi menor que a dos habitantes nos anos 1880. Elas somaram 5,92% do total, o aumento entre os anos 1880 e 1890 foi de 1.550%, enquanto, entre os anos 1890 e 1900-1910 resultou em 863,63%.

Nos anos 1880, o município não tinha nenhum estabelecimento de ensino próprio e nos anos 1890 somente uma escola noturna. A quantidade marcante de ações no primeiro decênio de 1900 se deve ao o início da implementação de uma rede de ensino municipal. Em 1910 a edilidade mantinha ao todo 10 estabelecimentos municipais, além de uma escola estadual e subvencionava três instituições particulares. Considera-se que, isso demonstra uma racionalidade por parte dos camaristas iniciada no final dos anos 1890, o que conforme apontado no decorrer da pesquisa ocorria em poucos municípios do estado.

As ações realizadas por demandas de professores e habitantes foram as menores em quantidade, com a taxa de 0,49% do total. O aumento nesse quesito foi de 100% entre os anos de 1880 e 1910. Ao examinar essa quantia em relação às sessões que ocorreram por requisição desse grupo, em especial os habitantes de bairros rurais, percebe-se que a despeito da mudança de comportamento destes em valorizar a escolarização de seus filhos, o governo local, segundo relatos identificados nas discussões das sessões, não conseguiu atendê-las por falta de verba.

A forma como os diferentes grupos que formavam a sociedade local agiam em prol da educação também foi outro fator de análise dessa pesquisa. Nos anos 1880, houve cinco iniciativas acerca de uma subscrição por parte de habitantes para comprar mobílias destinadas às escolas públicas e ações para a criação de instituições particulares. Nos anos 1890, a quantidade subiu para nove, também com a ação de grupos para criar estabelecimentos particulares e doação de material escolar e verba para instituições públicas.

No primeiro decênio de 1900, houve uma mudança de comportamento, principalmente por parte dos moradores da cidade, quando diferentes grupos sob diversas frentes passaram a se envolver com a educação local. O envolvimento com as instituições públicas de ensino, que antes era sobre verbas ou doações, passou também a ser na participação de distintos eventos e o apoio aos estabelecimentos beneficentes foi marcante, além de maior atuação frente aos estabelecimentos privados.

Ainda em relação à iniciativa de particulares, no tocante às instituições privadas de ensino houve no decorrer desses três períodos pesquisados uma miríade de estabelecimentos de diferentes portes, que atendiam a diversos públicos alvo. Havia instituições masculinas, femininas e mistas, para adultos e crianças. Estas ofereciam diversificados tipos de ensino, com opções de externato, semi-internato e internato, além dos períodos noturno e diurno. Alguns grupos como religiosos, operários, colonos e imigrantes criaram escolas para atenderem a seus pares, ou a um público alvo específico. Para propiciar melhor entendimento sobre essa tônica segue o Gráfico 16.

Gráfico 16 - Quantidade de instituições de ensino privadas no município de Piracicaba nos anos 1882, 1890, 1900 e 1910.

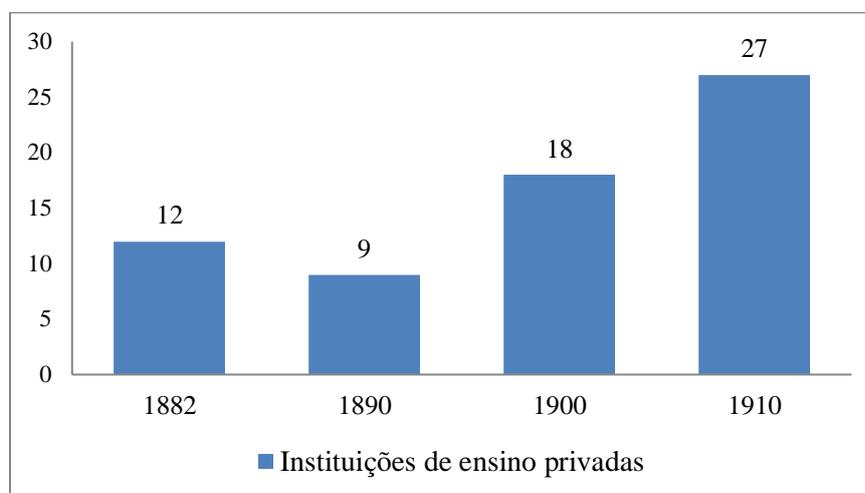


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1910; CAMARGO, 1899; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910.

Nota-se que, ocorreu uma queda de três unidades entre 1882 e 1890, seguido da duplicação de estabelecimentos dos anos 1890 para 1900 e novamente o aumento de nove unidades entre 1900 e 1910. Ao contemplar esse cenário, percebe-se que foi no primeiro decênio de 1900 que políticos, iniciativa privada e diferentes grupos de habitantes da sociedade piracicabana, passaram a adotar um comportamento enérgico e dinâmico em prol do desenvolvimento do ensino no município.

As ações implantadas pelo governo provincial/estadual em Piracicaba de 1880 a 1910 foram a criação e provimento de instituições de ensino, fornecimento de material para esses estabelecimentos, fiscalização, envio de prêmios e subvenção de duas escolas beneficentes. Dentre as instituições de ensino estavam diferentes tipos: escolas isoladas, escolas provisórias, escola ambulante, Escola Complementar, Grupos Escolares, escola para a polícia e Escola Prática Agrícola. Nos anos 1880 foram criados sete estabelecimentos, 11 nos anos 1890 e entre 1900 e 1910 identificou-se 14.

A maior parte dessas instituições de ensino foi criada por demanda da edilidade e de habitantes. Constata-se que, o crescimento da quantidade não foi tão significativo quanto o que ocorreu pelo município e a iniciativa privada. Nos anos 1900-1910, apesar dos conflitos políticos entre os governantes do estado e de Piracicaba, o município continuou a receber investimentos.

A quantidade total de estabelecimentos de ensino no município de Piracicaba foi motivo de ufanismo pelos políticos e habitantes locais e de enaltecimento por seus visitantes. O Gráfico 17 foi elaborado com o objetivo de mostrar o quadro geral no decorrer do recorte temporal dos três períodos pesquisados.

Gráfico 17 - Quantidade total de instituições públicas e privadas de ensino no município de Piracicaba nos anos 1882, 1890, 1900 e 1910.

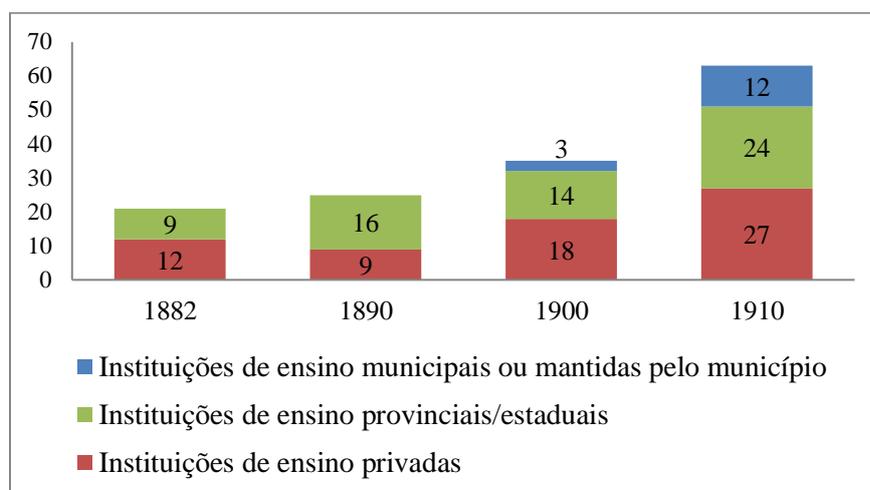


Gráfico elaborado pela autora. Fonte: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1910; CAMARGO, 1899; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900-1910; RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

Observa-se que, no total, o aumento de variação percentual entre 1882 e 1910 foi de 320%. Em relação às quantidades, de 1882 para 1890 o acréscimo foi de quatro unidades, entre o ano de 1890 e 1900 identificou-se 10 unidades e o maior crescimento ocorreu de 1900 para 1910 com o complemento de mais 28 estabelecimentos de ensino. Detecta-se igualmente que, como os dados analisados anteriormente, foi entre 1900 e 1910 que houve a maior taxa de crescimento por parte desses três tipos de instituições de ensino.

A partir desse panorama no qual se buscou empreender um movimento do mais amplo e geral, para o mais particular e específico em nível municipal, entende-se que Piracicaba não apresenta os aspectos concernentes à categoria historiográfica Município Pedagógico nos anos 1880. Visto que a edilidade somente agiu frente às demandas do governo provincial e em raros casos por iniciativa própria, assim como as discussões nas sessões da câmara acerca da

educação foram praticamente nulas. Da mesma forma, a população ainda não demonstrava interesse nos assuntos educacionais e a iniciativa privada e o governo provincial desenvolveram poucas ações.

Percebe-se que, nesse momento histórico, Piracicaba ainda não alcançou o nível de ser considerada “um espaço voltado para os aspectos educacionais, um organismo também pedagógico, preocupado com a formação intelectual de seus munícipes e não apenas com as condições econômico-materiais que se sobressaem nas ações das administrações públicas” (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2015, p. 12).

Pela exposição apresentada acerca dos anos 1890, compreende-se que no município de Piracicaba houve o início de um ímpeto por parte da edilidade na expansão educativa e cultural. Os empreendimentos da câmara municipal junto a habitantes, governo estadual e iniciativa privada, tiveram como pano de fundo o desejo da sociedade, em geral, de estabelecer uma identidade local de civilidade e desenvolvimento de um comportamento próprio de pessoas republicanas, o que viria por meio da educação.

Todavia, mesmo diante da conduta da vereança o município ainda não apresentava indícios de que estava disposto a criar sua própria rede de ensino, o que é indicado por Gonçalves Neto e Carvalho (2015) como um dos preceitos a serem observados nas diretrizes teórico-metodológicas da categoria historiográfica Município Pedagógico. Nas palavras desses autores foram poucos municípios nesse período que por iniciativa própria criaram:

[...] suas próprias escolas, no estabelecimento de normativas para reger esse “sistema”, da realização de concursos públicos, da contratação de um quadro de professores e do estabelecimento de um regime próprio de acompanhamento e avaliação do ensino que ocorria em seus domínios (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015, p. 10).

Em contrapartida, entre 1900 e 1910, a municipalidade criou 12 escolas, instituiu concurso para professores e desenvolveu programa de ensino para os estabelecimentos rurais, por meio de promulgação de leis. Além disso, investiu em estabelecimentos privados e estaduais e contou com o apoio da iniciativa privada e estado na expansão educacional.

Junto a esse movimento da edilidade e elites locais, a população passou a se envolver mais com a instrução e educação. Todo esse processo foi permeado por uma mudança de comportamento geral da sociedade e fez com que Piracicaba se destacasse perante a maioria dos municípios do estado de São Paulo.

Esse decurso também é resultado das disputas e relações de poder tanto entre os diferentes níveis de governo, como dos diversos grupos que formavam a sociedade piracicabana. Havia nesse momento histórico uma preocupação para com a instrução da população e não somente das elites, isso ecoava principalmente nos discursos republicanos, os quais na maioria das vezes não eram colocados em prática. Por isso, compreender como alguns municípios se destacaram ao ampliarem a instrução em seu território, junto a uma campanha de educação para as novas normas civilizatórias impostas nesse período, se torna relevante.

Considera-se que esse cenário, do início do século XX, quando analisado frente às colocações de Magalhães (2013), revela que Piracicaba nesse momento histórico enquadra-se nos preceitos determinados pela categoria historiográfica Município Pedagógico. Posto que para um município constituir-se como tal é necessário que ele desenvolva suas próprias iniciativas, ao mesmo tempo em que cumpre as imposições e complementa as ações dos outros níveis de governo, com ofertas educativas apoiadas por diversos setores da sociedade local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia - José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-bonifacio-o-moco/biografia>>. Acesso em: 17 dez. 2019.
- ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 30 jan. 1908a.
- ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 31 jan. 1908b.
- A ELEIÇÃO MUNICIPAL. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 3 jul. 1886.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 39-50, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a02n113.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- AMARAL, Victaliano Ferraz do. Melhoramentos da Cidade. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Colaboração, p.1, 17 mar. 1886.
- A NOVA SANGRIA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 8 set. 1888.
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A instrução pública de São Paulo: a reforma de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1976.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Políticas educacionais e Estado federativo: conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil**. Curitiba: Appris, 2013. (Coleção Educação).
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Memória da administração pública brasileira – Benjamin Constant Botelho de Magalhães**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-biografias/611-benjamin-constant-botelho-de-magalhaes>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BALEEIRO, Aliomar. **1891**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. vol. 2. (Coleção Constituições Brasileiras).
- BANDEIRA, Muniz. **Relações Brasil-EUA o contexto da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.
- BARROS, Manuel de Moraes. Mobília para as escolas publicas. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Secção Particular, p. 2, 2 abr. 1884.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. **Censo demográfico nacional de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. **Senadores – Aristides Lobo**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1474>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. **Senadores – Visconde de Jaguaribe**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1584>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BURGUIÈRE, André. Processo de civilização e processo nacional em Norbert Elias. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 103-122.

CABRAL, Maria A. da Silva. **O curso de bacharelado em ciencias e letras do primeiro gymnasium da capital, em São Paulo: um estudo sobre o currículo da escola secundária (1894-1913)**. 2008. 183f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontífice Universidade Católica/SP. São Paulo, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Amador de Campos Pacheco**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/22-amador\\_de\\_campos\\_pacheco](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/22-amador_de_campos_pacheco)>. Acesso em: 21 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Antonio de Barros Ferraz**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/43-antonio\\_de\\_barros\\_ferraz](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/43-antonio_de_barros_ferraz)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Antonio de Paula Leite Filho**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/46-antonio\\_de\\_paula\\_leite\\_filho](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/46-antonio_de_paula_leite_filho)>. Acesso em: 22 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estevão Ribeiro de Souza Rezende**. Disponível em: <[https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/139-estevao\\_ribeiro\\_de\\_souza\\_rezende](https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/139-estevao_ribeiro_de_souza_rezende)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Francisco A. de Almeida Morato**. Disponível em: <[https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/153-francisco\\_a\\_de\\_almeida\\_morato](https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/153-francisco_a_de_almeida_morato)>. Acesso em: 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ignacio Florencio da Silveira**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/196-ignacio\\_florencio\\_da\\_silveira](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/196-ignacio_florencio_da_silveira)>. Acesso em: 21 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio**. Disponível em: <[https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/249-joaquim\\_fernandes\\_de\\_moraes\\_sampaio](https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/249-joaquim_fernandes_de_moraes_sampaio)>. Acesso em: 21 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **João Augusto de Brito**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/211-joao\\_augusto\\_de\\_brito](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/211-joao_augusto_de_brito)>. Acesso em: 21 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **João Batista da Rocha Conceição**. Disponível em: <[https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/213-joao\\_baptista\\_da\\_rocha\\_conceicao](https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/213-joao_baptista_da_rocha_conceicao)>. Acesso em: 27 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Joviniano Reginaldo Alvim**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/314-joviniano\\_reginaldo\\_alvim](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/314-joviniano_reginaldo_alvim)>. Acesso em: 21 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Manoel de Moraes Barros**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/346-manoel\\_de\\_moraes\\_barros](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/346-manoel_de_moraes_barros)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Paulo de Moraes Barros**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo\\_de\\_moraes\\_barros](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo_de_moraes_barros)>. Acesso em: 13 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Paulo Pinto de Almeida**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/398-paulo\\_pinto\\_de\\_almeida](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/398-paulo_pinto_de_almeida)>. Acesso em: 24 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Prudente José de Moraes Barros**. Disponível em: <[https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/411-prudente\\_jose\\_de\\_moraes\\_barros](https://historia.camara.piracicaba.sp.gov.br/vereador/411-prudente_jose_de_moraes_barros)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Torquato da Silva Leitão**. Disponível em: <[https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/438-torquato\\_da\\_silva\\_leitao](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/438-torquato_da_silva_leitao)>. Acesso em: 21 set. 2019.

CAMARGO, Manoel de. (dir.). **Almanak de Piracicaba para 1900**. São Paulo: Typhografia Hennies Irmãos, 1899.

CARDOSO, Maurício Estevam. Por uma História Cultural da Educação: possibilidades de abordagens. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 287-302, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14627/8313>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. História comparada do município pedagógico no Brasil e em Portugal: os casos de Uberabinha e Mafra. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 49-59, dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639805/7368>>. Acesso em: 23 maio 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTANHA, Antonio Paulo; HISTEDBR. **Verbete Ato Adicional de 1834**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ato\\_adicional\\_1834%20.htm#\\_ftnref1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ato_adicional_1834%20.htm#_ftnref1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CASTANHO, Augusto Cesar de Arruda. Instrução Publica. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p. 1-2, 4 jun. 1890.

CENTRO DE MEMÓRIA - CMSP. **Pedro Vicente de Azevedo**. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/pedro-vicente-de-azevedo/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

COLISTETE, Renato Perim. Iniciativas locais e mobilização por escolas primárias em São Paulo, 1830-1889. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 677-710, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120263/136423>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CORIOLOANO FERRAZ DO AMARAL. **A Província** (2010). Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/coriolano-ferraz-do-amaral-2851/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

COURY, Guillaume. Norbert Elias e a Construção dos Grupos Sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 123-144.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso em: 09 out. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Desafios e as Perspectivas do Regime de Colaboração e do Regime de Cooperação no Sistema Nacional de Educação. In: Reunião Nacional ANPED, 37, 2015, Florianópolis. **Trabalho Encomendado GT05 - Estado e Política Educacional**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-de-Carlos-R.-J.-Cury-para-o-GT05.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2015.

DIAS, João Alves. **Ordenações Manuelinas, 500 anos depois: os dois primeiros sistemas (1521-1519)**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2012. (Catálogo).

DIFFICIL. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 8 jul. 1894.

ELIAS NETO, Cecílio. **Memorial Piracicaba 2002** – Barão de Serra Negra. Piracicaba: ICEN, 2002. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/quem-era-o-barao-de-serra-negra-24825/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.2.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a. v.1.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

EMENDA REJEITADA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Gazetilha, p.2, 23 out. 1902.

ESCOLAS MUNICIPAES. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 13 abr. 1893.

ESPANTOSO! **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiario, p.2, 24 out. 1884.

EXAMES ESCOLARES. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 2 dez. 1887.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívea de Lima e (orgs). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 77–97.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ROSA, Walquíria Miranda; INÁCIO, Marcilaine Soares. O método mútuo e a formação docente no Brasil no século XIX: a qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, p. 1-20, set. 2002/fev. 2003. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/apresentacao-revista-educacao-em-foco/edicoes-anteriores-2/ano-2002/historia-da-educacao-setembro-2002fev-2003/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. 2004. 278 f. Tese (Doutorado em Economia) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

Disponível em: <[http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Tese%20Doutorado\\_%20Final%20%20Edison%20Favero\\_16\\_07\\_04\\_R.pdf](http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Tese%20Doutorado_%20Final%20%20Edison%20Favero_16_07_04_R.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2013.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atlas Histórico do Brasil** – Rodrigues Alves. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/rodrigues-alves>>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Atlas Histórico do Brasil** – Rangel Pestana. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Atlas Histórico do Brasil** – Cesário Mota. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOTA,%20Ces%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Atlas Histórico do Brasil** – Campos Sales. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20Campos.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Atlas Histórico do Brasil** – Epitácio Pessoa. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/epitacio\\_pessoa](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/epitacio_pessoa)>. Acesso em: 20 out. 2019.

GONCALVES NETO, Wenceslau. A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro. **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, v. 1, n.1, p. 133-139, 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/321/303>>. Acesso em: 23 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG. **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, v. 2, p. 59-66, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/325/317>>. Acesso em: 23 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Repensando a história da educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Educação em movimento: Reformas no Regulamento Escolar do município de Uberabinha (1896-1899). **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, v. 6, p. 203-220, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/283/290>>. Acesso em: 24 maio 2017.

\_\_\_\_\_. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. **Revista História da Educação**, v. 13, n. 28, p. 159-185, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29021/pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Repensando a História da Educação Brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO,

Carlos Henrique de (orgs.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 19-35.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (orgs.). **O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República**. Campinas: Alínea, 2012.

\_\_\_\_\_. (orgs.). **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015a. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil: 1822-2022).

\_\_\_\_\_. Apresentação - A ação municipal nos assuntos da educação na Primeira República Brasileira: algumas considerações. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015b. p. 7-18.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino Pereira. Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação – RBHE**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2 (20), p. 15-39, maio/ago. 2009a. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/69/77>>. Acesso em: 18 maio 2017.

\_\_\_\_\_. O Local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. In: Marta Maria de Araújo. (org.). **História(s) Comparada(s) de Educação**. 1 ed. Brasília: Liber Livro, 2009b, v.1. p. 161-198. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12424745.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

GOUDSBLOM, Johan. Pensar com Elias. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 241-147.

GRANELL-GÓMEZ, Carmen; VILA, Ignácio. Apresentação. In: GRANELL-GÓMEZ, Carmen; VILA, Ignácio (orgs.). **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 5-20.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. 14. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em quadrinhos**. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Piracicaba: Imprensa Oficial do Município de Piracicaba, 1970. v. 1.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

HENRY, Charles. Elementos para uma teoria da individualização. Quando o criado Mozart se achava um livre artista. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 145-162.

HILSDORF, Maria Lucia S. Educadoras metodistas no século XIX: uma abordagem do ponto de vista da História da Educação. **Revista de Educação do Cogeime**, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 93-98, jun. 2002. Disponível em: <<https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/576/522>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

HONORATO, Tony; MONARCHA, Carlos. De boca de sertão à cidade da instrução: institucionalização do ensino em Piracicaba no século XIX. **Revista da Educação Pública**, Cuiabá, v.25, n.58, p. 175-198, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1908>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

HONORATO, Tony; VIEIRA, Cesar Romero A.; NERY, Ana Clara Bortoleto; MARTIN, Carolina. Município Pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v.21, 16, n.49, p.152-169, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bulhões Carvalho, um médico cuidando da estatística brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/11-Um%20Medico%20Cuidando%20da%20Estatistica-Bulhoes%20Carvalho.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA (2015). **Augusto César de Arruda Castanho**. Disponível em: <[http://wiki.ihgp.org.br/CASTANHO,\\_Augusto\\_C%20C3%A9sar\\_de\\_Arruda](http://wiki.ihgp.org.br/CASTANHO,_Augusto_C%20C3%A9sar_de_Arruda)>. Acesso em: 30 jul. 2019.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, Noticiário, p.2, 24 nov. 1887.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 19 ago. 1905.

JAGUARIBE FILHO, Domingos. **O município e a República**. São Paulo: Editores J. B. Endrizzi & C., 1897.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIRA, Jorge Buarque. **Discursos acadêmicos**. São Paulo: Casa Lira, 1949. Tomo II.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153. Disponível em: <<https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/08/pinsky-carla-fontes-histc3b3ricas.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

Luís Pedreira do Couto Ferraz/Visconde do Bom Retiro. In: **ALMANAK LAEMMERT**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1880. p. 205.

LUIZ DE QUEIROZ. **A Província** (2012). Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/luiz-de-queiroz-3043/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; HISTEDBR. **Verbete Carlos Leôncio de Carvalho**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_carlos\\_leoncio\\_de\\_carvalho.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm#_ftn1)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

MAGALHÃES, Justino Pereira. O município liberal e a decisão política. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 54, p. 05-14, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640164/7723>>. Acesso em: 23 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Do Portugal das luzes ao Portugal democrático – Atlas Repertório dos Municípios na Educação**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <[www.ie.ulisboa.pt](http://www.ie.ulisboa.pt)>. Acesso em: 07 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.18, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2019a. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734>>. Acesso em: 28 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Municipios e Educación. **Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación**, Coruña, vol. 23, p. 05-10, 2019b. Disponível em: <<http://revistas.udc.es/index.php/sarmiento>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MAGALHÃES, Justino Pereira; ADÃO, Áurea. **Os municípios na modernização educativa**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. (Coleção Estudos e Ensaios). Disponível em: <[www.ie.ulisboa.pt](http://www.ie.ulisboa.pt)>. Acesso em: 07 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Os municípios na educação e na cultura. **Revista Interações**, Lisboa/Santarém, v. 11, n. 35, p. 1-2, 2015. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/issue/view/448>>. Acesso em: 07 set. 2015.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos no mundo feminino. In: **História da vida privada no Brasil**. NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

MENNEL, Stephen. O Reverso da moeda: os processos de descivilização. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 163-184.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros**. (Brasil-séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016. (Coleção História, Pensamento, Educação. Série novas investigações, v.8).

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NEME, Mário. **História da fundação de Piracicaba**. 2. ed. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974.

O ENSINO PUBLICO. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 12 nov. 1903.

OLIVEIRA, Cleiton de. **Estado, Município e Educação: análise da descentralização do ensino no Brasil**. 1992. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) UNICAMP, Campinas, 1992.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SOUZA, Sandra Zákia. Introdução. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. **Combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 10-18.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A República e a educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**. 3. ed. São Paulo: PROGRAD; UNESP; Santa Clara Editora, 2005.

PAUPÉRIO, A. Machado. **O município e seu regime jurídico no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PEIXOTO, Silveira. **A tormenta que Prudente de Moraes venceu!** 2.ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1990.

PERECIN, Marly Terezinha Germano. **A Síntese Urbana**. Piracicaba: Equilíbrio; Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP, 2009.

PFROMM NETTO, Samuel. **Dicionário de Piracicabanos**. São Paulo: PNA, 2013.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 185-208.

PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ. **José Liberato Barroso**. Disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2051&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2051&catid=293&Itemid=101)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

\_\_\_\_\_. **História e desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PREFEITURA DE SALVADOR. (Secretaria Municipal da Fazenda). **Aforamento de terrenos**. Disponível em: <<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/ReceitasPatrimoniais/ForoPerguntasRespostas?Length=4>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

QUEIROZ, Adolpho. Apontamentos sobre a história da imprensa em Piracicaba, da pasquinada do século XIX ao alvorecer do século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP**, Piracicaba, n.22, p. 30-42, 2015.

RASGO PATRIOTICO. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.2, 24 dez. 1890.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção Memória da Educação).

RELATORIO. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 19 jan. 1908.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas: Autores Associados: Brasília: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, João Lourenço. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino em São Paulo**. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1930.

SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMPAIO, João Domingues. O Projecto Fontes Junior. **Gazeta de Piracicaba**, Piracicaba, p.1, 27 set. 1903.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região** – definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado** - fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; v.1).

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos; v. 8).

SÃO PAULO (Estado). **Caetanos de Campos**. Disponível em: <<http://www.caetanodecampos.com.br/diretores-e-professores-biografias/78/biografia-de-antonio-caetano-de-campos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Gabriel Prestes**. Disponível em: <<http://www.caetanodecampos.com.br/buscar/86/diretores-da-escola-normal-e-do-instituto-caetano-de-campos>>. Acesso em: 13 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **As cidades do interior de São Paulo no início do século XX**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/republicavelha.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Escola Normal**. Disponível em: <[http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/175/Quem%20somos/Hist%C3%B3rico/1846\\_Escola\\_Normal\\_LINKAR%20NO%20SITE.pdf](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/175/Quem%20somos/Hist%C3%B3rico/1846_Escola_Normal_LINKAR%20NO%20SITE.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do longo século XX brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-57.

\_\_\_\_\_. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal no Brasil. In: **Glossário HISTEDBR**, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_escola\\_normal\\_no\\_brasil.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_normal_no_brasil.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SENRA, Nelson de Castro. **Uma breve história das estatísticas brasileiras** – (1822-2002). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 233-262.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 33-84.

\_\_\_\_\_. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José C. Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. (orgs.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012. p. 23-77.

\_\_\_\_\_. A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (orgs.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p.101-128.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia P. da Silva de. Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889-1947). In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013, Cuiabá. **Anais...** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/PARA%20UMA%20GENEALOGIA%20DA%20ESCOLA%20PRIMARIA%20RURAL.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.

TANURI, Leonor Maria. **A Escola Normal do estado de São Paulo no período da Primeira República: contribuições para o estudo de sua estrutura didática**. Marília: UNESP, 1973.

\_\_\_\_\_. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-193, mai./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: SETEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2 – Século XIX. p. 78-90.

VEIGA; Cynthia Greive. Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10, 2007, Campinas, **Anais...** Campinas: Guarapuava, Faculdade Guairacá, 2007. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. A escolarização como projeto de civilização. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 90-103, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a07.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VIEIRA, Cesar Romero A. Colégio Piracicabano: trajetória histórica e representação social (1881-1935). **Caderno de Pesquisa em Educação**, Vitória, v. 17, n. 33, p. 275-297, dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Notícias da educação metodista no oeste paulista: o Colégio Piracicabano. In: VIEIRA, Cesar Romero A.; NASCIMENTO, Ester Fraga V. B. C. (orgs.). **Contribuições do protestantismo para a história da educação no Brasil e em Portugal**. Piracicaba: Editora Unimep, 2016. p. 133-156.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação - um ensaio no espelho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 37-43, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9786.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

WARDE, Mirian Jorge; PAULO, Marco Antonio Rodrigues. A instalação do serviço de inspeção escolar na província de São Paulo (1835-1887). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 253-275, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22908/12434>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

## FONTES

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 1824**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 23 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html)>. Acesso em: 23 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica dos municípios, de 1 de outubro de 1828**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm)>. Acesso em: 23 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm)>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Livros de Atas (1880-1911)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livros de Ofícios (1890-1910)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livros de Leis e Resoluções (1892-1910)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livro de Registro das Escolas Municipais (1905-1929)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livros de Relatórios (1889-1901)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livros de Balancete e Despesas (1891-1904)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livros de Pagamento de Empregados (1884-1889/1898-1901)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Livros das Comissões (1908-1915)**. (Arquivo Público Municipal de Piracicaba).

\_\_\_\_\_. **Relatórios do Dr. Paulo de Moraes Barros Presidente da Câmara Municipal e Tenente Coronel Aquilino José Pacheco Intendente Municipal** – Apresentados em sessão de 7 de janeiro de 1902 – Triênio de 1889 a 1901. São Paulo: Tipografia Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

GAZETA DE PIRACICABA (1882-1911 – edições n. 1 a 5.289). (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba).

SÃO PAULO (Estado). **Constituição do Estado de São Paulo de 1891**. (1891a) Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1891/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SÃO PAULO. (Província). **Lei n. 16, de 23 de março de 1840**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1840/lei-17-26.03.1840.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 17, de 26 de março de 1840**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/normas/?ano=1840&tipoNorma=9&ementa=S>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 16, de 10 de junho de 1850**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/normas/?ano=1850&tipoNorma=9&ementa=S>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 24, de 2 de julho de 1850**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1850/lei-24-02.07.1850.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 26, de 3 de julho de 1850**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1850/lei-26-03.07.1850.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 81, de 06 de abril de 1887**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1887/lei-81-06.04.1887.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 15, de 11 de novembro de 1891**. (1891b) Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1891/lei-15-11.11.1891.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 16, de 13 de novembro de 1891**. (1891c) Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1891/lei-16-13.11.1891.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 218, de 27 de novembro de 1893.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-218-27.11.1893.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.883, de 6 de julho de 1910. Reorganiza a Inspectoria Geral do Ensino Publico. Regulamento Geral da Instrução Publica. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1910.** São Paulo: Typographia do Diário Official, 1911. Tomo 20. p. 125-126.

\_\_\_\_\_. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1907-1908).** São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C, 1908.

\_\_\_\_\_. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1908-1909).** São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C, 1909.

\_\_\_\_\_. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1909-1910).** São Paulo: Typographia do Diario Official, 1910.

\_\_\_\_\_. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1910-1911).** São Paulo: Typographia do Diario Official, 1911.

## APÊNDICE A

### Leis e resoluções sobre educação - Câmara Municipal de Piracicaba

- **Leis e resoluções sobre criação de escolas e manutenção de escolas provisórias estaduais**

“Lei sobre as escolas de Baptistada e Tanquinho. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º. - Continuam a funcionar, a cargo da Municipalidade nos termos da vigente lei orçamentaria do Estado, as escolas provisórias da Baptistada e Tanquinho. Art. 2º. – Revogadas as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 30 de março de 1900” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900).

“Lei sobre a criação de escolas nos Bairros do Campestre e Tanquinho. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º. – Ficam creadas duas escolas municipaes, uma para ambos os sexos no bairro da Xarqueada, outra para o sexo masculino no bairro do Campestre. Art. 2º - É declarada mixta a escola do Tanquinho. Art. 3º - Estas escolas serão installadas logo que haja verba no orçamento municipal. Art. 4º. – Revogadas as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 15 de abril de 1901” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901).

“Lei do orçamento para o ano de 1905. [...] Disposições Transitorias: [...] Art. 7º - ficam supprimidas as escolas municipaes dos bairros onde houver escolas do Estado, uma vez providas estas. Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 13 de dezembro de 1904” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904).

“Lei sobre criação de escolas municipaes. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º - ficam creadas quatro escolas municipaes - tres para o sexo masculino nos bairros da Xarqueadinha, Dous Corregos e Serrote e a quarta mixta, nesta cidade. § unico – A escola mixta adoptará programma equal ao do 1º e 2º anno dos grupos escolares. Art. 2º - Fica o Intendente auctorizado a prover e installar essas escolas na ordem em que vêm nomeadas no Art. 1º. Os professores terão o vencimento mensal de cento e cinquenta mil réis. Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal, 5 de junho de 1905” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905).

“Lei do orçamento para 1909. [...] Art. 3º - Disposições Permanentes: Fica creada uma escola municipal para o sexo masculino, no bairro do Páo Queimado e autorizada a Prefeitura Municipal a dar lhe provimento. Art. 4º - Fica convertida em escola para o sexo feminino, a mixta de Xarqueada. Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 21 de

outubro de 1908” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1908).

“Resolução sobre a criação de escola no bairro do Chicó. A Camara Municipal de Piracicaba resolve: Art. 1º - Fica creada uma escola municipal para o sexo masculino no bairro de ‘Chicó’. Art. 2º - Fica o Prefeito auctorizado a suspender o funcionamento da escola municipal do bairro do Serrote, transferindo o respectivo professor para a do ‘Chicó’. Art. 3º - As despesas com a instalação e funcionamento da nova escola correrão pela verba <escolas municipaes>. Art. 4º - A escola do Serrote reabrir-se á logo que se obtenha frequencia media legal para seu funcionamento. Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 16 de agosto de 1909” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1909).

“Resolução creando uma escola mixta no Salto de Pederneiras. A Camara Municipal de Piracicaba resolve: Art. 1º - Fica creada uma escola mixta no bairro do Salto de Pederneiras, deste municipio. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 8 de novembro de 1910” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1910).

#### ▪ **Leis de orçamento anual**

“Lei do Orçamento para o anno 1894. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Auxílio a Sociedade Beneficente Instructora – 600\$000. Art. 3º - No caso de por qualquer motivo não ser applicado o auxilio de 600\$000 réis, destinado á Escola da Sociedade Beneficente Instructora, fica o Intendente Municipal auctorizado a crear nessa cidade uma escola nocturna, dispendendo até a quantia de 2:400\$000 (dous contos e quatrocentos mil réis) durante o anno de exercício. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 20 de dezembro de 1893” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893).

“Lei do orçamento para o anno de 1895. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Escola Nocturna Municipal – 1:800\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 4 de fevereiro de 1895” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895).

“Lei do orçamento para o anno de 1896. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Escola Nocturna Municipal – 1:800\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 5 de dezembro de 1895” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1895).

“Lei do orçamento para o anno de 1897. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Ordenado do professor da escola municipal – 1:200\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 15 de dezembro de 1896” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896).

“Lei do orçamento para o anno de 1898. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Ordenado do professor da escola municipal – 1:200\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 6 de dezembro de 1897” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1897).

“Lei do orçamento para o anno de 1899. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Ordenado do professor da escola municipal – 1:200\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 2 de janeiro de 1899” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1899).

“Lei do orçamento para o anno de 1900. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Ordenado do professor da escola municipal – 1:400\$000. Manutenção das escolas provisórias – 5:400\$000. Oferecido ao Governo para a criação de um novo Grupo Escolar ou Escola Modelo – 40:000\$000 [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 4 de janeiro de 1900” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900).

“Lei do orçamento para o anno de 1901. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Escolas municipais – 4:800\$000. Oferecido ao Governo no exercicio passado para a criação de um novo Grupo – 40:000\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 16 de dezembro de 1900” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900).

“Lei do orçamento para o anno de 1902. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Instrução publica municipal – 8:000\$000. Subvenção destinada á auxilio a construção do novo Grupo Escolar – 30:000\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 9 de dezembro de 1901” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1901).

“Lei do orçamento para o anno de 1903. [...] Art. 2º - Despeza: [...] Instrução publica municipal, inclusive o aluguel do predio suplementar do Grupo Moraes Barros – 10:000\$000. Auxilio para a construção do novo Grupo Escolar – 30:000\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 24 de dezembro de 1902” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1902).

“Lei do orçamento para o anno de 1904. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º - Instrução Publica: Para pagamento dos professores em exercicio nas escolas municipais dos bairros da Xarqueada, Tanquinho, Campestre, Baptistada, Marins e Godinho, a razão de 150\$000 mensaes - 10:800\$000. Para pagamento do professor em exercicio na escola nocturna da cidade, a razão de 100\$000 mensaes - 1:200\$000. Para extraordinarios e mais despesas - 680\$000. Total - 12:680\$000. [...] § 2º - Subvenções: [...] Escola I. Instructiva - 1:200\$000. Escola S. B. Operaria - 600\$000. [...] § 6º - Contratos: [...] Para pagamento do aluguel do predio suplementar do Grupo Moraes Barros – 720\$000. [...] § 8º - Obras Públicas: [...] Para a conclusão do edificio do Grupo Escolar ‘Moraes Barros’ – 30:000\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 8 de dezembro de 1903” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903).

“Lei do orçamento para o anno de 1905. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º Instrução Publica: Para seis escolas municipaes de bairros - 10:800\$000. Para a escola nocturna municipal - 1:200\$000. Para extraordinários - 680\$000. Total - 12:680\$000. [...] § 2º - Subvenções: [...] Escola I. Instructiva - 1:200\$000. Escola S. B. Operaria - 600\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 13 de dezembro de 1904” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1904).

“Lei do orçamento para o anno de 1906. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º Instrução Publica: Para sete escolas municipaes de bairros - 12:600\$000. Para a escola mixta da cidade - 1:800\$000. Para a escola nocturna da cidade - 1:200\$000. Extraordinarios - 600\$000. Total - 16:200\$000. [...] § 2º - Subvenções: [...] Escola I. Instructiva - 1:200\$000. Escola S. B. Operaria - 600\$000. Escola do Sagrado C. de Jesus - 600\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 4 de dezembro de 1905” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905).

“Lei do orçamento para o anno de 1907. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º Instrução Publica: Para 7 escolas municipaes de bairros - 12:600\$000. Para escola nocturna da cidade - 1:200\$000. Para uma escola mixta da cidade - 1:800\$000. Para extraordinários - 600\$000. Total - 16:200\$000. [...] § 2º - Subvenções: [...] Escola I. Instructiva - 1:200\$000. Escola S. B. Operaria - 600\$000. Escola do Sagrado C. de Jesus - 600\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 14 de dezembro de 1906” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1906).

“Lei do orçamento para o anno de 1908. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º Instrução Publica: Para 7 escolas municipaes de bairros - 12:600\$000. Para a escola mixta da cidade - 1:800\$000. Para a escola nocturna - 1:200\$000. Para extraordinarios - 1:000\$000. Total - 16:600\$000. [...] § 2º - Subvenções: [...] Escola I. Instructiva - 1:200\$000. Escola S. B. Operaria - 600\$000. Escola do Sagrado C. de Jesus - 600\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 20 de dezembro de 1907” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907).

“Lei do orçamento para o anno de 1909. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º Instrução Publica: Para 8 escolas municipaes de bairros - 14:400\$000. Para a escola mixta da cidade - 1:800\$000. Para a escola nocturna - 1:200\$000. Para extraordinarios - 1:000\$000. Total - 18:400\$000. [...] § 2º - Subvenções: [...] Escola I. Instructiva - 600\$000. Escola S. B. Operaria - 600\$000. Escola do Sagrado C. de Jesus - 600\$000. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 21 de outubro de 1908” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1908).

“Lei do orçamento para o anno de 1910. [...] Art. 2º - Despeza: [...] § 1º Instrução Publica: Para 8 escolas municipaes de bairros - 14:400\$000. Para a escola mixta da cidade - 1:800\$000. Para a escola nocturna - 1:200\$000. Para a Escola I. Instructiva - 1:000\$000. Para a Escola S. B. Operaria - 1:200\$000. Para a escola do Sagrado C. de Jesus - 600\$000. Para extraordinários - 1:000\$000. [...] Sala

das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 29 de novembro de 1909” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1909).

▪ **Leis sobre impostos**

“Lei sobre Impostos. [...] Art. 78 – Os directores de collegios, com ou sem internato, pagarão 20\$000 [...] Sala das sessões da Camara Municipal, 9 de junho de 1893” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1893).

“Lei isentando de impostos os directores de collegios. A Camara Municipal desta cidade de Piracicaba decreta: Art. 1º - Ficam isentos dos pagamentos dos impostos sobre a profissão os directores de collegios e escolas particulares. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal, 7 de maio de 1896” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896).

▪ **Lei sobre compra de edificio para escola**

“Lei sobre a aquisição do predio da “Propagadora da Instrução”. A Câmara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º - Fica o Intendente Municipal auctorizado a fazer a aquisição do predio da sociedade – Propagadora da Instrução – e de todos seus terrenos nesta cidade por preço que não exceda a trinta e nove contos de réis. – Art. 2º - O Intendente Municipal applicará para essa aquisição os trinta contos de réis provenientes das apolices contidas, os cinco contos de réis offerecidos pelo cidadão Dr. Manoel de Moraes Barros e contrairá emprestimos ou emitirá apolices para preencher os quatro contos que preenchem o preço. – Art. 3º - Effetuada a aquisição serão o uso fruto do predio e seus terrenos oferecidos ao Governo do Estado para o estabelecimento d’um gymnasio igual aos já creados no Estado. Art. 4º - Enquanto não fôr fundado o gymnasio pelo Estado, o Intendente Municipal entregará o predio mediante modica retribuição a quem possa nelle estabelecer por sua conta e risco um bom collegio de instrucção secundaria, que será fiscalizado pelo mesmo Intendente. – Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 3 de fevereiro de 1896” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1896).

▪ **Lei sobre doação de prédio de escola ao estado**

“Lei sobre a doação do edificio da Propagadora ao Estado. A Camara Municipal da cidade de Piracicaba resolve: Art. 1º - Fica transferido ao Governo do Estado de S. Paulo por titulo de doação gratuita e dominio e posse do predio construido nesta cidade pela extincta Sociedade Propagadora da Instrução – com todo o seu terreno situado no quarteirão entre as ruas do Rosario, para a qual faz frente, da Ilha

da Palma e do Rocio, com a condição de ser destinado sempre a um estabelecimento de instrução, fim, para que foi construído, e que já foi aceito pelo Governo, que já ali criou uma Escola Complementar. Exceptuam-se da presente doação tres pequenas partes annexas entre si, existentes no quarteirão e divisas da maior parte deste por cercas as quaes pertencem a Francisco das Chagas Pacheco, Carlos Dihel e Firmina de tal, e também tres quinhões dos vinte e seis em que era a propriedade igualmente dividida entre os sócios da Propagadora, e que não pertencem ainda á Camara, mas que essa se compromette a adquirir e a ceder gratuitamente ao Estado. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 4 de janeiro de 1897” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1897).

▪ **Lei sobre verba para construção ou reforma de escola**

“Lei sobre verba para a construção do Grupo Escolar ‘Moraes Barros’. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º. - Fica o Intendente Municipal auctorizado a applicar à construção do edificio para o grupo escolar <Moraes Barros> além da verba já existente no orçamento, mais a soma de oito contos de réis (8:000\$000) que será retirada da verba <Obras Publicas>. Art. 2º. - O predio será edificado no Largo Municipal desta cidade, mediante planta que a Intendencia solicitará ao governo do Estado. Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 6 de abril de 1903” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1903).

“Lei para contração de empréstimo. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º - Fica o prefeito auctorizado a contrahir um emprestimo interno até a quantia de tresentos contos de réis (300:000\$000), por meio de emissão de titulos ao portador ou nominativos, convencionando as respectivas estipulações. § unico - o prefeito fixará o typo, juros, praso, forma de amortisação, comissão do emprestimo, assim como valor dos titulos a emitir. A emissão será feita na proporção em que forem apparecendo as necessidades dos serviços municipaes, salvo manifesta conveniencia em contrario, a juiso do prefeito. Art. 2º - O prefeito poderá dar em garantia do emprestimo, a renda proveniente dos impostos que entender sufficientes. Art. 3º - O producto do emprestimo será destinado ao resgate da divida fluctuante, á execução das obras do matadouro e outras já autorisadas pela Camara, bem como a fazer face ás depesas aucotrisadas na presente lei. Art 4º - Fica o prefeito auctorizado a despender as seguintes quantias: - de Rs 8:500\$000 com a construcção de um necroterio; de Rs 5:000\$000, com o auxilio ao governo do Estado para a creação ou installações de um novo grupo escolar nesta cidade; de Rs 35:000\$000, com o serviço de fornos para incineração do lixo. § unico - O restante do producto do emprestimo será destinado a cobrir qualquer despesa que accrescer ou fôr decretada pela Camara. Art. 5º - Revogam se as disposições em contrario. Sala das seções da Camara Municipal de Piracicaba, 25

de agosto de 1910" (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1910).

▪ **Leis e resoluções sobre subvenção de verba ou local para escolas particulares e beneficentes**

“Lei sobre a subvenção mensal de 50\$000 á Escola da Sociedade Egualitaria. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. unico. – É concedida a contar de primeiro de fevereiro do corrente anno, a subvenção mensal de cincoenta mil réis (50\$000), á Sociedade Egualitaria Instructiva, emquanto sua escola funcionar com a devida regularidade. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 6 de maio de 1900” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1900).

“Lei sobre a subvenção mensal de 50\$000 ao Externato Sagrado Coração de Jesus. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º - Fica concedida a subvenção mensal de 50\$000 ao externato do Sagrado Coração de Jesus. Art. 2º - O Sr. Intendente municipal fica auctorizado a fazer a operação de credito preciso para o dito pagamento. Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 25 de julho de 1905” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1905).

“Resolução sobre o forneccimento d’um local para o funcionamento da escola nocturna mantida por tres professoras do Grupo ‘Piracicaba’. A Camara Municipal forneccerá local apropriado para o funcionamento da escola nocturna mantida, gratuitamente, por tres professoras do Grupo Escolar ‘Piracicaba’, fazendo installação de luz electrica em uma das salas da Camara que se prestar para este fim. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 1º de outubro de 1906” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1906).

“Lei do orçamento para o ano de 1910. Disposições Geraes: [...] Art. 5º - As escolas Beneficente Operaria e Igualitaria Instructiva, sob pena de perderem as subvenções decretadas ficam obrigadas a manter, além das 3 actuaes classes, mais uma, na qual serão de preferencia admittidos os alunos apresentados pelo inspector municipal. [...] Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 29 de novembro de 1909” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1909).

"Resolução sobre pagamento á Sociedade Igualitária Instructiva. A Camara Municipal de Piracicaba resolve: Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a mandar pagar á Sociedade Igualitaria Instructiva, em duodécimos vencidos, a quantia de 800\$000, a que fica reduzida a subvenção que lhe foi consignada na lei orçamentaria do corrente exercicio. Art. 2º - Ficam derogadas as prescripções do art. 5º da lei n. 86 de 29 de novembro de 1909. Art. 3º - Revogam se as disposições em contrario. Sala

das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 28 de maio de 1910" (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1910).

▪ **Lei e Regulação sobre provimento das escolas municipais e programa de ensino das escolas rurais**

“Lei sobre provimento das escolas municipaes. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º - As escolas municipaes serão providas mediante concurso. Art. 2º - Logo que vagar ou fôr creada uma escola será aberta, por edital com o praso de trinta dias, a inscripção para o respectivo concurso. Art. 3º - No processo de concurso e nomeação serão observadas as disposições seguintes: § 1º - A comissão examinadora será composta do inspector municipal e de dous professores nomeados pelo Intendente. § 2º - Terminadas as provas fará a comissão a classificação dos concorrentes que julgar habilitados e enviará ao intendente os papeis relativos ao concurso. § 3º - O Intendente fará a nomeação, dando preferencia, em egualdade de classificação, ao concorrente que offerecer melhor nota e diploma e reunir melhores informações de dedicação e idoneidade profissional e moral. § 4º - No caso de egualdade de condições será preferido o que tiver mais idade. Art. 4º - Revogadas as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal, 5 de maio de 1906” (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1906).

“Regulamento sobre provimento das escolas municipaes. A Camara Municipal de Piracicaba decreta o seguinte: Art. 1º - As escolas municipaes que vagarem ou forem creadas, serão providas mediante concurso. Art. 2º - O concurso será aberto por ordem do intendente municipal e pelo prazo de 30 dias, fazendo-se a necessaria publicação pela imprensa. Art. 3º - Será admitido a inscrever-se o candidato que o require, provando os seguintes requisitos: a) ser brasileiro e maior de 18 anos - mediante certidão de idade ou prova equivalente; b) ter auctorisação do pae, tutor ou marido, si fôr menor ou esposa - mediante declaração assignada por quem a conceder; c) ser vaccinado e não soffrer molestia contagiosa ou repugnante - mediante attestado medico; d) moralidade - mediante folha corrida ou attestado do juiz de paz do districto em que residir. § unico. Todos os documentos serão sellados e authenticados pelo reconhecimento de firmas. Art. 4º - Finda a inscripção, os concorrentes que não houverem apresentado diploma conferido pela Escola Normal ou pelas escolas complementares do Estado, serão submettidos a exame de habilitação, que constará de provas escriptas e oraes sobre as differentes materias que fazem parte do ensino preliminar municipal, observada a amplitude do programa do 4º ano dos grupos escolares. Art. 5º - O exame será feito, em dias previamente designados, perante uma comissão de que farão parte o inspector municipal como presidente, e dous professores nomeados pelo intendente, organizando-se no acto os pontos sobre que tiver de versar. § unico. Os pontos serão tres ou mais para cada materia, e um dos concorrentes, tirará por sorte o que deverá ser objecto da prova escripta de todos. Na prova oral cada um tirará o seu. Art. 6º - Terminados os exames, a comissão procederá a classificação

dos concurrentes, segundo as notas dos diplomas, si forem diplomados, e segundo as notas obtidas no exame de habilitação, devendo tomar em consideração, para uns e outros, a idade, a moralidade e a idoneidade profissional. Art. 7º - Realizado o concurso, serão os papeis remetidos ao intendente, que fará a nomeação do candidato classificado em primeiro logar ou daquelle que lhe parecer mais idoneo dentre os classificados em pé de egualdade, tendo em vista o disposto no Art. 3º §3º da lei de 5 de maio de 1906. § unico. O facto de ser o concorrente diplomado não é sufficiente só por si, para estabelecer a preferencia. Art. 8º - A Camara adopta o seguinte programma de ensino rural: 1º anno Leitura - Conhecimento e uso da pontuação e signaes orthographicos; significação das palavras; letras vogaes e consoantes. Escripta - copiar a lapis - letras, palavras e pequenas sentenças, do livro ou do quadro negro. Arithmetica - algarismos arabicos, ler e escrever numeros; conhecimento pratico dos signaes arithmeticos; taboada de sommar e diminuir; somma e subtração de numeros pequenos. Geographia - a terra e seus movimentos; medida do tempo: dia, anno, semana; as estações. 2º anno Leitura - Significação das palavras; interpretação dos trechos lidos; pontuação e accentuação. Escripta - copiar trechos do livro de leitura; escrever bilhetes e cartas; dictados - em cadernos ou no quadro negro. Arithmetica - taboada de multiplicar e dividir; as quatro operações fundamentaes; algarismos romanos. Geographia - pontos cardeaes: orientação; o Brasil: generalidades e divisão. 3º anno Leitura - sentido proprio e figurado das palavras; ensino pratico e applicado dos principios de grammatica. Escripta - escrever respostas ás perguntas formuladas pelo professor; dictados; descrições simples. Arithmetica - problemas sobre as quatro operações; systema metrico; conhecimento pratico das regras de juros. Geographia - o Estado de S. Paulo: limites, superficie, população, cidades principaes, rios, estradas de ferro; continentes, partes do mundo, oceanos, zonas. Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 27 de maio de 1907" (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1907).

- **Lei de gratificação do inspetor municipal de ensino**

"Lei sobre gratificação ao Inspector Municipal. A Camara Municipal de Piracicaba decreta: Art. 1º - É concedida ao Inspector Escolar do municipio a titulo de gratificação, a quantia de duzentos mil réis (Réis 200\$000) mensaes. Art. 2º - Emquanto não fôr consignado no orçamento credito para esse fim as despesas ocorrerão por conta da verba <eventuaes>. Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões da Camara Municipal de Piracicaba, 21 de junho de 1909" (LIVRO DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1909).

## APÊNDICE B

### Instituições de ensino privadas e professores particulares no município de Piracicaba no período de 1880 a 1910<sup>86</sup>.

- Colégio F. Sophia

Fundado em 1874 e fechado em 1882. Proprietária - Sophia M. Huffen-Baecher. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de internato, semi-internato e externato / 1882 - 20 alunas.

- Externato de Eulalia Pinto de Almeida Barros

Fundado em 15 de maio de 1876 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Da sua fundação até 1891 atendia ao sexo feminino e a partir de 1892 passou a ser misto. Oferecia ensino primário / 1882 - 19 alunas / dez. 1889 - 30 alunas / dez. 1899 - 10 alunos / 1902 - 13 alunos / jul. 1903 - 17 alunos / dez. 1906 - 11 alunos / dez. 1907 - 20 alunos.

- Escola Particular de João Boaventura Pedreira

Fundada em 1881 e fechada em 1882. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Colégio Piracicabano

Fundado em 1881 e em 1910 ainda estava em funcionamento – Criado por missionárias metodistas. Foram diretoras Martha Hite Watts, L. A. Stradley, Elizabeth Davis.

De 1881 a 1882 atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato. Em 1882 passou a oferecer internato. Em 1884 inaugurou o edifício próprio e passou a ser misto – primário para meninos abaixo de 12 anos. Em 1886 oferecia também jardim de infância misto para alunos de 3 a 7 anos. Em 1887 abriu cursos abertos de química para público misto. Em 1899 passou a ter museu escolar e laboratórios. Em 1907 abriu um externato para meninos com mais de 12 anos, curso de inglês aberto à população e formou a primeira turma de professoras.

Em 1882 - 20 alunas – com 19 matérias e cinco professoras / fev. 1883 - 32 alunas / set. 1883 - 50 alunas / jun. 1884 - 60 alunas e alguns meninos com menos de 12 anos / jan. 1887 - 79 alunos, destes 20 eram do *kindergarten* - 10 professores / ago. 1889 - professora de música e ciências dos EUA - dez. - 64 alunos / dez. 1899 - aproximadamente 150 pessoas entre alunos, professores e empregados / dez. 1901 - 133 alunos / jul. 1903 - 109 alunos / dez. 1907 - 142 alunos.

Em 1901 - disciplinas e seus respectivos professores: inglês e ciências morais - L. A. Stradley (também diretora); matemáticas e ciências - J. La Fayette Sanders, Elisa Borges e Helena Schalch; português e francês - Augusto Salgado, Maria Mendes e Accacia de Paula; *kindergarten* - Kate Hall e Mary Northrup; escola de música - F. Kennedy Brown, Lazaro Lozano Rodrigues, E. Carena e Regina Romero; costura - Ismenia de Almeida. Em 1909 – professores: L. A. Stradley, Joel Sanders, Adolpho Carvalho, Miss Brown, Mary Richemond, Jennie Stradley, Dora Pyles, Leontina P. de Mello, Helena Schalch, Daisy Harres e Lourenço Rodrigues.

- Escola de Justino Zeferino da Conceição

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou com o seu falecimento em 1897. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato / 1882 - 13 alunos / 1889 - 15 alunos.

---

<sup>86</sup> Os dados estão apresentados de acordo com a ordem cronológica em que foram encontrados nas fontes: CAMARGO, 1890; GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910; RELATÓRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1910.

- Escola de João Baptista de Sampaio Arruda

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou em 1887. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato.

- Externato França

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou em 1889. Proprietária - Gertrudes França. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário / em 1883 e 1884 oferecia quatro matérias / dez. 1887 - 31 alunas / dez. 1889 - 30 alunas.

- Colégio Santo Antonio

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1882 e fechou em 1891.

Até 1886 o proprietário e diretor era João Theodoro Monteiro - atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato / 1882 - 20 alunos, 14 no secundário e 6 no primário.

Em 1887 foi comprado por Jacques Wolf e passou a oferecer ensino primário, secundário e preparatórios, no sistema de internato, semi-internato e externato, e oferecia aulas de ginástica / maio 1887 - 7 alunos e 4 professores / jun. 1887 - 70 alunos / dez. 1887 - 67 alunos, sendo 4 internos.

Em 1888 foi comprado por Farias Tavares, que veio da Corte e trouxe com ele cinco professores da Corte e de São Paulo de diferentes formações. Passou a oferecer ensino primário, secundário, preparatórios, curso de comércio, magistério, preparatórios para o curso anexo da Escola Politécnica e aula noturna gratuita para adultos do sexo masculino, inclusive para libertos, funcionava no sistema de internato e externato / ago. 1888 - 141 frequentes e 279 matriculados / dez. 1888 - 85 alunos devido à epidemia de febre amarela na região.

Em 1889 passou a ser de propriedade de Luiz Rosa e Farias Tavares - além dos cursos já existentes ofereceu curso noturno para preparatórios / dez. 1889 - 40 alunos.

Em 1890 foi comprado por Alfredo Soares – voltou a oferecer ensino primário e secundário, no sistema de externato, e fechou no final de 1891.

- Liceu Francez

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1882 e fechou em 1885. Proprietário e diretor – João Ompraret. Atendia ao sexo masculino e oferecia primário e secundário no sistema de externato e semi-internato / 1882 - 40 alunos – 13 primário, 17 secundário e 10 semi-internato e noturno. Em 1883 passou a ter três professores e internato, oferecia 18 matérias e criou um curso noturno para artistas e trabalhadores do comércio e aula de música gratuita para os alunos / jan. 1883 - 54 alunos / dez. 1883 - 48 alunos.

- Colégio de Francisco J. Miguel

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou em 1882. Era misto e oferecia ensino primário no sistema de externato / 1882 - 34 alunos – 24 meninos e 10 meninas.

- Escola de Antonio de Arruda

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou em 1882. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola de José Firmino de Almeida

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou em 1882. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola Mista de Jachinto Antenor da Silva Mello

Não há indicação da data de fundação, estava em funcionamento em 1880 e fechou em março de 1902 com o falecimento do professor. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato

- Escola Nova

Fundada e fechada em 1884. Proprietários - H. A. Kitz e Severo Augusto Pereira. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato.

- Aula Noturna de Augusto Saes

Fundada e fechada em 1884. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola para Meninas

Fundada em 9 de maio e fechada em dezembro de 1884. Proprietários - Augusto Cesar de Arruda Castanho e sua esposa. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Externato para meninos

Fundado e fechado em 1884. Proprietários - Augusto Cesar de Arruda Castanho e J. M. de França Junior. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Aula Noturna de Antonio Julio Cesar Xavier

Fundada e fechada em 1884. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola Particular de Henrique Brasiliense Pinto de Almeida

Fundada em julho de 1884 e fechada em 1886. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Externato Brasiliense

Fundado em fevereiro e fechado no final de 1885, reabriu em agosto de 1887 e fechou em 1888. Proprietários - Henrique Brasiliense Pinto de Almeida e A. Nardy de Vasconcelos. Em 1885 atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato. Em 1887 passou a oferecer também secundário.

- Curso D'Instrução Mista

Fundado em março e fechado no final de 1885. Proprietário - Antonio Sardenberg. Era misto e oferecia ensino primário no sistema de externato – métodos de ensino modernos europeus e americanos.

- Externato de Instrução Primária para o Sexo Feminino

Fundado em agosto de 1885 e fechado no final de 1887. Proprietária - Geraldina Candido Borges. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário.

- Escola Particular para Meninos

Fundada em 1885 e fechada no final de 1887. Proprietário - J. Julio C. Huffen-Baecher. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato.

- Colégio Wolf

Fundado em novembro de 1885 e fechado no final de 1886. Proprietário - Jacques Wolf. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato e internato. Funcionava em uma chácara e tinha quatro professores.

- Escola Particular de Instrução Primária

Fundada em março de 1886 e fechada no final do mesmo ano. Proprietário - Severiano Borges Martins da Cunha. Atendia ao sexo masculino - meninos e oferecia ensino primário, no sistema de externato, diurno e noturno.

- Externato Huffen-Baecher / Nova Escola

Fundado em 1886 e fechado em 1899. Proprietária - Guilhermina Augusta Huffen-Baecher. Em 1886 atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário. Em 1887 se tornou misto, com primário e secundário para meninas e primário para meninos abaixo de 10 anos. Em 1889 mudou de nome (Escola Nova) e voltou a atender somente o sexo feminino / dez. 1889 - 20 alunas. Em 1890 voltou a ter o nome original e a ser misto.

- Colégio Franco-Brazileiro

Fundado e fechado em 1887. Proprietária - Marie Emilie Jacob. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de internato e externato.

- Aula Particular de Primeiras Letras

Fundada em janeiro e fechada no final de 1888. Proprietária - Maria de Escobar e Silva. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Colégio São José

Fundado em fevereiro e fechado no final de 1888. Proprietários - J. Julio C. Huffen-Baecher e João Theodoro Huffen-Baecher (ex-professores do Colégio Santo Antonio). Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário, secundário e preparatórios no sistema de externato, tinha três professores.

- Aula Noturna de J. Julio C. Huffen-Baecher

Fundada em fevereiro e fechada no final de 1888. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato / fev. 1888 - 39 alunos.

- Aula Noturna de Antonio França

Fundada em junho e fechada no final de 1888. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Aula Particular de Manoel I. de Oliveira

Fundada em janeiro e fechada no final de 1889. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola de João Huffen-Baecher

Fundada e fechada em 1889. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato / 20 alunos diurno e 10 alunos noturno.

- Curso Noturno de A. do A. França

Fundada e fechada em 1890. Atendia ao sexo masculino – homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato / voltado a todos os cidadãos analfabetos que quisessem gozar dos direitos políticos.

- Colégio Assunção

Fundado em maio de 1890 e fechado no final de 1893. Colégio católico administrado pelo frade Felix de Lavallo, que mantinha o estabelecimento junto aos freis franciscanos. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário, no sistema de externato / ensino gratuito para crianças pobres.

Reabriu em 1894 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Passou a ser administrado pelas irmãs de São José de Itu. A diretora era Joaquina da Silva Marie St. Jean superiora das freiras irmãs de São José. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário no sistema de externato e internato / instrução religiosa e literária / dez. 1899 - aproximadamente 250 pessoas entre alunos, professores e empregados. Em 1901, o grande edifício próprio que abrigava o colégio foi incendiado e este passou a funcionar em duas casas - uma emprestada e uma alugada, no sistema de externato e internato / jan. 1901 - 80 alunas. Em jul. 1903 – 50 alunas. Em 1907, a diretora era a irmã Angélica da Cruz / matrícula durante o ano - 213 alunas e no final do ano – 201 alunas. Em jan. 1908 – 224 alunas. Em 1909, tinha seis classes. Em 1910, a diretora era a irmã Umbelina e estava sendo implantado um jardim de infância misto.

- Colégio Internacional

Fundado em janeiro de 1891 e fechado em agosto de 1893. Proprietária - Marie B. Cousté. Era misto - para o sexo feminino, primário e secundário e para o sexo masculino, primário para menores de oito anos, no sistema de externato.

- Colégio Azurara / Ginásio Piracicabano

Fundado em 1891 e fechado em 1893. Proprietário - José de Azurara. Em 1891 atendia ao sexo masculino e oferecia primário, secundário e preparatórios no sistema de externato. Em 1892 passou a se chamar Ginásio Piracicabano e a oferecer também internato e semi-internato.

- Lições Noturnas no Gabinete de Leitura

Fundada em março de 1892 e fechada em 1893. Professor – Augusto Cesar de Arruda Castanho. Atendia ao sexo masculino - homens e meninos, e era gratuito / turma de no máximo 10 alunos.

- Instituto Piracicabano / Colégio Rosa

Fundado em maio de 1892 e fechado no final de 1894. Proprietário - Luiz Rosa. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário, intermediário e secundário no sistema de internato, semi-internato e externato. Funcionava em uma chácara da cidade. Em 1892 tinha cinco professores. Em 1893 passou a se chamar Colégio Rosa / em maio também passou a oferecer aula de escrituração mercantil e aulas avulsas para quem trabalhava no comércio / sete professores em outubro. Em fev. de 1894 passou a ter batalhão escolar.

- Escola Italo-Brasileira

Fundada em junho de 1892 e fechada no final de 1894. Diretor - Alfredo Nardini. Atendia ao sexo masculino no sistema de externato. No período diurno oferecia ensino primário para meninos e no noturno aulas de português ou italiano para operários.

- Externato para Meninas

Fundado em junho de 1892 e fechado em novembro de 1893. Reabriu em janeiro de 1899 e fechou no final desse ano. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário.

- Aula Noturna

Fundada em outubro de 1892 e fechada em 1893. Proprietário - Alberto Hodge. Atendia ao sexo masculino – homens, e oferecia ensino primário, aulas de francês e inglês, no sistema de externato.

- Escola Fluminense

Fundada em dezembro de 1892 e fechada no final de 1904. Proprietário - Sérgio André Joaquim Pinto. Atendia ao sexo masculino – homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1899 – 31 alunos.

- Escola Italiana Umberto I

Fundada em abril de 1893 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Principal escola da colônia italiana em Piracicaba, a partir de 1900 passou a receber apoio do Ministério da Instrução Pública da Itália, como prêmios e material didático.

Diretores: 1893 e 1894 - Chiodelli Temistocles / 1895 a 1910 - Guilherme Togneri e sua esposa Leonilda Togneri. Era mista, para crianças abaixo de 10 anos e oferecia ensino primário – com gramática italiana e portuguesa - no sistema de externato, períodos diurno e noturno.

Em maio 1893 – 16 alunos / dez. 1894 – 15 alunos / dez. 1899 - 65 alunos / dez. 1901 – 65 alunos / jul. 1903 – 66 alunos / dez. 1906 – 61 alunos e 22 alunas / dez. 1907 – 48 alunos e 24 alunas.

- **Aula Noturna da Sociedade Propagadora da Instrução**

Fundada em 1893 e fechada em 1895. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato. Em 1893 era somente para sócios, a partir de 1894 se tornou aberta e gratuita. Professores: 1893 - Jorge Vaz Guimarães / 1894 - Francisco da Costa Pinto / 1895 - João Theodoro Huffen-Baecher. Em jul. 1893 – 16 alunos / mar. 1894 - 27 alunos, 21 menores e 6 adultos.

- **Externato Froebel / Colégio Ypiranga**

O Externato Froebel foi fundado em julho de 1893 por Joaquim Abel de Azevedo Brito. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário, intermediário, secundário e preparatórios no sistema de externato / out. 1893 - sete professores.

Em dezembro de 1894 foi vendido para Augusto Salgado e passou a se chamar Colégio Ypiranga. Sua nova localização foi no edifício da Sociedade Propagadora da Instrução, onde oferecia internato, semi-internato e externato. Em 1895, também oferecia aulas práticas de alemão, inglês, francês e italiano, cursos especiais de desenho e escrituração comercial / seis professores e 13 disciplinas. Em 1897, funcionavam todas as aulas dadas no Curso Anexo e no Ginásio da capital, além do preparatório para a Escola Normal. Em maio de 1899 passou a não oferecer mais curso primário para externos e em dezembro desse mesmo ano foi fechado.

- **Aula Noturna de Jacintho Antenor da Silva Mello**

Fundada em setembro de 1893 e fechada no final de 1894. Atendia ao sexo masculino – homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato. Atendia às pessoas de baixa renda, com aulas por um preço módico.

- **Colégio Thomas**

Fundado em julho e fechado em dezembro de 1894. Proprietário - Roberto Thomas. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato / ensinava também francês e alemão.

- **Aula Mista Particular / Escola Mista e Noturna**

Fundada em 1894 e fechada no final de 1899. Proprietários – o casal Jacintho Antenor da Silva Mello e Otávia de Mello. No ano de 1894 era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato. A partir de 1895 passou a oferecer ensino noturno para homens / maio 1895 – 60 alunos / dez. 1899 – 31 alunos.

- **Externato de Maria A. Saes**

Fundado em 1895 e fechado em 1899. Era misto – crianças de cinco a oito anos de idade, e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- **Escola Regina Margaritta**

Fundada e fechada em 1895. Proprietário - Paulo Virili. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- **Aula Particular de Estephanea Pinto Novaes**

Fundada e fechada em 1895. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- **Aula Particular de Fernando José Lopes Pinto**

Fundada e fechada em 1895. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- **Aula Particular de Maria Leopoldina Soares Mendes**

Fundada e fechada em 1895. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Aula Particular de Arthur Evencio Madeira

Fundada em março de 1895 e fechada em dezembro de 1899. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Novo Externato / Externato Infantil

O Novo Externato foi fundado em outubro de 1895. Proprietário - José Augusto Correa Guimarães. Funcionava na sala principal do Hotel d'Europa. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário, intermediário, secundário e preparatórios – método intuitivo, no sistema de externato e semi-internato. Em agosto de 1896 foi vendido para Francisco do Amaral e Gregório Perches, e passou a se chamar Externato Infantil, ficou aberto até o final desse ano, sem oferecer preparatórios, mas com aulas de ginástica e passeios uma vez por mês.

- Escola Sagrado Coração de Jesus

Fundada em 1895 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Mantida pelo Círculo Católico e administrada por frades capuchinhos. Era gratuita e atendia ao sexo masculino – sete a 14 anos de idade, e oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1899 – 156 alunos / dez. 1901 – 120 alunos / jul. 1903 - 125 alunos / dez. 1906 – 158 alunos / jan. 1908 – 138 alunos / jul. 1910 – 130 alunos. Em 1905, passou a receber subvenção da câmara municipal. Diretores: 1895-1904 Mansueto Mariconi; 1905-1906 Jeronymo Piovirotto; 1907 - Celestino Franceschini; 1908-1909 Vicente Valentinotti; 1910 - Camillo de Valda.

- Aula de Instrução Primária

Fundada em janeiro de 1896 e fechada em 1899. Proprietária - Elisa Madeira. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário e trabalhos em agulha no sistema de externato.

- Aula Particular de Carlos Bop

Fundada em julho e fechada em dezembro de 1906. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Aula Noturna Gratuita da Loja Maçônica de Piracicaba

Fundada em julho de 1896 e fechada em 1899. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato / set. 1896 – 80 alunos.

- Aula Particular de Zulmira Ferreira do Valle

Fundada em 1896 e fechada em 1899. Atendia ao sexo feminino e oferecia ensino primário, secundário e trabalhos em agulha no sistema de externato.

- Escola do Povo

Fundada em novembro de 1897 e fechada em 1899. Proprietário - Ernesto Barboza Penteado. Atendia ao sexo masculino – meninos e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato, nos períodos noturno e diurno.

- Escola Igualitária Instrutiva

Fundada em maio de 1897 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato, no período noturno. Era gratuita, sendo que a maioria dos alunos era negra. Mantida pela Sociedade Igualitária Instrutiva e desde 1900 recebia subvenção da câmara municipal, assim como do governo estadual.

Diretores: 1897-1900 Joviniano Pinto; jan./mar. 1901 - Juvenal do Amaral; abr./maio 1901 – Julio Scheibel; jun. 1901 a maio 1902 – Sebastião Fischer; jun. 1902 a jul. 1903 - Joviniano Pinto; ago. 1903 a fev. 1904 – Accacio Ribeiro; mar. 1904 a jul. 1906 – José da Costa Sampaio Ferraz; ago. 1906 a jul. 1907 – Fernando de Souza Costa; ago. 1907 a out. 1908 - João Borges de Sampaio; ago. 1909 a dez. 1910 – Fernando Lopes Rodrigues.

Em fev. 1898 – 63 alunos / maio 1901 – 82 alunos / dez. 1901- 60 alunos / jul. 1903 – 82 alunos / jan. 1902 – 35 alunos / ago. 1902 – 142 alunos / jan. 1903 – 62 alunos / mar. 1904 – 104 alunos / dez. 1906

– 74 alunos / dez. 1907 – 55 alunos / nov. 1909 – 82 alunos / maio 1910 – 60 alunos / jul. 1910 – 78 alunos.

- Externato e Internato Tristão Mariano

Fundado em 1897 e fechado em dezembro de 1902. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e secundário. Em 1900 passou a ser misto. Os professores eram o proprietário Tristão Mariano e seus filhos, Clara A. da Costa, Tristão Junior e Luiz Gonzaga da Costa. Disciplinas: ler, escrever e contar, como complemento havia curso elementar de português, francês, aritmética, sistema métrico decimal, geografia, desenho linear, catecismo cristão e música. Em dez. 1899 – 60 alunos / dez. 1901 – 48 alunos.

- Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe

Fundado em fevereiro de 1898 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Atendia a órfãs do sexo feminino e oferecia ensino primário e lições da vida prática no sistema de internato. Recebia subvenção do governo estadual. Diretora - Antonia Martins de Macedo, auxiliada por seis freiras / dez. 1899 – 23 internas / dez. 1900 - 37 internas / dez. 1906 – 47 alunas em duas classes / dez. de 1907 – 50 internas / jan. 1909 – 37 internas.

- Colégio Perseverança

Fundado em maio de 1899 e fechado em dezembro de 1902. Proprietária - Adelina Ferreira de Almeida. Atendia ao sexo feminino e oferecia quatro categorias: jardim de infância, preliminar, programa como os das escolas-modelo e secundário, no sistema de internato, semi-internato e externato. Oferecia 12 disciplinas, mais línguas, piano e canto, e tinha cinco professores.

- Escola Elementar da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo

Fundada em maio de 1899 e fechada em 1905. Era mantida pela colônia italiana em Piracicaba e aberta não somente aos sócios, mas a todos os italianos da cidade. Atendia ao sexo masculino – meninos e homens, e oferecia ensino primário no sistema de externato, nos períodos diurno e noturno. O diretor Aldo Padovani era laureado pelo Ministério da Instrução Pública da Itália / dez. 1901 – 30 alunos.

- Escola Luiz de Queiroz

Fundada em maio de 1899 e fechada em dezembro de 1902. Mantida pela Cooperativa da Fábrica de Tecidos Santa Francisca, foi instalada na fábrica. Era mista e oferecia ensino primário para os operários e seus filhos, no sistema de externato, nos períodos noturno e diurno. Em 1901, passou a oferecer aula de música. Diretores e professores – 1899-1900 - diretor Capitão Justino Martins de Faria e professor Adolfo Carvalho; 1901-1902 - diretor Henrique de Azevedo e professora Branca de Azevedo / dez. 1899 – 69 alunos / dez. 1901 – 90 alunos.

- Escola Particular de Azevedo

Fundada em outubro de 1899 e fechada em 1900. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Externato Augusto Salgado

Fundado em 1900 e fechado em 1901. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola de Adelina de Almeida Ferreira da Silva

Não há indicação da data de fundação e fechou em dezembro de 1900. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola da Fazenda Santa Rosa

Fundada em 1900 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Era gratuita e mantida pela Companhia *Sucreri* Piracicaba. Atendia ao sexo masculino até 1905, depois passou a ser mista e oferecia ensino primário no sistema de externato, voltada aos filhos dos colonos que trabalhavam na fazenda.

Professores: 1904 - Vicente Bartoli; 1905/1906 - Manoel Ayres da Silva; 1907 - Henrique Canova / mar. 1907 – 40 alunos / dez. 1907 – 60 alunos.

- Escola Mista da Fazenda Santa Lydia

Fundada em 1900 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Era gratuita e mantida pela Companhia *Sucreri* Piracicaba. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato, voltada aos filhos dos colonos que trabalhavam na fazenda. Em dez. de 1906 o professor era Cornelio Gasperini e tinha 45 alunos / dez. 1907 – 42 alunos.

- Escola Mista da Fazenda Santa Cruz

Fundada em 1900 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Era gratuita e mantida pela Companhia *Sucreri* Piracicaba. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato, era voltada aos filhos dos colonos que trabalhavam na fazenda. Professor - Vicente Gori / dez. 1906 – 21 alunos / dez. 1907 – 34 alunos.

- Centro Literário Recreativo

Fundado em 1901 e fechado em 1902. Promovia sessões de palestras, récitas e músicas para os sócios e suas famílias, em algumas ocasiões a entrada era franca. As palestras eram proferidas por diversos oradores e tinham diferentes temas, por exemplo, descobrimento das Américas, Guerra do Paraguai, cultura da Índia, centenário de nascimento de Vitor Hugo, comemoração da data do passamento de Cesário Motta Junior, história antiga e contemporânea, e homenagem ao Visconde do Rio Branco.

- Escola da Rua Luiz de Queiroz

Fundada em 1901 e fechada em 1905. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1902 – 38 alunos / jul. 1903 – 44 alunos.

- Escola Particular de Eliza Borges

Fundada em junho de 1902 e fechada em 1905. Era mista – meninos abaixo de 12 anos, e oferecia ensino primário e secundário no sistema de externato.

- Escola de Manoel Ayres da Silva

Fundada em 1903 e fechada em 1905. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário, no sistema de externato. Localizava-se no bairro Vila Rezende.

- Escola da Sociedade Beneficente Operária

Fundada em março de 1903 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato, nos períodos noturno e diurno. Era gratuita e em 1908 passou a ser somente noturna, quase todos os alunos eram operários. Em outubro de 1903 passou a atender também pessoas reconhecidamente pobres mesmo que não fossem sócios ou seus filhos.

Em mar. 1903 – 36 alunos / jul. 1903 – 48 alunos / jun. 1904 – 54 alunos / dez. 1906 – 28 alunos / dez. 1907 – 41 alunos / dez. 1909 – 45 alunos / maio 1910 – 90 alunos / jul. 1910 – 131 alunos.

Em 1903, o diretor era Joviniano Reginaldo Alvim, tinha quatro classes, professores: Manoel Rufino Nelson, João Alves de Almeida, Octavio Mendes, José T. Mendes e Luiz Lachini para as aulas de desenho linear. Seguiu o currículo oficial do estado / jan./nov. 1908 - diretor Cunha Raposo / dez. 1908 – diretor José Martins e professores - Joaquim de Toledo Pisa, Nestor Martins Lino e José Martins / jan. 1909 – diretor Brotero Bonilha / dez. 1909 – professores - Elias de Mello Ayres, Aquilino Pacheco Junior e Nestor Martins Lino / jan. 1910 - diretor - Carlos Martins Sodéro.

- Escola Noturna de Julio Faria de Souza

Fundada em maio de 1903 e fechada em 1905. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato. Localizada no bairro Vila Rezende / maio 1903 – 12 alunos.

- Externato M. Rufino Nelson

Fundado em maio de 1903 e fechado em 1904. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário e preparatórios para a Escola Complementar no sistema de externato.

- Externato Teixeira

Fundado em fevereiro de 1904 e fechado em 1907. Proprietário - Joaquim Teixeira da Silva. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato. No período diurno atendia meninos e no período noturno homens.

- Escola Noturna de Antonio Martins

Fundada em abril de 1905 e fechada no mesmo ano. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola Noturna da Fazenda Santa Rosa

Fundada em 1905 e ainda estava em funcionamento em 1910. Era gratuita e mantida pela Companhia *Sucreri* Piracicaba. Era mista e oferecia ensino primário no sistema de externato, voltada aos colonos que trabalhavam na fazenda. Em 1907 e 1908 professor Henrique Canova / dez. 1906 – 18 alunos / dez. 1907 – 20 alunos.

- Externato Ayres

Fundado em novembro de 1905 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Proprietário - Manoel Ayres da Silva. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato. Seguiu o currículo oficial do estado e estava localizado no edifício da Sociedade Igualitária Instrutiva / dez. 1906 – 32 alunos.

- Escola Mista de Torquato Barbosa

Fundada em 1905 e fechada em 1907. Oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1906 - 4 alunas e 17 alunos.

- Escola Masculina da Sociedade Cooperativa Beneficente Operária do Monte Alegre

Fundada em 1905 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Atendia meninos e homens e oferecia ensino primário no sistema de externato, nos períodos noturno e diurno / dez. 1906 – 25 alunos.

- Escola Mista do Congonhal

Fundada em 1905 e fechada em 1910. Professora - Anna Ferraz Godinho. Localizada no bairro rural de mesmo nome. Oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1906 – 19 alunos.

- Externato Misto de Cymodocéa Cerqueira

Fundado em janeiro de 1906 e fechado em 1907. Era misto e oferecia ensino primário / dez. 1906 – 12 alunos.

- Escola Mista de Alexandre Motton

Fundada em 1906 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1906 - 25 alunos e 9 alunas / dez. 1907 – total de 27 alunos.

- Escola Mista de Bemvinda de Almeida

Fundada em 1906 e fechada em 1908. Oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1906 – 20 alunos.

- Escola masculina de Sergio André J. Pinto

Fundada em 1906 e fechada em 1908. Oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1906 – 12 alunos.

- Escola 25 de Março

Fundada em março de 1906 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Proprietárias - Avelina Cunha, Olivia Bianco e Eugenia da Silva (professoras do 1º Grupo Escolar da cidade). Era noturna e gratuita, atendia a meninas que não encontraram vagas nos Grupos Escolares e escolas isoladas, como também moças operárias ou empregadas durante o dia. Oferecia ensino primário com o programa oficial do curso preliminar do estado, no sistema de externato. A câmara municipal cedeu uma sala iluminada para as aulas / dez. 1907 – 108 alunas.

- Escola Italiana

Fundada em maio de 1906 e fechada em julho de 1907. Proprietário - Luiz Panno, diplomado pela Escola Normal de Foggia e pelo ginásio de Cosenza. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário na língua italiana no sistema de externato.

- Externato Misto

Fundado em novembro de 1906 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Proprietária - Luiza Midaglia. Oferecia ensino primário e seguia o currículo oficial do estado / dez. 1906 – 5 alunos / dez. 1907 – 22 alunos.

- Escola Feminina da Sociedade Cooperativa Beneficente Operária do Monte Alegre

Fundada em 1906 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Era gratuita e oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1906 – 25 alunos / 1906 e 1907 - professora Stella de Lima.

- Escola Noturna Feminina

Fundada em 1907 e fechada em 1909. Proprietária - Cezarina A. do Amaral. Oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola Mista de Candida de Oliveira

Fundada em janeiro de 1908 e fechada em 1910. Oferecia ensino primário no sistema de externato / dez. 1907 – 12 alunos.

- Escola Noturna de Joaquim Mendes

Fundada em janeiro de 1908 e fechada em 1910. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola Mista Particular

Fundada em setembro de 1909 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Proprietária - Isaltina de Barros Cotrim. Oferecia ensino primário no sistema de externato e seguia o currículo oficial do estado.

- Escola particular de Manuel Dias de Almeida

Fundada em 1909 e em 1910 ainda estava em funcionamento. Atendia ao sexo masculino e oferecia ensino primário no sistema de externato.

- Escola Mista de Catharina Casale

Fundada em março de 1910 e no final do ano ainda estava em funcionamento. Oferecia ensino primário no sistema de externato e seguia o currículo oficial do estado.

- Universidade Popular de Piracicaba - UPP

Fundada em setembro de 1910 e no final do ano ainda estava em funcionamento. Foi criada nos moldes de instituições do gênero na Europa, seu fim principal era difundir conhecimentos científicos, sociológicos, literários, filosóficos e artísticos, sem necessidade de preparação alguma, por meio do simples raciocínio. Oferecia conferências sistêmicas em linguagem simples, concertos musicais acompanhados de explicação sobre as obras e compositores, saraus literários e dramáticos e aulas de línguas. Tinha uma biblioteca popular com aproximadamente 700 livros e revistas. Funcionava também como instituição de beneficência e centro de educação moral, com auxílio aos mais pobres e associados,

como vestimentas e sustento de pessoas de baixo poder aquisitivo nas escolas da cidade. Era aberta a todas as classes sociais, sem distinção de idade ou sexo.

Na sua fundação o presidente era Jacques Arié; vice-presidentes - Quintina Soares e Juvenal Pentead; 1º secretário - Sammi Tolkowsky; 2º secretário - Antonio Proença; tesouraria - Lydia de Rezende; bibliotecário - Octavio Mendes; orador - Sebastião Nogueira de Lima; diretor musical - maestro Lazaro Lozano; comitê de conselho - Elisa Bittencourt, Maria Izabel, Honorato Faustino, Pedro de Mello e Sebastião Dias; sócios honorários pelos serviços prestados - José Feliciano e Paulo Pestana; sócio benemérito pela oferta do terreno para o edifício - João Conceição.

- Escola de línguas e matemática

Fundada em setembro de 1910 e no final do ano ainda estava em funcionamento. Proprietários - João Borges Sampaio, Guilherme Moore, José da Cunha Raposo e Acaccio do Canto Junior - também diretor. Atendia ao sexo masculino – homens, oferecia aulas de português, francês, inglês, alemão, contabilidade e escrituração mercantil, no sistema de externato, no período noturno.

### **Professores Particulares**

#### 1882

- Professor se oferece para trabalhar em fazenda, diversas disciplinas.
- Pessoa se oferece para trabalhar em fazenda como professor, escrivão, feitor e entende de homeopatia.
- Professor se oferece para trabalhar em fazenda.

#### 1884

- Senhora alemã com diploma procura emprego em fazenda para ensinar diversas disciplinas.
- Pessoa com longa prática de lecionar se oferece para trabalhar em alguma fazenda por preço módico.
- Professor recém-chegado à cidade deseja lecionar diversas matérias em casas particulares.

#### 1885

- Moço com diversos preparatórios prestados na Academia de São Paulo oferece-se para lecionar em fazenda.
- Joaquim Abel de Azevedo Brito se oferece para lecionar em colégios ou casas particulares.
- Adriano Gardès, bacharel em ciências e revisor tradutor do *Messenger du Brasil*, deseja empregar-se como professor em fazenda ou casa particular.

#### 1886

- Severiano Borges Martins da Cunha se oferece para dar matérias secundárias como professor particular tanto em sua casa, como na casa dos alunos.

#### 1887

- Pessoa habilitada por longos anos de prática de ensino se oferece para lecionar em fazenda.
- Carlos Meister, professor doutor em filosofia, se oferece para dar lições das línguas latina, francesa e alemã, e piano em casas particulares.
- Chegado ultimamente da Corte, leciona diversas matérias, se propõe a algum colégio, casa particular ou fazenda, dá idônea recomendação de suas habilitações.

#### 1889

- Moço habilitado a ensinar música e matérias do preparatório se oferece para ensinar em uma fazenda desse ou qualquer outro município.
- Senhora alemã entendendo o português deseja contratar-se para residir em casa de família, aqui ou fora, ensinando línguas e trabalho de agulhas.
- Antonio Jobim se oferece para trabalhar em uma fazenda no cargo de escriturário ou professor.

1890

- Mademoiselle Marié Cousté - professora de línguas e ciências pretende lecionar em casas particulares.
- Professor se oferece para ensinar as primeiras letras ou fazer escrituração em alguma fazenda.

1892

- A.D.B., moço de 19 anos, deseja empregar-se no comércio, em uma fazenda como escrivão ou como professor de meninos.

1894

- Roberto Thomas se oferece para lecionar em casa particular as matérias: desenho, caligrafia, aritmética e alemão.
- Professora Mademoiselle Janne, com longa prática de diversas matérias e línguas, assim como música, desenho e tudo o que é necessário para uma educação fina e completa, deseja encontrar uma casa de família.

1895

- Senhora diplomada pela Escola Normal de Gand e antiga professora das escolas do governo belga se oferece para dar aulas particulares de francês.
- Jorge Guimarães, professor normalista, leciona particularmente.
- José Augusto Correa Guimarães informa que se retirou do Colégio Ypiranga e que está a disposição para aulas em casa particulares ou classes numa das salas do Hotel Europa.

1896

- Precisa-se de um professor para a fazenda Pico Alto, prefere-se casado, tratar com o major José da Cruz Moraes Sampaio.
- Carlos Bop se oferece para dar aulas em casas particulares e estabelecimentos de ensino.
- Pessoa habilitada para o ensino primário e secundário, como prova do diploma ganho no Ginásio do Estado, deseja dar aula em casa de família como docente.
- Precisa-se de um homem de meia idade para lecionar para dois meninos as primeiras letras na fazenda de Botelho & Silveira em Charqueada.
- Ayres de Bivar e sua mulher a pouco chegados à cidade aonde fixaram residência, exercem há muitos anos o magistério e oferecem seus préstimos aos pais de família.

1897

- Professor de Francês - Pessoa diplomada habilitada pela Universidade de França se oferece para lições de francês e escrituração mercantil em casa de família.
- Precisa-se de um professor, de preferência idoso e com referências, para ensinar as matérias do primário a quatro meninos numa fazenda próxima à cidade, é para morar na fazenda.

1898

- Precisa-se de um professor, de preferência idoso e com referências, para ensinar as matérias do primário a quatro meninos numa fazenda próxima à cidade, é para morar na fazenda.

1899

- Professora alemã ensina diversas matérias e deseja dar aulas em casa de família na cidade de Piracicaba ou em fazenda.
- Lições Particulares - Pessoas competentemente habilitadas lecionam em casas particulares ou em sua residência diversas matérias, o primário completo e preparam para a Escola Complementar.

1900

- Ayres de Bivar, com longa prática de magistério, propõe lecionar português, francês, aritmética e outras disciplinas em sua casa e em casa de particulares.
- Lições Particulares de Augusto Salgado - encarrega-se de preparar alunas para admissão na Escola Complementar.
- Augusto Salgado – oferece aulas noturnas de português, aritmética, francês, geografia e história do Brasil.

1901

- João Baptista de Castro Jobim oferece aula de escrituração mercantil com ênfase na teoria.

1903

- Joaquim Teixeira da Silva se oferece para lecionar em casas particulares as matérias do 1º e 2º anos complementares.
- João Baptista Nogueira prepara alunos para o exame de proficiência da Escola Complementar, dá aulas em casas particulares ou em sua residência.
- Laudemiro Escobar Leme se oferece para dar aulas de português, noções de francês e aritmética no ponto mais central da cidade.
- João Baptista Nogueira prepara alunos para entrar na Escola Complementar, aulas na sua residência.
- Lino Vidal de Mendonça prepara alunos para o exame de suficiência da Escola Complementar.
- José Bonifácio de Arruda dá lições particulares e prepara alunos para exame de admissão na Escola Complementar.

1904

- Lino Vidal de Mendonça prepara alunos para exame de proficiência na Escola Complementar.
- Fabiano R. Lozano, formado pela Escola Complementar de Piracicaba, se oferece para professor particular e também leciona desenho e caligrafia.
- Aos senhores fazendeiros: quem precisar de uma guarda-livros e professora enviar carta à redação do jornal endereçada a S. S. S.
- Antonio Martins dá lições de matemática e prepara para os exames da Escola Complementar.

1905

- Aulas noturnas de contabilidade e escrituração mercantil por Paulo Barbosa de Campos.
- Antonio Martins dá aulas a alunos da Escola Complementar.
- Professor de francês teórico e prático, Georges Saraiva, bacharel em ciências e ex-professor do Anglo-Brasilian School, também prepara para todos os exames da capital (Direito, Escola Normal, Farmácia...).

1906

- Leonidia Herman leciona francês e alemão pelo método prático.
- Professora habilitada se oferece para lecionar primeiras letras em fazenda neste município.
- Professora se oferece para lecionar as primeiras letras, não faz questão de preço.
- Sebastião Dias prepara candidatos à matrícula na Escola Complementar.

1907

- Augusto Salgado informa aos seus alunos de aulas particulares que retomou os trabalhos.
- Professor de línguas - Manoel Vieira Baptista, médico e ex-lente de alemão e inglês do Ginásio de Campinas, dá aulas em turmas, ou em particular e também na casa dos alunos.
- Maria Botelho prepara alunas para matrícula na Escola Complementar e também leciona matérias do 2º ano da mesma.

1908

- Professor de Francês Léon Charlier.

1909

- Pedro de Mello dá aulas de francês na sua residência, em turmas de alunas e alunos separadamente, em dias alternados.
- Deseja-se contratar professora para ensinar as primeiras letras numa fazenda do município de Ribeirão Preto.
- Anesia Martins Mattos, professora diplomada, prepara alunas para o exame de admissão na Escola Complementar, leciona particularmente as matérias do curso.
- Aurora Jerez Lopes oferece aulas para meninas com matérias do curso preliminar mediante pequena mensalidade.
- Os professores João Alves de Almeida, Dario Brasil e José Martins de Toledo preparam para exame de suficiência na Escola Complementar, as matérias do curso preparatório estão divididas entre os três para melhor aproveitamento dos alunos.
- Curso de Suficiência dos professores João Baptista Nogueira e Julio Scheibel - preparam-se alunos para matrícula na Escola Complementar e de Pharmacia e explicam-se as matérias do curso complementar.
- Curso de Suficiência para Moças - professores Juvenal de Azevedo e Antonio Firmino de Proença lecionam as matérias do programa de habilitação para matrícula do 1º ano da Escola Complementar.
- Professor Adolpho Carvalho prepara alunos para exame de admissão na Escola Complementar.

1910

- Adolpho Carvalho prepara alunos para exame de admissão na Escola Complementar.
- Professor Sodéro informa que as aulas particulares em sua residência recomeçaram.
- João Baptista Nogueira prepara alunos para a Escola Complementar e Escola de Farmácia, aceita alunos a domicílio mediante módica remuneração.

## APÊNDICE C

### **Instituições de ensino públicas provinciais/estaduais e municipais no município de Piracicaba no período de 1880 a 1910<sup>87</sup>.**

#### Instituições de ensino provinciais/estaduais

##### Localizadas na cidade

- 1ª feminina - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou provida no decorrer dos anos 1880 e 1890 até ser anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco em 1897.

Professoras: jan. 1880 a fev. 1884 - Idalina Ferreira de Padua; abr./jul. 1884 - Maria Januaria Vaz Pinto; ago. 1884 a jul. 1894 - Fausta Izabel Pompe Saes; ago./dez. 1894 - Sophia de Moraes; jan. 1895 a dez. 1896 - Adelina de Almeida.

Alunas: dez. 1883 – 51; ago. 1884 – 36; ago. 1888 – 47; fev. 1889 – 33.

- 2ª feminina - isolada

Não há indicação da data de criação, estava provida entre 1880 e 1887, ficou vaga em 1888 e voltou a ser provida em 1889. Ficou provida durante os anos 1890 e de 1900 a 1910 quando foi anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Professoras: jan. 1880 a fev. 1888 - Antonia Germana dos Santos Amaral; ficou vaga de abr. de 1888 a abr. 1889; maio 1889 a dez. 1895 - Benedicta Ernestina Prado; fev. 1896 a dez. 1902 - Zulmira Ferreira do Valle; jan. 1902 a mar. 1904 - Candida Corrêa Borges do Canto; abr./jun. 1904 - Guiomar Gomes - substituta; jul. 1904 a dez. 1905 - Candida Corrêa Borges do Canto; jan. 1906 a jul. 1907 - Maria de Souza Gabbi; ago./out. 1907 - Anna Candida de Moraes - substituta; nov. 1907 a dez. 1908 - Maria de Souza Gabbi; fev./mar. 1909 - Aurora Gerez - substituta; abr./set. 1909 - Maria de Souza Gabbi; out. 1909 a dez. 1910 - Maria Amelia de Aguiar.

Alunas: dez. 1883 - 25; dez. 1902 – 48; jul. 1903 – 38; dez. 1903 – 23; 1906 - 53 matrículas durante o ano, 22 eliminações - 28 brasileiras e 3 estrangeiras - frequência média 86,10%; dez. 1907 – 32; 1909 – início do ano 44 e no final 30 - frequência média 30.

- 3ª feminina - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou provida no decorrer dos anos 1880 e 1890. Em jan. 1900 foi anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros, desanexada em jul. 1905 e ficou provida de ago. 1905 a 1909, em 1910 foi anexada novamente ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Professoras: jan. 1880 a dez. 1899 - Francisca da Silva; ago. 1905 a ago. 1907 - Antonia de Almeida Oliveira; set./out. 1907 - Maria Antonnieta Ferraz - substituta; nov. 1907 a abr. 1908 - Antonia de Almeida Oliveira; maio/out. 1908 – Maria José de Almeida - substituta; nov. 1908 a fev. 1909 - Tilia Madeira - substituta; mar./set. 1909 – Maria Graner - substituta; out./dez. 1909 - Antonia de Almeida Oliveira.

Alunas: fev. 1889 - 32; fev. 1902 – 30; 1906 - durante o ano 57 matrículas, 18 eliminações, ficaram 38 - 36 brasileiras e 3 estrangeiras - frequência média 69,70%; dez. 1907 – 36; 1909 - no início do ano 44 e no final 27, média de frequência 24.

---

<sup>87</sup> Fontes: GAZETA DE PIRACICABA, 1882-1911; CAMARGO, 1899; LIVROS DE OFÍCIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910; LIVROS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1880-1910; LIVROS DE LEIS E RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA, 1890-1910. RELATÓRIOS DOS INSPETORES MUNICIPAIS DE ENSINO, 1900-1910; ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1907/1908, 1908/1909, 1909/1910, 1910/1911.

- 4ª feminina - isolada

Criada em 1894 e ficou provida desse ano até 1897, quando foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco.

Professoras: fev./set. 1894 - Herminda Fonseca, out./dez. 1894 - Maria Augusta Saes - substituta; jan./fev. 1895 - Herminda Fonseca; mar. 1895 a dez. 1896 - Maria Meira Rocha.

- 5ª feminina - isolada

Criada em 1896, em parte desse ano ficou vaga e depois provida até 1903, foi extinta em 1904.

Professoras: ago. 1896 a set. 1897 - Victalina de Cassia Ferreira; out./dez. 1897 - Eliza Borges - substituta; jan. 1898 a ago. 1899 - Victalina de Cassia Ferreira; set. 1899 a dez. 1903 - Maria Izabel Vaz Pinto.

Alunas: jan. 1902 – 30; jul. 1903 – 40.

- 6ª feminina - isolada

Criada em 1896, ano em que ficou parte vaga e parte provida, em 1897 foi anexada ao Grupo escolar Barão de Rio Branco. Em 1900 foi desanexada desse grupo e ficou vaga de 1900 a 1906, ficou provida de 1907 a 1909 e em 1910 foi anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Professora: mar. 1896 a jun. 1897 não há indicação de quem era a professora; jul. 1907 a jun. 1909 - Deolinda Magalhães; jul./out. 1909 - Maria Izabel Ferraz; nov./dez. 1909 - Maria Graner - substituta.

Alunas: dez. 1907 – 31; 1909 - no início do ano 57 e no final 33, frequência média 30.

- Feminina - Vila Rezende - isolada

Criada em 1902, ficou vaga até jul. desse ano e provida de ago. 1902 a dez. 1910.

Professoras: ago. 1902 a jan. 1903 - Branca de Azevedo; fev./maio 1903 - Maria Pinto da Fonseca; jun. 1903 a set. 1907 - Rosa Montera; out. 1907 - Maria Pinto da Fonseca - substituta; nov. 1907 a set. 1908 - Rosa Montera; nov. 1908 a jan. 1909 - Maria Pinto da Fonseca; fev. 1909 a fev. 1910 - Presciliana Bemvinda Almeida; mar./dez. 1910 - Maria Antonieta Ferraz.

Alunas: jul. 1903 – 42; 1906 - matrículas durante o ano 31 - 30 brasileiras e 1 estrangeira – frequência média 94,60%, divididas em 1º, 2º e 3º ano; dez. 1907 – 41; 1909 – início do ano 42 e final 33, frequência média 31; dez. 1910 – 41.

- 1ª masculina - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou provida no decorrer dos anos 1880, com exceção de que nos anos de 1883 e 1888 ficou alguns meses vaga. Ficou provida de 1890 a 1896 e em 1897 foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco. Foi desanexada desse grupo em 1900 e ficou vaga desse ano até 1906, ficou provida entre 1907 e 1909 e anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros em 1910.

Professores: jan. 1880 a jul. 1883 - Innocencio Augusto da Silveira Maia; ago./set. 1883 - ficou vaga; out. 1883 a maio 1887 - José Manoel de França Junior, o qual teve autorização do governo para cursar a Escola Normal em São Paulo; jun. 1887 a abr. 1888 – José Firmino de Almeida Leite - substituto; maio/out. 1888 - ficou vaga; nov. 1888 a fev. 1889 – Felix de Mello Bonilha - substituto; mar. 1889 a fev. 1895 - José Manoel de França Junior; abr. 1895 a dez. 1896 - Eduardo Raggio Zimbres; jun. 1907 a dez. 1909 - José Martins de Toledo.

Alunos: fev. 1883 – 104; out. 1883 – 57; fev. 1889 – 23; dez. 1907 – 30; 1909 - no início do ano 36 e no final 35, frequência média 29.

- 2ª masculina - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou provida de 1880 a 1899, com exceção de que em 1896 ficou uma parte do ano vaga, foi extinta em 1900.

Professores: jan. 1880 a jun. 1893 - Antonio de Carvalho Sardenberg; jul. 1893 a dez. 1899 - Benedicto Candido Corte Brilho; a escola ficou vaga por meses em 1896 quando o professor foi inspetor de ensino do estado. Não há indicação de quem foi o professor entre 1897 e 1899.

Alunos: fev. 1883 – 51; ago. 1888 – 50; fev. 1889 – 38.

- Masculina - 5ª - isolada

Criada em 1903 e ficou provida desse ano até 1909, em 1910 foi anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Professores: fev./dez. 1903 - não há indicação de quem era o professor; fev. 1904 - Benedicto Candido Corte Brilho; abr. 1904 - Joaquim Teixeira da Silva - substituto; maio/nov. 1904 - Octavio da Silva Nunes - substituto; dez. 1904 a jul. 1905 - Benedicto Candido Corte Brilho; ago. 1905 a mar. 1907 - José Benedicto Dutra; abr./jul. 1907 - Benedicto Euphrasio de Campos; ago./dez. 1907 - Lauro de Paula Leite - substituto; jan. 1908 a jun. 1909 - Joaquim Teixeira da Silva; jul./dez. 1909 - Lauro de Paula Leite.

Alunos: jul. 1903 – 40; 1906 - durante o ano 53 matrículas, foram eliminados 24, ficaram 27 brasileiros e 2 estrangeiros, frequência média 82,70%, divididos em 1º, 2º e 3º anos; dez. 1907 – 30; 1909 - início do ano 53 e no final 35, frequência média 31.

- Masculina – Bairro Alto - isolada

Criada em 1883, ficou provida desse ano até 1897 quando foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco.

Professores: mar. 1883 a abr. 1884 - Frederico Guilherme Hoppe; maio 1884 a dez. 1890 - Augusto Cesar de Arruda Castanho. Não há indicação de quem foi professor depois dessa data.

Alunos: jun. 1883 – 50; maio 1884 – 35; ago. 1888 – 30; fev. 1889 – 48; set. 1890 - 45 matrículas, nove exclusões, frequência média 25.

- Masculina – Salto - isolada

Criada em 1884, ficou provida desse ano até 1897 quando foi anexada ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco.

Professores: fev. 1884 a dez. 1889 - Augusto Pinto da Silva Saes. Não há indicação de quem foi professor depois dessa data.

Alunos: ago. 1888 – 38; fev. 1889 – 47.

- Masculina – Porto - isolada

Criada em 1885, ficou provida desse ano até 1899, ficou vaga de 1900 a 1908, foi provida em 1909 e anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros em 1910.

Professores: fev. 1885 a dez. 1899 - Antonio de Mello Cotrim; mar./dez. 1909 - Manoel Dias de Almeida.

Alunos: ago. 1888 – 54; fev. 1889 – 48; 1909 - no início do ano 45 e no final 34, frequência média 29.

- Masculina – Boa Morte - isolada

Criada em 1888, ficou vaga em parte desse ano e provida de 1889 a 1899, foi extinta em 1900.

- Masculina Noturna

Criada em 1895 e ficou provida desse ano até 1910. Até set. de 1903 era denominado curso noturno e a partir dessa data passou a ser escola noturna preliminar.

Professores: fev./nov. 1895 - Jorge Vaz Guimarães; dez. 1895 a jan. 1899 - Antonio de Mello Cotrim; fev. 1899 a out. 1903 - Felipe de Angelis; nov. 1903 a jan. 1907 - Arthur Evencio Madeira; fev./jul. 1908 - Lauro de Paula Leite - substituto; ago. 1908 a dez. 1910 - Arthur Evencio Madeira.

Alunos: 1895 - 26 e frequência de 17; dez. 1901 – 34 operários menores; jul. 1903 – 31; 1906 - matrículas durante o ano 71, 39 eliminações, ficaram 29 brasileiros e 3 estrangeiros, frequência média 78,50%; dez. 1907 – 32; jan. 1909 – 54; dez. 1909 – 30; dez. 1910 – 32.

- Masculina – Alemães - isolada

Criada em ago. de 1907 e ficou provida desse ano até 1910.

Professor: nov. 1907 a dez. 1910 - Brotero Bonilha.

Alunos: dez. 1907 – 37; dez. 1908 - 1º ano A e B, em cada um duas séries; 1909 - no início do ano 42 e no final 32, frequência média 27.

- Masculina – 1ª Vila Rezende - isolada

Criada em 1901, ano em que ficou vaga. Ficou provida de 1902 a 1910.

Professores: jan. 1902 a ago. 1907 - José de Sampaio Arruda; set./ out. 1907 - Benedicto Euphrasio de Campos - substituto; nov. 1907 a dez. 1910 - José de Sampaio Arruda.

Alunos: jan. 1902 – 26; jul. 1903 – 30; 1906 - durante o ano 41 - 38 brasileiros e 3 estrangeiros - frequência média 74,60%; dez. 1907 – 36; dez. 1908 – 26; 1909 - no início do ano 37 e no final 29; dez. 1910 – 37.

- Masculina – 2ª Vila Rezende - isolada

Criada em 1903, ficou provida desse ano até 1909 e em 1910 foi anexada ao Grupo Escolar Moraes Barros.

Professores: fev./out. 1903 - Felipe de Angelis; nov. 1903 a dez. 1904 - Arthur Evencio Madeira; jan. 1905 a maio 1907 - Mario de Souza Magalhães; jun. 1907 a dez. 1909 - Aquilino Pacheco Junior.

Alunos: dez. 1907 – 33; dez. 1908 – 29; dez. 1909 – 31.

- Masculina Alemães / Areão - ambulante

Criada em 1906 e fechada em jul. de 1907, ficou provida nesse período. Em ago. de 1907 foi convertida na masculina de Alemães, pois não havia nenhum aluno do bairro Areão matriculado.

- Masculina – para policiais do estado

Criada e provida em set. de 1910.

Escola preliminar para o destacamento local, atendeu desde os praças analfabetos até os que tinham algum conhecimento, separando-os em 2 turmas. Tinha aulas de português, aritmética, história do Brasil, caligrafia, sobre o regulamento de policiamento e instrução militar teórica e prática.

- Mista - Rua do Porto - isolada

Criada em jan. 1884, ficou vaga até maio desse ano. Ficou provida de jun. de 1884 a dez. 1895, em 1896 foi extinta.

Professoras: maio 1884 a dez. 1889 - Thereza Christina dos Reis Teixeira. Não há indicação de quem foi a professora depois desse período.

Alunos: ago. 1888 – 60; fev. 1889 – 52.

- Mista – Pompéia - isolada

Criada em 1909, e ficou provida nesse ano e em 1910.

Professoras: mar./jun. 1909 - Maria Izabel Ferraz; jul. 1909 a dez. 1910 - Luiza Midaglia.

Alunos: dez. 1909 – 34; dez. 1910 – 34.

- 1º Grupo Escolar / Barão de Rio Branco - Misto

Criado em 1896, ficou vago nesse ano e provido de 1897 a 1910. Em 1906 aulas de esportes e batalhão escolar.

Diretores: mar. 1897 a fev. 1899 - Antonio de Mello Cotrim; mar. 1899 a jun. 1903 - Benedicto Candido Corte Brilho; jul. 1903 a fev. 1907 - Militão Afonso de Azevedo; mar. 1907 - Antonio Morato de Carvalho; abr. 1907 a dez. 1910 - Pedro de Mello.

Professores:

1897 – seção masculina: Arthur Madeira – efetivo, Felipe de Angelis e João Baptista de Sampaio Arruda - adjuntos/2 classes de 1º ano; Innocencio Maia - efetivo/2º ano; Eduardo Raggio Zimbres - efetivo/3º ano; seção feminina: Felisbina Coelho – efetiva, Geraldina Borges e Carlota Ferreira - adjuntas/2 classes de 1º ano; Maria de Meira Rocha - efetiva/2º ano; Adelina Ferreira - efetiva/3º ano.

1899 – Maria de Meira; Rosina Arruda; Iclerico Gomes; Pedro de Mello; Felipe de Angelis; João de Arruda; Arthur Evencio Madeira; Francisco Ferreira.

1900 – Maria Candida da Cruz Leite e Felisbina Narcisa Coelho - adjuntas.

1901 - Domitila da Silveira Menezes; Anna Joaquina Bueno - adjunta.

1902 - Maria Izabel da Silva; Olivia Bianco; Eugenia da Silva.

1903 - Iclerico Gomes; Livia dos Santos Pereira; Antonia de Azevedo; Domitila Ferraz da Silveira Menezes/4º ano feminino; Olivia Bianco/5º ano feminino; Ana Joaquina Bueno; Pedro de Mello; Eugenia da Silva; Maria Isabel da Silva; Filinto de Mattos Brito - adjunto.

1904 - Antonia de Azevedo; Anna Carolina Alvim - substituta; Domitila Ferraz da Silveira Menezes; Eugenia da Silva; Adolpho Carvalho.

1905 - Pedro de Mello; Joanna Moreira Coelho; Maria Josepha Mendes; Antonia de Azevedo; Alvaro de Carvalho; Filinto de Mattos Brito - adjunto.

1906 – Luiza Krähenbühl - substituta; Filinto de Mattos Brito - adjunto; João Theodoro da Cunha; Anna Joaquina Bueno/1º ano A feminino; Olivia Bianco/1º ano B feminino; Maria Isabel da Silva/2º ano feminino; Maria de Meira Rocha/3º ano feminino.

1907 - Leontina da Rocha Pereira; Anesia Sampaio; Anna Joaquina Bueno/1º ano A feminino; Eugenia da Silva/1º ano B feminino; Maria Izabel da Silva/2º ano feminino; Olivia Bianco/4º ano feminino; Domitila da Silveira Menezes/1º ano masculino; Antonia de Azevedo/2º ano masculino; Manoel Coelho Cintra/1º e 2º ano masculino; Maria Josepha Mendes - substituta de adjunta; João Silveira Mello - substituto; Filinto de Mattos Brito - adjunto.

1908 - Alzira de Carvalho Salles - substituta efetiva/1º ano masculino; Antonia Azevedo Lacerda/2º ano masculino; Dario Brasil/3º ano masculino; Adolpho Carvalho/4º ano masculino; Domitila Ferraz da Silveira Menezes/1º ano feminino; Olivia Bianco/2º ano feminino; Maria Izabel da Silva/3º ano feminino; Maria Meira de Angelis/4º ano feminino; João Silveira Mello - substituto; Anna Bueno Verderesi - adjunta.

1909 - Geraldina de Macedo - substituta efetiva; Domitila Ferraz da Silveira Menezes/1º ano masculino; Dario Brasil/3º ano masculino; Adolpho Carvalho/4º ano masculino; Eugenia da Silva/1º ano feminino A; Anna Joaquina Bueno/1º ano feminino B; Antonia Azevedo/2º ano feminino A; Olivia Bianco/2º ano feminino B; Maria de Meira/4º ano feminino.

1910 - Cândida Corrêa Borges/1º ano feminino A; Anna Joaquina Bueno/1º ano feminino B; Maria Gabbi/2º ano feminino; Maria Isabel da Silva/3º ano feminino; Maria de Meira/4º ano feminino; Antonia Azevedo/2º ano masculino; Dario Brasil/3º ano masculino; Adolpho Carvalho/4º ano masculino; Chiarina Bertozzi - substituta efetiva; Prudente Silveira Mello - substituto efetivo; Joaquim Norberto de Toledo, Joaquim Pinto Nunes, Lauro Teixeira de Barros - adjuntos.

Alunos: fev. 1897 – 344: 168 meninos e 176 meninas; maio 1897 – 343: 167 meninos, frequentes 129 e 176 meninas, frequentes 140; jun. 1897 – 305: 166 meninos, frequentes 139 e 177 meninas, frequentes 150; mar. 1898 - 360; dez. 1901 – 370; fev. 1902 – 400; jul. 1903 – 383; fev. 1904 – 424: 216 meninos e 208 meninas; jan. 1905 – 314: 156 meninos e 158 meninas, + 19 vagas sorteadas; 1906 - 395 no início do ano e ao final 343, frequência média 76%; maio 1907 - 360: 163 meninos e 197 meninas, 5 estrangeiros; dez. 1907 - 352; out. 1908 – 292; fev. 1909 - 390: 171 meninos e 219 meninas - 378 brasileiros e 12 estrangeiros; fev. 1910 – 402; jul. 1910 – 425: 194 meninos e 231 meninas.

#### ▪ 2º Grupo Escolar / Moraes Barros - Misto

Criado em 1900 e ficou provido desse ano até 1910, nesse último ano teve suas aulas desdobradas em dois períodos - seção masculina das 8h às 12h e seção feminina das 12h30 às 16h30.

Diretores: fev. 1900 a out. 1901 - Miguel Carneiro; nov. 1901 a jul. 1903 - Alfredo Maria de Albuquerque Freitas; ago. 1903 a fev. 1904 - Sebastião Fischer - jun. 1904 falece; mar./jun. 1904 - Fernando Lopes Rodrigues - substituto; jul. 1904 a dez. 1910 - Sebastião Antonio Dias.

Professores:

1900 - Belmira Alcantara; Lidia dos Santos Pereira; Maria Izabel Vaz de Castro; João Alves de Almeida - adjunto.

1901 –Sebastião Fischer, Adolpho Carvalho, Avelina Ferreira da Cunha, Carolina de Souza Costa, Anna Candida Couto - adjuntos.

1902 – Ozorio do Amaral Coelho; Estephanea Pinto Novaes; Sebastião Fischer; Carolina de Barros; Adelina Alves de Almeida - substituta; Carolina de Souza Costa; Alfredo Maria de Albuquerque Freitas.

1903 - Lidia dos Santos Pereira; Maria Irlinda do Amaral; Adolpho Carvalho; Ozorio do Amaral Coelho/5º ano masculino; Maria Guilhermina Lopes Rodrigues; Zelia Seixas de Siqueira; Noemia de Almeida; Ana Candida Couto; Fernando Lopes Rodrigues - adjunto.

1904 - Manoel de Almeida; Deolinda de Magalhães de Almeida - substituta; João Alves de Almeida - adjunto; Manoel de Almeida – adjunto; Adelina de Almeida – adjunta substituta; Maria Jenny

Marcondes de Godoy - adjunta; Maria José de Arruda Ribeiro – adjunta substituta; Ozorio do Amaral Coelho/3º ano masculino; João Alves de Almeida/4º ano masculino; João Alves de Almeida/5º ano masculino; Noemia de Almeida/3º ano feminino; Elisa Malheiros de Faria Bittencourt/4º ano feminino; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti/5º ano feminino; Livia dos Santos Pereira – substituta.

1905 - Deolinda de Magalhães de Almeida; Julieta Montera - substituta efetiva; Manoel de Almeida - substituto efetivo; Branca de Azevedo; Livia dos Santos Pereira; Elisa Bittencourt; Maria Irlinda do Amaral; João Alves de Almeida; Branca Azevedo; Ozorio do Amaral Coelho; Noemia de Almeida; Fernando Lopes; Maria Guilhermina Lopes; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti.

1906 - seção masculina: Noemia de Almeida/1º ano A; Maria Irlinda do Amaral e Avelina Cunha - adjunta/1º ano B; Fernando Lopes/2º ano; Ozorio do Amaral Coelho/3º ano; João Alves de Almeida/4º ano; seção feminina: Elisa Bittencourt/1º ano A; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti/1º ano B; Livia Pereira - substituta, no final do ano volta Deolinda Magalhães/2º ano; Branca de Azevedo/3º ano; Maria Guilhermina Lopes Rodrigues/4º ano.

1907 - sessão masculina: Leonor Vaz/1º ano A; Maria Irlinda do Amaral/1º ano B; João Alves de Almeida/2º ano; Fernando Lopes/3º ano; Ozorio do Amaral Coelho/4º ano; seção feminina: Elisa Bittencourt/1º ano A; Maria Guilhermina Lopes Fagundes/1º ano B; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti/2º ano; Noemia de Almeida/3º ano; Branca de Azevedo/4º ano; Flavio Pinto Cezar e Lucilla Zanota - substitutos efetivos.

1908 - seção masculina: Leonor Vaz/1º ano A; Maria Irlinda do Amaral/1º ano B; Ozorio do Amaral Coelho/2º ano; João Alves de Almeida/3º ano; Fernando Lopes/4º ano; seção feminina: Elisa Bittencourt/1º ano A; Maria Guilhermina Lopes Fagundes/1º ano B; Noemia de Almeida/2º ano; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti/3º ano; Branca de Azevedo/4º ano; Aurora Gerez Lopes, Ercília de Mattos Junqueira, Julieta Montera – substitutas.

1909 - seção masculina: Leonor Vaz/1º ano A; Maria Irlinda do Amaral/1º ano B; Fernando Lopes/2º ano; Ozorio do Amaral Coelho/3º ano; João Alves de Almeida/4º ano; seção feminina: Elisa Bittencourt/1º ano A; Maria Guilhermina Lopes Fagundes/1º ano B; Branca de Azevedo/2º ano; Noemia de Almeida/3º ano; Deolinda Magalhães de Almeida - substituta/3º ano; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti/4º ano.

1910 - seção masculina: Aquilino Pacheco Filho/1º ano A; Eugenia da Silva/1º ano B; Presciliana Bemvinda de Almeida/1º ano C; Lauro de Paula Leite/1º ano D; José Martins de Toledo/2º ano A; Ozorio do Amaral Coelho/2º ano B; Manoel Dias de Almeida/2º ano C; Fernando Lopes/3º ano; João de Almeida/4º ano; seção feminina: Elisa Bittencourt/1º ano A; Maria Isabel Ferraz/1º ano B; Leonor Vaz/1º ano C; Maria Guilhermina Lopes Fagundes/2º ano A; Avelina Ferreira da Cunha D'amanti/2º ano B; Maria Irlinda do Amaral/2º ano C; Branca de Azevedo/3º ano; Deolinda Magalhães de Almeida/4º ano A; Antonia de Almeida Oliveira/4º ano B; Olivia Bianco, Antonia Adalgisa Ramos, Catharina Casale, Fabiano Lozano - adjuntos.

Alunos: fev. 1900 – 213: 33 meninos e 180 meninas; jan. 1901 – 320; fev. 1902 – 364; jul. 1903 – 424; fev. 1905 – 410: 204 meninos e 206 meninas; fev. 1906 – 409; jul. 1906 – 410: 203 meninos e 207 meninas, 352 frequentes; 1906 - 447 matrículas no início do ano e 370 no final, frequência média 77%; fev. 1907 – 435: 215 meninos e 220 meninas; maio 1907 – 434: 216 meninas e 218 meninos, 6 estrangeiros; dez. 1907 – 422; jan. 1909 – 434: 210 meninos e 224 meninas; fev. 1910 – 463: 222 meninos e 242 meninas, média de 50 alunos por sala; mar. 1910 – 835: 421 meninos e 414 meninas, média de 46 a 50 alunos por sala; jun. 1910 – 932: 466 meninos e 466 meninas.

- 3º Grupo Escolar - Misto

Criado em 1910, mas não instalado.

- Escola Complementar - Mista

Criada em 1896, ficou vaga nesse ano e provida de 1897 a 1910.

Diretores: fev. 1897 a fev. 1902 - casal Antonio Alves Aranha e Escholastica do Couto Aranha; mar. 1902 a jan. 1903 - João Francisco Monteiro; fev./jul. 1903 - Lino Vidal de Mendonça e Licínio Leite Machado - adjunto; ago./out. 1903 - Rogerio da Silva Lacaz; nov. 1903 a abr. 1904 - Lino Vidal de Mendonça; maio 1904 a dez. 1910 - Honorato Faustino Ribeiro.

Professores:

1900 - Erothildes de Souza Lobo/ 2º ano feminino; Rachel Augusta Pereira; João Baptista Nogueira.

1901 - Luiz Ribeiro de Carvalho/4º ano masculino; Avelina Esmeraldina de Barros; Luiz R. de Carvalho; Leonor Soares da Silva/4º ano feminino; Lino Vidal de Mendonça.

1902 - fev. falece Leonor Soares da Silva em seu lugar Carolina Augusta da Costa Galvão; João Baptista Nogueira; Lino Vidal de Mendonça/4º ano masculino; Rachel Augusta Pereira/2º ano feminino; João Monteiro/3º ano masculino, falece em nov.

1903 - Nicanor Pereira da Silva se exonera em ago. em seu lugar Zelia Seixas de Siqueira; Carolina da Costa Galvão/1º ano feminino; Luiz de Carvalho/4º ano masculino; Licínio Leite Machado; João Baptista Nogueira; Carolina Augusta da Costa Galvão; Avelina de Barros; Rachel Pereira.

1904 - fev. - seção feminina: Carolina Augusta da Costa Galvão/1º ano; Rachel Augusta Pereira/2º ano; Quintina Soares/3º ano; Zelia Siqueira/4º ano; seção masculina: Licínio Leite Machado/1º ano; Luis Ribeiro de Carvalho/2º ano; João Baptista Nogueira/3º ano; Lino Vidal de Mendonça/4º ano; Maria José de Aguiar, José Bonifácio de Arruda, Luintina Soares, Adolpho Carvalho, Joaquim Paes de Barros, Adelina de Almeida, Ana Joaquina Bueno - substitutos.

1905 - Lázaro Lozano/música; Lino Vidal de Mendonça; Benedito Candido Corte Brilho/4º ano masculino; Maria Gertrudes do Amaral Fontoura/prendas; Antonio Firmino de Proença.

1906 - Irene Branco da Silva; Idalia Pinto Nobre; Helio Penteado de Castro; Pedro de Mello.

1907 - Antonia de Azevedo; Irene Branco da Silva; Juvenal de Azevedo Penteado/1º ano masculino; Joaquim Teixeira Mendes; Idalia Pinto Nobre; Adolpho Carvalho - substituto.

1908 - seção masculina: João Baptista Nogueira/1º ano; Juvenal de Azevedo Penteado/2º ano; Antonio Firmino de Proença/3º ano; Carlos Martins Soderro/4º ano; seção feminina: Amelia Gomes Ribeiro/1º ano; Lilia Ellis Mac Intyre/2º ano; Idalia Pinto Nobre/3º ano; Quintina Soares/4º ano; Carlos Reis, Laura Martins de Mello, Fernando Paes de Almeida - substitutos.

1909 - seção feminina: Laura Martins de Mello/1º ano; Anesia Martins/2º ano; Antonia de Oliveira - substituta/3º ano; Quintina Soares/4º ano; Candida Sampaio do Amaral/prendas; seção masculina: João Baptista Nogueira/1º ano; Juvenal de Azevedo Penteado/2º ano; Antonio Firmino Proença/3º ano; Carlos Martins Soderro/4º ano; Celestino Malta/música; Henrique Seoane/marcenaria; Mario Maciel Wanderley/instrução militar.

1910 - Candida Sampaio do Amaral; Anesia Martins de Mattos - substituta; Laura Martins de Mello; Agalma Camargo da Silva Rodrigues; Juvenal de Azevedo Penteado; Adolpho Carvalho - substituto; Maria Leopoldina Soares Mendes/prendas.

Alunos: mar. 1897 - 60; fev. 1899 - 213: 33 masculino e 180 feminino; dez 1901 - 194: 85 masculino e 109 feminino; fev. 1902 - 237; mar. 1903 - 255: 118 masculino e 137 feminino; jul. 1903 - 251; fev. 1904 - 215; fev. 1905 - 103: 40 masculino e 63 feminino; 1906 - 149, média de frequência 84,20%; dez. 1907 - 200; fev. 1908 - 208: 83 masculino e 125 feminino; dez. 1908 - 221: 86 masculino e 135 feminino; fev. 1909 - 232: 104 masculino e 128 feminino; dez. 1909 - 251: 109 masculino e 142 feminino.

#### ▪ Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz - Masculina

Criada em 1895 e instalada em 1901, ficou provida desse ano até 1910. Em 1908 havia dois cursos: preparatório, que era básico e durava um ano, a partir dos 15 anos de idade e o regular de 3 anos que incluía ciências, trabalhos práticos e laboratório, sendo facultativo mais um ano para aqueles que quisessem se aprofundar em qualquer matéria do curso regular, a partir dos 16 anos. Nesse ano também passou a ter internato.

Diretores: mar./dez. 1901 - Ricardo Ernesto de Carvalho; jan./fev. 1902 - J. Amandio Sobral; abr./maio 1902 - Luciano José de Almeida - substituto; jun./nov. 1902 - Eduardo de Carvalho - substituto; dez. 1902 a dez. 1903 - Luciano José de Almeida; jan./mar. 1904 - Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho - substituto; abr. 1904 - Luciano José de Almeida; maio/jun. 1904 - Lee Ferguson; jul./ago. 1904 - Francisco Dias Martins - substituto; set. 1904 a fev. 1907 - Francisco Dias Martins; abr. 1908 a dez. 1910 - Clinton Dwith Smith - americano.

Professores e funcionários:

1901- Antonio de Padua Dias/1ª cadeira; Lacordaire Duarte/2ª cadeira; José Waltz/agrimensura e desenho; Joaquim de Moraes Barros/zelador dos gabinetes; Joaquim Augusto Aguiar/amanuense escriturário; Joaquim Raymundo da Motta/bibliotecário e arquivista; Carlos Borges Martins da Cunha/porteiro e contínuo.

1902 – Augusto Salgado/ secretário; Luciano José de Almeida/4ª cadeira; Antonio de Pádua Dias/1ª cadeira; Lacordaire Duarte/2ª cadeira; Ernesto F. de Carvalho/5ª cadeira; Aristóteles Pereira/ professor; Francisco Soares/ professor; João Renato de Siqueira Zamith/auxiliar técnico.

1903 - Antonio de Padua Dias/1ª cadeira - matemática e física; Lacordaire Duarte falece em março e em seu lugar Aristóteles Pereira/2ª cadeira - botânica; Aristoteles Pereira/3ª cadeira - geologia e química agrícola; Luciano José de Almeida/4ª cadeira - agronomia e economia rural; Ricardo Ernesto F. de Carvalho/5ª cadeira - anatomia, fisiologia e exterior dos animais domésticos; Francisco Soares/agrimensura e desenho topográfico; Milton Underdown/diretor da Fazenda Modelo; no final do ano: Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho/2ª cadeira; Antonio de Padua Dias/3ª cadeira.

1904 - Amador de Campos Pacheco/zelador dos gabinetes; Germano Vert/ 2ª e 4ª cadeiras; Abelardo Pompeu do Amaral/3ª cadeira; Luciano José de Almeida/4ª cadeira; Francisco Dias Martins/ 5ª e 6ª cadeiras; Antonio Augusto de Barros Penteadó/ agrimensura e desenho; Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho/professor; Abelardo Pompeu/professor; Henrique Pereira Ribeiro/diretor da Fazenda Modelo.

1905 - Germano Vert/2ª e 4ª cadeiras.

1906 – Luiz Meisson - belga/cadeira de agricultura; Padua Dias; Abelardo Pompeu Amaral; Germano Vert; Ricardo de Carvalho; Dias Martins - também diretor; J. W. Hart - americano; Barros Penteadó; Augusto Salgado - também secretário.

1907 - Mario Brandão Vieira Maldonado/cadeira de agricultura.

1908 - Antonio Augusto de Barros Penteadó/agrimensura e drenagem; J. Ary – francês/botânica; J. L. Aithaut Bertbeut - francês/química agrícola.

1909 - Octavio Mendes/desenho, construções rurais e trabalhos nas oficinas; Antonio de Padua Dias/física, álgebra, trigonometria e geometria; Henrique Brasileiro/agrimensura e aritmética; Augusto Salgado/português, história e contabilidade - também secretário da escola; Francisco Dias Martins/zootecnia, higiene, anatomia, psicologia humana; Mario Maciel Wanderley/instrutor militar; João Renato Siqueira/adjunto de química; Emilio Charropin/professor; Acacio Martins Ferreira/geografia do curso preliminar.

1910 - Acacio Ribeiro/geografia e aritmética; Hubert Augusto Putemans/agricultura geral; Lemmi Falcowisck/zootecnia; Paulo Barbosa de Campos/secrário.

Alunos: jun. 1901 – 30; jan. 1903 - 29 - 15 no 1º ano, 8 no 2º ano e 6 no 3º ano; jul. 1903 – 29; 1904 – 10; 1905 – 16; abr. 1906 – 40; dez. 1906 – 48; dez. 1907 – 78; jan. 1908 – 45; maio 1909 - 104 alunos, 80 internos.

### Localizadas em bairros rurais

- Feminina - bairro não identificado - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou provida em 1880 e 1881, quando ao final do ano foi extinta.

- Feminina - estação de trem do Cruzeiro em Tanquinho - provisória

Criada em 1889 e ficou vaga desse ano até ser extinta em 1896.

- Feminina – Batistada - isolada

Criada em 1896, ficou vaga até metade de 1906 quando foi provida e se manteve assim até 1909. Foi extinta em 1910, com a criação de uma escola mista no bairro.

Professora: ago. 1906 a jun. 1907 - Antonia Barboza de Lima; jul. 1907 a jun. 1909 - Maria Izabel Ferraz; jul. 1909 a abr. 1910 - Maria Graner - substituta; maio/set. 1910 - Henriqueta Hortencia Lamaire. Alunas: 1906 - 25 matrículas durante o ano, 4 eliminações, todas brasileiras, frequência média 84,80%; dez. 1907 – 23; dez. 1909 – 27.

- Feminina - Rio das Pedras - isolada

Criada em 1890, ficou vaga até meados de 1894, no final desse ano, quando o bairro se tornou município, a escola deixou de pertencer à Piracicaba.

- Feminina – Tanquinho - isolada

Criada em 1896 ficou provida até 1899, com a exceção de que em 1897 ficou vaga alguns meses. Ficou vaga de 1900 a maio de 1906 e provida de jun. 1906 a dez. 1910.

Professoras: não há indicação de quem foi a professora de 1896 a 1899; jun. 1906 a dez. 1910 - Catharina da Silva.

Alunas: 1906 - matrículas durante o ano 33, eliminações 2 - 30 brasileiras e 1 estrangeira, frequência média 79,30%; dez. 1907 - 29; jan. 1908 - 30; dez. 1908 - 25; 1909 - no início do ano 29 e no final 22, frequência média 18.

- Feminina – Cardoso - provisória

Criada em 1900 e ficou vaga até 1910.

- Masculina - Rio das Pedras - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou provida durante os anos 1880, ficou vaga de 1890 até 1893, em 1894 foi provida e no final desse ano quando o bairro de se tornou município deixou de pertencer à Piracicaba.

- Masculina – Batistada - provisória

Não há indicação da data de criação e ficou provida entre 1880 e 1886 e vaga de 1887 até metade de 1897, quando foi provida e se manteve assim até 1899. Em 1900 passou a ser mantida pelo município e ficou provida durante toda essa década, a única exceção foi em 1901 quando ficou suspensa por falta de alunos. Foi extinta em set. 1910 com a criação de uma escola mista no bairro. Localizada a 10 km da cidade.

Professores: não há indicação de quem foi o professor entre 1880 e set. 1886; out. 1897 a dez. 1899 - Antonio José de Castro Jobim; mar./dez. 1900 - Bento de Aguiar Mesquita; jan. 1902 a jan. 1905 - Carlos de Souza; fev. 1905 a jul. 1906 - Adelino Alves Bonilha; ago. 1906 a jul. 1907 - Joaquim Moreira Coelho Filho; ago./out. 1907 - André Ferraz de Sampaio - substituto; nov. 1907 a fev. 1908 - Joaquim Moreira Coelho Filho; mar. 1908 a set. 1910 - Flavio Pinto Cezar.

Alunos: dez. 1900 - 5; jul. 1903 - 38; dez. 1904 - 24 e frequência média 20; 1906 - durante o ano 41, 16 eliminações, todos brasileiros, frequência média 78,90%, divididos em quatro anos; dez. 1907 - 22; jan. 1908 - 25; 1909 - no início do ano 36 e no final 21, frequência média 17.

- Masculina – Charqueada - isolada

Não há indicação da data de criação e ficou vaga de 1880 a 1886, em 1887 foi provida. Ficou suspensa de 1888 a 1906, vaga em 1907 e parte de 1908, e provida de nov. 1908 a dez. 1910.

Professores: não há indicação de quem foi o professor de 1887; nov. 1908 a jul. 1909 - Benedicto Euphrasio de Campos; ago. 1909 a jul. 1910 - Francisco Faria Netto; ago./dez. 1910 - José do Amaral Mello.

Alunos: dez. 1908 - 35, divididos em 1º A, B e C; 1909 - no início do ano 32 e no final 27; dez. 1910 - 36.

- Masculina – Tanquinho - provisória

Não há indicação da data de criação e ficou vaga de 1880 a 1887, foi provida de 1888 a 1895, vaga de 1896 até out. 1897 e voltou a ficar provida de nov. 1897 a final de 1899. Foi mantida pelo município de 1900 a 1904, período em que ficou provida. Em 1905 voltou a ser mantida pelo estado e ficou provida desse ano até 1910.

Professor: não há indicação de quem foi o professor de 1888 a 1895; nov. 1897 a nov. 1904 - João Alves de Almeida; dez. 1904 - Torquato Barbosa; jan. 1905 a jul. 1906 - José de Sampaio Arruda; ago. 1906 a dez. 1910 - Francisco Dias Cotrim.

Alunos: dez. 1901 - 22; jul. 1903 - 30; dez. 1904 - 23, frequência média 18; 1906 - 26, todos brasileiros, frequência média 79,20%; dez. 1907 - 26; dez. 1908 - 32; 1909 no início do ano 36 e final 31, frequência média 21; dez. 1910 - 27.

- Masculina - estação de trem do Cruzeiro em Tanquinho - provisória

Criada em 1889 e ficou vaga até ser extinta em 1896.

- Masculina – Guamium - isolada

Criada em 1908 ficou provida desse ano até 1910.

Professores: abr./jul. 1908 – Joaquim Viegas - falece em jul.; ago. 1908 a dez. 1910 - Ricardo Wagner.  
Alunos: ago. 1908 – 28; dez. 1909 – 25; dez. 1910 – 24.

- Masculina – Sete Barras - isolada

Criada em 1900 e não foi instalada até 1910.

- Mista – Pau D’Alho - isolada

Criada em 1908, ficou provida desse ano até 1910.

Professoras: 1908 a 1910 - Juventina Martins de Toledo.

Alunos: dez. 1908 – 28; 1909 - no início do ano 38 e no final 29, frequência média 26; dez. 1910 – 27.

- Mista – Santo Antonio de Ibicatú - isolada

Criada em 1905 e ficou provida desse ano até 1910. Localizada a 24 km da cidade.

Professoras: fev./maio 1905 - Ana Ferreira Godinho; jun. 1905 a jul. 1906 - Antonia de Almeida Oliveira; ago. 1906 a dez. 1910 - Anna Rita de Toledo Godinho.

Alunos: 1906 – 49 matrículas durante o ano e 20 eliminações - 14 alunos e 15 alunas, 24 brasileiros e 5 estrangeiros, frequência média 71%; dez. 1907 – 30: 13 meninos e 17 meninas; dez. 1908 – 22; 1909 - no início do ano 36 e no final 20, frequência média 20; dez. 1910 – 31.

- Mista – Recreio - isolada

Criada em 1908 e ficou provida desse ano até 1910.

Professoras: abr. 1908 a ago. 1909 - Maria Antonieta Ferraz; set./out 1909 - Zulmira Martins -substituta; nov. 1909 a fev. 1910 - Maria Antonieta Ferraz; mar. 1910 - Zulmira Martins - substituta; abr./dez. 1910 - Anna Maria de Almeida.

Alunos: dez. 1908 – 28, divididos em 1º ano A e B; 1909 no início do ano 42 e no final 27, frequência média 21; dez. 1910 – 27.

- Mista – Morro Grande - isolada

Criada e provida em 1910.

Professora: ago./dez. 1910 - Maria José de Almeida.

Alunos: dez. 1910 – 35.

- Mista – Capela de Serra Negra - isolada

Criada em 1902, ficou vaga desse ano até ser provida em 1909. Localizada a 36 km da cidade.

Professora: out. 1909 a dez. 1910 - Anna Hylliria de Sampaio Luz.

Alunos: dez. 1909 – 42; dez. 1910 – 32.

- Mista - São João da Montanha - isolada

Criada e provida em 1910.

Professora: fev./dez. 1910 - Maria Graner.

- Mista - Batistada - isolada

Criada e provida em 1910.

Professora: out./dez. 1910 - Henriqueta Hortencia Lamaire.

Alunos: dez. 1910 – 28.

## Instituições de ensino municipais

### Localizadas na cidade

#### ▪ Masculina noturna

Criada em 1894, ficou provida desse ano até 1910, atendia a menores operários do sexo masculino. Professores: fev. 1894 - Benedicto Candido Corte Brilho; mar. 1894 a dez. 1901 - Jacyntho Antenor da Silva Mello/faleceu em mar. 1902; fev. 1902 a maio 1905 - José Martins de Toledo; jun. 1905 a jun. 1910 - Joaquim Teixeira Mendes; jul./dez. 1910 - João Borges de Sampaio - substituto. Alunos: abr. 1894 - 50; dez. 1901 - 33; jul. 1903 - 44; 1904 - 32, frequência média 21; 1906 - durante o ano 56 matrículas e 27 eliminações, ficaram 29 no final do ano, frequência média 67,70%, divididos em 1º, 2º e 3º anos; nov. 1907 - 28; 1909 - no início do ano 38 e no final 18, frequência média 17; nov. 1910 - 27.

#### ▪ Mista

Criada em 1905, ficou provida desse ano até 1910. Professora: jun. 1905 a dez. 1910 - Estephanea Pinto Novaes. Alunos: 1906 - durante o ano 40 matrículas e 5 eliminações - no final do ano 35, divididos em 3 seções: 7 alunos e 28 alunas, frequência média 84,40%; dez. 1907 - 36; dez. 1908 - 30; 1909 - no início do ano 43 e no final 34, frequência média 31; dez. 1910 - 35.

### Localizadas nos bairros rurais

#### ▪ Feminina - Charqueada

Criada em 1908, ficou provida desse ano até 1910. Professora: out. 1908 a dez. 1910 - Carolina de Oliveira Cintra. Alunas: dez. 1908 - 27; 1909 - no início do ano 35 e no final 31, frequência média 24, divididas em 1º anos A e B, 2º e 3º; dez. 1910 - 27.

#### ▪ Masculina - Campestre

Criada em 1901, ficou vaga nesse ano e em 1902, e provida de 1903 a 1910. Localizada a 7 km da cidade. Professores: mar. 1903 a out. 1905 - Pedro Crem Filho; nov. 1905 a dez. 1910 - Carlos de Souza. Alunos: jul. 1903 - 44; fev. 1905 - 36, frequência média 23; 1906 - durante o ano 52 matrículas e 23 eliminações, frequência média 86%, divididos em 3 classes; dez. 1907 - 31; 1909 - no início do segundo semestre 36 e no final 32, frequência média 31; dez. 1910 - 41.

#### ▪ Masculina - Charqueadinha

Criada em 1905, ficou provida desse ano até meados de 1910 quando vagou. Localizada a 5 km da estação de trem de Charqueada. Professores: jun. 1905 a out. 1909 - Paulino Barbosa Rolim; nov. 1909 a ago. 1910 - Lourenço Antonio do Canto. Alunos: dez. 1905 - 22; 1906 - durante o ano 43, eliminações 11, frequência média 71,30%; dez. 1907 - 40; dez. 1908 - 30, divididos em 1º ano A e 1º ano B com 1ª e 2ª série e 2º ano A e B; 1909 - no início do ano 39 e no final 29, frequência média 25.

#### ▪ Masculina - Dois Córregos

Criada em 1905, ficou provida desse ano até 1910. Localizada na margem da estrada de Santa Bárbara a 4,5 km da cidade. Professores: jun. 1905 a jun. 1906 - João Baptista Barbosa; jul./ago. 1906 - Francisco Peralta Souto - substituto; set. 1906 a dez. 1910 - Fernando José Lopes Pinto.

Alunos: 1906 – durante o ano 46 matrículas e 16 eliminações, frequência média 82,80 %, divididos em 4 classes; dez. 1907 – 29; dez. 1908 – 27; 1909 - no início do ano 32 e no final 27, frequência média 21.

- Masculina – Pau Queimado

Criada em 1907, ficou provida desse ano até 1910.

Professores: set. de 1907 a nov. 1909 – Antonio José de Castro Jobim; dez. 1909 a dez. 1910 - João Borges Sampaio.

Alunos: 1909 - no início do ano 53 e no final 31, frequência média 26; dez. 1910 - 37.

- Masculina - Marins

Criada em 1904 ficou provida desse ano até 1906, vaga em 1907 e provida de 1908 a 1910. Localizada na estrada da Serra Negra a 3,5 km da cidade.

Professores: jan. 1904 a dez. 1906 - Joaquim Alves Fêo; jan. 1908 a dez. 1910 - Torquato Franco Barbosa.

Alunos: 1904 – 33, frequência média 23; 1906 - 45 matrículas durante o ano e 19 eliminações, frequência média 72,60%; nov. 1907 – 29; dez. 1908 – 31; 1909 - no início do ano 40 e no final 21, frequência média 20.

- Masculina – Chicó

Criada em 1909, ficou provida desse ano até 1910.

Professor: ago. 1909 a dez. 1910 - João Alves de Almeida.

Alunos: out. 1909 – 38; dez. 1909 – 42, frequência média 38; dez. 1910 – 31.

- Masculina – Godinhos

Criada em 1903, ficou vaga nesse ano e provida de 1904 a 1910. Localizada a 8,5 km da cidade.

Professores: jan. 1904 a set. 1906 - Fernando José Lopes Pinto; out. 1906 a fev. 1907 - João Baptista Sampaio Arruda; mar. 1907 a dez. 1910 - Joaquim Alves Fêo.

Alunos: 1904 – 27, frequência média 22; nov. 1905 – 24; 1906 – 36 matrículas durante o ano e 12 eliminações, frequência média 74,70%, 24 alunos matriculados em dez., divididos em 3 classes; dez. 1907 – 37; 1909 – no início do ano 38 e no final 27, frequência média 19; dez. 1910 – 21.

- Masculina – Serrote

Criada em 1905, ficou provida desse ano até jul. 1906, vaga de ago. 1906 a nov. 1907. Ficou provida de dez. 1907 a 15 de ago. 1910 quando foi suspensa por baixa quantidade de alunos. Localizada a 15 km da cidade.

Professores: jun./set. 1905 - Albano do Canto Braga; out. 1905 a jun. 1906 - Antonio Martins - substituto; jul. 1906 - José Martins de Toledo; ago. a dez. 1906 vaga; nov. 1907 a dez. 1908 - Antonio José de Castro Jobim; jan. 1909 a 15 ago. 1910 - João Alves de Almeida.

Alunos: jul. 1905 – 25; 1906 – até jul. 26 matrículas e 4 eliminações, frequência média 88,40%; nov. 1907 – 30; dez. 1908 – 30.

- Mista - Charqueada

Criada em 1901, ficou provida de jun. desse ano até 15 de out. de 1908, quando foi convertida em feminina.

Professora: jun. 1901 a out. 1908 - Carolina de Oliveira Cintra.

Alunos: out. 1901 – 60, frequência média 55; jan. 1902 – 72; jul. 1903 – 49; jul./dez. 1904 – 50; fev. 1905 – 50, frequência média 46; dez. 1905 – 55; 1906 – 63 matrículas durante o ano e 20 eliminações, ficaram 23 alunos e 20 alunas, frequência média 83,70%, divididos em 1º, 2º e 3º ano; dez. 1907 – 40; jan. 1908 – 38.

- Mista – Salto de Pederneiras

Criada em nov. 1910, mas não instalada, o concurso para o provimento foi em dez.

## Apêndice D

### Particulares que doaram dinheiro à escola da Sociedade Igualitária Instrutiva no período de 1900-1910.

Cambista José Sellis/município de Jundiá - 2:000\$000; capitão Rodrigues Alves Nogueira - 10\$000; professora Elisa Bittencourt e suas alunas/município de Piracicaba - 20\$000; professora Maria G. Lopes Fagundes e suas alunas/município de Piracicaba - 40\$000; pessoas não identificadas - 60\$000; professora Presciliana Bemvinda de Almeida e suas alunas/município de Piracicaba - 80\$000; professora Estephania Novaes e seus alunos/município de Piracicaba - 100\$000; professor major João Ephaminondas Ferreira e seus alunos/município de São Carlos - 120\$000; habitantes/município de São Carlos - 140\$000; nove professores públicos e seus alunos/município de Sertãozinho 340\$000; professora Deolinda Magalhães/município de Piracicaba - 200\$000; professor Manoel Dias de Almeida e seus alunos/município de Piracicaba - 220\$000; A. Padua Dias e Elvira Kruguer em nome de diversas pessoas - 240\$000; professora Estephanea Novaes e seus alunos/município de Piracicaba e da professora municipal de São Pedro - 260\$000; Grupo Escolar Coronel Julio Cesar/município de Itatiba, enviado pelo professor capitão Fernando de Moraes - alunas do 1º ano - 284\$000, alunas do 2º ano - 302\$000, alunas do 3º ano - 322\$000, alunas do 4º ano - 345\$000; alunos do professor Francisco Marques/município de Ribeirão Preto e da escola dos Marins/município de Piracicaba - 365\$000; alunas da professora Branca Azevedo/município de Piracicaba - 385\$000; alunas da professora Anna Carolina de Aguiar - 400\$000; alunos da professora Carolina Cintra/município de Piracicaba - 400\$000; Josino de Oliveira/município de Atibaia e Napoleão A. de Lima professor/município de Limeira - 500\$000; alunos dos professores Maria Izabel Ferraz e Mario Macedo/município de Itu - 525\$500; grupo de meninas/município de Piracicaba - 538\$000; alunos do professor Brotero Bonilha/município de Piracicaba - 560\$000; professor Manoel Ayres da Silva/município de Rio das Pedras - 586\$000; professora Domitila de Menezes e seus alunos/município de Piracicaba - 601\$000; professora Maria Benedicta de Assis Saes e suas alunas/município de Santa Bárbara - 619\$000; alunos da professora Anna Rita de Toledo Godinho/município de Piracicaba - 640\$000 e mais 5\$000 desta; professora Juventina Martins de Toledo e suas alunas/município de Piracicaba - 680\$000; professora Maria Irlinda do Amaral e seus alunos/município de Piracicaba - 698\$000; alunos do professor José Martins de Toledo/município de Piracicaba - 718\$000 e 10\$000 deste; alunas da professora Olivia Bianco/município de Piracicaba - 738\$000; alunos das professoras Anna Carolina Alvim e Otilia Novaes Leite do Canto - 754\$000; professora Ernestina Hrad Cardoso e seus alunos e João Theodoro da Cunha/município de São Pedro - 600\$000; alunos da professora Maria Luiza Guerra/município de São Pedro - 785\$000; alunos da professora Amélia Cerqueira Leite/município de Limeira - 803\$000; alunos da professora Eliza Corrêa Borges/município de Limeira - 811\$000; alunos da professora Maria

Augusta Corrêa de Lara/município de Porto Feliz - 831\$000; alunos do professor Francisco Dias Cotrim/município de Piracicaba - 851\$000; alunos do professor João Marques Filho/município de Tietê e das alunas de Ambrosina L Bonilha de Toledo/município de São Pedro - 867\$000; alunos do professor Ricardo Wagner/município de Piracicaba - 887\$000; grupo de habitantes/município de Piracicaba - 902\$000; alunos do professor Antonio do Amaral Mello/município de Rio das Pedras - 922\$000; alunas da professora Deolinda Martins Mano/município de Pirassununga - 942\$000; alunos da professora Angelina Montera/município de Cordeiro - 982\$000; Rosa M. Galeinbeck e Lucinio Castilho/município de Anhembi - 1:002\$000; alunos do professor Francisco Algodal/município de Bebedouro - 1:200\$000; alunos da professora Leonor Vaz/município de Piracicaba - 1:040\$000; vários residentes do bairro Charqueada/município de Piracicaba - 1:050\$000; alunos da professora Adelaide Morato/município de Botucatu - 1:070\$000; alunos da professora Alzira de Carvalho C. Leite/município de Ibitirama - 1:110\$000; alunos do professor José de Assis Filho/município de Limeira - 1:090\$000; alunos dos professores Ibrahim C. Madeira e Lauro Teixeira de Barros/município de São Pedro - 1:121\$000; alunos do Grupo Escolar do Cambuci/município de São Paulo, diretor Aristides José de Castro e o adjunto piracicabano João de Almeida Barros - 1:141\$000; alunas da professora Amelia Cerqueira/município de Rio das Pedras - 1:161\$000; alunos da professora Luzia Krähenbül, Dalneo Braga e Augusto Saes - 1:180\$000; alunas da professora Catharina da Silva/município de Piracicaba - 1:196\$000; alunas da professora Dulcinia Bartholomeu Höppe - 1:212\$000; alunas das professoras Guiomar Ferraz e Dalila Ferraz de Marinis/município de Jaú – 2:479\$000; alunos da professora Aida Soares/município de São João da Boa Vista - 1:253\$000; alunos do professor Julio Faria de Souza/município de Anhembi - 1:287\$000; alunos da professora Anna Augusta Pouza/município de Rio das Pedras - 1:307\$000; alunos da professora Henriqueta de Oliveira/município de Ibitinga - 1:327\$000; oito meninas/município de Piracicaba - 1:337\$000; alunos do professor José Sampaio Arruda/município de Piracicaba - 1:349\$000; alunos dos professores José Pinto Nunes e Lauro de Paula Leite - 1:382\$000; alunos dos professores Braulio Silveira e Julieta Fernandes/município de Santa Julia - 1:404\$000; alunas das professoras Irene Müller e Lydia Wagner - 1:415\$000; alunos do professor Delino Bonilha/município de Mogi-Guaçu - 1:445\$000; alunos das professoras Anna Sampaio Luz e Zulmira Azevedo/município de Piracicaba - 1:459\$000; alunos da professora Suzana Ferraz - 1:479\$000; alunos dos professores Benedicto Cotrim e Luiz Arruda - 400\$000; José Slaves de Araújo fazendeiro/município de Tietê - 20\$000 (GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900; 28/03/1901; 04/08/1909; 01/09/1909; 02/09/1909; 03/09/1909; 04/09/1909; 05/09/1909; 07/09/1909; 08/09/1909; 11/09/1909; 12/09/1909; 14/09/1909; 15/09/1909; 16/09/1909; 17/09/1909; 18/09/1909; 19/09/1909; 21/09/1909; 23/09/1909; 24/09/1909; 25/09/1909; 28/09/1909; 29/09/1909; 30/09/1909; 01/10/1909; 02/10/1909; 05/10/1909; 07/10/1909; 09/10/1909; 12/10/1909; 15/10/1909; 19/10/1909; 20/10/1909; 21/10/1909; 23/10/1909; 24/10/1909; 26/10/1909; 27/10/1909; 28/10/1909; 29/10/1909; 05/11/1909; 05/12/1909; 11/12/1909; 12/12/1909; 15/12/1909; 16/12/1909; 18/12/1909; 19/12/1909; 28/12/1909; 31/12/1909; 04/01/10; 05/01/10; 06/01/1910; 05/02/1910).

## **ANEXO 1**

### **Mapa do Município de Piracicaba**

Mapa produzido pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo; Escala – 1:100.000; Folhas de Piracicaba e São Pedro; Topografia: Ric. Grünwald – Atualizada em 1925 por A. Horta O’Leary. (Arquivo do Instituto Geológico do Estado de São Paulo).

A primeira folha do mapa apresenta a cidade de Piracicaba e a área rural que se encontra à direita do perímetro urbano. A segunda folha do mapa apresenta a área rural localizada à esquerda da cidade.

Os bairros e fazendas demarcados na cor vermelha indicam a localização de algumas instituições de ensino apresentadas no período do recorte temporal delimitado nessa pesquisa.

